A **TRANSDISCIPLINARIDADE** E A **INTERDISCIPLINARIDADE** EM ESTUDOS DA LINGUAGEM

Ida Lucia Machado
Jerônimo Coura
Emília Mendes
organizadores

Primeira edição

NETII

FALE/UFMG
Belo Horizonte
2013

CONSELHO EDITORIAL

Dylia Lysardo Dias - UFSJ
Emília Mendes - UFMG
Ida Lucia Machado - UFMG
Patrick Dahlet (UAG – Univ. das Antilhas e da Guiana)
Rosane Monnerat - UFF
Serge Borg - UFC- França
Sophie Moirand (Paris III/França)

A nossos alunos de ontem, hoje e amanhã
A CAPES, cujo incentivo financeiro tornou este livro possível.

© 2013, IDA LUCIA MACHADO, JERÔNIMO COURA, EMÍLIA MENDES

Faculdade de Letras da UFMG
Núcleo de Estudos sobre Transgressões, Imagens e Imaginários
Avenida Antônio Carlos, 6627. Pampulha. CEP 31270-901
Belo Horizonte – MG
Tel.: (31) 3409-6054
www.letras.ufmg.br/nucleos/netii

Ficha catalográfica elaborada pelos Bibliotecários da Biblioteca FALE/UFMG

T772 A transdisciplinaridade e a interdisciplinaridade em estudos da linguagem / Ida Lucia Machado, Jerônimo Coura, Emília Mendes, organizadores. – Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2013.
277 p. : il., tabs, grafs (p&b). – (Estudos do NETII ; 1)

Vários autores.

Inclui referências.

ISBN: 978-85-7758-226-6

1. Análise do discurso. 2. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. I. Machado, Ida Lucia. II. Coura, Jerônimo. III. Mendes, Emília. IV. Título. V. Série.

CDD : 418

Pedidos de livros podem ser feitos pelo e-mail:
netiiufmg@gmail.com

SUMÁRIO

13 **A transdisciplinaridade e a interdisciplinaridade em estudos de linguagem**
Ida Lucia Machado, Jerônimo Coura Sobrinho, Emília Mendes

17 **Por uma interdisciplinaridade "focalizada" nas ciências humanas e sociais**
Patrick Charaudeau

53 **Análise do discurso e análise do discurso teatral – um estudo dos modos de organização do discurso em Hamlet de W. Sharespeare na encenação de Peter Brook com o ator Adrian Lester (2001)**
Marcelo Cordeiro

67 **Jean Peytard, textos literários e livros didáticos de Português Língua Adicional**
Regina Péret Del'Isola e Luiz Prazeres

79 **Discurso, Argumentação e Modalização dos processos avaliativos**
Wander Emediato

103 **Análise discursivo-crítica da naturalização do corpo hegemônico em matérias jornalísticas brasileiras**
Maria Carmen Aires Gomes

125 **Análise de autobiografias de alunos da Educação de Jovens e Adultos: ética, estética e alteridade**
Cláudio Humberto Lessa

143 **Do significado lexical à ação discursiva**
Hugo Mari

173 **Narrativa de vida como elemento de captação no discurso religioso**
Mônica Santos de Souza Melo

193 **Ligações perigosas entre Lautréamont, seu texto, o narrador e o leitor**
Renato de Mello

209 **Considerações sobre as emoções e o discurso midiático: interlocuções entre psicanálise e análise do discurso**
Cássio Eduardo Soares Miranda

239 **Nuances discursivas da entrevista: um diálogo com Peytard e Moirand**
Sônia Caldas Pessoa

253 **Três estereótipos de formadores**
João Bôsco Cabral dos Santos

271 **Sobre autores e organizadores**

276 **Sobre tradutores**

277 **Sobre a revisão dos capítulos**

A transdisciplinaridade e a interdisciplinaridade em estudos da linguagem

A coerência do conjunto de artigos que compõem esta coletânea não resulta do fato de os autores terem recebido de seus organizadores um tema comum para, a partir dele, compor e apresentar seus pontos de vista, traduzindo-os sob a forma de artigos ou capítulos do livro, mas sim do fato de que todos que aqui publicam compartilham um universo de crenças e saberes interligados que privilegiam a linguagem, sua prática e seu uso.

O título do livro poderá parecer intrigante. Mas, no mundo linguageiro, o que não é intrigante? Ao trabalhar com a linguagem, estamos sempre agindo em interseção com diferentes faces do fenômeno que pode revestir variadas formas: as do texto literário; as do texto de imprensa; as do texto narrativo; as de desenhos, imagens ou figuras. Mais ainda: em nossa área de conhecimentos há um constante vai-e-vem entre disciplinas diferentes, que contribuem para formar os conceitos e teorias aqui apresentados. Porém, todos compartilham interesse semelhante pelo mesmo objeto: as diferentes formas de comunicar algo a alguém, dentro de um determinado contexto e obedecendo a determinadas circunstâncias.

O artigo de Patrick Charaudeau, aqui traduzido e publicado, poderá ajudar o leitor a identificar o fio condutor que nos levou a propor o título do livro. Ninguém melhor que esse Mestre – nosso parceiro infatigável na grande aventura de ousar interpretar e analisar textos, buscando alguns de seus possíveis interpretativos – para explicar algumas das perspectivas que nos levam a indagar como e por que nosso objeto de estudo pode ser inter-, trans- ou pluri-disciplinar.

Outro grande Mestre perpassa pelo livro e se detém mesmo em alguns dos seus capítulos, ajudando os autores em seu trabalho conceitual.

Trata-se de Jean Peytard, nossa outra fonte de inspiração para o título supracitado. O linguista dirigia um laboratório de pesquisas na Faculdade de Letras da Université de Franche-Comté, laboratório este que, em seu início, foi denominado GRELIS. Tivemos a ocasião de prestar uma homenagem a este precursor dos estudos discursivos, grande estudioso no domínio da Gramática textual e da didática no ensino de línguas, em março/2012 ao organizarmos um evento na cidade barroca de Mariana-MG, em uma proveitosa reunião de um grupo de analistas do discurso e pesquisadores da linguagem da UFMG, da UFV, do CEFET-MG, da UFU, da UFSJ, da UNIVAS, da Aliança Francesa de Belo Horizonte e de Ouro Preto (entre outros) com colegas do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da UFOP. Esta empreitada foi fruto da ideia e incentivo que recebemos do Serviço Cultural da Embaixada da França, na presença do atuante e entusiasmado Professor Serge Borg; não poderíamos também negligenciar o auxílio que órgãos de fomento tais como a FAPEMIG e a CAPES, bem como o CENEX e o Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da FALE/UFMG nos deram para tal evento. À CAPES, entre outras coisas, agradecemos a publicação desta Coletânea.

Note-se que o evento contou com a participação de vários pesquisadores franceses, alguns deles tendo sido alunos ou colegas de Jean Peytard na UFC/França, como Sophie Moirand, por exemplo, além de pesquisadores brasileiros de renome.

Grande parte das produções deste grupo já foi publicada na revista do GERLFLINT, *Synérgies Monde* nº 10, em março/2012. Restava-nos publicar outros artigos, oriundos de comunicações realizadas em algumas de suas mesas redondas ou fruto de pesquisas que são, de certo modo, a ele ligadas. É o que fazemos agora.

Os organizadores da coletânea, que sempre se sentiram livres e felizes ao trabalhar com a Análise do discurso, observaram também, graças ao evento supracitado, que as propostas iniciais de Jean Peytard, já apresentadas no primeiro número de sua *Revista Semen*, em 1983, já apontavam para esta inter- ou trans-disciplinaridade linguageira que é, no fundo, um encontro harmonioso de saberes. O GRELIS sempre se constituiu como um ponto de encontro para o estudo de diferentes teorias semióticas e linguísticas, aplicadas em diferentes textos, levando em conta tanto as modalidades quanto as circunstâncias da aparição destes.

Esse trabalho inter-, trans-disciplinar foi o que encontramos na Análise do Discurso do Centre d'Analyse du Discours de Paris XIII e nos escritos de seu Diretor, o Professor Patrick Charaudeau. Com sua teoria Semiolinguística, Charaudeau mostra-se um adepto das trocas conceituais entre parceiros, sejam estes vindos da Linguística discursiva e textual, da Sociologia, da Literatura, da Antropologia, etc.

No Brasil, ampliamos esta interface nela incluindo a Psicanálise (cujo estudo não era estranho ao grupo de Peytard) e, mais recentemente, os discursos transgressivos e as narrativas de vida, entre outros.

Muito devemos aos dois Mestres franceses. Uma vez no Brasil, suas teorias e conceitos encontraram um terreno favorável para ampliação: não dizem que o sol dos Trópicos faz as plantas crescerem mais que o sol europeu?

Essa metáfora quer apenas simbolizar o feliz encontro de teóricos e teorias abertas vindos de outras terras com um grupo de pesquisadores brasileiros que enxergam nesta abertura um espaço de crescimento e integração e mais ainda: de construção de identidades que se respeitam e sentem prazer na colaboração mútua.

Os pesquisadores que contribuem para a realização deste livro nele apresentam, pois, sem receio, suas diferentes concepções dos objetos linguageiro e discursivo. Este livro é um livro aberto, diríamos, parodiando o título de uma das primeiras publicações de um teórico italiano. Um livro aberto onde não foram impostas regras rígidas: cada pesquisador(a)/autor(a) se debruçou sobre um de seus temas de pesquisa. Ao leitor, a tarefa de escolher nessa diversidade livre de entraves – e logo, transgressiva, de modo positivo –, as abordagens que mais coadunam com seus pontos de vista. Ou passear entre todas as temáticas e possibilidades.

Mais não diremos: deixemos a aventura da descoberta da coletânea para o leitor.

Belo Horizonte, verão de 2013.

Ida Lucia Machado
Jerônimo Coura Sobrinho
Emília Mendes
(*Organizadores*)

Por uma interdisciplinaridade "focalizada" nas ciências humanas e sociais[1]

Patrick Charaudeau
Professor Emérito - Paris XIII

Como tratar de uma questão tão ampla e complexa como a interdisciplinaridade quando, por um lado, Claude Lévi-Strauss nos convida, em nome do método da bricolagem, a estabelecer conexões entre a antropologia, a linguística, a literatura, a arte, a psicologia, o direito, a religião etc., e, por outro lado, Edgar Morin nos incita, para além da transdisciplinaridade, a "ecologizar as disciplinas", levando em conta "tudo o que é contextual, incluindo as condições culturais e sociais", e adotando, às vezes, um ponto de vista "metadisciplinar", que segundo seu precursor Blaise Pascal:

> [...] sendo todas as coisas causadas e causadoras, ajudadas e ajudantes, mediatas e imediatas, e sendo, todas elas, sustentadas por um elo natural e imperceptível, que as liga, sejam elas as mais distantes e/ou as mais diferentes, seria (im)possível conhecer as partes sem se conhecer o todo, tanto quanto conhecer o todo sem se conhecer as partes?[2]

No entanto, parece-me que há uma outra maneira de tratar a questão, ao mesmo tempo mais modesta e não desprovida de interesse, qual seja, aquela que consiste em questionar a própria noção de interdiscipli-

---

[1] Texto traduzido por Renato de Mello e Renata Aiala de Mello.
[2] Tradução livre de: « […] toutes choses étant causées et causantes, aidées et aidantes, médiates et immédiates, et toutes s'entretenant par un lien naturel et insensible qui lie les plus éloignées et les plus différentes, je tiens impossible de connaître les parties sans connaître le tout, non plus que de connaître le tout sans connaître particulièrement les parties »?

naridade sob a luz de alguns trabalhos tais como os meus próprios, nos quais, se podemos dar-lhes algum crédito, sempre defendi e pratiquei essa perspectiva de análise.

Não se trata, assim, de abraçar a totalidade das disciplinas das ciências humanas e sociais. Não abordarei aqui essa questão sob a perspectiva dos campos disciplinares institucionalmente definidos, os quais sabemos, através dos trabalhos de Bourdieu, são também conhecidos como "campos de poder". Também não levarei em conta as teorias e suas metodologias, uma após a outra, para estabelecer interconexões entre algumas disciplinas, como é feito em alguns colóquios ou obras coletivas.

Tampouco entrarei na polêmica que opôs, entre os anos 1960 e 1980, os defensores de uma monodisciplinaridade e os que defendiam uma abordagem pluridisciplinar. Naquela época, era delicado falar de interdisciplinaridade, pluridisciplinaridade e transdisciplinaridade, porque havia o risco de ter o rótulo de cientificidade negado por aqueles que achavam que só a monodisciplinaridade poderia reivindicar essa qualificação. O rigor do método científico exigiria uma grande especialização, que só poderia ser exercida em um território conceitual bem definido em torno de postulados e/ou hipóteses bem determinadas, com ferramentas de análise próprias para cada disciplina.

No entanto, paralelamente, pensadores e pesquisadores da época, tais como Claude Lévi-Strauss, Roland Barthes, Michel Foucault, Edgar Morin, para citar apenas alguns, não deixaram de navegar entre diferentes disciplinas, sem, contudo, teorizar sobre interdisciplinaridade. Reivindicava-se uma inter-, pluri- ou trans-disciplinaridade, em nome da complexidade crescente do mundo, do avanço do conhecimento, da pluralidade dos saberes sobre os mesmos fatos sociais e sua necessária articulação.

Essa oposição – reforçada pelo jogo institucional de defesa de um território disciplinar, com a finalidade de dar visibilidade social e constituição de um saber acadêmico objetivando o ensino no contexto de um sistema escolar e universitário –, estabeleceu uma rivalidade entre os pesquisadores das ciências humanas e sociais, uns acusando os outros de não se situarem no núcleo duro da disciplina, a única garantia, segundo eles, para obter o rigor científico, e de preferirem a "periferia mole"; outros criticando os guardiães da monodisciplinaridade, acusados de verem apenas os aspectos muito parciais dos fenômenos humanos, através de microanálises as quais, sem querer desconsiderá-las, parecem servir somente aos seus fins e acabam por impedir a compreensão global dos fenômenos estudados.

A esse tipo de antagonismo, acrescenta-se o fenômeno de "isolamento" de algumas correntes teóricas em detrimento de outras. Em nome da adesão a novos paradigmas, tidos como mais explicativos que os anteriores, impunham-se modos de pensamento e de análise que pretendiam ocupar todo o espaço do campo científico (o funcionalismo, o estruturalismo, o pragmatismo), a ponto de, às vezes, excluir, por razões mais ideológicas que científicas, como foi o caso com o marxismo e o lacanismo, para citarmos somente esses dois.

Essas oposições não desapareceram totalmente. Certamente não há mais disciplina que se queira onipotente, que busque dominar, de maneira absoluta, o campo das ciências humanas e sociais. Entretanto, oposições ainda persistem, ainda que sob diferentes formas. Por um lado, há pesquisadores que se valem de novos modos de análise, contam com a ajuda de instrumentos tecnológicos tidos como um princípio de explicação (por exemplo, o uso da informática em um corpus para estabelecer resultados estatísticos precisos), ainda que, de acordo com seus adversários, eles são apenas novos métodos de coleta, armazenamento e programação de dados empíricos; ou, ainda, os proponentes de análises cognitivas, as vezes neurais, que têm como horizonte explicativo o que, em última análise, funcionaria no cérebro humano. Por outro lado, há os defensores de análises qualitativas detalhadas e de procedimentos interpretativos que se situam no cruzamento de diferentes disciplinas, como mostram, para além das ciências humanas e sociais, alguns projetos de pesquisa entre as ciências biológicas e as sociológicas. Vemos, de fato, florescer seminários e obras consagradas à questão da multidisciplinaridade, manifestações que, em nome da crescente complexidade do conhecimento, testemunham o problema de reunir diferentes disciplinas.

Não será dessa forma polêmica que abordarei aqui a questão da interdisciplinaridade. Prefiro refletir sobre a possível união de disciplinas. Mas, se tal reunião é necessária, como isso deve acontecer? Descartei a opção de comparar disciplinas institucionalmente definidas, visto que podemos cair em uma discussão estéril sobre a importância de cada uma

delas. Também rejeitei o procedimento que consiste em examinar as teorias em si mesmas, pois corremos o risco de interpretar, de maneira equivocada, alguma teoria em particular, caso ela não seja "a nossa praia". Deveríamos, então, comparar os conceitos fundadores, revisar as ferramentas analíticas, ou deveríamos observar como diferentes disciplinas analisam o mesmo objeto de estudo? Essa última opção parece ser a mais adequada a um encontro das disciplinas, ainda que seja praticamente impossível passar todas elas em revista, uma após a outra, trabalho considerável ao qual Edgar Morin se dedicou.

O que gostaria de fazer aqui, de forma mais modesta, é abordar essa questão pelo viés de algumas problematizações suscetíveis de darem conta da forma como podem ser descritos os fenômenos sociais através de algumas práticas de análises. Quando me pergunto sobre o que constitui uma disciplina, tento apontar quais devem ser as condições de uma interdisciplinaridade e mostrar como ela pode ser trabalhada no campo da análise dos fenômenos de comunicação.

Sobre esse projeto, um último ponto: essa análise será feita sob a perspectiva de um semiólogo, analista do discurso que, tendo atravessado as ciências da linguagem da época do estruturalismo até os dias de hoje, se confrontou com os pensamentos e os trabalhos de semanticistas em torno de Bernard Pottier, com os semioticistas em torno de Algirdas Greimas, de narratologistas em torno de Genette, se viu diante de uma certa filosofia em torno de Michel Foucault, de uma semiologia polivalente em torno de Roland Barthes, e que foi levado a colaborar com sociólogos e psicossociólogos em seus trabalhos sobre a mídia e sobre a comunicação, sem mencionar os filósofos da política nas análises sobre o discurso político. Portanto, é possível que outros pesquisadores que tomaram outros caminhos não compartilhem de alguns dos meus pontos de vista. Além disso, eles podem achar que, no meu esforço para encontrar conceitos comuns entre as várias disciplinas, acabo por estabelecer o impasse no que diz respeito às distinções mais sutis que mostrariam, no final das contas, que há mais diferenças do que semelhanças, mas essa é uma condição do espírito da interdisciplinaridade, o de aceitar algumas simplificações (e não deformações) para estabelecer ligações entre as disciplinas. Para aqueles que seriam contra tal abordagem, convido-os para uma troca de pontos de vista.

Uma primeira dificuldade: o uso dos termos

Como tantas vezes na história das ciências humanas e sociais, há modas passageiras. Mas uma moda, para que ela se imponha, ela precisa ser declarada como tal, mesmo si não a aplicamos de forma sistemática. Ela é declarada de várias maneiras: quando, por exemplo, institucionalmente, no projeto de constituição de um "centro de pesquisa", é decretado na lista da criação intelectual de um campus universitário que instaurará uma "sinergia" entre as diferentes disciplinas, o que permitirá uma "interdisciplinaridade efetiva"; e/ou na chamada para participação em um congresso cujo título é "Discurso social – Perspectivas interdisciplinares sobre uma noção problemático", ou, ainda, em obras que questionam, a partir de uma disciplina, sobre as interconexões com outras disciplinas.

Mas, ao mesmo tempo, a dúvida se instala sobre a definição dessa noção, quando o termo interdisciplinaridade aparece de maneira equivalente (às vezes, como complemento), a outros termos, como podemos notar em alguns títulos de colóquios: "Língua/Linguagem e Cultura – Abordagens interdisciplinares e inter-paradigmáticas"; "O Eu e o Outro – Estudo pluridisciplinar da diferença"; títulos nos quais pode-se adicionar a concorrência com outros termos como multidisciplinaridade e transdisciplinaridade.

Em seu livro sobre a interdisciplinaridade em análise do discurso, Frédéric Darbellay dedica seus primeiros capítulos para fazer distinções entre esses diferentes termos. Antes mesmo de ter lido, eu me havia proposto distinguir inter- de pluri-disciplinaridade e observar os diferentes pontos de vista.

Não entrarei em detalhes sobre essas distinções, mas, assim como o autor, considero que pluridisciplinaridade é "uma soma de disciplinas, sem verdadeira interação entre elas", o que faz com que cada disciplina mantenha sua autonomia, não reexamine seus pressupostos sob o ponto de vista de outra disciplina, e faça (de maneira saudável) análise de um objeto de estudo, também ele analisado por outras disciplinas, mas somente sob sua ótica. Trata-se de uma justaposição de pontos de vista que trazem um conhecimento especial sobre o fenômeno estudado. Nesse momento, por exemplo, o CNRS implementa programas de pesquisa envolvendo especialistas das disciplinas de tais

como biologia humana ou animal, biodiversidade, evolução, ecologia, com especialistas em ciências humanas e sociais tais como ciências da linguagem, informação e comunicação, sociologia. Os primeiros, preocupados com a forma pela qual os resultados de seus trabalhos circulam no espaço público, buscam saber como os discursos dos pesquisadores são tratados, processados ou até mesmo deturpados pelas mídias. Se esses diferentes cientistas estão interessados no que outras disciplinas podem trazer, isso acontece de maneira periférica, na medida em que não é o objetivo questionar sua própria fala enquanto cientistas. Trata-se de um pedido de colaboração de outras competências para tratar de uma questão que ultrapassa o âmbito de competência inicial. Podemos citar também o caso de colóquios que convocam várias disciplinas para que cada uma traga o seu ponto de vista sobre um fenômeno qualquer que afeta a saúde, a segurança, o meio ambiente etc. Nesse caso, estamos falando de multidisciplinaridade, que se distingue de pluridisciplinaridade, na medida em que essa última é centrada em um questionamento comum entre as disciplinas envolvidas, enquanto que a primeira é aberta, sem limites, sobre grandes questões, sem problematização particular. A transdisciplinaridade, como parece indicar o prefixo trans-, corresponde a um movimento de transversalidade das disciplinas, resultando em uma "co-construção dos saberes que atravessam literalmente as disciplinas constituídas". Isso é, parece-me, o encaminhamento, embora de maneiras diferentes, que seguem Roland Barthes (entre literatura, filosofia, psicanálise), Michel Foucault (entre filosofia e história) e Edgar Morin (entre diferentes disciplinas do conhecimento). Trata-se de uma integração dos saberes de diferentes disciplinas de tal maneira que faz emergir um discurso sui generis construindo seu próprio lugar de pensamento.

A interdisciplinaridade é mais difícil de se conseguir, ela "não é fácil como parece", como disse Roland Barthes, visto que ela consiste em estabelecer verdadeiras conexões entre conceitos, instrumentos de análise e modos de interpretação de várias disciplinas. Não basta apenas usar diferentes disciplinas em um mesmo objeto de análise; é preciso confrontar várias competências disciplinares com o intuito de tornar mais pertinentes esses conceitos e instrumentos de análise, ou ampliar o campo de interpretações a partir dos resultados advindos dos

procedimentos de análise comuns. E é sobre isso que gostaria de tratar, mas, antes, cabe perguntar sobre o que há de comum entre as ciências humanas e sociais.

O campo disciplinar

Uma disciplina é constituída por um certo número de princípios fundadores, hipóteses gerais, conceitos que determinam um campo de estudo e permitem, ao mesmo tempo, construir o fenômeno que está sendo analisado. Constitui-se, assim, um quadro conceitual, e é no interior desse quadro que podem ser construídas várias teorias, como proposição de uma certa sistêmica em torno de algumas categorias. Sem quadro teórico, ponto de discussão possível, não poderíamos dizer em nome de que avaliar, confirmar ou contestar os resultados de uma análise. Trata-se de um princípio de pertinência: discutir as explicações que damos sobre o mundo só é possível se conhecemos o quadro conceitual de referência, as categorias, os modos de raciocínio e os procedimentos de análise dos quais elas dependem.

Para ser aplicável, operacional, esse quadro conceitual precisa de instrumentos de descrição e comprovação que permitem, ao mesmo tempo, construir o objeto de análise, decompô-lo, caso necessário, fazer distinções ou aproximações, esclarecer os mecanismos de funcionamento do fenômeno estudado e apresentar o todo sob a forma de resultados a serem interpretados. Esse instrumento constitui uma metodologia, e é essa dupla teoria-metodologia que funda uma disciplina, determinando o lugar de pertinência.

Pode acontecer, no entanto, que várias posições teórico-metodológicas coexistam no interior de um mesmo quadro conceitual. Mas, na medida em que essas posições compartilham as proposições fundadoras de um mesmo quadro conceitual, podemos dizer que elas pertencem ao mesmo campo disciplinar. Isso faz surgir em seu interior diferentes subdisciplinas. Isso é o que acontece, por exemplo, no campo das ciências psicológicas, que se subdivide em várias subdisciplinas (psicologia cognitiva, psicologia social, psicologia clínica), mas que se referem, todas elas, a uma certa concepção do psicológico em oposição, por exemplo,

ao sociológico ou ao antropológico. Isso também acontece com o campo das ciências da linguagem, que se divide em várias subdisciplinas (linguística descritiva da língua, linguística cognitiva, sociolinguística, etnolinguística, linguística do discurso), todas elas se referindo, no entanto, a conceitos comuns de signo, forma e sentido, ordens sintagmática e paradigmática, enunciado/enunciação e procedimentos de coleta e análise de corpus. O mesmo acontece com a sociologia, antropologia e história. Essa noção de campo disciplinar é útil para evitar algumas disputas que acontecem dentro das ciências humanas e sociais, que, às vezes, negam o estatuto de disciplina às ciências da educação e da comunicação. Estamos lidando com dois campos disciplinares que circunscrevem, cada um a seu modo, seu campo de estudo, e que, de acordo com o objeto estudado, podem recorrer, quando necessário, a outras disciplinas, tais como a sociologia, a psicologia social, as linguística da língua e do discurso, a história etc.

Podemos até mesmo constatar que, às vezes, são estabelecidas, em cada uma dessas subdisciplinas, correntes disciplinares propondo hipóteses, categorias, e uma abordagem analítica específicas. Esse é o caso da sociologia, com as correntes interacionista, compreensiva, crítica, de acordo com um construtivismo social; é também o caso da análise do discurso, subdisciplina pertencente ao campo das ciências da linguagem, no interior da qual contata-se várias correntes, algumas mais historicizantes, outras mais ideologizantes, e ainda outras mais formais e/ou mais comunicacionais.

Isso produziu, de maneira clara, uma explosão disciplinar no campo das ciências humanas e sociais, ao qual são adicionadas, às vezes, novas técnicas de análise ou posicionamentos ideológicos, tornando-as, em alguns casos, uma Escola, o que faz com que qualquer classificação entre campo disciplinar, disciplina, subdisciplina e corrente possa prestar-se a discussões. Entretanto, não é meu objetivo aqui fazer tal classificação. Cabe lembrar que no interior das ciências humanas e sociais há disciplinas que se baseiam em pressupostos teóricos, que usam uma metodologia e que se prestam a diferentes práticas de análise, visto que, na falta de tal quadro, qualquer explicação é mero comentário – e jamais análise – sobre o mundo. O comentário recusa categorizar, ele globaliza e faz afirmações essencialisantes, oferecendo uma explicação natural; a análise, por sua vez, categoriza e propõe distinções com base em determinados critérios para, em seguida, mostrar combinações possíveis, propondo uma explicação cultural aos fenômenos, certamente relativa, mas podendo ser discutida e tendo uma função crítica.

Caracterização dos fenômenos sociais e problematizações

Os fenômenos sociais podem ser considerados como conjuntos de signos (incluindo ações) que se originam simultaneamente: por razões estruturais, na medida em que são organizados segundo normas recorrentes e reprodutíveis, mais ou menos estáveis, mais ou menos institucionalizadas, as quais sobredeterminam em parte as ações sociais; por razões processuais, na medida em que eles resultam de ações estratégicas implementadas por sujeitos que procuram se individualizar frente a restrições estruturais, estratégias que acabam por fazer evoluir essas estruturas. Uma vez definidos sob esse duplo aspecto estrutural e processual, os fenômenos sociais testemunham diferentes práticas sociais que se instauram em uma sociedade.

Se observarmos as práticas de análise que tentam descrever esses fenômenos, podemos ver que elas são distribuídas em torno de três grandes problemáticas:

-) uma problematização que se interessa em identificar e descrever os processos de regulação social: os indivíduos e os grupos sociais, submetidos às relações de força nas quais eles procuram constituir sua identidade em relação à do outro (princípio da alteridade) em um jogo de atração e afastamento, estabelecem ligações que lhes permitem se reconhecer, seja por força das trocas (comportamentos e palavras), seja por recorrência. É descrevendo esses comportamentos, esses papéis sociais e identidades que os caracterizam, que se dedicam diferentes disciplinas, cada uma à sua maneira. Podemos considerar que é ao final desses processos de regulação que se constituem as normas de uso: as normas linguageiras estudadas pela sociolinguística sob a forma de correlações, a etnometodologia e a análise do discurso, quando ela se propõe a determinar os gêneros discursivos; as normas dos quadros de experiência que a sociologia interacionista estuda; as normas relacionais que estru-

turam as sociedades estudadas pela antropologia em torno da hipótese da "doação" como uma sequência lógica de interesses entre indivíduos doadores e receptores envolvidos de maneira consubstancial em torno de um objeto sacralizado; as normas organizacionais dos processos de comunicação, através da descrição de diversos dispositivos que os colocam em cena e pelos quais se interessam as ciências da comunicação e os estudos sobre a mídia.

-) uma problematização concernente à questão das relações de força que se instauram entre os indivíduos e os grupos sociais dentro do mesmo jogo de regulação social, o que leva o sujeito a se valer de estratégias para se impor ao outro (relação de dominação), sair da relação de dominação (contra-poder), encontrar alianças (jogo de persuasão), ser amado pelo outro (jogo de sedução). Esse princípio de influência engendra as noções de estratégias, de influência e, novamente, de identidade psicossocial, noções centrais em várias disciplinas: da psicologia social que estuda, de maneira experimental, os processos de influência; da sociologia, que se interessa em descrever os fenômenos de dominação; da análise do discurso, que descreve as estratégias discursivas dos sujeitos da enunciação presentes em vários tipos de discurso (publicitário, político, midiático).

-) uma problematização que se interessa pela maneira como se constroem e se organizam os sistemas de pensamento em saberes, saberes de conhecimento e de crença. Essa problematização faz emergir as noções de representações sociais, de imaginários sociais e de ideologias que, também elas, se encontram no centro de várias disciplinas, mesmo que cada uma delas proponha uma definição própria para os termos: a antropologia social, com os arquétipos, através do estudo de mitos e histórias; a sociologia, com os imaginários coletivos, através da observação dos comportamentos, da organização das instituições e pesquisas de campo; a psicologia social, com o processo de compreensão dos comportamentos; e a análise do discurso, que busca revelar as ideologias subjacentes aos discursos de diferentes atores sociais.

Essa visão geral a respeito das problematizações do estudo dos fenômenos sociais permite ver como, a partir dessas noções comuns, as diferentes disciplinas das ciências humanas e sociais constroem seus objetos segundo seus pressupostos teóricos e instrumentos metodológicos:

algumas disciplinas privilegiam estudos de campo com procedimentos de observação e investigação (sociologia e antropologia), outras privilegiam procedimentos de experimentação (psicologia social), outras, ainda, preferem análises de corpus, com procedimentos mais ou menos sistêmicos de coleta e processamento de material semiológico reunido (história, ciências da linguagem).

Podemos ver, entretanto, ao mesmo tempo, o que essas disciplinas têm em comum: sociologia, psicologia social, antropologia social, ciências do discurso e da comunicação, para citar apenas algumas; elas têm em comum não só noções mas também problematizações, ou seja, um mesmo quadro de questionamento. Isso as leva a recorrer, caso necessário, a outras abordagens e procedimentos. Certamente, estudos de campo, estudos experimentais e estudos de corpus remetem a quadros teóricos e metodológicos diferentes, porém podem se complementar ou até mesmo interferir nas questões que surgem no decorrer de uma pesquisa. As ciências sociais e humanas implementam uma abordagem dupla: "empírico-indutivo", que vai desde a observação dos fenômenos sociais, de acordo com alguns métodos de coleta de dados, até a descrição de um objeto construído em categorias interpretativas em função de um instrumento metodológico (processo up) e "hipotético-dedutivo", mais conceitual, que parte de hipóteses e categorias previamente estabelecidas para verificar a validade dos instrumentos utilizados. Trata-se de um movimento de vai e vem entre essas duas abordagens, discutidas desde Aristóteles, passando por Kant e pela fenomenologia, quanto à maneira de manter ao mesmo tempo o que advém do sentido e o que advém da razão, que se elaboram conceitos e instrumentos de análise, e que as interpretações são feitas. Qualquer disciplina das ciências humanas e sociais enfrenta problemas de identificação de dados pertinentes, de coleta, de classificação segundo certas categorias, de análise e de interpretação dos resultados. Desse ponto de vista, podemos dizer que essa dupla abordagem é de ordem construtivista.

Assim, entendemos que o mesmo fenômeno ou domínio de prática social pode ser construído em vários objetos de análise, dependendo de uma mesma problematização. Por exemplo, os domínios de prática política, midiática, jurídica ou educacional se tornarão objetos de estudos sociológico, psicosociológico, antropológico ou discursivo, mas, ao mes-

mo tempo, esses objetos serão atravessados por noções comuns (identidade, representações, influência e persuasão). Por conseguinte, não há campo de estudo reservado. Por exemplo, o estudo dos fenômenos políticos não é, como alguns sugerem, a exclusividade das ciências políticas, nem da sociologia política, da análise do discurso político e tampouco da filosofia política. Cada abordagem disciplinar opera em um ponto em cada uma desses domínios, criando, assim, um lugar de pertinência de análise que lhe é própria. A questão que permanece é, no entanto, a de uma articulação possível entre elas.

Por uma interdisciplinaridade "focalizada"

A interdisciplinaridade é o esforço que diferentes disciplinas empreendem para articular entre si conceitos, instrumentos e resultados das análises. Isso não pode ser feito com várias disciplinas ao mesmo tempo, visto que, para levantar uma questão ou tomar de empréstimo conceitos, é preciso levar em consideração seu quadro teórico, afim de não deformá-los, para poder questioná-los à luz de uma outra disciplina e explicar até que ponto e com que propósito de análise podem ser tomados de empréstimo e incorporados em uma outra disciplina. Esse trabalho só pode ser feito através da comparação entre duas disciplinas, mesmo que essa operação seja multiplicada, isto é, repetida disciplina por disciplina. Ofereço, na sequência, alguns exemplos de articulação em torno de noções, instrumentos e recursos a outras disciplinas a título de interpretação.

Algumas noções em questão

A noção de identidade é do tipo que, por um certo tempo, foi objeto de reflexões interdisciplinares. Ela é ponto central na sociologia, na psicologia social, na antropologia, na semiologia, na análise do discurso e cada uma dessas disciplinas a define à sua maneira.

Essa noção está relacionada à questão do sujeito que é, ela própria, definida de maneira diferente, segundo as disciplinas e as épocas. Sabemos que, desde o final dos anos 1980, falou-se em diversas disciplinas das ciências humanas e sociais, de um "retorno do sujeito", significando com isso uma ruptura com o modelo estruturalista, que o havia negado em sua alteridade e o havia classificado como um ser social e ideológico. Mais precisamente, existia, evidentemente, a questão do sujeito, mas esse sujeito era a sociedade ou o social ou, ainda, o pensamento social, ou seja, uma entidade abstrata, um sistema que, através de suas diversas configurações relativas ao Estado e às instituições, sobredetermina os atores. Assim, era possível pretender evidenciar (às vezes, denunciar) as relações de dominação que se estabelecem na sociedade, através de um processo de objetivação, e evitar entrar na subjetividade dos atores sociais considerada perigosa para o estabelecimento da verdade. A questão do sujeito, volta, então, ainda que de maneira diferente em certos sociólogos, como, por exemplo, Alain Touraine, que, retomando a ideia do "cuidado de si" que Michel Foucault desenvolvia em suas últimas aulas no Collège de France, propõe distinguir o eu pessoal do indivíduo e o do ator social para redefinir o sujeito em uma perspectiva da alteridade, "o mais alto nível de formação do sujeito é o reconhecimento do outro como sujeito". O mesmo pode ser visto em Michel Wieworka, para quem o sujeito é "o que torna capaz de ser ator, se as condições favorecem, é o que o permite agir, construir sua experiência, controlá-la, pelo menos até um certo ponto"; e também para Bernard Lahire, que estuda a maneira pela qual o ator incorpora os "esquemas de ação".

Os filósofos não ficam muito atrás. Alguns, como por exemplo, Norbert Elias, que, numa filiação fenomenológica, tenta evitar a oposição entre "indivíduos" e "sociedade" e propõe uma sociologia, cujo objeto é constituído de indivíduos interdependentes. Outros, como, por exemplo, Paul Ricoeur, que, em uma perspectiva hermenêutica, encontra um sujeito duplo. Mas também os historiadores, que, sob o impulso da École des Annales, reintroduzem em seu campo de análise os indivíduos enquanto atores e responsáveis pelos acontecimentos através de seus comportamentos e representações normatizadas que eles constroem (conscientemente ou não), as quais explicam os acontecimentos. Isso também pode ser observado na antropologia e na psicologia social. Mas é sua história nas ciências da linguagem que é particularmente esclarecedora para compreender as influências que ocorrem entre as disciplinas.

As ciências da linguagem começaram definindo um sujeito com tendo uma identidade de ser potencialmente falante, detentor de possi-

bilidades que o sistema da língua oferece, e uma identidade de ser, efetivamente falante, realizando seu ato de fala. Essa oposição foi diferentemente denominada, segundo os modelos em vigor, cada um trazendo suas próprias especificações. Em Saussure, a oposição língua/fala justifica a evolução das estruturas da língua pelo efeito de retorno do exercício individual da fala; o sujeito, aqui, é uma entidade tida como social, mas, na realidade, desaparece dentro do sistema da língua. Em Chomsky é a oposição competência/desempenho que, se inscrevendo na oposição à "rigidez" estruturalista, definia um sujeito "falante-ouvinte ideal" dedicando-se a operações mecânicas de construção de frases (performance) a partir de estruturas profundas, com a ajuda de regras de transformação (competência) que permitem produzir enunciados: o sujeito competente é aqui apenas um ator abstrato cujas operações não se sabe se são de ordem cognitiva ou puramente mecânica.

Assim, podemos dizer que o sujeito estava ausente do estruturalismo saussuriano e do gerativismo chomskyniano, mas também estava ausente da análise do discurso de inspiração althusseriana, iniciada por Michel Pêcheux. O sujeito não é mais o sujeito da língua, mas o sujeito do discurso detentor de uma ideologia. Portanto, não é ele quem fala, mas a sociedade que fala através dele: o sujeito não age, ele sofre a ação, assim como o sujeito não fala, ele é "falado". Não podemos captá-lo porque são os discursos, as "formações discursivas", como diria Foucault, que circulam na sociedade, que impõem as relações de força nas quais o sujeito é, de certa forma, refém.

Em seguida, surgiu a análise pragmática da linguagem de origem anglo-saxônica (Austin, Searle), o que teve o mérito de retirar os estudos sobre a linguagem de uma imanência que os impedia de levar em conta as forças dos atos de linguagem susceptíveis de produzir efeitos em seus destinatários. Assim surge um primeiro grau de alteridade, levando-se em conta um sujeito destinatário, colocando-se ao mesmo tempo o sujeito locutor em uma relação de influência com ele, ambos ligados por uma intencionalidade.

Enquanto isso, em parte sob a influência da pragmática, vê-se operar na França um retorno a Benveniste, ao se colocar "o homem no centro da linguagem" e ao se definir o sujeito em uma relação de "intersubjetividade" Eu-Tu, por meio de um ato de enunciação. Isso acarreta inúmeros trabalhos sobre a enunciação e Oswald Ducrot desenvolve uma teoria polifônica da linguagem na qual ele propõe separar o sujeito em locutor e enunciador, mostrando, assim, que todo enunciado traz várias vozes.

As teorias da pragmática e da enunciação constituíram uma primeira mudança nas análises linguísticas, e abriram uma porta, como afirma Dominique Maingueneau, para o questionamento sobre a dimensão psicológica e social do sujeito. Mas, no que diz respeito à questão da identidade, as coisas ainda não se apresentam como prontas, pois o sujeito ainda permanece um operador da linguagem sem que as condições situacionais de produção do ato de fala sejam realmente levadas em conta e, portanto, sem que a questão da identidade do sujeito seja problematizada.

É somente sob a influência da etnografia da linguagem (D. H. Hymes, J. Gumperz), da sociolinguística (B. Bernstein, W. Labov) da etnometodologia (H. Garfinkel, para quem "'as 'pessoas', as 'pessoas em particular' e os 'indivíduos' são aspectos observáveis de atividades comuns"), do interacionismo verbal e da análise da conversação (H. Sacks, E. Schegloff, G. Jefferson), retomada e desenvolvida na França por C. Kerbrat Orechionni, particularmente para o estudo da polidez, e da sociologia da linguagem (E. Goffman), que se começou a levar em conta a identidade social e psicológica do sujeito falante em relação com a do seu interlocutor. Essa nova orientação foi apoiada, por um lado, pelos trabalhos dos psicossociólogos da linguagem (C. Chabrol, A. Trognon, R. Ghiglione, J.-L. Beauvois) que tentavam integrar em seu campo, noções de pragmática e de enunciação, por vezes comprovadas experimentalmente, e por outro lado, pelos estudos de comunicação sobre as mídias, questionando ao mesmo tempo os processos de produção do discurso, segundo o estatuto dos atores, e o da recepção, em função das categorias de receptores. Isso resultou em influências recíprocas no tratamento da questão da identidade do sujeito falante em cada uma dessas disciplinas, mesmo quando os empréstimos não são explícitos. No que me diz respeito, trabalho há muito tempo com essa problemática de desdobramento do sujeito, sujeito comunicante, com sua identidade social, e sujeito enunciador, com uma identidade discursiva, desdobramento que permite dar conta dos contratos e estratégias dos discursos midiáticos e políticos.

Se, no campo dos estudos do discurso, atualmente, coloca-se a questão da relação entre identidade social e identidade discursiva do sujeito

falante, é por causa da configuração entre essas diferentes correntes teóricas que introduzem a ideia de um sujeito com múltiplas funções, construindo, às vezes, identidades mais particularmente linguageiras (como nas teorias da enunciação, da pragmática e dos gêneros), às vezes, identidades comunicacionais em relação às identidades sociais e psicológicas para analisar os jogos de persuasão social.

A noção de representação associada à de imaginário é também uma daquelas noções centrais em muitas disciplinas, particularmente na sociologia, na psicologia social e na antropologia.

Ela aparece em Durkheim sob o nome de "representações coletivas", denominação contestada por Moscovici porque o termo coletivo remete mais a um grupo fechado em si mesmo e à opiniões coletivas intracomunitárias. Esse autor propõe, então, a expressão "representações sociais", mais genérica, que inclui as representações coletivas, sem prejulgar seu grau de generalização, visto que se trata de definir uma noção que explica e justifica as práticas sociais, suas normas e suas regras. O indivíduo, não podendo se contentar somente em agir, precisa de uma razão para agir, motivos e finalidades que lhe permitam fazer julgamentos sobre o mérito de suas ações; ele deve, portanto, representá-los para si na interação com os outros, e, ao fazê-lo, passa a existir e inventa a sociedade que, ao mesmo tempo, o inventa. As representações sociais são, por conseguinte, uma forma de conhecimento do mundo socialmente compartilhado.

O imaginário é uma noção que tem a sua própria história. No pensamento clássico, a imaginação era considerada como fantasia; ela estava ao lado da loucura ("*la folle du logis*"), que se opunha, então, à razão, a única capaz de gerir o encontro entre o Homem e o Mundo. Pensamento clássico que permanece até o século XVIII. Afirmando a existência de uma dupla consciência no homem, dupla consciência que se cruza com a dualidade de um "eu individual" e de um "eu coletivo", Freud coloca o imaginário na segunda tópica ("Id / Ego / Superego"), do lado do "Superego", o "Id" é da ordem do simbólico. Nessa mesma linha, Jung desenvolve sua ideia de "arquétipos", como um conjunto de temas recorrentes na construção de imaginários pessoais, baseados em um fundo comum de inconsciente coletivo.

Paralelamente, Bachelard (eles são contemporâneos) opõe a "conceitualização", atividade racionalizante que produz a ciência e o "sonho", atividade criativa que produz uma visão poética do mundo; mas essas duas atividades estão ligadas na medida em que estão na origem dos princípios organizadores do comportamento humano. Ainda de maneira paralela, a antropologia considera os rituais sociais, os mitos e as lendas como discursos que testemunham a organização das sociedades humanas.

Aparentemente, é nessa linha de definições que C. Castoriadis introduz a noção de imaginário social que ele aplica nos casos em que a atividade de representação do mundo se faz em um domínio de prática social particular (artística, política, jurídica, religiosa, educacional etc.), com o objetivo de dar coerência à relação entre a ordem social e os comportamentos, e, assim, cimentar o laço social com o auxílio dos dispositivos de regulação que são as instituições. É preciso acrescentar, ainda, que o imaginário social é de tamanho variável, em função da maior ou menor extensão do grupo, do jogo das comparações possíveis entre os grupos, e da memória coletiva do grupo que se constrói ao longo da história. Assim, podemos falar tanto em imaginários que se inscrevem na pessoa (percepção diferenciada da morte, segundo sua inscrição na história pessoal do indivíduo ou segundo a criação de um sentimento de pertença à sociedade) quanto de imaginários mais propriamente coletivos, que variam de acordo com a natureza do grupo.

Aqui não é o lugar apropriado para entrar em detalhes sobre essas definições ou discuti-las, mas sim de constatar a presença do mecanismo de representação nas várias disciplinas, como, por exemplo, na história, quando ela se interessa pelas mentalidades. Às vezes, na colaboração entre um antropólogo e um linguista: D. Sperber e D. Wilson, em sua teoria da pertinência, falam de "representações partilhadas", noção fundadora da atividade de linguagem que repousa sobre a ideia de adesão dos membros de um grupo com valores comuns que representariam um consenso para que consigam se comunicar. Em análise do discurso, os termos ideologia e formação discursiva são empregados por Michel Pêcheux, em seguida, por Jacques Guilhaumou e Régine Robin, que os relacionam com a história de uma dupla filiação althusseriana e foucaultiana; de maneira semelhante, mas com outros métodos, por M. Tournier, para quem as "palavras não são em si mesmas uma história... (visto que), é a história que se constrói com elas, nos hábitos, nos acontecimentos, ou seja, na sua narrativa", o que faz com que elas sejam testemunhas da ideologia. Podemos, ainda, mencionar

os trabalhos anglo-saxões em torno da Análise Crítica do Discurso (Fairclough N., T. Van Leeuwen, T. Van Dijk, R. Wodak) que procuram, através da interrelação entre o contexto social e sua apropriação subjetiva pelo sujeito, descrever a maneira pela qual os "mecanismos mentais controlam os comportamentos linguageiros". Além disso, Anne-Marie Houdebine, na mesma linda de André Martinet, que na década de 1970 inicia investigações sobre fonologia do francês contemporâneo para destacar a maneira pela qual os indivíduos valorizam ou desvalorizam sua fala, desenvolve o conceito de imaginário linguístico. Para a autora, a didática das línguas visa introduzir nos procedimentos de ensino a questão das diferenças culturais, o que a leva a analisar os estereótipos como detentores de representações culturais. Enfim, para mim, tentei reapropriar-me da noção de imaginário definindo-a em termos de imaginário sociodiscursivo, não como um conceito, mas como um mecanismo de engendramento discursivo dos saberes de conhecimento e de crença que moldam a realidade em real significante.

Essa questão é difícil de tratar. Ela advém de uma teoria do conhecimento, e, como se sabe, desde a origem da filosofia, há várias acepções, sem contar as questões que as ciências humanas e sociais trazem para a problemática. O que parece certo – apesar das oposições que se ligam mais à defesa de território do que da controvérsia científica – é que não se pode dissociar representação de ação e, portanto, atividade cognitiva, prática social e consciência ativa dos sujeitos. Esses são dotados da capacidade de perceber e avaliar as ações coletivas, permitindo-lhes ajustar seus comportamentos de acordo com essas representações do mundo, as situações em que atuam e os lugares que eles acreditam que os outros ocupam. Em outras palavras, parece claro que não podemos dissociar douto saber, crenças sociais e conhecimento comum, embora seja necessário distingui-los para torná-los operacionais.

O que pode ser dito, o que atravessa essas diferentes disciplinas, é que as representações e os imaginários são engendrados pelos discursos que circulam em grupos sociais (por meio de relações interdiscursivas ou dialógicas), se organizam em sistemas coerentes de pensamento, criadores de valores, atuam como justificativa da ação social e se acumulam na memória coletiva.

Há muitas outras noções comuns a diferentes campos disciplinares e suas comparações e paralelismos fazem avançar a pesquisa em cada uma delas. Às vezes, é dentro de um mesmo campo disciplinar que ocorrem influências. Isso acontece com a noção de estratégia, encontrada em psicologia cognitiva, em psicologia social e em análise do discurso, para distinguir persuasão de influência social; o conceito de dispositivo encontrado em ciências da comunicação, retomado no contexto da análise discursiva das mídias e da política, visto que ele desempenha um papel fundamental nas produções linguageiras; a noção de emoção, uma vez tratada pela retórica aristotélica e, em seguida, praticamente restrita à psicologia, tem sido trabalhado pelos estudos do discurso na relação com os fenômenos conversacionais e com os gêneros propagandistas (publicidade, promoção, política), noção evidentemente redefinida em cada caso, se cruzando com outras noções tais como opinião, propaganda e manipulação.

Instrumentos transversais

Há outro tipo de interdisciplinaridade, a que se vale dos mesmos instrumentos de análise em diferentes disciplinas, instrumentos de análise que podem ser qualificados como transversais, tais como a informática e o cálculo estatístico. Esses instrumentos são úteis e eficazes no que diz respeito à possibilidade de processar grandes quantidades de dados com alta velocidade de execução. Ao mesmo tempo, eles tornam visíveis características que passariam despercebidas aos olhos do analista. Devemos, entretanto, reconhecer que eles não são em si mesmos detentores de uma problematização particular. O uso desses instrumentos se inscreve em uma abordagem indutiva, visando coletar, descrever e classificar os dados observados em diferentes objetos e fenômenos, segundo critérios formais, com um ideal de exaustividade. O trabalho é, desse modo, feito com metodologia tecnicista pura, na medida em que não há hipóteses particulares que orientam a pesquisa em uma direção ou em outra. Os dados, os índices de descrição e as categorias de classificação são pensados simultaneamente com o instrumento tecnológico de melhor qualidade possível para a coleta de dados, sua classificação e os modos de representação, a fim de proporcionar ao usuário diversas formas de consulta. Trata-se, aqui, de uma abordagem descritivista, centrada em

arquivos, enquanto que em toda disciplina segue, de uma forma ou de outra, uma abordagem construtivista elaborando seu próprio objeto; a questão que se coloca é: até que ponto a acumulação de dados empíricos, por qualquer procedimento que seja, permite a compreensão do fenômeno estudado.

Dito isso, o uso desses instrumentos permitiu introduzir em algumas disciplinas de estudos quantitativos que servem de base para estudos qualitativos pelo viés de amostras fundamentadas e controladas. Assim, vemos surgir nos estudos sobre a mídia e nos discursos políticos, associações interessantes entre análises quantitativas que permitem a construção de corpora e levam a perceber a recorrência de certas características segundo os modelos mais ou menos sofisticados, análises semânticas, análises argumentativas, em relação ao levantamento de dados comunicacionais (dispositivos, identidades dos locutores, gêneros discursivos, tipos de troca etc.).

O recurso necessário a outras disciplinas para a interpretação

A interdisciplinaridade também pode ser exercida de outra forma: valendo-se de diferentes disciplinas para observar um mesmo objeto. Isso poderia referir-se ao que eu defini como sendo pluridisciplinaridade, e que distingui de interdisciplinaridade. Mas, trata-se, aqui, de preparar o trabalho de uma disciplina por análises realizadas em uma outra, a respeito de um mesmo objeto de estudo, ou de estender as análises fornecidas no âmbito de uma disciplina através do recurso de uma outra. Vemos, por exemplo, que para o estudo de um objeto como "a história dos hábitos alimentares" na França, os historiadores são levados a colaborar com geógrafos, antropólogos e até mesmo com urbanistas. Cada uma dessas disciplinas traz seus próprios resultados, valendo-se de instrumentos de análise; mas isso é feito em estreita colaboração, tentando articular entre eles os resultados de análises do corpus, dos estudos de campo ou dos experimentos para se obter uma visão geral do fenômeno estudado. Essa pluridisciplinaridade, diferentemente do que defini como uma simples soma de disciplinas, cada uma produzindo seus próprios resultados, é uma pluridisciplinaridade articulada e integrada em torno de um protocolo de análise comum. Prefiro chamar isso de interdisciplinaridade. Ela tem sido implementada, por exemplo, na rubrica "troca" da revista Questions de communication, sob a forma de discussões críticas permanentes sobre "conceitos e métodos utilizados nos trabalhos sobre informação e sobre comunicação".

Essa interdiciplinaridade também pode ser realizada em um movimento de extensão de uma análise por uma outra, que traz uma luz complementar ao fato estudado, seja por trabalhos de campo, seja por procedimentos experimentais. Por exemplo, a análise discursiva de uma controvérsia encenada pelas mídias (rádio, imprensa e televisão) que poderia ir além através de um trabalho de campo realizado por sociólogos para verificar a recepção, mas levando em conta os resultados da análise anterior. É o que o fez o Centro de Análise do Discurso, da Universidade Paris XIII, ao desenvolver durante suas pesquisas sobre objetos midiáticos, em colaboração com psicossociólogos. Da mesma forma, é difícil estudar certas questões como o fenômeno da "propaganda", sem a estreita participação da história, da antropologia, da semiologia, das ciências da informação e da ciência política.

O problema da interpretação

Existe um momento no estudo de um fenômeno no qual qualquer pesquisador passa por uma certa apreensão; trata-se da interpretação dos resultados de suas análises, momento em que é preciso tornar o mundo um pouco mais inteligível. Isso porque, se cada disciplina, com a ajuda de seus pressupostos teóricos e de seu quadro metodológico, permite que no final de uma análise se estabeleça resultados, ainda é necessário que eles sejam interpretados. Além disso, interpretar não é uma tarefa fácil, principalmente porque há muitas maneiras de conceber a interpretação, algumas finalistas, outras mais causais.

Seria necessário se lançar em um longo desenvolvimento crítico, para discutir as diferenças entre noções tais como compreensão, explicação e interpretação. Não é esse o caso, aqui; limito-me a remeter, por exemplo, à declaração feita por Ricoeur em Entre hermenêutica e semiótica. Ele discute as noções de explicação e de compreensão, a par-

tir das posições do alemão Wilhelm Dilthey (Ciência do espírito) sobre o nascimento da hermenêutica, e das dos filósofos da linguagem que, na sequência de Wittgenstein, distinguem causalidade e motivação. Ele tenta justificar a oposição dessas duas noções em oposição com Dilthey, que defende somente a compreensão, e em oposição com o "Circulo de Viena", que dá preferência para a explicação. Isso porque, para ele, não haveria dois campos científicos (as ciências da natureza, de um lado, as ciências do espírito do outro), mas uma "unidade da ciência", que repousa sobre os mesmos procedimentos explicativos. Ele também propõe manter o vínculo entre explicar e compreender, dando primazia à compreensão e considerando a explicação como uma mediação necessária, mas secundária, e subordinada à compreensão e à interpretação. Mas a abordagem hermenêutica é também ela flexibilizada; podemos pensar em alguns trabalhos que mostram isso, como, por exemplo, a perspectiva da Teoria do agir comunicacional de Habermas, cuja orientação combina psicologia social e descrições estruturais.

Mantendo-me apenas no que permite apoiar a ideia de interdisciplinaridade que defendo, apoio-me, provisoriamente, somente na noção de interpretação, pois trata-se, aqui, da interpretação do sujeito analisante, e não do sujeito receptor (leitor, ouvinte, interlocutor, espectador), para o qual prefiro reservar a noção de compreensão, movimento de captura do sentido que ele constrói (como quando dizemos: "Eu entendi" ou "Eu te entendo"), segundo o princípio de reflexividade proposto pela etnometodologia, que percebe os sujeitos como aqueles que integram em seu fazer social (linguageiro ou acional) os motivos e as representações que o justificam. Uma distinção entre duas abordagens que retomam, em parte, algumas definições de Ricoeur.

Interpretar é tentar chegar aos resultados de uma análise através da realização de uma série de comparações desses resultados, uns com os outros ou com algo diferente deles. Podemos, assim, fazer dois tipos de comparação e, portanto, dois tipos de interpretação.

Uma interpretação interna, que consiste em mostrar como (e não porque) funciona o fenômeno estudado através de uma comparação entre as várias partes que compõem os resultados de uma análise. Isso pode se dar de maneira causal, como o faz, por exemplo, a história, quando ela liga os eventos em uma cadeia de causalidade (causas físicas), ou quando ela propõe hipóteses sobre redes de intencionalidade que teriam determinado os eventos (causas motivantes). Pode se dar, ainda, de maneira correlativa como, por exemplo, quando chegamos ao fim de uma análise de um corpus de textos mediáticos e relacionamos a descrição dos acontecimentos, os comentários feitos sobre eles, os argumentos trocados em uma polêmica com os tipos de locutores e os temas tratados.

Há um outro tipo de interpretação interna que consiste em colocar os elementos dos resultados em comparação com as categorias e as hipóteses a partir das quais as análises foram realizadas. Trata-se de um tipo de teste ou de verificação da validade dos conceitos, das categorias e dos instrumentos utilizados nessa análise. Temos, como exemplo, uma tese que tinha como objetivo mostrar em que medida a teoria dos atos de linguagem podia ser usada para analisar um corpus composto de conversações, como essas categorias poderiam ser reconhecidas como válidas e quais eram os limites. Trata-se, então, de um procedimento de validação que mostra o poder explicativo, seja de categorias, seja de hipóteses experimentais, ou, ainda de procedimentos de análise (genéticas, estruturais, imanentistas). É por isso que podemos dizer que esses modos de interpretação interna se assemelham a um procedimento de explicação, visto que há um certo caráter de objetividade, pois é um movimento hipotético-dedutivo com procedimento de verificação.

O outro tipo de interpretação pode ser chamado de externo, na medida em que os resultados são confrontados com os de outras disciplinas que estudaram um objeto semelhante. Portanto, podemos confrontar a análise das estratégias discursivas realizadas em um corpus de discursos políticos com certas hipóteses que a psicologia social propõe para os processos de influência e que a sociologia propõe para os tipos de público-alvo, ou ainda que a filosofia política propõe para os princípios e os valores que fundam os regimes políticos. Sabemos da influência que a filosofia teve na evolução de certas disciplinas: na sociologia (Bourdieu e Wittgenstein), nas ciências da linguagem (Austin, Searle, Derrida), na semiótica narrativa (Ricoeur) e na análise do discurso (Althusser, Foucault).

Mas penso, aqui, mais na necessidade de usar uma abordagem dialógica (intertextual ou interdiscursiva) para interpretar os resultados de certas análises de discurso. Por exemplo, quando analisamos um cor-

pus composto de textos políticos, não podemos fazê-lo sem recorrer aos escritos da filosofia política, na medida em que esses discursos fazem referências aos regimes políticos (república), aos modos de governança (democracia), às teorias sobre a organização da vida das sociedades (liberalismo, marxismo, nacional-socialismo, fascismo), às estratégias de persuasão (populismo, propaganda). Outro exemplo: quando analisamos a maneira pela qual as mídias transmitem os conflitos armados ou as controvérsias sociais, a necessidade de buscar em outros escritos os imaginários que circulam, como no caso de guerras, da bioética, da laicidade etc. O movimento, aqui, é o de observação, de comparação (nem ascendente nem descendente), cuja pertinência depende das escolhas do sujeito analisante, em um trabalho interpretativo e de natureza subjetiva. Mas tal trabalho é a condição para a produção de uma interpretação que consiste, segundo o princípio hermenêutico, em destacar o que está escondido, o que é invisível à observação empírica. Essa é a função crítica de qualquer análise das ciências humanas e sociais, função não restrita a uma teoria em particular.

Esses dois tipos de interpretação não são incompatíveis. Eles se beneficiariam sendo complementares, mas devemos estar conscientes de que, quando, em uma interpretação interna, buscamos validar o quadro teórico-metodológico, não opinamos muito sobre o objeto analisado enquanto fenômeno social. No entanto, quando se trata de um esforço para interpretação externa, buscamos explicar o fenômeno social estudado, confrontando diferentes pontos de vista, e não questionamos a validade da própria análise. Vemos, então, que uma prática de análise pode ter como objetivo, seja validar um quadro conceitual com pressupostos teóricos e uma instrumentação metodológica, a fim de delimitar a pertinência e mostrar a eficácia (abordagem ascendente), seja para dar conta dos fenômenos sociais, confrontando cada análise com outros lugares de pertinência, sem negar a sua própria (abordagem horizontal).

Aqui estão alguns exemplos do que seria uma interdisciplinaridade distinta de uma pluridisciplinaridade. Mais uma vez, envolver pesquisadores de diferentes disciplinas em um mesmo programa de pesquisa não é uma garantia de interdisciplinaridade se se trata apenas de ver como diferentes disciplinas lidam com uma mesma questão sem que isso afete, de alguma forma, qualquer uma delas. Reunir em um mesmo grupo pesquisadores de diferentes disciplinas, de modo que "as ciências humanas e sociais se construam elas mesmas os seus próprios objetos e seus métodos em uma interação racional com outras ciências, nos domínios – por exemplo do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável, da saúde e da comunicação", é louvável e promissor, mas não é, como anunciado no Regulamento, uma promessa de interdisciplinaridade. Tomar como objeto de análise o discurso de uma outra disciplina (análise do discurso filosófico, literário, histórico, científico, didático) não é interdisciplinaridade; é fazer análise do discurso sobre outra disciplina, e não interagir com ela. Todos esses procedimentos, por mais valiosos e necessários que sejam, advém da pluridisciplinaridade (com diferentes formas) e não da interdisciplinaridade.

No entanto, há o fato de que certas correntes da ciência da linguagem integram dados sociológicos, sócio-psicológicos e sócio-comunicativos em seu modelo teórico ou em sua metodologia, e também há o fato de que psicossociólogos da linguagem integram, alguns deles, elementos de pragmática (A . Trognon, R. Ghiglione), e, outros, elementos de enunciação (C. Chabrol). Há, também, pesquisadores das ciências da comunicação que se questionam sobre sua disciplina, apoiando-se em obras de sociólogos, semioticistas e analistas do discurso (B. Miege) que tratam da análise das mídias, ou, ainda, sociólogos que se veem em um cruzamento entre a ciência econômica e a filosofia política, e ainda outros que se situam na intersecção da sociologia, da história e da antropologia. E, por último, o fato de que alguns linguistas tomam emprestado conceitos da psicanálise (A.-M. Houdebine, J. Authier, M. Arrivée), o que pode produzir interdisciplinaridade, sem nos esquecermos de que é nesse jogo de empréstimos recíprocos que as disciplinas evoluem e se constroem novas correntes disciplinares.

Em outras palavras, o que é importante para avaliar a interdisciplinaridade é ver em que medida um conceito nascido e desenvolvido em uma disciplina é redefinido e reutilizado em outra, em que medida são tomados de empréstimo instrumentos de análise ou em que medida uma disciplina recorre a outra para interpretar seus resultados e os efeitos disso.

Mas esses jogos de empréstimos, de integração e de interdiscursividade devem ser feitos, anunciando aquilo que está sendo tomado de empréstimo, integrado ou usado, e como os conceitos tomados de empréstimo

são redefinidos em sua própria disciplina. Nada é mais prejudicial para a pesquisa que o confusionismo disciplinar, que se manifesta por meio de empréstimos de conceitos sem que esses sejam explicitados: o silenciamento dos empréstimos (e, portanto, não identificáveis), ou empréstimos não redefinidos. Em suma, qualquer uso de noções ou hipóteses de uma outra disciplina sem questionamentos pode gerar críticas recíprocas.

Se sociólogos utilizam a noção de gramática para, na sequência das propostas de Wittgenstein, construírem um conceito central em sua teoria como um conjunto de convenções cujos indivíduos teriam um conhecimento (implícito ou explícito) que lhes permite agir de acordo com essas convenções, seria conveniente lembrar quais são as definições da tradição retórica e linguística, qual aspecto pode ser retido e qual nova definição lhe é atribuída: trata-se de um conjunto de regras sistêmicas, como no caso de uma gramática da língua, de normas de uso mais ou menos ritualizadas, que demonstram as possíveis maneiras de dizer ou as convenções que regem as condutas dos indivíduos. Se historiadores trabalham para analisar os fatos da propaganda, seria útil que eles soubessem o que dizem os sociólogos que fazem trabalhos de campo, e os semiólogos e analistas do discurso que destacam diferentes tipos de opinião, raramente observadas. Da mesma forma, se analistas de discurso utilizam os conceitos de ideologia ou de representação, é necessário que eles consultem os escritos filosóficos, e também os de sociologia, psicologia social e antropologia, como mostrei acima, a fim de posicionarem-se em relação às definições propostas por essas disciplinas.

Por outro lado, às vezes, acontece dos pesquisadores de uma disciplina encontrarem nos escritos de outras disciplinas conceitos que lhe são familiares, mas com outros empregos. Por exemplo, um analista do discurso encontrará na literatura sociológica ou da psicologia social conceitos de performatividade, pragmática ou competência com sentidos diferentes daqueles que eles têm em ciências da linguagem; apropriação legítima, mas isso exigiria uma explicação quanto à redefinição que é proposta para os sentidos originais. Com isso, não se deforma a noção definida em outra disciplina, pois foi anunciado, ao mesmo tempo, que a definição é bem entendida, emprestada e redefinida em seu próprio processo de análise. Isso é o que eu chamo de uma "interdisciplinaridade focalizada". Cada disciplina deve manter o foco em seu corpo disciplinar, deve manter seu quadro de pertinência que é o que garante a validade de suas análises e que elas possam ser discutidas. Toda disciplina precisa de um lugar geométrico, caso contrário, não seria possível discutir a pertinência de suas análises.

Um exemplo: a interdisciplinaridade no estudo da comunicação

Termino com um exemplo que ilustra essa interdisciplinaridade focalizada, ao mesmo tempo, sob o ponto de vista das noções, dos instrumentos e dos resultados.

Defendo a hipótese de que todo ato de comunicação – seja ele interpessoal privado ou coletivo público – sempre se realiza entre um sujeito locutor e um destinatário-receptor-interpretante (que pode, por sua vez, tornar-se sujeito locutor de maneira simétrica), entre os quais transita um certo ato de linguagem detentor de sentido e tendo alguma forma.

Quando se trata de uma comunicação coletiva que se manifesta em um espaço público com a ajuda de vários suportes de transmissão, podemos dizer que a comunicação ocorre entre uma instância de produção da linguagem, e uma instância de recepção-interpretação (que, por sua vez, pode tornar-se de produção, mas de forma assimétrica), entre as quais transita um certo produto detentor de sentidos e tendo várias formas, dependendo do sistema de signos (verbal, icônico, gestual) que o configura.

Essas instâncias são constituídas de atores que agem, que pensam, que falam e que se encontram face a face umas das outras em diversas relações, segundo os status e os papéis que elas sustentam. Alguns desses atores assumem papéis de produtor de discurso (por exemplo, nas mídias: direção do órgão da informação, redatores, jornalistas etc.); outros assumem o papel de receptor (por exemplo, leitores, ouvintes, telespectadores), todos vinculados por certas restrições, tanto no lado da produção quanto no da recepção. Ao mesmo tempo, esses atores são levados a representar os lugares que ocupam e que os outros ocupam, a finalidade da troca na qual eles se encontram, além das condições que limitam essa troca.

Tal hipótese de funcionamento da comunicação permite construir um modelo de análise que distingue três lugares de pertinência: um lugar das condições da produção, um lugar das condições da recepção e um lugar de realização do ato de comunicação como um produto acabado.

O primeiro é aquele onde são estudadas as condições que sobredeterminam esses atores: a identidade, o status, os papéis e as representações que fazem da instância de recepção, os quais testemunham os efeitos que eles desejam produzir junto a essa instância (efeitos visados). Trabalhos de sociólogos tais como Cyril Lemieux, Jean-Marie Charon e Rémy Rieffel, para citar apenas alguns, se encontram nesse lugar de pertinência.

O segundo lugar é onde são estudados os processos de compreensão e interpretação dos atores, processos os quais acreditamos testemunhar a maneira como esses atores recebem as mensagens da instância de produção (efeitos produzidos). Trabalhos de alguns sociólogos (Dominique Pasquier, Dominique Mehl, Daniel Dayan, Eric Macé e Eric Maigret), ou de alguns psicossociólogos (Claude Chabrol, Odile Camus e Patrice Georget, já mencionados), ainda que de maneiras muito diferentes, se encontram nesse lugar pertinência.

O terceiro lugar é onde são estudadas as características do ato de comunicação em sua dupla configuração de forma e de sentido, revelando as múltiplas significações das quais ele é detentor (efeitos possíveis), pois, por causa dessa reciprocidade assimétrica entre duas instâncias da troca, o sentido do ato de comunicação resulta de uma co-construção feita por elas, e, portanto, o sentido de qualquer produto acabado possui muitos sentidos originados dos efeitos visados e dos efeitos produzidos. Os trabalhos dos analistas do discurso sobre a mídia impressa, o rádio e a televisão se situam nesse lugar de pertinência.

Dessa forma, pode-se instaurar uma interdisciplinaridade nos três níveis descritos acima. No nível das noções, quando analistas do discurso, sociólogos e psicossociólogos são confrontados com a questão das identidades sociais e discursivas dos atores da troca. No plano metodológico, quando os resultados das pesquisas de campo constituem um novo corpus, que pode ser analisado em colaboração entre sociólogos e analistas do discurso, ou quando psicossociólogos se valem dos resultados da análises discursivas (efeitos possíveis) para medir a compreensão (efeitos produzidos) junto a diversos públicos por meio de métodos experimentais. No nível de outras disciplinas, tenta-se interpretar esses diversos resultados, do ponto de vista de uma perspectiva histórica, ou do ponto de vista moral, valendo-se de uma filosofia da ética.

x.x.x.x

Nos anos 1970-1980, como já mencionei, Roland Barthes, Edgar Morin, Gérard Genette, Michel Foucault, Pierre Bourdieu, Paul Ricoeur, dentre outros, abriram, na França, o caminho para uma multiplicidade de relações entre as disciplinas das ciências humanas e sociais. Não se trata de um novo paradigma, visto que pressupostos epistemológicos e teóricos, métodos de análise e de interpretação permanecem distintos, segundo as disciplinas e correntes disciplinares. Mas, a partir daí, nenhuma disciplina, excluindo o momento de seu procedimento de análise, pode ficar fechada em sua ortodoxia. Ela precisa estar disposta a abrir-se a uma dupla interrogação, interna e externa ao seu campo disciplinar, e, para tanto, pareceu-me interessante propor essa distinção entre uma abordagem pluridisciplinar, que acumula, mas, não articula, uma transdisciplinaridade, que atravessa os lugares de pertinência, mas, que pode perder seu lugar de referência, e uma interdisciplinaridade, que troca, coopera, partilha, questionando e integrando de maneira crítica.

Parece-me que é nessa abordagem interdisciplinar focalizada que poderão ser discutidos conceitos e questões atualmente centrais nas ciências humanas e sociais: dominação, reflexividade, relação entre abordagem empírica e interpretação crítica, relação com o conhecimento, que leva à questão da postura ética do pesquisador. Mas isso é outra discussão.

Dizer que os fenômenos sociais são complexos não é uma fórmula simples, e dizer que devem ser analisados de uma forma abrangente não é apenas um slogan altermundialista. Mas essa tomada de consciência não nos livraria do risco de cometer três erros. O primeiro deles seria pensar que só os grandes sistemas explicativos permitiriam dar conta dos fenômenos sociais. Isso seria voltar para o período dos grandes -ismos: estruturalismo, gerativismo, interacionismo ou historicismo de outrora, sociologismo, economismo e juridismo de hoje. Isso seria querer essencialisar modelos de análise, em nome da cientificidade, tornando-os dominantes e abrindo caminho para um totalitarismo intelectual. O segundo seria pensar que a utilização simultânea – e não-crítica – de muitas disciplinas deveria permitir melhor explicar

os fenômenos. Isso seria praticar um amálgama que poderia criar ilusão, mas seria apenas uma fachada. O terceiro seria pensar que nunca daríamos conta dos fenômenos, devido à sua complexidade e, assim, defender um relativismo neutro, acumulando estudos empíricos locais sem nenhum outro objetivo além de trazer uma pequena colaboração, uma pedra para a construção de uma catedral do conhecimento da qual veríamos apenas uma pequena parte. Isso seria, então, despir-se de qualquer desejo de explicação.

É verdade que hoje devemos lutar contra uma tendência do quantitatismo, quando esse se apresenta como a única garantia de cientificidade, com seus vários modelos de análise estatística, que quer impor a ideia de que o cálculo matemático desvenda a verdade científica, enquanto que ela é útil somente a título de instrumento tecnológico. Também é verdade que devemos lutar contra o confusionismo de uma pluridisciplinaridade selvagem, ou pelo menos não-racional, que se apresentaria como a única maneira de apreender a complexidade do mundo, e que ocultaria a necessidade de se recorrer ao rigor dessa ou daquela disciplina, a única possibilidade de discutir os resultados de forma crítica. É verdade que devemos lutar contra aqueles que tendem a refugiar-se em um localismo, em nome de uma certa autenticidade, embora útil na descrição empírica, mas que não permite uma abordagem crítica dos fenômenos sociais.

A interdisciplinaridade focalizada não deve ser considerada uma nova modalidade para os pesquisadores que querem se livrar do rigor de uma disciplina. Ela permite escapar da polêmica questão sobre a classificação das disciplinas em áreas, classificação que vários pesquisadores tem tentado fazer, incluindo Jean Piaget e Claude Lévi-Strauss na década de 1960, Maurice Godelier e Jean-Claude Passeron na década de 1980. Exercício bastante útil, pois obriga a se perguntar sobre os fundamentos das disciplinas das ciências humanas e sociais, mas é uma operação que pode obscurecer o trabalho necessário de confrontação e articulação dessas disciplinas.

Em vez de discutir ad infinitum com o objetivo de conhecer quais são as ciências humanas e sociais, em vez de correr o risco de demonstrar a predominância de uma dessas ciências sobre as outras, ao invés de tentar um consenso sempre discutível – pelo fato de que "estamos longe de um consenso mínimo ou do compromisso provisório... (pois) entre os defensores da ciência positiva, aqueles que defendem as posições hermenêuticas e aqueles que recusam a alternativa positivismo/construtivismo, o diálogo é, pelo menos, difícil e as respostas divergentes" – em vez disso, uma interdisciplinaridade focalizada, que não é um modelo, mas um estado de espírito, um estado de espírito que engendra uma abordagem que procura manter, ao mesmo tempo, o múltiplo pertencimento disciplinar dos fenômenos sociais (interdisciplinaridade) e o rigor de uma disciplina (focalizada).

Fevereiro de 2010.

Referências

Barthes R., *Essais critiques IV*, Le Seuil, Paris, 1984.

Boltanski L. et Thévenot L., *Les économies de la grandeur*, Presses universitaires de France, Paris, 1987.

Bonnafous S. et M. Temmar M. (éds.), *Analyse du discours et sciences humaines et sociales*, Ophrys, Paris, 2007.

Bourre R., *Les sciences humaines et sociales en France*, E.M.E.& InterCommunications, BE Fernelmont, 2007.

Burger M. (dir.), *L'analyse linguistique du discours des médias :apports, limites et enjeux*, Nota Bene, Québec, 2008.

Camus O., Les interactions langagières, in Petared P. (éd.), *Psychologie sociale,* Bréal, 1999, p.259-316.

Castoriadis C., *L'institution imaginaire de la société*, Le Seuil, Paris., 1975.

Chabrol C. et Radu, M., *Psychologie de la communication et persuasion*, De Boeck, Bruxelles, 2009.

Chabrol C., Réguler la construction de l'identité du sujet du discours, in Berrendonner A. et Parret H. (éds), *L'interaction communicative*, Berne, Peter Lang, 1990, p.215-229.

Charaudeau P. (dir.), *La télévision et la guerre. Déformation ou construction de la réalité ? Le conflit en Bosnie (1990-1994)*, Ina-De Boeck, Bruxelles, 2001.

Charaudeau P., Tiers où es-tu ?, In Charaudeau P. (dir.) *La voix cachée du Tiers. Des non-dits du discours*, L'Harmattan, Paris, 2004, p.19-41.

Charaudeau P. et Maingueneau D., *Dictionnaire d'analyse du discours*, Seuil, Paris, 2005.

Charaudeau P., Analyse du discours et communication. L'un dans l'autre ou l'autre dans l'un ?, in Sémiotique et communication. État des lieux et perspectives d'un dialogue, *revue Semen* n°23, Presses universitaires de Franche-Comté, Besançon, avril 2007, 65-77.

Charaudeau P., Les stéréotypes, c'est bien, les imaginaires, c'est mieux, in Boyer H. (dir.) *Stéréotypage, stéréotypes : fonctionnement ordinaires et mises en scène*, Tome 4, L'Harmattan, Paris, 2007, T.4, 49-63.

Charaudeau P. (dir.), *La médiatisation de la science. Clonage, OGM, Manipulations génétiques*, De Boeck-Ina, Bruxelles, 2008.

Charaudeau P., (dir.), *Identités sociales et discursives du sujet parlant,* L'Harmattan, Paris, 2009.

Corcuff Ph., *Les nouvelles sociologies*, Nathan-Université, Paris, 1995.

Darbellay F., *Interdisciplinarité et transdisciplinarité en analyse des discours. Complexité des textes, intertextualité et transtextualité*, Slatkine, Genève, 2005.

Debray R., *Manifestes médiologiques,* Gallimard, Paris, 1994.

Élias N., *La société des individus*, Fayard, Paris, 1991.

Esperet E., Apprendre à produire du langage : construction des représentations et processus cognitifs, in Acquisition et utilisation d'une langue étrangère. L'approche cognitive, *revue Le Français dans le monde*, numéro spécial, Hachette, 1990, p.8-15.

Fleury B. et Walter J., Pour une critique des médias en temps de conflit ?, revue *Questions de communication* n° 10, Presses universitaires de Nancy, 2006, p.3-31.

Georget P., *Analyse psycho-socio pragmatique des communications médiatiques à visée persuasive*, thèse soutenue à l'Université de Paris VIII, janvier 1997.

Godelier M., *L'état des sciences de l'homme et de la société en France. Analyse et propositions pour une politique nouvelle*, La Documentation française, Paris, 1982.

Godelier M., *Au fondement des sociétés humaines. Ce que nous apprend l'anthropologie*, Albin Michel, Paris, 2007.

Guilhaumou J. A propos de l'analyse du discours : les historiens et le tournant linguistique, revue *Langage et société* n°65, p.5-38, Maison des Sciences de l'Homme, Paris, 1993.

Habermas J., *Théorie de l'agir communicationnel*, Fayard, Paris, 1981.

Houdebine A.-M. (dir.), *L'imaginaire linguistique*, L'Harmattan, Paris, 2002.

Juillard J., *La reine du monde. Essai sur la démocratie d'opinion*, Flammarion, Paris, 2008.

Jules-Rosette B., Entretien avec Harold Garfinkel, *revue Sociétés* n°5, sept. 1985.

Kourilsky F. (dir.), *Carrefour des sciences*, Actes du colloque du CNRS, Éditions de CNRS, Paris, 1990.

Lahire B., *L'esprit sociologique*, La Découverte, Paris, 2005.

Lefébure P., *Quand les citoyens discutent le lien représentatif*, thèse de doctorat à l'IEP de Paris, 2008.

Lemieux C., *Le devoir et la grâce. Pour une analyse grammaticale de l'action, Economica*, Paris, 2009.

Lévi-Straus C., *Anthropologie structurale*, Plon, Paris, 1958.

Lévi-Strauss C., *La pensée sauvage*, Plon, Paris, 1962.

Lévi-Strauss C., Critères scientifiques dans les disciplines sociales et humaines, *Revue Internationale des Sciences Sociales,* vol. 16, n°4, 1964.

Lochard G., Parcours d'un concept dans les études télévisuelles, *revue Hermès* n°25, Le dispositif, CNRS-Communication, Paris, 1999, p.143-151.

Miège B., Les apports à la recherche des sciences de l'information et de la communication, *revue Réseaux* n°100, p.547-568.

Ogien A., *Les formes sociales de la pensée. La sociologie après Wittgenstein*, A. Colin, Paris, 2007.

Passeron J.-C., Les sciences sociales : unité et diversité, in Guillaume M. (éd.), *L'état des sciences sociales en France*, La Découverte, Paris, 1982, p.10-15.

Pêcheux M., Les Vérités de la Palice in *L'inquiétude du discours.* Textes de Michel Pêcheux présentés par D. Maldidier, Éditions des Cendres, Paris, 1990, p.175-244.

Petitclerc A et Schepens Ph. (éds.), *Critical Discourse Analysis, revue Semen* n°27, Presses universitaires de Franche-Comté, Besançon, 2009, 17-31.

Piaget J., Classification des disciplines et connexions interdisciplinaires, *Revue Internationale des Sciences Sociales*, vol. 16, n°4, 1964.

Plantin C., Doury M. et Traverso V. (dir.), *Les émotions dans les interactions*, Presses universitaires de Lyon, 2000 ; et Rinn M., Émotions et discours. L'usage des passions dans la langue, Presses universitaires de Rennes, 2008.

Quéré L., *La sociologie à l'épreuve de l'herméneutique*, L'Harmattan, Paris, 1999.

Ricoeur P., *Nouveaux Actes Sémiotiques*, PULIM, 7, Limoges,1990.

Ricoeur P., *Soi-même comme un autre*, Seuil, Paris, 1990.

Robin R., *Histoire et linguistique*, A. Colin, Paris, 1973.

Rouquette M-L et Rateau P., *Introduction à l'étude des représentations sociales*, PUG, Grenoble, 1998.

Soulages J.-C., Identités discursives et imaginaires figuratifs, in Houdebine A.-M. (dir.), *L'imaginaire linguistique*, L'Harmattan, Paris, 2002, p.103-109.

Touraine A., Sociologie sans société, in Wieviorka M. (dir.), *Les sciences sociales en mutation*, Éditions Sciences humaines, Auxerre, 2007, p.26-36.

Tournier M., *Des mots sur la grève. Propos d'étymologie sociale*, vol.1, p.9, Klincksieck, Paris,1992.

Trognon A. et Ghiglione R., *Où va la pragmatique?*, Presses universitaires de Grenoble, 1993.

Wieviorka M., Introduction, in Wieviorka M. (dir.), *Les sciences sociales en mutation*, Éditions Sciences humaines, Auxerre, 2007, p.9-21.

Análise do discurso e análise do discurso teatral - um estudo dos modos de organização do discurso em Hamlet[1] de W. Shakespeare na encenação de Peter Brook com o ator Adrian Lester (2001).

Marcelo Cordeiro
IEC- PUC/MG

Considerações iniciais

Nas considerações do pesquisador brasileiro Mello (2004)[2] é possível perceber que para uma análise do discurso teatral é necessário considerar as duas dimensões da manifestação linguageira teatral. Consideramos que o texto dramático deve ser visto como parte do conjunto semiológico da representação cênica concreta que é analisada. Ele tem como finalidade, que o especifica dentro do universo literário, a de ser encenado. Para isto soma-se diversos elementos que configuram o discurso teatral encenado: a atuação, a direção, os figurinos, a cenografia, a movimentação cênica, a maquiagem, a sonoplastia, etc...

---

[1] Ajustai o gesto à palavra, a palavra ao gesto, com o cuidado de não ultrapassardes a natural moderação: pois o exagero foge ao propósito do teatro: o objetivo deste, a princípio e agora, foi e é oferecer um espelho à natureza, mostrar a virtude os seus próprios traços, à derrisão a sua exata efígie, a idade e o corpo da vida social a sua verdadeira forma e imagem.
(Hamlet, ato III, cena II).

[2] Teatro é arte. Arte múltipla, complexa e paradoxal, formada por duas substâncias contraditórias, porém intrínsecas, a literária e a cênica: ao mesmo tempo produção literária – texto dramático, e representação cênica concreta. (Mello, p. 90, 2004).

Em caso de filmagens a que se considerar o roteiro, a escolha dos planos, a edição e a montagem do filme, entre outros fatores importantes que determinam uma encenação que está para além de seu estatuto de produção literária. Todos esses elementos devem ser considerados em uma análise como elementos dinâmicos que ocorrem simultaneamente em uma encenação. A análise do discurso teatral deve considerar, assim, as duas dimensões apontadas na citação de Mello (2004).

A proposta dessa aproximação entre Análise do Discurso e Teatro nos pareceu, a partir de 2003, bastante propícia, uma vez que considerando o teatro ou a ocorrência teatral como ato linguagem, encontramos na teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau (1983) um instrumental de análise amplamente aplicável ao discurso teatral enquanto representação concreta ancorada socialmente.

Essa interface vem possibilitando a abertura de um campo de análise deste gênero de discurso tão específico como é o da encenação teatral. Portanto, nessa perspectiva de análise que tem uma ancoragem psicossocial, não se prescinde do interlocutor, parceiro da troca comunicativa, espectador que interage com o conjunto de códigos semiológicos que lhe é emitido no ato de uma encenação teatral. Esse conjunto é usualmente utilizado nas encenações teatrais e que organizamos em um quadro (Cordeiro, p. 93, 2005).

O objetivo deste recente trabalho é o de analisar como os Modos de Organização do Discurso, de acordo com Charaudeau (2008), funcionam imbricados na encenação do discurso teatral. A mescla dos modos de organização do discurso é utilizada como estratégia (discursiva) na construção do Ethos dito (texto dramático) e no Ethos mostrado (que o ator constrói para ser apresentado). Juntos configuram o Ethos forjado que corresponde àquele que o ator realiza ao encenar o discurso teatral para seu espectador; Nele, o ator põe em funcionamento suas estratégias linguageiras.

Analisaremos, para elucidar a especificidade do discurso teatral encenado, o personagem Hamlet de W. Shakespeare em seu solilóquio na primeira cena do terceiro ato da tragédia shakespeariana. A imagem de si (o Ethos) do ator diante do espectador ou diante da lente da câmera. O Ethos suicída e o Ethos reflexivo, como deve ser o Ethos do ator que apresentará o abatimento do príncipe da Dinamarca?

Os Modos de Organização do Discurso: Enunciativo, Descritivo, Narrativo e Argumentativo, como proposto pela Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau, são aqui estudados no pequeno corpus dessa análise. Pretendemos elucidar de que maneira na encenação que o ator realiza de seu Ethos forjado para o personagem Hamlet, em sua atuação mescla os modos de organização do discurso em favor de sua argumentação.

Dito de outra maneira, os Modos de Organização do Discurso imbricados funcionam como estratégia discursiva e linguageira utilizadas na construção de um Ethos Forjado do ator ao encenar o personagem ou um tema. Ou seja, um ator ao encenar seu discurso diante da percepção do espectador utiliza estratégias discursivas que estão contidas como indicações no texto dramático e são de diversas ordens. As estratégias linguageiras recobrem um vasto campo das linguagens cênicas que podem ser utilizadas, conforme a direção da encenação e, evidentemente, baseiam-se nas instruções apontadas no texto dramático. A partir delas, segundo as condições disponibilizadas, desenvolve-se a construção cênica, tendo no ator a figura central para esta perspectiva de análise.

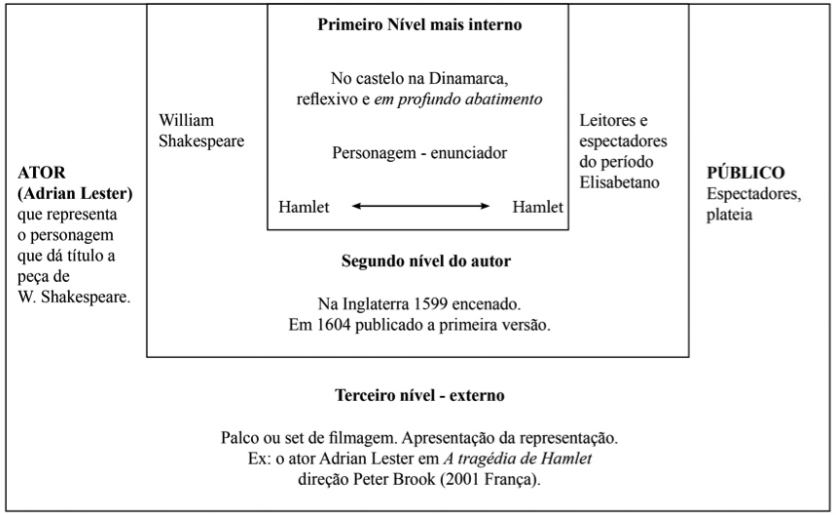
O quadro interacional

As duas dimensões do discurso teatral quando consideradas em simultaneidade apresentam três espaços situacionais a considerar para análise; do texto dramático com as situações ficcionais, do autor e seu contexto, e a do ator diante do espectador, conforme os tópicos abaixo:

- Hamlet está atordoado com a morte do pai, no castelo na Dinamarca, abatido...
- W. Shakespeare está em Londres no ano 1599 é encenado em Londres pela primeira vez. É então ator, diretor e autor. Em 1604 a primeira versão oficial do texto é publicada.
- E um ator que está no palco ou diante da lente da câmera e encena. Consideremos o ator Adrian Lester na montagem de Peter Brook, *La tragédie d'Hamlet* (2001).

Para cada espaço situacional, há um quadro enunciativo correspondente com dois circuitos inseparáveis, um interno (dizer) e outro externo

(fazer), conforme Cordeiro (2005), citando Charaudeau (1983). É preciso considerar que em cada nível há, no âmbito do circuito externo (do fazer), um tipo de interação específica. Consideramos o terceiro nível, o da apresentação, o mais abrangente, por conter os demais. Por ser também o foco dessa análise, acreditamos que, na perspectiva interacional, podemos esboçar um único quadro para as três interações, segundo a proposta apresentada por M. Burger (2002, p. 155):



Quadro Interacional das Artes Cênicas

Verifiquemos o posicionamento dos sujeitos em perspectiva tridimensional. Os diálogos encaixados apresentam-se da seguinte maneira:

- No nível mais interno: o de Hamlet com ele mesmo (reflexivo),
- Em segundo nível de encaixe, Shakespeare e os leitores e espectadores do século XVII,
- E em terceiro e mais externo, o ator Adrian Lester diante do espectador ou da lente da câmera no século XXI.

Na cena 1, do terceiro ato (o texto na íntegra contém cinco atos) em seu solilóquio, a fala longa do personagem, Hamlet, que dá título á tragédia encontra sua maior expressão na pergunta reflexiva e filosófica: "Ser ou não ser", – viver ou não viver-.

Pergunta chave da existência humana que transcende qualquer etnia e coloca-se como o maior questionamento que uma consciência pode chegar a ter. Hamlet está atormentado pela recém morte de seu pai e o imediato casamento de sua mãe Gertrudes com Cláudio, suposto assassino de seu pai e seu tio, então rei da Dinamarca. O conflito interno do personagem Hamlet, herói trágico atormentado é intensificado pela dúvida, a ambiguidade do ethos-suicída diante da escolha da morte ou a dor de viver. A motivação de vingança o move durante os dois primeiros atos da tragédia fazendo-o chegar ao terceiro ato em crescente tormento que o leva à reflexão sobre a dúvida de se matar ou não. A pergunta é construída com procedimentos que têm base nos modos de organização enunciativo, descritivo e narrativo tendo como visada argumentativa fazer-pensar sobre a dúvida da escolha entre decidir pela morte ou decidir por suportar a dor da existência em um ato de se acovardar.

Peter Brook transcende o plano estético ao escalar o ator Adrian Lester de origem africana para o papel principal da tragédia de Shakespeare que trata-se do príncipe da Dinamarca, Hamlet. A escolha do diretor inglês, radicado em Paris onde, em 1971, funda o CICT (Centre International de Créations Théâtrales), demonstra uma estratégia linguageira para descolar o plano estético da etnia nórdica e fazer deslizar a reflexão para o homem independente de seu plano estético configurador ou de sua etnia. A questão filosófica ganha ênfase nesse procedimento. Observa-se que na cenografia composta por tapetes vermelhos, na iluminação (além da iluminação do teatro com refletores) com velas em castiçais, a ação do ator Adrian Lester que entra (pelo lado esquerdo) e se ajoelha, posição da qual não sairá, para iniciar e desenvolver seu solilóquio. As suas ações de se ajoelhar e de tocar os pulsos se referindo ao modo de suicídio possibilitam a leitura da indicação contida no texto: Entra

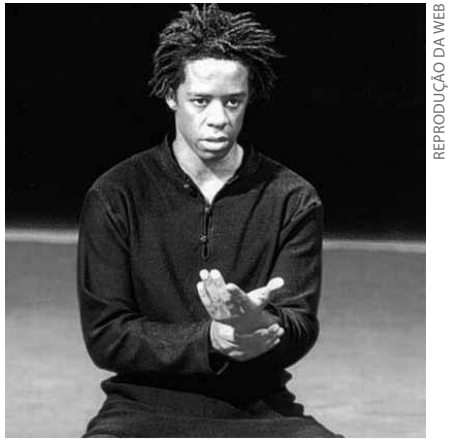

REPRODUÇÃO DA WEB

Fig. 1 - Adrian Lester

Hamlet em profundo abatimento. O plano aberto utilizado na filmagem, que vai fechando ate chegar ao close-up conforme o andamento do texto que o ator profere. A incursão na essência humana, um mergulho nas aflições do eu são assim apresentadas.

Os Modos de Organização do Discurso - M.O.D – de acordo com a Semiolinguística de Patrick Charaudeau

– As estratégias discursivas com base nos Modos de Organização do Discurso;

- Modo Enunciativo (posicionamento dos sujeitos da linguagem, os dois protagonistas e os dois parceiros nos dois circuitos interno/externo).
- Modo Descritivo (nomeação, localização e qualificação).
- Modo Narrativo (relatos e acontecimentos, a sucessão dos acontecimentos)
- Modo Argumentativo (organiza os argumentos em sistemas de valores).

Modo Enunciativo

O modo enunciativo é usado como estratégia de apresentação do ponto de vista do personagem trágico Hamlet em relação às dores do mundo e da existência. A pergunta apresenta a identificação e a qualificação do sujeito Hamlet, sendo mostrada na didascália.[3] Entra Hamlet em profundo abatimento. A descrição do personagem ao longo dos dois primeiros atos identifica-o como príncipe da Dinamarca e qualifica-o como um indivíduo atormentado, em estado de desconforto existencial com forte característica de abatimento, como um ser em conflito com a própria existência, e assim, em relação ao mundo.

A dualidade da pergunta colocada ("ser ou não ser") desdobra-se, por exemplo: será mais nobre em nosso espírito sofrer pedras e setas com

[3] *Indicação cênica.*

que a Fortuna, enfurecida, nos alveja, ou insurgir-nos contra um mar de provações e em luta pôr lhes fim? A descrição não revela o sujeito enunciador enquanto pergunta filosófica, nesta instância, podendo assim ser visto como um ato delocutivo: Quem sofreria os relhos e a irrisão do mundo, o agravo do opressor, a afronta do orgulhoso, toda a lancinação do mal-prezado amor, a insolência oficial, as dilações da lei, os doestos que dos nulos tem de suportar o mérito paciente...

A descrição da questão enfatiza os dois eixos que formam a ambiguidade: suportar as dores do mundo e a decisão da própria morte. E também no uso intransitivo do verbo ser. Posiciona-se sem mostrar seu interlocutor (elocutivo) evidenciado no uso do pronome pessoal no plural, nós – nos e na conjugação verbal; "rematamos, desejemos, tenhamos, fazer-nos, nossos, nos pusesse, nos fizesse, nos acovarda, nos prendam".

Através desses procedimentos, apaga-se o enunciador e a questão é colocada universalmente para toda a humanidade e, digamos, reforçada como questão humana ao ser interpretada por um ator negro, vestido de preto, de joelhos sobre um tapete vermelho, iluminado por castiçais com velas, conferindo um caráter solene, considerando que a cena no texto dramático se passa no interior do castelo na Dinamarca.

A questão é apresentada em forma de relato pessoal narrado, uma fala longa do personagem. Quem narra, narra para alguém aqui para si mesmo, Hamlet, para o leitor e para o espectador. O modo de organização narrativo é contemplado na medida em que a fala analisada está inserida em um todo narrativo que é a cena que, por sua vez, está inserida na peça com seus cinco atos.

O relato em forma de pergunta: ser ou não ser? Até onde suportar? Apresenta uma visada argumentativa quando em seu ethos dito Hamlet/Shakespeare/ator Adrian Lester considera em sua reflexão a escolha pela morte uma decisão comum aos homens. Não ser implica em escolher não ser, e para não ser, morrer é a única escolha: Quando alcançasse a mais perfeita quitação com a ponta de um punhal...

Morrer-dormir, morrer para dormir, dormir-sonhar, morrer-sonhar, o sonho revela o mistério pós-morte, os fantasmas, as alucinações: ... O receio de alguma coisa após a morte, gerando a dúvida, fazendo hesitar: devem fazer-nos hesitar: ... Não nos pusesse atônita a resolução,... E finalmente decidir, por acovardar-se e permanecer suportando as dores.

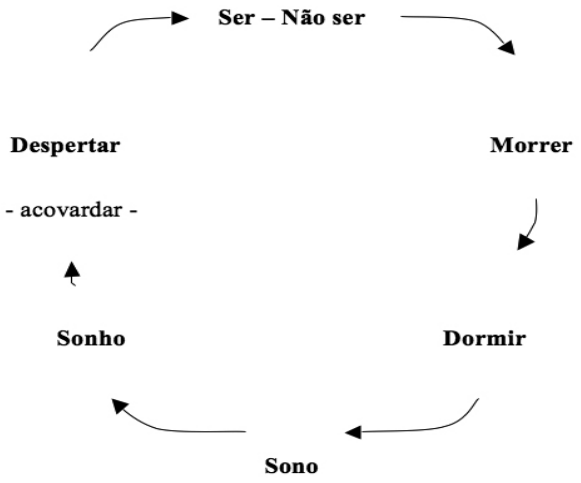


Fig. 2

A descrição narrada na colocação da pergunta associa: – a ideia de dormir à ideia de morrer, – a ideia de dormir à ideia do sono, – do sono com sonho e – do sonho com o despertar. Então a decisão de desistir não ser e continuar a ser, melancólico, atormentado e abatido.

Ao colocar a pergunta e respondê-la automaticamente, o personagem argumenta a favor do posicionamento tomado diante do dilema, de acovardar-se. Mas, convém lembrar que estamos na primeira cena do terceiro ato em que o(s) conflito(s) está(ão) em gráfico ascendente na trama desenvolvida para culminar no desfecho trágico, o que implica em dosar dramaturgicamente a evolução do(s) conflito(s) da rede de personagens dessa tragédia de Shakespeare.

No nível mais externo (ator-espectador), que compreende os outros dois (Hamlet - ele mesmo e Shakespeare – leitores), a descrição da pergunta narrada visa argumentar junto ao interlocutor – leitor – espectador que, ainda que a decisão tomada pelo personagem diante do mistério da morte é a de acovardar-se e seguir na dor da existência, o mistério da dúvida permanecerá: O pensamento assim se acovarda, e assim é que se cobre a tez normal da decisão com o tom pálido e enfermo da melancolia... – Silêncio agora!

William Shakespeare (1564-1616) está em Londres e, depois de uma versão falsificada em 1603, tem a impressão legitimada e correta em 1604.

É importante lembrar que na Inglaterra Elisabetana ia-se ao teatro principalmente para ouvir (to listen) teatro e mais tarde para ver (to watch) teatro e mulheres não encenavam, papéis femininos eram feitos por jovens atores adolescentes (mulheres vão ao palco mais tarde ainda no século XVII).

Os meios de encenação contavam com a colaboração imagética do espectador, pois eram extremamente simples com o uso frequente de sinédoque teatrais – uma parte significando um todo – embora a oratória e a retórica fossem ensinadas nas escolas. Revela-se a importância da fala neste teatro com a utilização de muitos solilóquios e apartes e como a fala em teatro é fala escrita para ser falada, o teatro Shakespeariano acabou por contribuir com palavras que entrariam para a língua inglesa. Podendo ser considerado um teatro da palavra, principalmente, ainda que a encenação, a atuação e os modos de encenar fazem parte importante da historia do teatro.

A persuasão – visada argumentativa

O ator Adrian Lester de origem africana em cena constrói o ethos forjado, ambíguo, de suicída e reflexivo ao mesmo tempo, a fim de deixar que seu interlocutor espectador reflita sobre a dúvida do personagem e reflexivamente sobre si, ou seja, em uma possível relação de identificação simbolicamente especular. Para isto, o texto escrito para ser falado por um ator (o que lhe confere características específicas de Literatura Dramática conforme dissemos acima) narra o posicionamento do personagem descrevendo sua questão: "Ser ou não ser, eis a questão..." a fim de convencer seu interlocutor leitor-espectador sobre o direito de escolher o próprio destino de sua existência.

É possível perceber que a dúvida apresentada neste trecho do texto (Ato III, cena I) é a força motriz do conflito interno do personagem Hamlet. Um ator, ao encenar, deve buscar a verdade cênica, realmente estar tomado pelo estado do personagem conforme indicado na didascália do texto. Atuar com naturalidade, ser crível enquanto personagem encenado. Dito de outro modo, a questão da verossimilhança, parecer ser verdadeiro ao colocar tal questão. Isto dependerá da qualidade de sua presença na construção ambígua de seu ethos forjado: suicida e reflexivo. Sua visada argumentativa é aqui vista no sentido de persuadir o interlocutor – leitor – espectador – interpretante a fim de trazê-lo para o uni-

verso de discurso do enunciador-personagem Hamlet. E assim provocar um espelhamento, ou seja, causar uma possível identificação da imagem construída de si, em seu dito e em suas ações e estados mostrados.

O ator ao encenar o personagem Hamlet diante de seu interlocutor--espectador utiliza conforme o texto de Shakespeare os três modos de organização do discurso (enunciativo, narrativo e descritivo) para argumentar sobre a questão que o move durante toda a peça, a de ser ou não ser. E na situação de comunicação, na encenação linguageira, o ator deve, para persuadir seu parceiro espectador, parecer ser, pelo menos, verdadeiramente (naturalmente e não forçadamente) angustiado com a dor de viver, ser crível em sua atuação ao colocar a questão, viver o ou decidir quitar a própria vida?

A argumentação é aqui colocada como a força motriz da intencionalidade, portanto, considera-se que toda intencionalidade argumenta em defesa própria. Nesta análise verificamos que a argumentação está presente de modo permanente e incondicional nos três níveis de interação. Consideramos a argumentação, aqui, em seu sentido lato sensu.

O ethos forjado do ator ao apresentar a representação do personagem no nível mais externo que compreende os outros dois níveis (primeiro e segundo) e de acordo com nosso ponto de vista imbrica os modos de organização do discurso tendo, no sentido lato sensu, a argumentação gerenciando os outros modos. Desta maneira, o modo de organização enunciativo é utilizado como estratégia de argumentação e por sua vez gerencia os modos descritivo e narrativo que auxiliam a construção da pergunta chave: ser ou não ser.

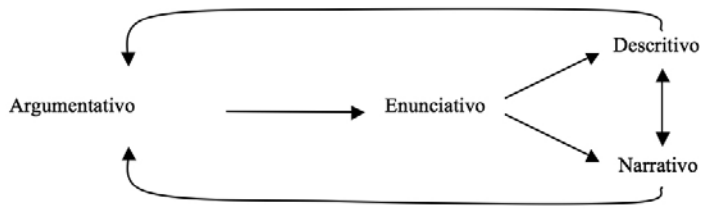


Fig. 3

No pequeno trecho analisado podemos verificar Hamlet consigo mesmo, Shakespeare com seus leitores e o ator que apresenta a representação do personagem Hamlet. Por serem encaixadas as interações são consideradas, aqui, em seu nível mais externo, a do ator Adrian Lester com o espectador ou a lente da câmera, por nela estarem compreendidas as outras incondicionalmente.

O Ator em cena argumenta através de sua performance, de sua presença e por consequência na construção de seu ethos mostrado e dito (do personagem-enunciador). Este ethos forjado reflete a ambiguidade da existência humana, a dor de viver com todas as angústias, humilhações, perturbações, afrontas a que se está sujeito na vida... E a decisão pela desistência, considerada covarde por ele mesmo e por outro lado, abrindo outras possibilidades interpretativas conforme a relação consciente-inconsciente de cada espectador.

Considerações finais:

Estes signos configuram o dispositivo da encenação teatral. Nesta perspectiva, centrada no trabalho do ator, podemos considerar que o dispositivo teatral vai, necessariamente, reclamar as funções de um diretor e um autor/dramaturgo que estarão presentes no desempenho do ator, já que na perspectiva do ethos do ator, a imagem será construída polifonicamente. A polifonia do ator pode ser verificada nas vozes que falam em sua atuação, ou seja, o diretor e o dramaturgo vão determinar a construção da imagem de si do ator.

Diretor e dramaturgo funcionarão como referências para o ator, assim como as demais vozes do discurso teatral iluminador, figurinista, equipe técnica, colaboradores, etc. Conforme esquema abaixo:

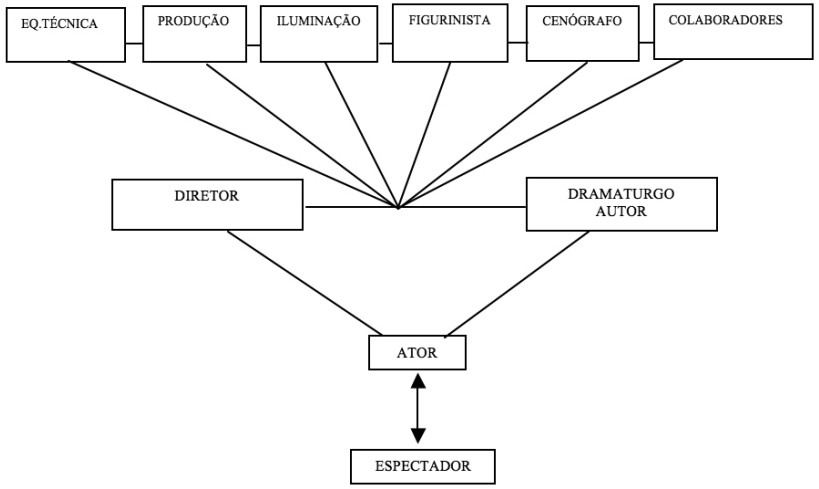


Fig. 4

Ou seja, essencialmente, o dispositivo teatral aqui é pensado como uma tríade (ator-diretor-autor/dramaturgo) que configura o sujeito comunicante em relação ao seu interpretante, o espectador, ambos na condição de co-presença, no encontro aqui e agora.

Nesta perspectiva, a equipe técnica (aqui se entenda todos os participantes do fazer teatral, do sonoplasta ao bilheteiro), a iluminação, o figurino, o cenário e os demais colaboradores estariam incluídos na 'voz polifônica' do diretor e do dramaturgo, pois, todos funcionam na encenação 'para' e 'pelo' trabalho do ator.

Na construção de uma encenação nada é aleatório, ou melhor, nada deve ser aleatório. Cada elemento escolhido para a construção cênica, presente no dispositivo teatral, está ali por obra de um sujeito especializado para realizar tal trabalho. O ator buscará interagir com estes elementos, utilizando-os para convencer o espectador de que aquilo que se passa diante de sua percepção é 'verdadeiro'.

Dito de outra maneira, o ator agirá em cena tendo em vista uma série de elementos que deverão funcionar no momento exato e contribuir para sua atuação. A luz deverá acender precisamente no momento correto e o ator deverá estar lá!

O figurino utilizado pelo ator deverá parecer confortável e deixar que o ator atue "à vontade", sem desconfortos, além de fornecer características identificatórias do personagem, importantes na construção de sentido da encenação pelo espectador.

O ator deverá se mover pelo espaço com objetividade e como se conhecesse muito bem o espaço pelo qual se move. Sua voz (dicção e intelecção do texto) deverá ser ouvida claramente por todos os espectadores. Sua atuação deverá parecer verdadeira à percepção dos espectadores, ou seja, ele deverá parecer ser sincero. Deverá saber 'o que' dizer, 'quando' dizê-lo e como dizê-lo.

A música contribuirá na criação das atmosferas desejadas e, nesse momento, o ator deve saber agir de acordo com o planejado.

HAMLET - Tragédia de William Shakespeare (1604).

ATO III - cena 1:

Entra Hamlet em profundo abatimento

... - Ser ou não ser - eis a questão: será mais nobre em nosso espírito sofrer pedras e setas com que a Fortuna, enfurecida, nos alveja, ou insurgir-nos contra um mar de provações e em luta pôr lhes fim? Morrer... dormir: não mais. Dizer que rematamos com um sono a angústia e as mil pelejas naturais – herança do homem: Morrer para dormir... é uma consumação que bem merece e desejamos com fervor. Dormir... talvez sonhar: eis onde surge o obstáculo: Pois quando livres do tumulto da existência, no repouso da morte os sonhos que tenhamos devem fazer-nos hesitar: eis a suspeita que impõe tão longa vida aos nossos infortúnios. Quem sofreria os relhos e a irrisão do mundo, o agravo do opressor, a afronta do orgulhoso, toda a lancinação do mal-prezado amor, a insolência oficial, as dilações da lei, os doestos que dos nulos tem de suportar o mérito paciente, quem o sofreria quando alcançasse a mais perfeita quitação com a ponta do punhal? Quem levaria fardos, gemendo e suando sob a vida fatigante, se o receio de alguma coisa após a morte, – Essa região desconhecida cujas raias jamais viajante algum atravessou de volta – Não nos pusesse atônita a resolução, nem nos fizesse tolerar os nossos males de preferência a voar para outros, não sabidos? O pensamento assim se acovarda, e assim é que se cobre a tez normal da decisão com o tom pálido e enfermo da melancolia; E desde que nos prendam tais cogitações, empresas de alto escopo e que bem alto planam desviam-se de rumo e cessam até mesmo de se chamar ação. – Silêncio agora!

Referências bibliográficas

CHARAUDEAU, P. *Langage et Discours*. Paris: Hachette, 1983.

CHARAUDEAU, P. *Linguagem e Discurso. Modos de organização*. RJ, Contexto, 2008. Tradução Brasileira.

CORDEIRO, M. *Uma análise das Artes Cênicas na perspectiva da Análise do Discurso*. Faculdade de Letras da UFMG. Dissertação de mestrado, Belo Horizonte, 2005.

MACHADO, I. L. E MELLO, R. *Gêneros: reflexões em Análise do Discurso.* Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004. p. 201-222.

SHAKESPEARE, W. *Hamlet*. Abril S.A. Cultural e Industrial, São Paulo, 1976.

BURGER, M. Encenações discursivas na mídia: o caso do debate-espetáculo. In: MACHADO, I. L. et al. (Org.). *Ensaios em Análise do Discurso.* Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2002. p. 90.

Jean Peytard, textos literários e livros didáticos de Português Língua Adicional

Regina L. Péret Dell´Isola
UFMG

Luiz Prazeres
UFOP

A importância da análise dos textos literários presentes nos livros didáticos de ensino de português como língua adicional pode ser definida, tal como propõe Jean Peytard em *Des usages de la littérature em classe de langue* (1988), a partir de três aspectos. O primeiro remete às razões que conduzem os docentes a incorporarem os textos literários em seus cursos de língua; o segundo aspecto envolve a relação estabelecida pelos alunos e professores entre o estudo de uma língua e o texto literário; e o terceiro aponta para a eficiência as estratégias de leitura adotadas em sala de aula para conduzirem os aprendizes a valorizar o texto literário como instrumento de aprendizado da língua.

O termo língua adicional refere-se a uma língua que está sendo aprendida/vivenciada pelo indivíduo, de forma positiva, tendo o sujeito como agente da linguagem; essa língua não se situa hierarquicamente como primeira ou segunda língua estrangeira que está sendo alvo de aprendizagem nos momentos de aquisição de letramento. Schlatter & Garcez (2009) indicam que, quando se refere à língua adicional, reforça-se o convite para que estudantes e professor de uma nova língua se situem em relação a essa língua, podendo se perguntarem e responderem a perguntas como: que língua é essa; de quem é essa língua; de quem ela pode ser; sobre que sujeitos essa língua age; enfatizando-se, dessa forma, que a interação seja mais efetiva. Dessa forma, o aprendiz pode se integrar mais concretamente às comunidades de prática, segundo Hellerman (2008), formadas por "um grupo de indivíduos, normalmente fisicamen-

te co-presentes, que se reúnem sob os auspícios de um interesse ou meta comum de co-construir práticas para a interação que, por sua vez, constitui a comunidade de prática – a sua razão para estarem juntos.".

De acordo com Costa (s/d) anteriormente à publicação do artigo sobre o uso da literatura nas aulas de língua, Jean Peytard havia publicado *Littérature et classe de langue* (1982), obra em que propôs uma análise de métodos para o ensino do francês como língua estrangeira, partindo de um estudo "da pedagogia tradicional ao audiovisual e ao audiooral" (PEYTARD, 1982, p. 39), compreendendo um corpus de métodos significativos dos últimos 30 anos, do final da década de 1950 ao início da década de 1980.

Em seu estudo, Peytard (1982) já apresentava questões referentes às práticas pedagógicas, enfocando as estratégias adotadas quando o texto literário integrava um método de ensino de francês como língua estrangeira. Como linguista, preocupava-se com a finalidade de se trabalhar o texto literário no contexto de aula de língua estrangeira e, em suas conclusões, demonstrou que "os idealizadores dos métodos não deixam claras as razões e os objetivos que os levaram a introduzir textos literários em seus materiais." Constatou que não era explicitada qual a relação temática com o conteúdo proposto e verificou a falta de associação entre o texto literário e a sistematização gramatical trabalhada em cada unidade das coleções didáticas analisadas.

O livro didático (LD), mesmo não sendo o único recurso utilizado pelo professor em sala de aula, é o maior provedor de textos, tarefas e atividades no contexto do ensino formal. Lembremo-nos de que, muitas vezes, há, no meio docente, profissionais sem a devida formação acadêmica, sem recursos didáticos disponíveis em qualidade e quantidade, o que faz com que um LD bem avaliado pelos pares constitui-se num instrumento essencial para o desenvolvimento do trabalho docente. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Estrangeira (2001), documento do Ministério da Educação que traça diretrizes para o ensino na educação básica,

> é fundamental encarar o livro didático como um ponto de referência para o trabalho docente, como um recurso, não o único, facilitador do processo de ensinar e aprender, como um guia orientador geral, que auxilia na seleção e organização dos objetivos e conteúdos. Visto a partir dessa concepção, o livro didático é – ou deve ser – um recurso a mais, entre tantos, de que o professor dispõe para estruturar e desenvolver seu curso e suas aulas, mesmo quando ele é o responsável por sua elaboração/organização, o que pode constituir em alguns casos uma vantagem e em outros, uma desvantagem. (PCN, 2001, p. 154).

Os atuais livros didáticos pautados na abordagem comunicativa são recursos de apoio para promover a aprendizagem e têm o professor como agente de mudança, comprometido a favorecer o desenvolvimento da competência comunicativa dos alunos, facilitando o uso da língua, de forma efetiva, em situações semelhantes àquelas que eles encontrarão em contextos reais de interlocução fora da sala de aula. Apesar de haver limitações, o livro didático tem sido uma ferramenta para a maioria dos professores que, como mostra Coracini (1999), preferem adotar um material por vários motivos:

> os alunos ficam perdidos, sem referência, para estudar; o professor tem parâmetros (reconhecidos) para definir o que deve ensinar e não perder tempo com conteúdos menos importantes, além, é claro, da economia de tempo para preparar aulas. A escolha do livro a ser adotado depende também, de vários fatores: o (a) coordenador (a) indicou, porque estava na lista do MEC; o livro é atraente (pela apresentação visual) (...). (CORACINI, 1999, p. 35).

Pela importância desse instrumento de ensino, partimos para um estudo sobre a presença de textos literários nos livros de ensino do português como língua adicional (PLA), o que nos remeteu a uma investigação detalhada do modo como a literatura é explorada para fins didáticos nesses materiais.

Ao identificar práticas pedagógicas e estratégias utilizadas nos cursos de língua estrangeira, Jean Peytard (1982) ressalta a importância da inclusão de textos literários nesse contexto e assinala que um dos objetivos dessa inserção é legitimar a língua, sendo que trechos dos textos selecionados constituem-se como modelos que podem servir de base à formulação de exercícios gramaticais e de sintaxe.

Nesse painel, retomamos estudos feitos por Jean Peytard (1988), os quais focalizam aspectos relacionados ao aprendizado da língua através

da literatura, sobretudo no que diz respeito às estratégias de exploração textual que podem conduzir o aluno a considerar o texto literário como espaço de aprendizado da língua. Assim, a partir das reflexões desse teórico, realizamos nossa investigação que consiste no levantamento de textos literários presentes em alguns dos mais recentes livros didáticos de PLA e no modo como esses textos são abordados nesse material didático.

Atento à crescente demanda de pessoas interessadas em aprender a língua falada no Brasil, o mercado editorial tem publicado inúmeros manuais didáticos voltados para o público estrangeiro que se dedica a aprender nosso idioma.

Nosso corpus consiste na análise de livros didáticos para ensino de PLA publicados a partir do século XXI, com foco na exploração dos textos literários neles apresentados. As coleções estudadas são as seguintes:

DELL'ISOLA, R. L. P. ALMEIDA, M. J. A. *Terra Brasil – Curso de língua e cultura.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008

LIMA, E. E.; ROHRMAN, L.; ISHIHARA, T.; IUNES, S.; BERGWEILER, C. *Novo Avenida Brasil 1*, São Paulo: EPU, 2008.

LIMA, E. E.; ROHRMAN, L.; ISHIHARA, T.; IUNES, S.; BERGWEILER, C. *Novo Avenida Brasil 2*, São Paulo: EPU, 2008.

PONCE, M.H.O.; BURIM, S.; FLORISSI, S. *Bem-Vindo! A língua portuguesa no mundo da comunicação*. 4 ed. São Paulo: SBS, 2003.

Apresentaremos os resultados da análise das abordagens propostas pelos autores das obras selecionadas, da avaliação de como são explorados os textos literários, com vistas ao ensino desse idioma. Neste trabalho, pretendemos retomar essas preocupações contextualizadas para o ensino atual de português como língua adicional, fundamentando na teoria de Jean Peytard e tomando como linha diretriz o artigo de Costa (s/d), segundo a qual,

> com a evolução da didática do ensino de línguas estrangeiras, começou-se a favorecer estudos e propostas que enfatizavam o desenvolvimento de habilidades orais que progressivamente seriam desenvolvidas. A metodologia direta como era denominada, tinha como objetivo propiciar ao aluno experiências concretas de sala de aula baseadas na aquisição lexical e nas estruturas básicas da língua.

Os textos literários deixaram de ocupar um lugar central no processo de ensino e de aprendizagem, como afirma Pietraróia (1997:31):

> Além de essa metodologia ter-se colocado contra a utilização maciça dos textos literários, procurando oferecer ao aluno uma língua mais cotidiana, que pudesse ser utilizada em seu dia-a-dia, passou também a utilizar textos fabricados, artificiais e destinados, sobretudo, à aquisição lexical, uma prioridade que se traduzia na memorização, por parte do aluno, de listas inteiras de palavras.

Atualmente, vemos nos manuais de PLA um reflexo daquilo que ocorre com os livros de ensino de língua materna no contexto intraescolar das instituições de ensino voltada para estudantes brasileiros, ou seja, uma diversidade grande de gêneros textuais que visam a abarcar os muito diferentes gêneros textuais que perpassam a vida contemporânea em contextos de letramento, conforme se pode comprovar nos PCN de língua portuguesa e de português como L2. Nas coleções analisadas para a construção deste artigo, foram encontrados os seguintes gêneros textuais arrolados a seguir, entendendo-se gênero textual como Marcuschi (2008), segundo o qual gênero textual é uma construção teórica definida pela natureza linguística de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas), sendo que a expressão é usada como uma noção propositalmente vaga para referir os textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sociocomunicativas.

Ainda acerca da conceituação de gênero, esse teórico afirma que os gêneros são inúmeros e que as características entre os gêneros se imbricam. Com base nessa definição, entre os inúmeros gêneros textuais que compõem os livros didáticos analisados para compor este artigo, há neles um grande número de diálogos, anúncios, textos informativos, descrições, pequenos relatos, tabelas, listas de palavras, entre outros.

No quadro 1, a seguir, são apresentados os gêneros textuais presentes em cada um dos livros analisados.

Obra	Quantidade de		
	Diálogos	Listas	Textos Informativos
Bem-vindo	52	178	67
Muito Prazer	73	81	30
Terra Brasil	43	66	27
Avenida Brasil 1	63	20 (frases de ações cotidianas)	15 (anúncios)
Avenida Brasil 2	70	17	24

Quadro 1: Gêneros textuais mais frequentes nos livros de PLA analisados

Por sua vez, no quadro 2, adiante, são arrolados o número de textos literários presentes em cada um dos livros analisados.

Obra	Poemas	Crônicas	Conto
Bem-vindo	05	03	-
Muito Prazer	-	-	-
Terra Brasil	06	01	01
Avenida Brasil 1	01	-	-
Avenida Brasil 2	01	01	01 (trecho)

Quadro 2: Textos literários nos livros de PLA analisados

Sintetizando-se os dados apresentados no quadro 2, tem-se o gráfico 1, em que há especificamente o quantitativo de textos pertentes ao gênero literário nos livros de português como língua adicional analisados.

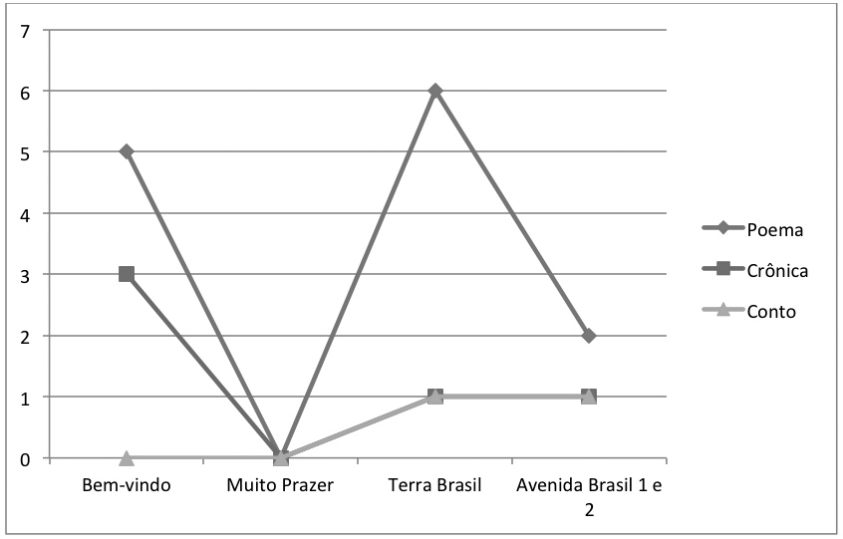


Gráfico 1- Gêneros literários mais frequentes nos livros de PLA analisados

Ressalta-se que, nesses livros, não há uma parte exclusiva reservada à literatura. Constatamos a presença de muito poucos textos literários esparsos e dispersos ao longo das obras analisadas. A exploração dos textos literários restringe-se a um tratamento similar àquele que é dado aos textos informativos presentes nos livros analisados, isto é, sem exploração de questões estéticas e inferenciais, tão caras ao texto literário. Assim, um poema ou uma crônica servem de fonte de informação acerca de aspectos do cotidiano brasileiro.

Em todos os livros analisados, são poucas ou inexistentes as orientações de se trabalhar o trecho literário como objeto estético formal. Há, por vezes, proposta de leitura de um poema (letra de música), sem aprofundamento de aspectos culturais brasileiros passiveis de serem analisados.

Assim, nos livros analisados, o trabalho voltado para a literatura reduz-se a uma página ilustrativa e reforça-se o caráter informativo do estudo. Ao aluno basta conhecer os autores consagrados dentro de um

contexto de ensino e de aprendizado o qual não passa pela prioridade à escrita, mas sim, pelo desenvolvimento da oralidade.

Destaca-se, que nos livros analisados, a referência explícita à literatura consiste em apresentação de biografias de autores consagrados, notadamente na obra "Novo Avenida Brasil". Outra referência explícita à literatura nesse manual didático constitui-se em uma atividade na qual é solicitada ao estudante a construção de um poema nomeado `surrealista`. Nessa atividade, são dadas palavras que não se conectam em uma cadeia semântica lógica e o estudante deve sequenciá-las, dentro de uma lógica nonsense na língua portuguesa. Possivelmente, essa atividade destina-se a estabelecimento de ordem lógica de palavras em língua portuguesa, não se constituindo, portanto, numa proposta de construção estética.

Dos livros citados, o livro `Bem-vindo` apresenta 03 crônicas, 02 poemas, e 03 letras de música; já o manual `Terra Brasil` traz em seu corpo 06 poemas, 01 crônica e um conto, além de 12 letras de música; o `Novo Avenida Brasil, em seu volume I, apresenta 01 letra de música, somente, mas, em seu volume II, esses número de textos literários é relativamente ampliado, para 01 crônica, 01 trecho de conto, 01 poema e 01 narrativa literária; por sua vez, na obra `Muito Prazer`, não há textos literários. Dessa forma, nesse reduzido uso de textos literários, destaca-se como livro em que a literatura possui um peso maior o manual `Bem-vindo`, devido à diversidade de gêneros literários apresentados.

Quanto à proposta metodológica que acompanha esses textos, tem-se que ora são usados como textos para leitura, sem exploração no tocante à compreensão ou são usados para fins de enriquecimento de vocabulário ou de comparação entre a cultura brasileira e a de outros países.

Conclusão

Na análise da exploração feita nos livros didáticos de PLA acerca dos textos literários, tem-se que tais textos são tratados como fontes de lazer, o que não invalida seu uso, ou recebem o mesmo tratamento dado aos textos informativos, isto é, são fonte para que sejam encontradas, explicitamente, informações acerca do Brasil e dos brasileiros. Os exemplos retirados dos livros analisados demonstram que as atividades em sala de aula com os textos literários têm abordagens diferenciadas

Retomando uma das questões iniciais deste trabalho, relativas à inserção de textos literários em livros didáticos de ensino do português como língua adicional, é possível afirmar que todos os textos são instrumentos básicos para o aprendizado da língua, o modelo a ser seguido e a ser copiado. O texto literário não é analisado em sua especificidade e é inserido de forma complementar no ensino/aprendizado de língua.

Referências

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: orientações curriculares para o ensino médio. Linguagens, códigos e suas tecnologias/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2006.

CORACINI, M. J. R. F. O livro didático nos discursos da Lingüística Aplicada e da sala de aula. In: CORACINI, M. J. R. F. (Org.) *Interpretação, autoria e legitimação do livro didático: língua materna e língua estrangeira*. Campinas, SP: Pontes, 1999, p.17-26.

COSTA, Heloísa Brito de Albuquerque. Ensino do Francês Língua Estrangeira e os textos literários nos manuais didáticos. (s/d) Disponível em http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/32/htm/comunica/ci109.htm Acesso em 12 fev.2012.

DELL'ISOLA, R. L. P. ALMEIDA, M. J. A. *Terra Brasil – Curso de língua e cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

FERNANDES, G. R; FERREIRA, T.L.S.B.; RAMOS, V.L. *Muito Prazer – Fale o Português do Brasil*, Barueri, SP: Disal, 2008.

HELLERMAN, J. *Social actions for classroom language learning. Multilingual matters*, United Kingdom: Clevendon, 2008.

LIMA, E. E.; ROHRMAN, L.; ISHIHARA, T.; IUNES, S.; BERGWEILER, C. *Novo Avenida Brasil 1*, São Paulo: EPU, 2008.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

PEYTARD, J. Des usages de la littérature em classe de langue in Littérature et enseignement : la perspective du lecteur. *Français dans le monde*, no. Especial, Paris, 1988.

PEYTARD, J. e MOIRAND, S. *Discours et enseignement du français*. Paris, Hachette, 1992.

PEYTARD, J. *Littérature et classe de langue*. Paris, Hatier/Crédif, 1982.

PIETRARÓIA, C. C. M. *Percursos de leitura*. São Paulo: Annablume, Coleção Parcours, 1997.

PONCE, M.H.O.; BURIM, S.; FLORISSI, S. *Bem-Vindo! A língua portuguesa no mundo da comunicação*. 4 ed. São Paulo: SBS, 2003.

RIO GRANDE DO SUL: Secretaria de Estado de Educação: Departamento Pedagógico (Org.). Referenciais Curriculares do Estado do Rio Grande do Sul: linguagens, códigos e suas tecnologias. In: SCHLATTER, M., GARCEZ, P. M. *Línguas adicionais (espanhol e inglês)*. Porto Alegre, 2009, v. 1, p.127-172.

Discurso, Argumentação e Modalização dos processos avaliativos

Wander Emediato
UFMG

Introdução

Na chamada "Gramática de Port Royal", Arnauld e Lancelot afirmam que "As palavras são sons distintos e articulados de que os homens fizeram sinais para indicar o que se passa em seu espírito". Se, na Gramática, os autores de Port Royal já reconhecem que as estruturas da língua servem à expressão do que se passa no espírito do homem, é na Logique ou art de penser, conhecida como Lógica de Port Royal, de 1662, que Arnault e Nicole buscam descrever o que se passa no espírito humano. Para eles, em nosso espírito há três operações ou faculdades:

a) CONCEBER: operação que corresponde ao olhar de nosso espírito sobre as coisas. Pela Identificação de objetos. Por exemplo: "Homem", "Virtude".

b) JULGAR: operação que consiste em afirmar de algo concebido (a identificação) que ele é tal, ou seja, do ser concebido se afirma um atributo, formando uma proposição. Por exemplo: "O homem é virtuoso".

c) RACIOCINAR: operação que consiste em servir-se de dois julgamentos realizados para produzir um terceiro. "O homem é virtuoso"; "José é um homem"; "José é virtuoso", ou ainda; "O homem é bondoso"; "A bondade é uma virtude"; logo, "O homem é virtuoso". A terceira operação é uma extensão das demais.

Sem entrar na vasta discussão que poderia sugerir que a própria operação de "conceber" já comporta um julgamento, como nos casos das identificações exemplares (Charaudeau, 1992; Emediato, 2000) que incidem sobre a escolha, no discurso, de nomes comuns, o fato é que as duas operações seguintes, "julgar" e "raciocinar" é que movem o espírito humano, já que ele, o espírito humano, não se reduziria à primeira ope-

ração sem retirar dela algumas consequências. Isso significa dizer que predicar (julgar, dar atributos aos objetos, enfim, avaliar) é a operação essencial que nos leva a formular raciocínios, interpretações e a agir sobre o mundo, construindo-o subjetiva e intersubjetivamente.

A avaliação é, portanto, um fenômeno de grande relevância para os estudos do discurso, pois é parte integrante de diferentes práticas sociais, manifestando-se em diferentes aspectos da atividade discursiva. Além de constituir uma das funções fundamentais da linguagem, que Roman Jakobson chamou de função expressiva, a avaliação desempenha um papel bem mais amplo no processo de produção do discurso. De modo geral, o termo "avaliação", como um conceito a ser explorado, não se reduz apenas ao campo da modalização enunciativa. Ela é um aspecto constitutivo do discurso, atuando tanto no espaço externo do fazer situacional, onde atuam os seres sociais, parceiros da relação comunicativa, como no espaço interno do dizer, onde atuam os protagonistas da encenação discursiva (Charaudeau, 1986). A avaliação se situa tanto no lugar social dos posicionamentos, espaço axiologizado dos sistemas de valores e de crenças, como no lugar social dos condicionamentos comunicativos, espaço da regulação e da adequação psicossocial e comunicativa (Emediato, 2008). Daí a relevância e a complexidade de seu estudo.

O sentimento de que a avaliação é constitutiva do discurso se deve ao fato de que o problema do sujeito, da subjetividade e do seu investimento subjetivo é uma questão fundamental para a Análise do Discurso. Afinal, não se pode imaginar o uso efetivo da língua sem a posição, explícita ou implícita, do sujeito. Vale lembrar, aqui, a proposição de Kerbrat-Orecchioni (1980, p. 70), para quem "... toda unidade lexical é, em certo sentido, subjetiva, já que as 'palavras' da língua nunca são apenas símbolos substitutivos e interpretativos das 'coisas'." Com efeito, quando analisamos um discurso em termos de "objetivo" ou "subjetivo", estamos nos referindo ao comportamento enunciativo adotado, e não a uma propriedade de referenciação absoluta da linguagem. O discurso "objetivo" é, apenas para efeito de análise e categorização, aquele em que o enunciador adota a estratégia do "apagamento enunciativo" (Vion, 2001), ao passo que o discurso "subjetivo" seria aquele em que o enunciador, de modo explícito ou implícito, se coloca como a fonte avaliativa (Kerbrat-Orecchioni, 1990), adotando o regime do "investimento subjetivo" (Parret, 1983).

Trata-se, aqui, de um assunto amplamente debatido e pesquisado, mas que, por força de sua complexidade, pode e deve ainda receber muitas contribuições, sobretudo sobre o uso efetivo da avaliação em práticas discursivas determinadas. Em especial, gostaria de citar o trabalho substancial de Sophie Moirand (2009) publicado nos Carnets du Cediscors.[1] Trata-se de um levantamento preciso do problema da avaliação no nível enunciativo, associado ao problema da modalização apreciativa em textos acadêmicos e científicos. Uma referência especial deve ser feita também aos estudos de Jean Peytard sobre a questão. Um desses estudos, mais teórico, dedica-se ao problema da alteração e das reformulações no discurso e seus aspectos avaliativos[2]; um outro do mesmo autor desenvolve o problema, integrando-o a aspectos semióticos, didáticos e profissionais, artigo que já se tornou clássico[3] sobre o assunto. Não vou entrar nos detalhes de nenhum desses trabalhos, apenas ressaltar a importância de todos eles para a compreensão do problema da avaliação como atitude modal e enunciativa e recomendar vivamente a sua leitura.

Buscando contribuir para a discussão do problema, vou propor um percurso de reflexão que transitará pela avaliação como um problema discursivo capaz de integrar diferentes níveis, como a modalização enunciativa, o problema da construção e da gestão da opinião e do dialogismo (interno e externo), sua função na argumentação e nos processos de influência e de regulação das atividades comunicativas. Proponho, portanto, três critérios para a análise da avaliação, que correspondem a diferentes dimensões em que ela atua:

- um critério enunciativo: a avaliação corresponde, aqui, a uma dimensão interna do discurso, ela diz respeito a diferentes estratégias de investimento ou de apagamento modal do sujeito enunciador. Nesse critério, a modalização axiológica, através da qual o sujeito enunciador

[1] MOIRAND, Sophie, L'évaluation dans les discours scientifiques et professionnels, *Les Carnets du Cediscor* [En ligne], 3 | 1995, mis en ligne le 26 août 2009, consulté le 19 mars 2012. URL : http://cediscor.revues.org/497)

[2] PEYTARD, Jean. De l'altération et de 'évaluation des discours. In: MOIRAND et al. (éds): *Parcours linguistiques de discours specialisés*. Berne, Peter lang, 1994, pp. 69-80.

[3] PEYTARD, J., De l'évaluation et de l'altération des discours, -sémiotique, didactique, informatique. *Syntagmes 4*, Besançon, 1992

exprime julgamentos, é a mais evidente, pois permite representar "visões de mundo", ou "pontos de vista" próprios ou de outrem, através da gestão do dialogismo interno, ou seja, pela distribuição, na superfície textual, de pontos de vista orientados e anti-orientados (Rabatel, 2005). Mas também é importante analisar a incidência da avaliação em outras modalidades, como o eixo afetivo/apreciativo das atitudes modais, o que equivale à modalização apreciativa, o eixo epistêmico que caracteriza a modalização objetiva e se junta às estratégias de apagamento enunciativo, assim como também o eixo intersubjetivo, marcado notadamente pelos atos diretivos, ou, na acepção de Charaudeau, atos alocutivos. Esse critério representa a dimensão interna do funcionamento da avaliação como ato de linguagem. Como se trata de um critério interno aos atos de linguagem, sua função está relacionada à construção dos objetos do discurso.

- um critério pragmático/retórico: aqui não se trata apenas de construir os objetos do discurso, mas de impô-los ao outro (atitude impositiva). É o sujeito comunicante que busca agir sobre o outro, seja por meio da modalidade intersubjetiva ou diretiva (ordens, sugestões, conselhos, etc.), seja buscando influenciar sua visão de mundo e levá-lo a aceitar seu ponto de vista como a melhor interpretação possível do objeto comum ou, como diria Berrendonner (1990), dos Modelos Públicos de Realidade (MPR). Trata-se de um sentido retórico-deliberativo, portanto, político, da avaliação. A avaliação busca influenciar o planejamento das ações, o desenvolvimento institucional, as decisões jurídicas, as deliberações políticas e a discussão coletiva. Em sentido amplo, esse critério permite refletir sobre o papel institucional, político e social, dos processos avaliativos e das ações dos sujeitos sociais. Os atos avaliativos refletem uma dimensão pragmática importante da linguagem, relacionada à indução, à circulação e à encenação dos valores e das formas de julgamento. Isso confere à avaliação um estatuto preponderante no aparelho retórico e, em especial, no gênero epidítico, pelas ações de manutenção e de reforço dos sistemas de valores comunitários.

- um critério discursivo ou psicossociocomunicativo: esse critério diz respeito ao papel que a avaliação desempenha no espaço externo de produção do discurso. A avaliação é um componente essencial do processo de produção do discurso, ou seja, faz parte de suas condições de produção, dos parâmetros contratuais que operam no funcionamento e no estabelecimento das situações comunicativas regulares. Nesse sentido, apontamos, por exemplo, para o problema da avaliação intersubjetiva entre os parceiros, ou seja, a expectation croisée, nas palavras de Claude Chabrol (2000), e também as imagens elaboradas entre A e B, como em Michel Pêcheux; a avaliação da situação, como diria Bakhtin e também Peytard, as imagens elaboradas entre os interlocutores, segundo Grize, e a avaliação recíproca entre os sujeitos da linguagem, de acordo com Charaudeau. Também é importante resgatar aqui a proposição de Ghiglione (1986) para quem as ações de ajustamento e de regulação entre os interlocutores permitem às situações até então potencialmente comunicativas se tornarem contratos de comunicação efetivos, ou ainda as reflexões de Goffman que apontaram para a importância do trabalho de face (facework) no funcionamento das interações verbais. Todas essas contribuições teóricas apontam para a natureza avaliativa da relação intersubjetiva, como uma premissa fundamental para a instituição do discurso.

O conceito de avaliação é, pois, multiforme e pode agrupar diferentes dimensões e domínios, mais interdependentes do que exclusivos, que merecem ser discutidos neste artigo.

A avaliação como uma questão modal: o critério enunciativo

O estudo da modalização remonta a uma longa tradição. Embora sua relevância no campo da linguística se dê pelos estudos relativamente recentes sobre a enunciação, o problema se estende a controvérsias mais remotas, como a divisão entre lógica e retórica, por exemplo. Antes mesmo de se pensar em uma lógica modal ou nos desenvolvimentos recentes das teorias da enunciação, a própria retórica já se ocupava de uma definição do logos como base da argumentação e da organização discursiva, seja no âmbito da disposição do material probatório, seja nos diferentes modos e caminhos do convencimento ou da persuasão. Afinal, a retórica é a arte de encontrar os argumentos próprios a persuadir (a invenção) e de dispô-los da maneira mais adequada ao fim que se pretende atingir (a disposição), o que nos leva desde já a uma teoria do sujeito em ação, enquanto a lógica, como problemática da demonstração, abstém-se de um

sujeito e da própria língua natural, lugar de ambiguidades indesejáveis. Assim, através da invenção (inventio) o orador já se confronta com o problema da intersubjetividade, pois deve avaliar não só o valor explicativo dos argumentos (logos), mas também seu valor persuasivo e relativo ao auditório que busca persuadir (pathos) e ainda apresentar-se como alguém digno de confiança (ethos). Tudo isso sugere um processo de subjetivação e de avaliação atuando no dispositivo retórico e que questiona o valor dos argumentos, a organização dos valores comunitários, o funcionamento social das emoções.

Como estima Laurendeau (2004), o tratamento logicista das modalidades na linguística tende a categorizá-las entre o que ele chama, com base em Darrault (1976), de lógicas subjetivas e lógicas objetivas. As lógicas subjetivas dizem respeito à ação do sujeito sobre o mundo, ao fazer, é uma lógica deôntica. As lógicas objetivas se ligam ao ser, e correspondem a uma lógica ôntica e alética. Essa divisão é, para Laureandeau, insuficiente, e ele propõe considerar uma lógica subjetiva do conhecer/crer/julgar que enquadraria as modalidades epistêmicas e apreciativas, e entre ela e a lógica objetiva, uma lógica mista correspondente às modalidades deôntica e volitiva. Essa categorização parece relevante na medida em que sinaliza para uma distinção entre três dimensões da enunciação: a dimensão apreciativa e assertiva, de um lado, a dimensão demonstrativa e veriditiva, de outro lado, e uma terceira, relativa ao dever e ao querer.

Com as teorias da enunciação, o fenômeno da modalização ganha um contorno mais linguístico e menos logicista, fazendo avançar a reflexão sobre o sujeito e a subjetividade inerente ao uso da linguagem. Com a Análise do Discurso e a Pragmática, o ponto de partida indicial de Benveniste, apesar de sua relevância e pioneirismo, será superado, não mais reduzindo a subjetividade ao sistema de coordenadas pessoais, espaciais e temporais organizado em torno de um centro dêitico equivalente ao locutor (a subjetividade dêitica), para atribuir ao sujeito toda a sua complexidade e, sobretudo, a partir de Ducrot, operando a disjunção entre locutor e enunciador pela quebra da unicidade do sujeito.

Em Charles Bally já encontramos o questionamento da relação entre a linguagem e o sujeito. Para ele, "A frase é a forma mais simples possível de comunicação de um pensamento: pensar é reagir a uma representação constatando- a, apreciando-a ou desejando-a" (Charles Bally, 1965).

Constatar, apreciar e desejar, termos que já antecipam algumas diferentes dimensões da subjetividade (lógica objetiva ôntica-alética, lógica subjetivo-apreciativa, lógica mista deôntico-volitiva). A distinção clássica de Bally entre Modus e Dictum, que propõe diferenciar os aspectos lógicos (dictum) e psicológicos (modus) da comunicação, já sugere uma cisão importante no interior do próprio logos, ou do discurso, presente também nas diferentes dicotomias que surgirão na linguística: conteúdo x expressão; denotação x conotação; história (récit) x discurso; componente linguístico x componente retórico; etc. Essas dicotomias são importantes para nos indicar a intuição de que há um "como dizer" que aporta um suplemento de sentido ao "dito".

O problema da avaliação e do engajamento avaliativo do sujeito se encontra, portanto, no centro da problemática do discurso e da enunciação. Para Herman Parret (1983), a vida do discurso inclui investimento e desinvestimento da instância de enunciação. Nesse processo de investimento subjetivo e de desinvestimento que opera o seu apagamento enunciativo, o sujeito se presentifica (tornando-se um índice) ou se ausentifica – tornando-se um não-sujeito - (um símbolo). Para o autor, onde o mundo ou a projeção objetiva é representado (por exemplo, no discurso científico, didático, econômico) o sujeito se ausentifica, demonstrando ou aparentando demonstrar, colocando-se como um representante da norma de argumentação objetiva. É nesse sentido que, para o autor, o mundo surge como estruturado em aparência, reivindicando a norma de validação objetiva. De outro lado, quando o sujeito se investe no discurso, se mostrando, o mundo coincide com os seus pontos de vista, com a argumentação subjetiva, o que o torna desestruturado em aparência, já que se encontra em um terreno pessoal e de controvérsia. A emergência da controvérsia torna o mundo instável e sujeito à luta discursiva.

O critério enunciativo coloca o problema da avaliação no centro do fenômeno da modalização. Um breve exame dos diferentes tipos de modalidades nos permite refletir sobre o papel que a avaliação, como fenômeno enunciativo, desempenha no fenômeno mais amplo da modalização. Notaremos, por exemplo, que a avaliação pode surgir em todas as modalidades e não deve ser reduzida à modalidade apreciativa.

- como modalidade objetiva, correspondendo ao modo como o sujeito representa em sua enunciação diferentes graus de certeza e de evidência associados ao conteú-

do proposicional, ou ao dictum, (modalidades lógicas, epistêmicas, aléticas, deônticas, etc.). É evidente que, aqui, a avaliação não é equivalente à apreciação subjetiva ou à expressão de um posicionamento axiológico, mas permite ao sujeito expressar em suas asserções o seu modo de constatar a realidade, assim como a sua crença, absoluta ou relativa, no conteúdo ou no valor de verdade a ser aplicado ao "real", e do grau que deseja impor aos modos do poder e do dever ser. Embora a atitude modal seja a do apagamento enunciativo, o conteúdo da asserção implica a crença do sujeito na verdade expressa, avaliando-a como absoluta ou como apenas provável, assim como no caso do deôntico, pela avaliação de uma ética alçada ao nível de um imperativo social.

- como modalidade intersubjetiva, cuja forma gramatical clássica do imperativo representa uma enunciação alocutiva, ou um ato de fala diretivo, que integra uma avaliação de si e do outro em termos de papéis que cada um teria de assumir dentro de uma relação de força, seja pela ordem, pela sugestão, pelo conselho, pela autorização, pela proibição, pelo pedido, pela interrogação, etc. Aqui também a avaliação não equivale à expressão de uma subjetividade apreciativa, mas a uma necessidade de inter-regulação entre os sujeitos, o que impõe um processo dinâmico de avaliação recíproca dos papéis de cada um e do tipo de relação que desejam manter, bem como das condições de adequação dos atos de linguagem diretivos, considerando os princípios conversacionais diversos, de cooperação, de polidez e de cortesia, etc. Associada mais fortemente a uma dimensão pragmática, esta modalidade é a que se vincula mais ao critério pragmático-retórico das avaliações e necessita sustentar-se nos estatutos institucionais dos parceiros para funcionar, ou seja, ao critério mais externo da avaliação.

- como modalidade subjetiva ou apreciativa, onde o sujeito se assume como centro dêitico e egocentrado da avaliação pela expressão de sua opinião, de seus estados afetivos, enfim, pela gestão presentificada do dialogismo interno de pontos de vista; a modalidade apreciativa exprime atitudes axiológicas do sujeito e diz respeito, mais diretamente, ao estudo das opiniões e suas formas de expressão; situa-se, também, no âmbito do estudo das emoções no discurso: prazer, indignação, arrependimento, ódio, decepção, etc.

Como podemos notar, o fenômeno avaliativo perpassa cada uma dessas modalidades de maneira distinta: na modalidade objetiva, pelo apagamento enunciativo através do qual o sujeito encena a sua ausência por avaliar que a situação assim exige; na modalidade intersubjetiva; pela avaliação da própria relação entre os parceiros da interação que exige

regulações específicas representadas pelos diferentes graus de alocução e diretividade, de hierarquia e de poder; enfim, na modalidade apreciativa, por constituir o núcleo mais visível das atitudes avaliativas explícitas do dito pelos sujeitos, por onde transitam as induções afetivas e as reações emocionais, em que o logos é investido pela expressividade humana e pelo pathos.

O fato da subjetividade não estar marcada no discurso em termos do aparelho formal da enunciação não significa que ela não esteja presente (a modalização zero não existe), pois as marcas podem não aparecer no regime enunciativo de apagamento do sujeito pelo aparelho formal. Assim, como diria Parret (1983), embora o sujeito não se mostre, sua ausência é apenas uma estratégia modal do locutor que consiste em mostrar o mundo aparentemente estruturado, enquanto a organização discursiva se ocupa de desestruturá-lo através da controvérsia relatada no dialogismo interno, ou, ao contrário, da predominância dos pontos de vista de terceiros co-orientados com o ponto de vista do locutor principal. Ao atualizar em seu discurso esses pontos de vista de terceiros, o locutor faz valer as suas próprias intenções de influência. Pelo apagamento, a subjetividade se mostra através do modo de apresentação dos pontos de vista de terceiros distribuídos no texto. Assim, as atitudes avaliativas podem ser destacadas no discurso tanto no regime do apagamento como no regime do investimento subjetivo. Esses diferentes regimes enunciativos caracterizam, de modo predominante, certos gêneros ou situações de discurso. Em panfletos militantes e em reclamações, o regime do investimento subjetivo é esperado; em um discurso científico ou em uma reportagem jornalística, o regime do apagamento é mais comum.

Investimento e apagamento podem se realizar pela unicidade, em que o locutor se constrói uma só posição enunciativa, ou uma orientação argumentativa monológica, ou pela pluralidade, em que o locutor se constrói várias posições enunciativas, co-orientadas e/ou anti-orientadas, o que confere ao seu discurso um plano não só dialógico, mas também dialético. Na unicidade, a gestão do dialogismo interno é representada por uma orientação argumentativa coercitiva e não dialética, pois a heterogeneidade de vozes é apenas uma encenação. Embora vários locutores sejam convocados no discurso, o que sugere pluralidade de pontos de vista, todos eles cantam em uníssono, ou seja, sustentam um ponto

de vista comum, portanto, homogêneo e não polifônico. Com efeito, um texto pode dar voz a vários locutores que defendem o mesmo ponto de vista sobre uma questão controversa (gestão do dialogismo interno). Em um debate televisual, o jornalista animador pode convidar para discutir apenas participantes que partilham o mesmo ponto de vista ou a mesma tendência ideológica (gestão do dialogismo externo).

Outro problema relevante é se devemos tomar como sinônimos os termos avaliação, opinião e apreciação. Charaudeau (1992), por exemplo, diferencia "opinião" de "apreciação". Para esse autor, a opinião resultaria de um cálculo de probabilidade ao termo do qual o sujeito se determina uma atitude intelectiva a favor ou contra a verossimilhança do mundo (1992, p.96). De outro lado, a apreciação sugere uma reação afetiva do sujeito diante de um fato ou um saber. De modo mais amplo, a apreciação parece agrupar tudo que é da ordem da reação afetiva e do julgamento de valor, enquanto a opinião seria construída dentro uma racionalidade mais específica. Já Catherine Orecchioni (1980) opõe o termo apreciativo ao afetivo. O apreciativo seria da ordem do avaliativo, axiológico, relacionado aos sistemas de valores, ou não axiológico (quando não integra valores e julgamentos), enquanto o afetivo seria de ordem emocional. A distinção proposta por Charaudeau me parece coerente à condição de aceitarmos igualmente a distinção entre modalização axiológica, relativa aos sistemas de valores, e modalização apreciativa, relativa à expressão das emoções. Parece ser a mesma distinção que Kerbrat-Orecchioni busca fazer, ainda que ela prefira o termo "apreciativo" para referir-se à modalização axiológica.

Marcas da enunciação enunciada

A identificação e a classificação das marcas da enunciação enunciada é uma tradição na linguística, mas sabemos que nem tudo é marcado na enunciação através do aparelho formal. São muitos e variados os recursos lexicais e morfossintáticos para indicar modalização e diferentes modos de percepção avaliativa. O estudo desses marcadores vincula-se a uma longa tradição linguística de estudo do aparelho formal da enunciação. Podemos citar alguns:

- verbos performativos (eu ordeno, eu permito, eu proíbo, eu prometo, etc.);
- verbos auxiliares modais (poder, dever, querer, etc.);
- verbos de atitude proposicional ou verbos de opinião (eu creio, eu sei, eu duvido, eu acho, eu estimo, etc.);
- formas de predicação, por exemplo, predicados formados pelo verbo ser com adjetivo: (é bom, é claro, é preciso, é provável, é inegável, é certo que, etc.);
- advérbios modalizadores (provavelmente, certamente, felizmente, indubitavelmente, geralmente, etc.);
- operadores argumentativos: (pouco, um pouco, quase, apenas, mesmo, etc.), na tradição da teoria da argumentação na língua, de Oswald Ducrot.
- expressões de grau (aumentativo, diminutivo, comparativo, superlativo); etc.
- uso de nomes comuns (identificações genéricas exemplares ou generalizantes), como "os árabes", "o paraibano", "os petistas", "os americanos", "os islamistas", "os ciganos" em construções em que são colocados como agentes causais de um processo de agressão que qualifica, por generalização, o grupo social (o enquadramento manipulador, segundo Phillipe Breton); vale destacar aqui também o uso da nominação identitária, no sentido de Paul Siblot (1999) e da designação como estratégia argumentativa, como em Emediato e Guadanini (2009).
- o uso de nomes próprios como lugar comum da essência em construções como "esse cara é um novo Pelé"; "esse artista é um Van Gogh!", "É uma Giselle Bundchen!";
-- quantificadores (numerais, pronomes indefinidos, expressões de quantidade) usados com a intenção argumentativa, como é o caso das falácias dos grandes números (apresentar números grandes para impressionar o leitor/interlocutor), ou das quantificações imprecisas (...mais de 1000 pessoas!); do uso de sondagens ou de outros quantificadores imprecisos, etc.
- a prosódia, a modulação da voz: o ritmo, o tom, a altura da voz podem indicar atitude avaliativa e afetiva do locutor. Sabemos, inclusive, que a dimensão musical (prosódica) da fala é um dos componentes do ethos (imagem de si) do falante, na medida em que, por intermédio de

aspectos vocais, o locutor pode surgir como sério, irônico, brincalhão, nervoso, calmo, indignado, enfático, etc.

- Na língua escrita, para obter efeitos de sentido similares aos prosódicos, usamos marcações gráficas: sinais de pontuação, aspas, negritos e itálicos, variação de fonte ou tipo de letra, de tamanho ou corpo da fonte, etc., como notamos, com frequência, nos discursos jornalístico e publicitário.

Porém, como dissemos acima, nem tudo na enunciação é enunciado, marcado na superfície discursiva. E nem tudo que não é marcado deixa de interessar ao analista do discurso, que precisa e deseja ir além das marcas linguísticas e do aparelho formal para buscar os efeitos de sentido nos discursos em que o locutor não deseja se mostrar e se esconde atrás das estratégias diversas do apagamento enunciativo.

O critério pragmático e retórico e o ponto de vista da argumentação

É inegável que as atitudes avaliativas incidem sobre a maneira como o sujeito comunicante perspectiviza o objeto e deseja que seu destinatário o aprecie e pense, seja pela necessidade lógica (o efeito de evidência), seja pela saliência afetivo-axiológica, seja pela relevância. O sujeito comunicante assume um ponto de vista sobre o mundo e tem a intenção de agir sobre seu destinatário para que ele assuma igualmente esse ponto de vista. Que se trate de um ponto de vista expresso na modalidade objetiva (Os buracos de minhoca existem e isso é evidente); na modalidade apreciativa (São maravilhosos os buracos de minhoca!); ou na modalidade intersubjetiva (Entenda os buracos de minhoca), o sujeito comunicante busca exercer uma ação sobre o juízo de seu interlocutor. No primeiro caso, ele assume um ponto de vista externo e se apresenta ao interlocutor como uma testemunha de uma verdade evidente (necessidade) que se impõe a ele e, de resto, a todo mundo; no segundo caso, ele enuncia sua posição pessoal, seu ponto de vista interno, em relação ao que ele diz. Ele expõe o seu estado afetivo em relação ao conteúdo, na intenção de contagiar seu interlocutor e levá-lo a partilhar o mesmo afeto ou o mesmo juízo de valor; no terceiro caso, ele convoca o interlocutor (ponto de vista relacional) a agir em conformidade com a intencionalidade do ato de linguagem que, nesse caso, apresenta um aspecto pedagógico. Nos três casos, há uma ação de influência sobre o interlocutor, o que justifica o nosso critério retórico-pragmático da avaliação.

Para Perelman & Olbrechts-Tyteca (1958), "a maneira como formulamos nosso pensamento explicita algumas de suas modalidades, que modificam a realidade, a certeza ou a importância dos dados do discurso". Perelman & Olbrechtrs-Tyteca buscaram apreender o sentido da modalização na argumentação para além das formas gramaticais (como o indicativo ou o subjuntivo, ou expressões do tipo eu penso que, eu tenho certeza de que... eu sinto que... etc.), ou de categorias psicológicas ou lógicas que permitem representar modalidades de pensamento. Eles buscaram, de modo mais amplo, avaliar o papel argumentativo de certas expressões aparentemente descritivas. Assim, esses autores afirmam que "toda descrição se estabelece sobre um plano de fundo do qual se busca destacar o objeto, de um modo tal que ela só se torna significativa em função do objetivo perseguido" (Perelman & Olbrechts-Tyteca, p 208). Esse ponto de vista retórico, que liga o pensamento à ação, não está muito longe da proposição mais cognitiva de Grize (1990), segundo o qual persuadir corresponde à produção de um discurso organizado para intervir sobre a opinião, a atitude e o comportamento de alguém, ou ainda, a produção de uma esquematização que leva a "ver" uma situação e seus atores sob uma certa luz (*éclairage*). Ora, tal "modo de ver", trazido à cena da enunciação, objeto "iluminado" para levar o outro a "perceber" o enquadre com a saliência devida, já não coloca a avaliação no centro da problemática do discurso? Uma esquematização, conforme Grize, deve fazer ver (a visão das coisas emociona e excita as paixões), deve éclairer (iluminar, focalizar) uma de suas facetas e ocultar outras, pois toda iluminação colora o que é iluminado e o destaca em um eixo eufórico/disfórico.

Perelman & Olbrechts-Tyteca propõem que a argumentação se sustenta em um contato entre os espíritos, ou seja, deve estabelecer-se sobre a base de um laço intelectual construído entre o orador e seu auditório. As premissas ou acordos da argumentação funcionam porque são constituídos por um fundo avaliativo comum (avaliação comum da estrutura do real e avaliação comum dos valores, suas hierarquias e lugares comuns). Mas de onde recrutar as avaliações que fundam os acordos da

argumentação? Para Charaudeau (1992), nos domínios de avaliação. Ele propõe categorizar o espírito avaliativo que opera na argumentação em diferentes domínios de avaliação que fazem parte dos procedimentos semânticos do dispositivo argumentativo. Esses procedimentos semânticos consistem na utilização de argumentos que se sustentam em consensos sociais, já que os membros de uma mesma comunidade partilham valores em certos domínios de avaliação. Charaudeau propõe cinco domínios de avaliação:

- o domínio da verdade: que define os objetos e seres em termos de verdadeiro e falso, como um saber necessário erigidos em princípios únicos de explicação;
- o domínio estético: que define os objetos e seres em termos de representações socioculturais do belo e do feio;
- o domínio ético: que define os comportamentos humanos em termos de bem e de mal em relação a uma moral externa (leis, consensos sociais) e interna (regras próprias do indivíduo);
- o domínio hedônico: que define em termos de agradável e desagradável os sentidos que buscam o prazer relacionado aos projetos humanos;
- o domínio pragmático: que define as coisas em termos de útil e de inútil em relação a cálculos efetuados para medir a relação entre os projetos racionais de ação e os resultados auferíveis deles.

Como os valores são partilhados no interior desses diferentes domínios de avaliação, eles correspondem a normas de representação social que organizam as atitudes discursivas do homem e sustentam as suas visadas pragmáticas e retóricas.

A atitude avaliativa envolve a expressão de juízos sobre objetos e os juízos podem seguir diferentes critérios e regras de validação, explicitas ou não. Por exemplo, um juízo fundado por analogia, algo muito comum no discurso político, segue um raciocínio indutivo e só permite concluir algo dentro dos limites da exemplificação e da ligação entre fatos, mas não permite deduzir nada universalmente. Mas a escolha das analogias é, em si, um ato de avaliação complexo, já que é determinado pela suposição da aceitação comum das relações entre o tema e o foro, sem a qual o argumento por analogia não funciona.

Também a pragmadialética, tal como proposta por van Eemeren & Grootendorst, constitui um eixo de grande relevância para a análise de processos avaliativos intersubjetivos na argumentação cotidiana. A avaliação da argumentação e das eventuais violações aos critérios de uma discussão ideal e racional é de suma importância. A título de exemplo, a avaliação crítica da argumentação permite reconhecer, na leitura ou no debate, as diversas generalizações precipitadas que habitam as discussões e os textos, as ladeiras-escorregadias (bola de neve) que ora impressionam, ora amedrontam, o homem de palha que leva muitas vezes o eleitor a decidir pelo medo do assinalado representante do mal, as argumentações ad hominen que fogem ao essencial do debate para desqualificar a imagem do adversário, a habitual falácia post ergo, ego propter hoc, que reduz a complexidade a uma causa única de simples sucessão (depois disso, logo por isso).

O critério discursivo ou psicossociocomunicativo

Adotamos aqui a visão de Bakhtin, para quem a avaliação participa da percepção que todo locutor se faz do contexto extraverbal no qual ele toma a palavra. Por consequência, todo julgamento que se faz sobre os enunciados da vida cotidiana engloba ao mesmo tempo a palavra e a situação do enunciado. A parte extraverbal se torna, por meio da avaliação que o locutor faz, parte integrante do enunciado, e se divide em três aspectos:

a) o horizonte espacial comum
b) o conhecimento e a compreensão da situação
c) a avaliação que faz dessa situação

Esses três aspectos permitem aos locutores elaborarem o discurso, que não reflete a situação extraverbal como um espelho refletindo um objeto. Ele representa, mais especificamente, o seu balanço avaliativo, o que confere ao discurso um caráter de processo em relação ao qual a avaliação surge como um componente fundamental.

Jean Peytard, como estima Sophie Moirand[4], reivindica o modelo de Bakhtin, mas opera um deslocamento da noção de avaliação integrando-

[4] Sophie Moirand, in: Charaudeau, P. & Maingueneau, D. *Dictionnaire d'Analyse du Discours*. Paris: Seuil, 2002, p. 243.

-a ao processo de apropriação dos discursos de outrem, ou seja, o locutor se apropria dos discursos circulantes (do interdiscurso) e os insere em um processo de reformulação, de variação e de ajustamento, avaliando-os e reavaliando-os constantemente na cadeia enunciativa. Nessa direção, podemos assinalar diferentes fontes enunciativas que servem ao discurso citante e que sofrem, no processo de apropriação, ações de reformulação e de ajustamento dos discursos retomados de acordo com a avaliação que o locutor se faz da pertinência e dos objetivos situacionais, como as citações, os lugares comuns, os estereótipos e clichês, os enunciados proverbiais, as aforizações, etc.

Nesta dimensão, a avaliação surge como um componente essencial do próprio processo de produção do discurso, ou seja, é uma condição para o seu acontecimento e para o seu funcionamento. Esse critério incide sobre a avaliação como um componente externo (psicossocial) do processo de produção do discurso. Diferentes teorias do discurso fazem referência a essa dimensão avaliativa externa. Vale relembrar a proposição feita por Michel Pêcheux[5] sobre o processo inter-avaliativo operado pelos sujeitos e que lhes permite situar-se em determinadas posições. Imagens de si e do outro surgem de avaliações intersubjetivas elaboradas em situação:

- IA (A): Imagem de A para A: quem sou eu para falar assim?
- IA (B): Imagem de B para A: quem é ele para que eu lhe fale assim?
- IB (B): Imagem de B para B: quem sou eu para que ele me fale assim?
- IB (A): Imagem de A para B: Quem é ele para me falar assim?

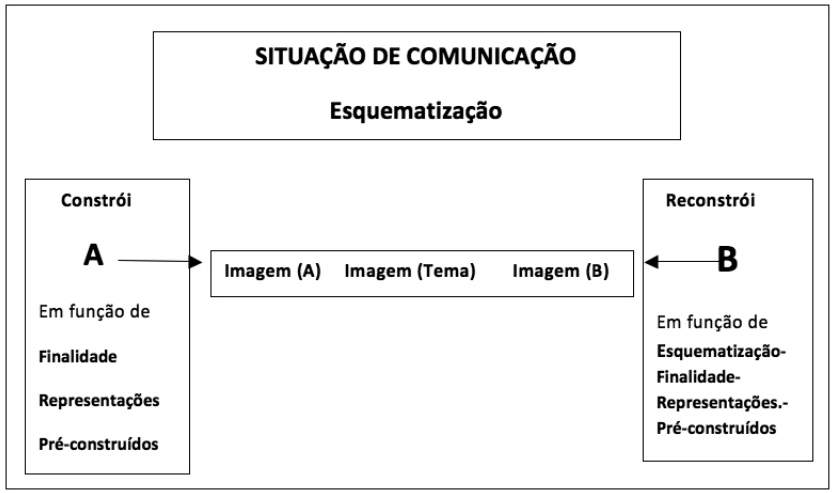
Não podemos deixar de relacionar esse processo avaliativo de imagens de si e do outro, ao problema já evocado por Goffman, desde os anos 50, sobre o conceito de face:

> Quando um indivíduo interage com outras pessoas, estas buscam obter informações a seu respeito ou mobilizam informações de que já dispõem. Inquietam-se de seu estatuto socioeconômico, da ideia que ele se faz de si próprio, de suas disposições a respeito do outro, de sua competência, de sua honestidade etc. (Goffman, 1973, edição francesa, p.11, trad. nossa).

[5] Michel Pêcheux. *Analyse automatique du discours*: Paris: Dunod, 1969. (traduzida pela editora da Unicamp).

Em Charaudeau, a avaliação é um componente também essencial de sua teoria dos sujeitos da linguagem, pois é a antecipação que os parceiros fazem dos parâmetros contratuais (situacionais) que permite a construção e a reconstrução da mise-en-scène discursiva. Afinal, como em Pêcheux, a co-construção de imagens entre os parceiros da comunicação promove a regulação intersubjetiva, a boa adequação dos papéis sociais aos papéis discursivos esperados e o desenvolvimento de um projeto de fala.

É interessante notar também que a proposta cognitiva de Grize, pelo menos no tocante ao seu modo de representar o processo discursivo, não é muito diferente da proposta de Patrick Charaudeau, como poderemos ver abaixo:



Fonte: Jean-Blaise Grize. Logique et langage. Paris: Ophrys, 1990. P. 29.

O locutor A constrói uma representação discursiva, uma esquematização, em uma situação de interlocução e diante de um interlocutor B que reconstrói a esquematização que lhe é proposta.

1) – A e B não designam indivíduos concretos, mas lugares dentro de quadro teórico. Em cada caso ou aplicação concreta, esses lugares são ocupados por verdadeiros "sujeitos" que comportam traços psicológicos e sociais. O lugar B, por exemplo, pode ser ocupado por um indivíduo ou por um grupo de sujeitos, ou um auditório.

2) O esquema representa o que se passa quando é A que assume a iniciativa (a palavra). Em verdadeiro diálogo (situação dialogal), cada parceiro assume alternativamente o lugar de A e de B;

3) A reconstrução de uma esquematização não será nunca isomorfa, pois cada indivíduo real é único.

Como se pode notar, há um consenso entre diferentes correntes dos estudos discursivos de que a avaliação é um componente estruturante do processo de produção do discurso e de que ela opera sobre a relação intersubjetiva (avaliação recíproca intersujeitos) e sobre os dados gerais da situação (avaliação situacional). Portanto, o critério situacional da avaliação faz dela um componente determinante do funcionamento do discurso.

Considerações finais

Toda prática discursiva envolve processos avaliativos que ocorrem em todas as três dimensões ou níveis aqui discutidos (no nível enunciativo, no nível pragmático-retórico e no nível situacional).

O discurso literário, em aparência sem pretensões universais ou argumentativas, em geral aberto à pluralidade, pode assumir uma posição mais doutrinária e homogênea, por exemplo, através dos processos de figurativização, que convocam o leitor ou espectador a inferir sistemas de valores específicos capazes de interpretar as figuras e transformá-las em temas, ou seja, a figurativização convoca o leitor a fazer inferências avaliativas em certa direção desejável como norma moral universal (dos homens de bem, dos símbolos heroicos, como nas narrativas míticas e em telenovelas). A heterogeneidade surge pela encenação de uma polifonia efetiva (em que a humanidade é plural, menos ideal e menos simbólica, como nas narrativas modernas). A gestão do dialogismo interno é dominante na literatura e ela pode enunciar-se seja no regime do investimento subjetivo ou no regimento do apagamento, dependendo do gênero, do estilo ou da finalidade do escritor.

O discurso político assume, com maior frequência, o regime do investimento subjetivo, mas as atitudes podem variar. O discurso totalitário, por exemplo, fala em nome de um auditório universal (usando o termo de Perelman), pois assume uma postura enunciativa que impõe a razão totalitária como uma razão evidente e única. Ele encena, no discurso, uma razão válida para todos, exceto os mal intencionados e manipuladores da verdade, invertendo a lógica do particular para o universal ao representar a evidência subjetiva e particular como uma evidência objetiva e universal. A avaliação situacional é mais relevante do que na literatura, já que o homem político depende mais significativamente da aprovação do seu interlocutor, o cidadão avaliado como eleitor potencial, para existir.

No campo pedagógico educacional, a avaliação parece ocorrer em todos os momentos, desde a co-construção da relação professor-aluno até as avaliações de aprendizagem propriamente ditas. Em relação a essas últimas, é o imaginário da mensuração que parece dominar e assumir várias formas, umas mais ancoradas do que outras no habitus escolar. Por exemplo, a avaliação da aprendizagem é desenvolvida tradicionalmente em três tipos distintos, porém intricados, de avaliações: diagnóstica, formativa e somativa. Embora a avaliação somativa seja o tipo de avaliação escolar mais praticada e investida de objetivação, é, na verdade, a menos confiável e a menos demonstrativa, o que reforça a nossa tese de que o que a sustenta é o imaginário da mensuração e não o seu caráter demonstrativo. Se, de um lado, a nota final de uma avaliação escolar somativa pode representar, de fato, a expressão, pelo aluno na prova, de um conteúdo determinado e desprovido de ambiguidade (um cálculo matemático, por exemplo), seu resultado só diz respeito à memória de trabalho representada pelo aluno no momento da realização da prova. Ela não é capaz de generalizar suas reais competências cognitivas, nem mesmo enciclopédicas. Embora as avaliações somativas quantifiquem a aprendizagem e atribuam em definitivo notas aos alunos em seus boletins, elas possuem, no máximo, um efeito diagnóstico. As provas escolares supõem um falso procedimento dedutivo, ou um paralogismo, que geralmente sustenta as generalizações precipitadas, pois os critérios de verificação de conhecimentos e competências dos alunos não procedem de nenhum método científico. Esse tipo de avaliação é apenas instrumental e vinculada à ordem social do trabalho do professor e da escola, ao tempo, ao espaço e às condições de trabalho. A falácia da avaliação somativa se dá pela falsa dedução sobre competências cognitivas

do aluno através de uma avaliação formal sustentada em critérios pouco claros de validação objetiva e na crença da razão impessoal, na crença na verdade como representante do processo racional subjetivo. Porém, elas cumprem, na ordem social, um papel de inclusão e de exclusão, de discriminação e de hierarquização, servindo, portanto, ao aparelho ideológico do estado.

Para Dalben (2004), ao refletir sobre a avaliação no contexto escolar, para se construir um juízo em um processo avaliativo "acionamos uma série de atividades mentais para o conhecimento dos objetos, sujeitos ou situações, isto é, utilizamos mecanismos mentais capazes de obter dados, selecioná-los, organizá-los e compreendê-los". Assim, prossegue Dalben, "ao construirmos juízos, construímos, necessariamente, um tipo de conhecimento sobre a realidade. Esse conhecimento se revela a partir de suposições retiradas dos instrumentos por nós utilizados, na coleta de dados. No entanto, é fundamental estarmos atentos para a parcialidade desse conhecimento, em decorrência das possibilidades de obtenção de dados e informações desses mesmos instrumentos." (2004, p. 50). Dalben atenta para o fato de que podemos estar enxergando apenas parte da realidade observada. Afinal, toda avaliação inclui a seleção de variáveis. Como podemos notar, a reflexão proposta por Dalben contempla não só a avaliação escolar, como também o método científico.

Os processos avaliativos institucionais constituem um campo fecundo para as ciências humanas, sobretudo para o estudo da dinâmica intersubjetiva nas organizações. A avaliação institucional busca descrever, medir e realizar (no sentido de estruturar o real) os objetivos institucionais em termos do seu plano de desenvolvimento institucional e, em sentido mais amplo, sustenta a ideologia institucional e os aparelhos ideológicos do estado. A avaliação surge como um componente estrutural nas organizações e produz impacto em todos os tipos de relações. Ela analisa e modela as organizações e o modo com os sujeitos irão agir, desempenhar papéis e funções, até a gestão de suas emoções e identidades. Os processos avaliativos incluem modelos de mensuração, de modelização, de inovação e de otimização. Esses diferentes modelos que compõem os processos avaliativos estão na base dos imaginários sociodiscursivos que fundam a dinâmica das organizações.

O que todas essas situações de avaliação têm em comum é que, de modo geral, todas correspondem a uma busca de compreensão, mensuração, crítica e julgamento de objetos, estados de coisas, situações, fenômenos. Nesse sentido, as avaliações dizem respeito a um processo que visa ao estabelecimento de critérios e medidas para o julgamento, ou seja, uma atividade complexa de construção que se torna um objeto de troca e de investimento argumentativo dentro de um domínio considerado.

Para concluir, toda ideologia é uma base avaliativa subjetiva alçada ao patamar de razão objetiva e representada por seus sujeitos como tal. Daí a relevância do conceito de formação discursiva e de assujeitamento, já que o sujeito da formação discursiva parece efetivamente viver a ilusão de ser sujeito, na crença de que sua razão subjetiva (sua formação ideológica) é, de fato, uma razão objetiva. A avaliação é parte integrante desse paradoxo.

Referências

ARNAULT, Antoine, LANCELOT, Claude. *A gramática de Port Royal.* São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ARNAULT Antoine. NICOLE, Pierre. *Logique ou art de penser.*(1662).

BERRENDONNER, A. PARRET, A. (Eds.) *L'interaction communicative*. Berne: Peter Lang, 1990.

CHARAUDEAU, P. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.

CHARAUDEAU, P. *Langage et discours*. Paris: Hatier, 1986.

CHARAUDEAU, P. MAINGUENEAU, D. *Dictionnaire d'Analyse du Discours*. Paris : Seuil, 2002.

DALBEN, Angela. Conselhos de classe e avaliação do projeto político-pedagógico da escola. *Revista Presença Pedagógica.* V. 10. N. 60. NOV/DEZ 2004.

EMEDIATO, Wander e GUADANINI, Sandra M.. Estudo da designação no discurso midiático. In : LARA, G. M. P. COHEN, M. A. *Linguística, tradução e discurso*. Belo Horizonte : Editora da UFMG, 2009.

EMEDIATO, Wander. Os lugares sociais do discurso e o problema da influência, da regulação e do poder nas práticas discursivas. In : LARA, G. M. P. MACHADO, I. L., EMEDIATO, W. *Análises do discurso hoje*. V. 1. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2008.

EMEDIATO, W. Organização enunciativa e modalização no discurso didático. In : Lara, G. M.P. *Lingua (gem), texto, discurso. Entre a reflexão e a prática*. Rio de Janeiro : Lucerna, 2006.

EMEDIATO, W. *Analyse des configurations linguistiques et discursives de titres de journaux français et brésiliens*. Paris : Universidade de Paris XIII, 2000. Tese de doutorado. 564 p.

GHIGLIONE, Rodolphe. *Situations potentiellement communicatives et contrats de communication effetifs*.In : Verbum. Tome VII, Nancy, 1984.

GHIGLIONE, R., CHABROL, C. (2000),) Contrats de communication : stratégies et Enjeux, Introduction au numéro spécial de la *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, n°4, 7-15.

LAUREANDEAU, Paul. Modalité, opération de modalisation, et mode médiatif. In : DELAMOTTE-LEGRAND, R. (Ed.) *Les médiations langagières*, volume 1, Des faits de langue aux discours, Dyalang CNRS, Rouen : Publications de l'Université de Rouen.

MOIRAND, Sophie, L'évaluation dans les discours scientifiques et professionnels, *Les Carnets du Cediscor* [En ligne], 3 | 1995, mis en ligne le 26 août 2009, consulté le 19 mars 2012. URL : http://cediscor.revues.org/497

PARRET, H. L'énonciation en tant que déictisation et modalisation. In: *Langages*. Vol. 18. N. 70. 1983. pp. 83-98.

PÊCHEUX, Michel. *Analyse automatique du discours*: Paris: Dunod, 1969.

PERELMAN, C. OLBRECHTS-TYTECA. L. *Tratado da argumentação. A nova retórica*. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

PEYTARD, Jean. De l'altération et de 'évaluation des discours. In: MOIRAND et al. (éds): *Parcours linguistiques de discours specialisés*. Berne, Peter lang, 1994, pp. 69-80.

PEYTARD, J., De l'évaluation et de l'altération des discours, -sémiotique, didactique, informatique. *Syntagmes 4*, Besançon, 1992

RABATEL, Alain. La part de l'énonciateur dans la construction interactionnelle des points de vue. *Marges linguistiques* - Numéro 9, Mai 2005 - M.L.M.S. éditeur, 2005.

SIBLOT, Paul. De l´un à l´autre. Dialectique et dialogisme de la nomination identitaire. In: BRES, Jacques (et all) *L'autre en discours*. Collection Dyalang, Montpellier: Universidade de Montpellier III, 1999.

VION, Robert. "Effacement énonciatif" et stratégies discursives. In: De Mattia, M. & Joly, A. (Eds.) *De la syntaxe à la narratologie énonciative*. Gap: Paris: Ophrys, 2001.

Análise discursivo-crítica da naturalização do corpo hegemônico em matérias jornalísticas brasileiras[1]

Maria Carmen Aires Gomes
UFV

Introdução

A corporeidade vem sendo discutida há séculos de diferentes formas, desde os conhecimentos anatômicos até as pesquisas mais recentes sobre corpo e poder (cf. FOUCAULT, 1985, 1994), corpo e fenomenologia (cf. CSORDAS, 2008; CINTRO, 2009), corpo e mídia (cf. SANTAELLA, 2004; GREGOLIN, 2007; GOMES, 2011a; 2011b), corpo e cultura (cf. HALL, 2009; 2001; BUTLER, 2008). No entanto, as reflexões sobre o sujeito/corpo só se tornaram possíveis (ou foram respaldadas) em função dos avanços médicos e científicos que contribuíram de maneira decisiva para a condição do corpo como objeto de investimento de técnicas (cf. FOUCAULT, 1985). Neste trabalho, não pretendo ter um ponto de vista específico sobre as reflexões teóricas que envolvem o corpo como objeto de estudo, mas pretendo examinar, sem uma pretensa neutralidade, a relação entre práticas discursivas, mídia e as reflexões sobre sujeito/corpo.

Este estudo está situado em debate proposto por Chiapello e Fairclough (2002, p.186) sobre a pesquisa transdisciplinar que se caracteriza como "diálogo entre duas disciplinas e dois quadros teóricos que podem

[1] Este trabalho se inscreve no projeto *Corpo na mídia impressa e televisiva: representações de vulnerabilidade social e diferença na sociedade contemporânea*, financiado pelo CNPq (PQ2). O objetivo desse projeto é refletir acerca das relações entre corpo, mídia e diferença.

levar ao desenvolvimento de ambos mediante o processo de apropriação interna da lógica do outro como recurso para o próprio desenvolvimento". A proposta fairclougiana, neste sentido, segue um modelo transdisciplinar integracionista uma vez que dialoga com outras disciplinas, que agem de forma interdependentes, envolvendo princípios integrativos específicos de trabalho para problematizar as questões sócio-discursivas. O que proponho aqui é a integração das pesquisas sobre sujeito/corpo desenvolvidas no âmbito das Ciências Sociais e da Filosofia com os estudos discursivos críticos. Esta investigação apresenta contribuição da análise discursiva textualmente orientada (FAIRCLOUGH, 2001, 2003) para compreendermos como a mídia problematiza as questões que envolvem o corpo diferente/excluído/marginalizado (aquele que não atende aos padrões hegemônicos). O foco aqui é problematizar os discursos formadores, hegemônicos, que constroem (e docilizam) o sujeito corpóreo (FOUCAULT, 1985; 1994).

A questão principal deste estudo é entender de que forma o corpo se inscreve como possibilidade de reflexão histórica. Ou seja, estamos falando de qual modelo de corpo, já que se trata de um corpo em construção e histórico (descontínuo)? A escolha por estudar o corpo diferente (deformado, deficiente), pelo viés dos estudos discursivos críticos, deve-se, sobretudo, ao meu propósito de problematizar as ausências, os discursos hegemônicos, as hierarquias e não apenas o silêncio, o bloqueio, a regulação (SOUZA SANTOS, 2000). Sobre a questão da diferença/diferente, Fairclough (2003) nos diz que na contemporaneidade a diferença tem sido pronunciada, tem-se tornado visível, acentuada, negociada, atenuada e, muitas vezes, 'revista'.

Hall (2009, p.121) afirma que "o corpo é construído, moldado e remoldado pela intersecção de uma variedade de práticas discursivas disciplinares". O corpo é marcado pelas descontinuidades históricas, capazes de discipliná-lo, controlá-lo e homogeneizá-lo. Mas seria o corpo modelizado o natural? Não estaria este corpo modelizado, bloqueando/impedindo o conhecimento/reconhecimento do outro? (SOUZA SANTOS, 2000)

Neste artigo, aproprio-me das reflexões sobre o sujeito corpóreo para discutir e refletir sobre a forma como os corpos são construídos, retratados e representados na mídia digital brasileira. Em um mundo visto como contingente, múltiplo, instável e aberto, ao interagir com o outro, o sujeito age e reage por meio de (e com) corpos, ou seja, reage-se por meio da inscrição corpórea, tomando por base tais reflexões que serão analisadas algumas matérias jornalísticas que tratam da reprovação de professoras em concurso públicos pelo fato de serem obesas. Tal fato gerou discussão no país inteiro e foi exibido no programa Fantástico, da Rede Globo, no dia 06/02/2011.

1. Algumas reflexões sobre o sujeito/corpo

Novaes (2003) aponta que a exposição do corpo se inicia na Renascença, quando

> (...) o corpo do homem vem sendo progressivamente desvelado. Primeiro foi a pele, em seguida outras camadas, chegando-se aos músculos e tendões. Por fim, o crânio é aberto, pondo a nu o chamado "órgão da alma", "regulador central dessa máquina de ossos e músculos". O desenvolvimento das artes mecânicas abre-se para o mito do homem artificial, inspirado no homem-máquina de La Mettrie. [...] Depois de muitas experiências na anatomia, os séculos XIX e XX são dominados pela teoria celular na biologia e pela patologia celular na medicina. Por fim, a ciência decifra o código genético, e o século XXI entra de maneira irreversível nas biotecnologias. [...] Tudo caminha — principalmente o corpo — para o artifício. (NOVAES, 2003, p.36)

Segundo Fontes (2007), as reflexões sobre o corpo atravessam três momentos culturais importantes: (i) o corpo representado, aquele descrito pelo olhar das instituições – Igreja, Medicina, Artes Plásticas, entre outros, (ii) Corpo representante, aquele dinâmico, agente das próprias ações e reivindicações, (iii) Corpo apresentador de si, aquele que se coloca como porta-voz de uma prática cultural imediata, efêmera. Como por exemplo, o corpo biotecnologizado, formatado: aquele construído pelas técnicas médicas.

Michel Foucault (1985) lança a temática do corpo para o centro do debate ao discutir sobre o sujeito produzido historicamente por uma exterioridade social, cultural e política. O corpo, nesta perspectiva, funciona como suporte para o exercício da função sujeito. O filósofo já havia localizado, neste contexto, o momento em que o homem perde sua sub-

jetividade para se objetivar nas engrenagens da produção, da máquina, ou seja, nos processos por ele denominados biopoder e biopolítica. Dessa forma, Foucault vincula o sujeito à uma dimensão política ao pensá-lo (ou problematizá-lo) por meio dos dispositivos de poder que os constrói/constitui.

Em Vigiar e Punir, o autor analisa como os micro-poderes, que possuem tecnologia e história específicas, se relacionam com o nível mais geral do poder constituído pelo aparelho do Estado. Um tipo de poder que intervém materialmente no corpo social de forma a adestrá-lo e a aprimorá-lo. Segundo Gregolin (2007, p.47), Foucault discute sobre "uma história política dos corpos", por meio de uma história das prisões. Para refletir sobre esta questão Foucault, em História da Sexualidade, propõe o conceito de biopolítica problematizando a estatização do corpo, que passa a ser regulado e normalizado por um Estado que se orienta não somente por leis econômicas, mas também por preocupações matemáticas e estatísticas. O corpo, nesta reflexão, é compreendido como objeto-máquina submetido a um tipo de controle disciplinador, a uma tecnologia que promoverá o bem-estar. Ao desenvolver tais reflexões e debates, Foucault observa que, além das confissões, há outras formas de se vigiar o corpo: consultas médicas, clínicas, prisões, entre outros. Segundo Courtine (2008, p.10), Foucault inscreveu os poderes sobre o corpo no horizonte histórico da longa duração, na dispersão em múltiplas temporalidades (GREGOLIN, 2007, p.42). Todavia, Foucault percebe aos poucos que o sujeito não é totalmente submetido, apassivado como um mero objeto sobre o qual as tecnologias o submetem, mas como uma possibilidade autonômica, capaz de se emancipar, resistir por meio de projetos éticos.

É neste sentido que o sujeito corpóreo nos possibilita indagar acerca das práticas sociais e das relações entre as práticas sociais ou de uma prática em particular, porque, ao fazermos isso, situando o corpo-no-mundo, estaremos recusando não só a ideia do corpo como um objeto móvel controlado por um sujeito cartesiano (ser no mundo), mas também do corpo como máquina, construído por um "artesanato divino". Ao reposicionarmos a discussão da corporeidade, o corpo passa a ser nosso anclajé no mundo (corpo-no-mundo), um conjunto de significações, isto é, um construto histórico, social e cultural pelo qual a sociedade se expressa e se constitui no mundo. Ao significarmos o corpo, o fazemos a partir de uma organização social, um tipo de premissa que nos diz como o corpo é, como deve ser e o que ele pode ser, isto é, agimos por meio de regulações socioculturais que "pré-determinam" a construção do corpo.

No entanto, há que se entender que vivemos hoje em uma sociedade altamente complexa em que forças entram em conflito abrindo caminho para a construção e constituição de identidades diferenciadas e de corpos diferenciados e múltiplos. Os corpos são múltiplos: corpos na mídia, na moda, nas tecnologias, na arte, isto implica que há um mercado de produção de corpos. O corpo na mídia, por exemplo, é modelizado, fetichizado; enquanto o corpo do marketing é diagramado, tecnologizado, controlado (GOMES, 2011b). Em ambos, há um modelo a ser seguido, um modelo de aparência que exclui muitas vezes habilidades e competências. Sob a regência do corpo ideal, exclui-se aquele que não atende aos padrões hegemônicos de beleza, por exemplo (GOMES, 2011a).

Lucia Santaella (2004), no âmbito dos estudos da comunicação social, afirma que vivemos uma pretensa ilusão de uma unificação (e estabilidade) do corpo, porque não há essa fixidez, mas sim uma intercambiação, uma construção histórica. A autora chama atenção para o fato de as tecnologias, por exemplo, estarem agindo não só sobre a superfície dos corpos, mas também na essência molecular, reparando funções, ampliando, transformando, ou mesmo criando novas funções para o corpo. Para a autora, o novo corpo do novo indivíduo pode "ser, experimentar, sentir e tornar-se".

2. Procedimentos teórico-metodológicos

2.1 Análise textualmente orientada: perspectiva crítica transdisciplinar

Para análise dos dados, usaremos a análise de discurso textualmente orientada, tal como desenvolvida por Norman Fairclough (2003). Tal proposta parte de uma análise fundamentada em dados linguísticos que sustentem a crítica explanatória. O estudo se baseia na identificação de um problema social parcialmente discursivo que será analisado por meio da análise de textos situados no campo da mídia porque se entende que

textos têm efeitos causais, ou seja, acarretam mudanças em nossos conhecimentos, crenças, atitudes e valores, além de reconstituírem identidades e relações sociais.

É por meio da análise discursiva que as causalidades serão explicitadas; é assim que se pode perceber e compreender de que forma se relacionam práticas sociais e textos. Alguns aspectos discursivos, em práticas sociais contextualizadas, podem implicar a legitimação de ações particulares e determinar modos de conduta e atitudes. Isso ocorre porque textualmente podemos construir/representar/imaginar o mundo social em perspectivas específicas, particulares (FAIRCLOUGH, 2003, p.8); trata-se, segundo Fairclough, de um processo de "meaning-making" que interferirá nos efeitos sociais dos textos. Nas práticas sociais, enquanto o discurso se apresenta como um elemento da vida social que se interconecta a outros elementos; a linguagem é compreendida como um elemento da vida social que define certos elementos, certas possibilidades e exclui outras (FAIRCLOUGH, 2003, p.24).

Fairclough (2003) propõe que as redes de práticas sociais, no seu aspecto linguístico, sejam chamadas de ordens do discurso, que se realizam por meio de discursos, gêneros e estilos. São estes elementos que selecionam certas possibilidades linguísticas e excluem outras. Neste sentido, o discurso se figura de três maneiras: como formas de agir, de representar e de ser, ou seja, as pessoas fazem coisas em processos de significação nos eventos sociais. Estes aspectos do significado levam as pessoas a agirem e interagirem com os outros (significado acional), representarem, pessoas, eventos coisas (significado representacional) e identificarem, julgarem, apreciarem (significado identificacional). Os significados acional, representacional e identificacional são assim compreendidos como os principais tipos de sentidos dos textos.

Procurando compreender como a linguagem se significa no curso dos eventos sociais, ou seja, como as pessoas fazem coisas nos processos de meaning-making nos mais variados eventos sociais, Fairclough (2003, p.28) busca analisar os textos como parte de eventos sociais específicos, olhando para os significados acima descritos percebendo de que forma realizam os vários traços linguísticos, fazendo a conexão entre o evento social concreto e as práticas de agir, representar e ser.

Uma categoria de destaque no corpus é a avaliação, discutida em Fairclough (2003), no capítulo que trata do significado identificacional, que tem o estilo, como a dimensão discursiva responsável pela discussão do ser, ou seja, como as pessoas se identificam e identificam os outros. Na avaliação, são analisadas as apreciações ou perspectivas dos sujeitos sobre os aspectos do mundo (por meio dos discursos), sobre o que é desejável ou não, ou o que é considerado bom ou ruim, belo ou feio, ou seja, a maneira pela qual o sujeito ou/e instituição se posiciona diante do que está sendo dito, a forma como aprecia, julga, ou se emociona. Tal posicionamento se dá por meio de traços textuais e discursivos, que podem refletir os investimentos ideológicos, ou juízos de valor de determinada prática social, seja de forma favorável ou desfavorável a projetos hegemônicos de dominação, reforçando as desigualdades sociais e/ou acentuando a diferença. Para Fairclough (2003), as avaliações podem ser materializadas linguístico-discursivamente por meio de afirmações avaliativas, afirmações com modalidades deônticas, avaliações afetivas e presunções valorativas.

Para tratar ainda da construção da polêmica do sujeito corpóreo na esfera pública midiática, e com o objetivo de se analisar a forma como os diferentes discursos contestam uns aos outros e explicitam linhas de tensão, vamos trazer para a discussão a forma como os textos ativam as apreciações, julgamentos e atitudes.

Neste estudo buscamos uma aproximação entre a Avaliação, categoria de análise textual relacionada ao significado identificacional (FAIRCLOUGH, 2003), com a Teoria da Avaliatividade proposta por Peter White (2004), uma vez que os dois teóricos compreendem a linguagem como fenômeno sócio-semiótico (HALLIDAY, 1994), ou seja, um produto do processo social, um sistema de potencialidade significativas.

Baseando-se nos princípios sistêmico-funcionais, White (2004) propõe um estudo da Linguagem da Valoração, com o objetivo de se estudar as significações de afeto produzidas por sujeitos em contextos de produção particulares. Para tanto, busca entender não só de que forma os textos ativam avaliações positivas e negativas, mas também como assumem posições em relação a tais avaliações. Parte-se do princípio de que a linguagem tem um sistema de possibilidades para expressar diferentes emoções e graus de intensidade emocional e propõe três significados ati-

tudinais: i) afeto (emoção ligada às avaliações positivas e negativas; aos sentimentos), ii) julgamento (trata-se do comportamento dos agentes humanos – aprovação e condenação de atitudes/caráter - e à aceitabilidade social), iii) apreciação (o foco está nas qualidades estéticas). Tais categorias serão discutidas nas análises que se seguem.

2.2 O Problema sócio-discursivo

Abaixo apresento o fato que desencadeou a polêmica, de que trataremos a seguir na análise dos dados, e que gerou reflexões sobre a ideia de corpo diferente em contraponto ao modelo canônico de corporeidade físico-anatômico tal como vem sendo acentuado pelas instituições sociais.

Fato:

Professoras temporárias que já davam aula, na rede pública estadual de São Paulo, como substitutas, prestaram concurso público. Foram aprovadas nos exames e seus nomes chegaram a ser publicados no Diário Oficial. No entanto, não tomaram posse como professoras efetivadas. No laudo médico delas consta que seriam "inaptas" para a função. O motivo apontado para a inaptidão só foi descoberto depois de muita insistência por parte das professoras. "Obesidade" é a palavra que consta dos laudos.

Tal fato foi foco da reportagem do Programa Fantástico da Rede Globo, do dia 06/02/2011. A polêmica nos mostra que a problemática social - reprovação das professoras (res) - só se tornou visível pela intervenção da mídia, principalmente quando a equipe do Fantástico investigou o acontecimento e pode observar in loco que no prontuário de uma das professoras estava escrito inapta e o CID. E66 (Código Internacional de Doenças, e E66 que significa obesidade).

2.3 A construção do corpus

Foram sistematizados 12 textos midiáticos extraídos do contexto digital, coletados em agosto de 2011, sem autoria identificada. Algumas decisões metodológicas foram tomadas, após assistir, no Programa Fantástico da Rede Globo, à reportagem que tratava da polêmica gerada.

A primeira decisão foi localizar na mídia digital notícias com referência ao fato. As notícias foram coletadas em sua versão on-line, tomando por base a informação "reprovação em concurso por obesidade". Foram coletadas as notícias divulgadas pelas seguintes mídias digitais: Folhapress, Folha de S.Paulo, igSão Paulo; Terra, Folhahoje; Brasildefato, G1. A segunda decisão foi escolher notícias que evidenciassem uma possível discussão acerca de modelos de corpos, isto é, de que modelo de corpo estaria o Estado se referindo ao reprovar as professoras (res). E se nas notícias seriam evidenciadas as linhas de tensão que apontariam para um tipo de ordem corpórea, que mostra/apresenta/legitima determinados corpos e não outros.

3. Análise dos dados

Apresento, neste estudo, a análise de textos publicados em jornais on-line brasileiros. São textos noticiosos que repercutiram a reprovação de professoras (res) em função da obesidade, e que, por meio de recursos linguístico-discursivos empregados nos textos, constroem representações particulares do corpo diferente, gerando efeitos causais. Analisarei e discutirei a forma como as contingências contextuais podem estar constituídas nos textos gerando mecanismos de ativação e bloqueio de possibilidades. Partirei da afirmação faircloughiana de que "discursos são inculcados em estilos", ou seja, modos de representar realidades sociais implicam modos de (se) identificar face a essas realidades (FAIRCLOUGH, 2003, p.159).

Os títulos dos jornais já nos apresentam algumas significações bem peculiares acerca da forma como as mídias representaram o fato, os atores envolvidos e suas ações; ou seja, como os textos agem sobre o mundo e sobre os seus leitores e que efeitos sócio-ideológicos são construídos.

Nos excertos 1 e 2, as atoras que sofrem a ação (reprovação do concurso do Estado de São Paulo) são incluídas no texto pela categoria da funcionalização, ou seja, são representadas como "professoras", uma vez que se trata de um evento de cunho profissional. No entanto, no excerto 2, ao termo professoras foi adicionado o julgamento de estima social relativo à crítica de uma (a)normalidade: gordinha - que está no diminutivo, atenuando a avaliação. Mas o que chama atenção nestes excertos em termos discursivos é o fato de excluírem os atores responsáveis por

tal reprovação. Além disso, o uso do processo verbal dizer no presente (dizem) + passiva (ter sido vetadas e foram barradas) ofuscam a responsabilidade e agência da ação de vetar e reprovar. O exemplo 1 ainda apresenta a circunstância do veto: por obesidade, mas em 2 há um completo apagamento tanto de agente/ator quanto do motivo. Embora as professoras tenham sido barradas/vetadas, nas palavras dos jornalistas, isso é algo que elas "dizem", é algo que implicitamente pode ser questionado.

1) Professoras dizem ter sido vetadas por obesidade (folhapress)
2) Professoras gordinhas dizem que foram barradas (FSP)

No excerto 3, os atores estão incluídos por meio da categorização por funcionalização (Estado, professor), no entanto surge uma informação nova: o bullying, representando sócio-ideologicamente que a ação do Estado contra o professor é de violência, ilegítima. Há, portanto, um julgamento moral, a condenação de um comportamento/ação. Observe que a circunstância/motivo pelo qual as professoras são impedidas de trabalhar vem entre aspas – "obesas" – ressaltando que não é o jornal que as está avaliando desta forma, mas sim o Estado. Para Fairclough (2001), tal representação do discurso do outro (fonte) se destaca, portanto, como uma importante notícia já que o jornal demarca claramente que o motivo do veto não foi dito por ele.

3) Em São Paulo, o bullying é do estado contra o professor O preconceito desta vez, partiu próprio Estado contra três professoras impedidas de dar aula por serem "obesas" (brasildefato)

Nos excertos abaixo, os atores envolvidos estão incluídos de formas diferentes. Enquanto Geraldo Alckmim é representado por meio da personalização por nomeação, atribuindo-lhe, portanto, a responsabilidade pela ação, as professoras/docente são incluídas pela função que exercem, pela profissão. Em 4 e 5, os jornais colocam o ator como o dizente. Em 4, ao apresentá-lo como dizente do enunciado "recusa a docentes não é questão de aparência", apaga a agência de quem realizou o ato de recusar, como se o Geraldo Alckmim não pertencesse a este grupo que reprovou as professoras pelo fato de serem obesas.

O mesmo apagamento ocorre no excerto 6, quando o jornal, ao topicalizar o nome do governador colocando-o de forma isolada e atribuindo-lhe o foco, inicia com uma construção nominalizada a divulgação do fato: "reprovação de professoras obesas não foi por estética". Ao fazer isso, exclui/ofusca o agente responsável pela reprovação e mescla a voz do jornal à voz do Alckmin, que foi identificado nominalmente, pelo sobrenome, sugerindo que sabemos quem ele seja e que posição ocupa na sociedade.

4) Geraldo Alckmin diz que recusa a docentes obesas não é "questão de aparência"(ig São Paulo)
5) Alckmin diz que professor gordinho pode recorrer (folhahoje)
6) Alckmin: reprovação de professoras obesas não foi por estética (terra)

Nos excertos 4 e 6, além de representarem nominalmente o governador do estado de São Paulo, são usadas construções nominalizadas (recusa e reprovação) para representarem o fato, tornando-o técnico, abstrato, ou seja, as professoras foram sujeitas a procedimentos anônimos realizados por anônimos.

Para a questão que agora nos ocupa, importa referir que há em alguns títulos um julgamento acerca da ação do Estado frente ao fato. Em 3, por exemplo, quando deixa explícito que a atitude do Estado pode ser caracterizada como um tipo de bullying, há um julgamento de sanção moral, pois condena a atitude/comportamento do Estado. Aqui, nos termos de Fairclough (2003) há uma presunção valorativa, pois o termo bullying constitui um elemento avaliador implícito com significação negativa.

Passemos à análise dos textos. Primeira questão que vale destacar é o fato de o tema ter causado um debate na sociedade, e tal debate se deu por meio da Mídia de forma bastante polêmica. Para Emediato (2011), certas interações polêmicas, em que não há o acordo de opiniões, podem ser caracterizadas como discordantes, sendo a controvérsia o ponto nodal para o funcionamento argumentativo. Em interações polêmicas, a intervenção discordante pode servir para problematizar a opinião do outro, ameaçando-lhe a face (cf. Teoria da Polidez). Embora tais reflexões sejam analisadas em interações face a face, podemos discuti-las e repensá-las no campo das "quase-interação mediadas" (THOMPSON, 1995, p.79) características das situações midiáticas, nosso objeto de análise. Emediato (2011), resgatando as proposições de Chabrol (1995), propõe algumas estratégias de funcionamento para as interações discordantes,

apresentando algumas modalidades enunciativas recorrentes em situações de conflito: ofender, acusar, agravar, desafiar, desmentir, contestar.

Nos textos analisados, uma construção conflituosa se apresenta de forma evidenciada. Um espaço polêmico se constrói uma vez que as ações do Estado face ao concurso realizado pelas professoras são desqualificadas, julgadas e contestadas. Serão analisados assim os posicionamentos dos especialistas, das professoras e do Estado e a partir deles refletiremos sobre a questão do corpo, que nos interessa como foco da discussão.

3.1 A voz dos especialistas favoráveis às professoras

Na voz dos especialistas, percebe-se claramente uma refutação ao discurso do Estado. Em 7 e 9, embora reforce mais uma vez o apagamento do responsável pela exclusão, o texto coloca em evidência o motivo da exclusão (por obesidade) e em seguida julga tal ação denunciando que isso viola a Constituição, e levanta implicitamente a seguinte questão: quão ética e moral é a atitude do Estado? Em 8, chama atenção o fato de o texto negar a atitude do Estado, que vincula o motivo corpo/obesidade à capacidade/competência. Segundo Le Breton (2003), em nossa sociedade, o sujeito que sofre de alguma deficiência física é visto pelo prisma da deformidade, do grotesco, do doente, portanto não se coaduna com a representação do que é ser saudável – vinculado ao modelo corporal da boa forma física e anatômica. Tomando as reflexões de Le Breton, observe que, no excerto 8, o discurso nega essa representação de que um corpo deformado é indigno, refletindo inaptidão e inabilidade.

Em 9, o uso do discurso direto legitimando a denúncia/acusação de que o Estado agiu de forma preconceituosa é reforçado na última informação que se inicia com a circunstância espacial em posição tópica, dando destaque ao local onde se situa a afirmação da especialista/presidente do Sindicato dos professores: boa parte dos professores reprovados já atua no Estado como substitutos. Tal afirmação cria uma arena discursiva, um espaço de lutas ideológicas, pois se a professora obesa já atua como substituta por que não poderia atuar como efetiva?

7) A OAB-SP e advogados ouvidos pela reportagem afirmam que excluir candidatos por obesidade é discriminação e fere a Constituição Federal.

8) Endocrinologistas também disseram que a obesidade não é fator de inaptidão para a função de professor, nem quando é mórbida.

9) A presidente do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, Maria Izabel Azevedo Noronha, manifestou indignação com a decisão, que "denota preconceito e desrespeita direitos fundamentais da pessoa humana, bem como os direitos adquiridos por aqueles que participaram do concurso e nele foram aprovados". No comunicado, Maria Izabel afirma que boa parte desses professores já dá aula na rede estadual como docentes não efetivos.

Nos excertos abaixo, os especialistas polemizam a atitude do Estado ao afirmarem que há nesta ação um discurso claramente tecnicista que assume o corpo como um instrumento, isto é, um corpo/objeto separado do sujeito, algo a ser admirado como um objeto estético. Trata-se de uma representação cartesiana do corpo-máquina, usado como um tipo de ferramenta e controlado para aumentar a sua utilidade de forma a atender aos fins de produção capitalista. Em 10, ao atribuir humanidade aos professores (são seres humanos, são pessoas), refuta-se não só tal construção tecnicista do corpo, mas também a visão hegemônica de corpo perfeito.

10) "É uma visão tecnicista. [Os professores] são seres humanos, são pessoas. E o Departamento de Perícias tenta enquadrá-las dentro de determinados parâmetros. afirma.

11) As professoras nunca pediram licença por questões de saúde e apresentaram resultados satisfatórios nos exames médicos. Para Maria Izabel, a única explicação para a reprovação das professoras é o preconceito. "[A pessoa] tem que ser 100% perfeita. Daqui a pouco vão exigir que a pessoa seja bonita também. E a questão da competência fica de lado", diz.

Em 11, ao julgar moralmente a ação do Estado (reprovação em função da obesidade), a especialista evidencia o discurso do corpo perfeito, harmônico, naturalizado como objeto estético, refutando-o. O uso da modalidade deôntica (tem que ser) e o atributo (100% perfeita) dão o tom da crítica e reforçam a polêmica, acusando o Estado de agir de forma preconceituosa e imoral, uma vez que a crítica recai sobre a forma como as professoras são avaliadas e apreciadas, ou seja, em termos de valores estéticos e não pela tenacidade e competência.

Em relação ao posicionamento do Estado, por meio de seus agentes sociais, seja o Governador, sejam os funcionários da secretaria responsá-

vel pelos exames médicos oficiais, observa-se que o principal argumento utilizado refere-se à construção de um corpo sem utilidade, pois o obeso não se mostra produtivo para atender às demandas econômicas e capitalistas. A polêmica criada deve-se à forma como o corpo é construído e representado por meio de um discurso biológico da seleção natural calcado na tese de que os mais fortes são mais resistentes e, portanto, produtivos e úteis (FOUCAULT, 1985).

3.2 A voz do Estado

Podemos dizer que as tensões discursivas e os conflitos morais e éticos arrolados nesta polêmica advêm do discurso higienista acerca da saúde produzido pelo Estado, e o reforço de tal discurso pela mídia e sociedade. As práticas sociais obedecem ainda ao critério de custo/benefício resultante de um discurso neoliberal, em que as relações sociais produzidas baseadas no valor central da sobrevivência do mais forte/apto/competente são naturalizadas e reproduzidas hegemonicamente. A lógica da seleção natural é utilizada como metáfora do mercado de trabalho, construída a partir de uma lógica produtiva e instrumental. É o que se observa nos excertos abaixo.

12) A Secretaria de Estado da Gestão, que responde pelo Departamento de Perícias Médicas de São Paulo, disse que o estatuto dos funcionários públicos determina que um dos requisitos para o ingresso no serviço público é que o candidato goze de boa saúde, "comprovada em inspeção realizada em órgão médico oficial, no Estado de SP". E que "há casos em que a obesidade pode ser considerada uma doença, segundo os padrões da OMS [Organização Mundial da Saúde]".

13) Em nota, o órgão disse que o exame médico-pericial faz "um prognóstico laborativo, o qual considera todo o tempo de permanência previsto no serviço público". Ou seja, não basta estar capaz no momento do exame pericial: é necessário considerar que as patologias eventualmente diagnosticadas não venham a se agravar com o tempo.

Em 12 e 13, observa-se a lógica da produtividade e da instrumentalidade como ordenadora do discurso. A seleção "natural" se apresenta na defesa da competição como única maneira para conseguir ser selecionado para o mercado de trabalho, e tal seleção se dá em função do papel regulador do governo, impondo "regimes de verdades" e produzindo corpos disciplinados e docilizados (FOUCAULT, 1985). Em 12, a voz do jornal, resgatando a fala do órgão do Estado responsável pela perícia, diz que um dos requisitos para o ingresso no serviço público é que o candidato goze de boa saúde evidenciando a construção do discurso higienista de que corpos bons são aqueles que contribuem para o desenvolvimento econômico do país. O fato de a pessoa ser capaz, hábil e competente para o cargo não é o requisito para a prática laboral, ela tem que apresentar corpos visivelmente "perfeitos, simétricos", a longo prazo. O corpo assim construído é objetificado, tornado-se invisível e sem função não só socialmente, mas principalmente economicamente, pois não atende aos padrões regulados ou ao "prognóstico laborativo".

Nos excertos 14 a 16, observa-se a voz do Governador do Estado mesclada à voz dos jornais. Em 16, a voz do governador deixa explícita a visão tecnicista da instituição, por meio de uma construção assertiva atribuindo tecnicidade aos critérios usados: "os critérios são técnicos". A voz do Estado/governador ainda assevera que o ingresso na carreira de magistério "não é uma questão de aparência". Tal assertiva apresenta-se como um tipo de contra-argumento em relação à tese defendida pelos especialistas contrários à reprovação dos (as) professores (as).

14) O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), afirmou na manhã desta quarta-feira, na capital paulista, que a reprovação de cinco professoras da rede pública de ensino não foi uma questão de estética, mas obedeceu a "critérios técnicos". De acordo com o governador, caso o resultado do exame de saúde tenha sido considerado "injusto", cabe recurso. "O estatuto do funcionário público exige o exame de aptidão física, mas se houver erro ou injustiça, ele será corrigido", disse Alckmin. (terra)

15) Segundo Alckimin, os critérios técnicos são estabelecidos pelo estatuto do funcionário público, que exige "aptidão física". O governador, no entanto, disse que cabe recurso. "Caso o resultado do exame de saúde tenha sido considerado injusto, as pessoas podem recorrer. Se houver algum erro será imediatamente corrigido." (folha hoje)

16) "O ingresso não é uma questão de aparência. O estatuto exige exames físicos. Os critérios são técnicos. A pessoa pode apresentar recurso e vai ser analisado. Se houver erro ou injustiça, será imediatamente corrigido", afirmou o governador em evento para entrega simbólica de kits escolares em São Paulo.

Em 16, o jornal usa o discurso direto como modo de articulação da voz do governador para, de alguma forma, legitimar e reforçar a polêmica, creditando a ele o discurso preconceituoso e tecnicista. Vale ressaltar que a fala do governador não destaca a questão da "reprovação", mas o fato de o "ingresso" no serviço público estadual se respaldar no "estatuto" e "em critérios técnicos". O fato é que o governador generaliza a informação dada, ou seja, não especifica o problema, retratando-o como um acontecimento natural, racional e permanente, ao disseminar esta perspectiva de mundo particular como se fosse a única forma possível. Resgatando os modos gerais de operação da ideologia (THOMPSON, 1995), poderíamos dizer que os interesses específicos do Estado são apresentados como interesses gerais, legítimos. O uso do processo do dizer "afirmou" enfatiza o tom de reprovação do jornal em relação ao problema social que não é discutido ou problematizado pelo Estado.

Trata-se de uma estratégia de racionalização, através da qual o Estado/governador constrói uma cadeia de raciocínios, em que procura justificar suas atitudes de forma a persuadir a sociedade de que tal ação é digna, moral e justa. De modo geral, a fala do governador, por meio do jogo da negação, e ainda da dúvida, se constrói em favor do argumento pautado no rigor do estatuto, que se baseia na aptidão física. Embora, julgue de alguma forma improcedente, a fala não se caracteriza como um tipo de refutação agressiva, mas uma objeção, uma ponderação, há uma possibilidade de acordo, negociação. Estrategicamente, ao dizer de forma modalizada que "Caso o resultado do exame de saúde tenha sido considerado injusto, as pessoas podem recorrer. Se houver algum erro será imediatamente corrigido.", o governador sinaliza um recuo em nome talvez da boa prática política.

Ao julgar, portanto, que as professoras não têm capacidade e/ou habilidades para exercerem tal atividade em função de critérios técnicos, a voz do Estado/Governador implementa sanções, por meio de leis e estatutos, através de penalidades e punições institucionalizadas, como, por exemplo, a reprovação no exame médico (FOUCAULT, 1985).

3.3 A voz das professoras

A situação conflituosa, as linhas de tensão, se concretizam, tornando-se evidentes na fala das (os) professoras (res), como se observará nos excertos abaixo. A polêmica deve-se ao fato de tais professores (as) já atuarem em sala de aula, ministrando aulas, na condição de substitutos (as)/temporários (as).

No entanto, vale ressaltar que a visibilidade desta polêmica se concretizou em função da mediação estabelecida pelos discursos institucionais e técnicos dos meios de comunicação, ou seja, o fato foi mediado por uma rede complexa de interesses institucionais, por um lado, o Estado; por outro lado, a visibilidade do fato dada pela mídia, e do outro, os professores (as) e o sindicato dos professores (as). Isso implica dizer que esta mediação envolve um movimento de significação uma vez que marca um movimento complexo de cadeias de textos e práticas sociais que se interligam entre si, gerando diversos efeitos de sentidos e efeitos ideológicos (THOMPSON, 1995).

Observe, nos excertos abaixo, que as professoras refutam o julgamento proferido pelo Estado - a inaptidão para exercer o magistério em função da obesidade. Ao julgá-las desta forma, o Estado/Governo toma como referência um sistema de normas institucional, marcado por relações de poder que as objetifica, transformando-as em um corpo-sem-função, corpo anormal/diferente, fora dos padrões hegemônicos de "saúde". Condena-se antes um corpo do que, de fato, a competência ou habilidade técnica das professoras, rebaixando a estima delas frente à sociedade.

17) "Fui informada de que no laudo médico eu saí como não apta para exercer a função de professora", disse Ana Paula. (G1)

18) A mesma informação aparece no laudo médico das outras duas professoras, e na cabeça delas surgiu a mesma pergunta: "Inapta para o cargo, que já exercem, por quê?" "Não deram justificativa nenhuma", revela Lídia. "Nesse laudo, não vem nenhuma justificativa", afirma Fabiana. Mas as professoras têm a mesma desconfiança. "Durante a consulta com o endocrinologista, ele me disse que obesidade era um fator, sim, de reprovação em concurso público", lembra Fabiana.(G1)

No entanto, as professoras também julgam moralmente as atitudes e comportamentos do Estado/Governo, ressaltando o viés da legalidade e da justiça, ao dizer que tal atitude viola a Constituição Brasileira. A recusa ao discurso do governo pautado em critérios técnicos e higienistas (ou seja, disciplinarização do corpo físico para atender aos interesses

do capital, da produção) é explicitada no questionamento de uma das professoras: "Inapta para o cargo, que já exercem, por quê?" "Não deram justificativa nenhuma".

Em 19, fica muito claro o discurso da melhoria no padrão de vida e saúde do "operário", principalmente, o ideário da saúde pública, que determina a melhor forma de o indivíduo cuidar do seu corpo; são os princípios do movimento higienista do século XIX[2]: o corpo é uma máquina, portanto, um objeto fundamental para o desenvolvimento econômico do país; então, se esta máquina quebrar, ela trará prejuízos para a força bruta do trabalho, da produção. Assim, a doença, a invalidez, e a obesidade, nosso foco de discussão, representariam ônus para os cofres públicos. O discurso higienista social associava a ideia do equilíbrio, da saúde, da longevidade ao sistema de produção. Dessa forma, ter um corpo-motor potente era sinônimo de um planejamento eficiente para a nação.

19) "O endocrinologista disse que eu não passaria porque estou obesa. Mas meus exames de colesterol e diabetes estão bons", afirma Lídia Canuto de Souza, 30 anos, professora temporária de matemática da rede há três anos. "Ouvi do médico que eu estava deformando meu corpo e que teria problemas de saúde no futuro. Não havia uma alteração nos 15 exames que fiz", diz Andréia Pereira, 36 anos, professora de artes.

Embora o cuidado com o corpo seja uma prática fundamental e necessária para que o ser humano tenha uma qualidade de vida e possa inclusive negar a morte, há ainda assim uma associação perigosa que se faz entre corpo saudável e corpo belo, útil e dócil, modelado e moldável por relações de poder que se esforçam para enquadrar os corpos, por meio de técnicas, critérios, dados periciais, aos padrões hegemônicos. Trata-se de um modelo de corpo pautado na "biopolítica", ou seja, a reprodução do discurso do "bem-estar social". Ao colocar a professora, em 19, como agente da própria ação negativa de deformar o corpo (eu estava deformando meu corpo), o especialista a expurga, constituindo-a como diferente, perigosa, ou seja, alguém que é uma ameaça aos cofres públicos e ao desenvolvimento econômico do país. Além disso, evidencia-se o

[2] Disponível em: http://sanny.com.br/downloads/mat_cientificos/oshigienistas.pdf. Acesso em: 9 de maio de 2012.

biopoder que se materializa no governo de si (Cf. Governamentabilidade), ou seja, a professora deve se autocontrolar, modelar-se aos padrões que indicam como não deve ser o seu corpo: obeso.

Ao refutar o discurso do endocrinologista, mostrando que tecnicamente (meus exames de colesterol e diabetes estão bons; Não havia uma alteração nos 15 exames) está apta ao cargo, a professora constrói-se como um tipo de corpo menos dócil do que o Estado expõe, tendo em vista que ela elabora para si (e para os outros sujeitos que foram reprovados em função da obesidade) um projeto não só reflexivo de auto-identidade, mas também de resistência à racionalidade político-instrumental (FOUCAULT, 1994).

Algumas palavras finais

Uma análise da forma como a mídia representa o corpo diferente permite interrogar se, de fato, há corpos que têm função social e são permitidos de circularem e de serem vistos e outros que são ou podem se tornar objetificados e sem função. Ou seja: ao mesmo tempo em que o corpo confere visibilidade ao sujeito, ele também o torna indiferente (e ou diferente/anormal) ao olhar do outro. O corpo diferente é visível, mas socioculturalmente torna-se diferente/anormal e sem função laboral.

Tomando tais considerações para a reflexão sobre os corpos das professoras reprovadas no concurso público para a prefeitura do estado de São Paulo, podemos dizer que tais corpos ora são visíveis (quando servem para serem contratados como professores substitutos), ora são "invisíveis" e inadequados (como quando são reprovados no concurso para serem contratados como efetivos), gerando um contraponto entre o que se considera visível/funcional/competente e aquilo que se considera invisível/incompetente/ não-funcional.

O fato é que alguns corpos, muitas vezes, são invisíveis/anormais/diferentes socialmente, porque não atendem aos padrões hegemônicos e disciplinados, mas podem ganhar visibilidade quando passam a incomodar o outro, quando passam a ser problematizados principalmente na vida social. A polêmica nos mostra que a problemática social (reprovação das professoras (res)) só se tornou visível pela intervenção da mí-

dia, principalmente com a reportagem do programa Fantástico da Rede Globo.

A visibilidade dada pela mídia explicita a tensão no espaço institucional em que o indiferente e o visível se mesclam, se fundem, banalizando a construção do corpo-sujeito, consagrando e legitimando-o pela força e controle de um modelo hegemônico de um corpo-objeto, de forma que o sujeito torna-se obrigado a observar o próprio corpo como algo que não lhe pertence ou algo destinado a desaparecer porque não atende aos padrões corpóreos. Neste sentido, o corpo passa a ser o território sobre o qual os indivíduos têm possibilidade de controle, escolha, sensação de poder decisório e de superação (WOODWARD, 2009, p.15).

Referências Bibliográficas

BUTLER, J. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CHABROL, C. Stratégies dans La gestion dês interactions discordantes. In: VERONIQUE, D; VION, R. (Eds.). *Modèles de Línteraction verbale*. [Actes Du primier colloque international sur lánlyse dês interactions}. Aix-em-Provence: Publications de L'Université de Provence, 1995.

CHIAPELLO, E; FAIRCLOUGH, N. Understanding the new managemnet ideology. A transdisciplinary contribution from critical discourse analysis and new sociology of capitalism. *Discourse and Society,* 13 (2): 185-208, 2002.

CITRO, S. *Cuerpos significantes. Travesías de uma etnografia dialéctica*. Buenos Aires: Biblos, 2009.

COURTINE, J. *As mutações do olhar. Século XX*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CSORDAS, T. *Corpo – Significado – Cura*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

EMEDIATO, W. Diálogos regulares e interações discordantes. *Gláuks*. Revista de Letras e Artes. V. 11. N.1. pp.145-174, 2011.

FONTES, M. Uma leitura do culto contemporâneo ao corpo. *Revista co Centro de Artes e Humanidades e Letras*. Vol.1 (1), pp.37-46, 2007.

GREGOLIN, M. R. V. Discurso, História e a Produção de identidades na mídia. In: SILVA-FONSECA, M.C.; POSSENTI, S. *Midia e rede de memória*. Vitória da Conquista – BA: Edições UESB, pp.39-60, 2007.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e Mudança social.* Brasília: Editora UnB, 2001.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London; New York: Routledge, 2003.

FOUCAULT, Michel. (1976). *A História da Sexualidade 1 - A vontade de saber.* Trad.bras. M.Thereza Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade III – O cuidado de si.* Lisboa: Relógio D' Água Editores, 1994.

FOUCAULT, M. (1975) *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1985.

GOMES, M.C.A. Das questões ideológicas e éticas: uma análise discursiva crítica do Gênero Edital da Guarda Municipal – RJ. In: GOMES, M.C.A; CATALDI, C; MELO, M.S.S.. *Estudos discursivos em foco: práticas de pesquisa sob múltiplos olhares*. Viçosa, MG: Ed.UFV. pp. 231-250, (2011a).

GOMES, M.C.A. Corpo, política e tecnologização: um estudo da representação de Dilma Rousseff no contexto da mídia. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, 12 (1). pp.11-29 (2011b).

HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T.T. (org.). *Identidade e Diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, pp.103-133, 2009.

HALL, S. *Identidade cultural na pós-modernidade.* 5.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HALLIDAY, M.A.K. *Introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 1994.

LE BRETON, D. *Adeus ao corpo: antropologia e sociedade.* Campinas, SP: Papirus, 2003.

NOVAES, A. (org.) *O homem-máquina: a ciência manipula o corpo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SANTAELLA, L. *Corpo e Comunicação. Sintoma da cultura*. São Paulo: Paulus, 2004.

SOUZA SANTOS, B. *A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

THOMPSON, J.B. *Ideologia e cultura moderna. Teoria Social Crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

WHITE, P. *Valoração – Linguagem da Avaliação e da perspectiva. Linguagem em (Dis)curso* – LemD, Tubarão, v.4, n.esp, pp.178-205., 2004

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução conceitual. In: SILVA, T.T. (org.). *Identidade e Diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, pp.7-72, 2009.

Análise de autobiografias de alunos da Educação de Jovens e Adultos: ética, estética e alteridade

Cláudio Humberto Lessa
Pós Doutor pelo PosLin/FALE/UFMG)

Introdução

Desde 2004, a E.M. Prof.a Isaura Santos[1] oferece a modalidade de ensino EJA[2] (Educação de Jovens e Adultos). Em minhas aulas de Língua Portuguesa, o contato com alunos adultos que tiveram suas trajetórias escolares interrompidas levou-me a buscar alternativas para entender melhor a especificidade desse público, os motivos de seu afastamento,

[1] Essa escola situa-se na região do Barreiro, em Belo Horizonte. Oferece a Educação de Jovens e Adultos no terceiro turno. Nossos alunos residem nos bairros: Santa Helena, Milionários, Bom Sucesso, Cardoso, Brasil Industrial.

[2] A EJA, ao longo da história, assumiu diferentes configurações: foi entendida como possibilidade de erradicação do analfabetismo, como preparação para o mercado de trabalho ou como ensino supletivo. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, Art. 37, no Título V, Capítulo II, Seção V, determina que essa modalidade de ensino seja destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. Arroyo (2009) identifica duas visões sobre a EJA: ela pode ser entendida como regulação ou emancipação. A primeira visão atribui à EJA uma função compensatória, cujo objetivo é democratizar o ensino e certificar os alunos para o trabalho; vende-se a eles a ideia de que a escolarização (titulação) é uma condição para o acesso a trabalhos mais valorizados. Segundo Arroyo, essa visão constitui mais um mecanismo de segregação das classes trabalhadoras. A visão emancipatória, diz o autor, foi formada na história de luta dos movimentos populares a partir dos anos 1960 e 1970 que pressionaram o sistema no sentido de adquirir direitos tais como terra, trabalho, moradia, educação, etc. Arroyo cita o PET (Programa de Educação para os Trabalhadores), surgido vinculado ao movimento sindical. O autor afirma que essa modalidade de ensino debate-se entre a opção de "ser um programa, uma política a mais de relegitimação da exclusão social (...) ou se posicionar na contra-mão tentando somar com a dinâmica da diversidade de movimentos sociais emancipatórios." (ARROYO, 2009, p. 31).

suas expectativas e suas dificuldades diante do desafio de voltar aos estudos. Uma dessas estratégias tem sido o projeto[3] intitulado: Memórias, Fragmentos de Memórias de Leituras e de Vidas...; ele objetiva levar os alunos do último ano a refletir sobre sua vida escolar. Esse projeto culmina com a produção de um livreto-coletânea[4] de textos autobiográficos.

A minha proposta inicial restringia-se à produção de uma narrativa sobre a trajetória escolar e sobre a relação com a leitura; contudo, na maioria dos textos, os jovens e adultos parecem ter tido a necessidade de dizer mais: eles narram seus sofrimentos, suas angústias, projetam e avaliam imagens das figuras parentais, dos professores e de seus discursos, projetam imagens de si mesmos: o sujeito da enunciação, do presente de sua narrativa, desdobra-se, projetando a si mesmo como um outro, que julga seus atos passados. Além disso, os alunos avaliam métodos de ensino, de leitura, o papel da escola, a aula de Língua Portuguesa e as demais disciplinas curriculares.

Neste artigo, pretendo mostrar como os jovens e adultos, ao escreverem suas memórias, realizam um ato ético e estético ao mesmo tempo, como define Bakhtin (2006). Esse dizer autobiográfico apresenta uma não coincidência constitutiva do sujeito com ele mesmo e com os demais discursos que determinaram sua subjetividade e que o constituem: trata-se de uma encenação, na qual e pela qual o aluno-autor representa a si mesmo, buscando, pelo gesto estético (pela trama narrativa), dar um acabamento a si, imprimir um sentido de totalidade e de coesão para sua vida; ao mesmo tempo, representa os outros discursos, cujas vozes, pontos de vista, representações sociais (crenças, ideologias, senso comum) ressoam no fio do discurso, abrindo fendas em sua aparente unicidade.

[3] O projeto é desenvolvido desde 2004. Peço que aos alunos falem de sua infância, adolescência e fase adulta, enfatizando os processos de alfabetização e de leitura. É dedicada uma aula por mês no primeiro semestre para que os alunos contem, oralmente, suas memórias. No segundo semestre, os textos são digitados e revisados no laboratório de informática da escola, depois são mandados para impressão em uma gráfica rápida. No final do ano, em um jantar, os livretos são lançados. Os alunos são convidados a participar do projeto. Há alguns que se recusam. Outros aceitam, porém desistem de publicar suas memórias. Alguns alunos relatam que sentiram muito sofrimento ao rememorar fatos passados.

[4] O corpus da pesquisa constitui-se, atualmente, de 6 livretos.

Para entender como os alunos relacionam-se com essa alteridade que os constitui, como eles estabelecem relações ora de adesão, de identificação, ora de refutação, parto da análise dos seguintes recursos linguístico-discursivos: o discurso relatado e sua recontextualização[5] retórica. Tecerei algumas reflexões sobre a natureza do texto autobiográfico a partir de um diálogo com Mikhail Bakhtin (2006), Philippe Lejeune (1975), Paul Ricoeur (1991), Leonor Arfuch (2010) e sobre as representações sociais, tal como as define Serge Moscovici (2005).

A autobiografia:perspectiva referencialista VS perspectiva representacionalista

Lejeune (1975) define a autobiografia como: "uma narrativa introspectiva em prosa que uma pessoa real faz da própria existência, quando essa pessoa acentua sua vida individual, em particular a história de sua personalidade" (p. 14). Segundo este autor, para se classificar uma obra como autobiográfica, quatro critérios devem ser observados: 1) a forma da linguagem deve ser narrativa, em prosa; 2) o assunto tratado diz respeito à vida individual, à história de uma personalidade; 3) deve haver identidade do autor – cujo nome envia a uma pessoa real – e a do narrador; 4) é preciso que haja coincidência entre a identidade do narrador e a do personagem principal; e 5) a narrativa deve possuir uma perspectiva retrospectiva. Na autobiografia, a narrativa em primeira pessoa, a princípio, indicaria a identidade entre autor, narrador e personagem principal.

[5] Entendo o discurso relatado como uma "teatralização" (MAINGUENEAU, 1987) ou como representação do discurso de outrem. Como mostra Maingueneau, mesmo o discurso direto não pode ser considerado uma restituição fiel de um discurso; o enunciador do discurso citante opera uma seleção das falas do outro, transpõe essas falas para um novo contexto, de acordo com interesses específicos. No mesmo sentido, Authier-Revuz (1998) mostra como a forma de se introduzir o discurso relatado, a escolha de um determinado verbo de dizer, a forma de se denominar o autor do discurso citado podem veicular a opinião do enunciador do discurso citante. Bakhtin (1988) fala de uma recontextualização retórica do discurso do outro. Quem relata um discurso introduz nele seus acentos valorativos. Para um maior aprofundamento dessa questão, remeto o leitor a Lessa (2002).

Contudo, Lejeune (1975) reflete sobre as dificuldades de se estabelecer essa identidade nas autobiografias: cita aquelas que são escritas em 3a pessoa (por religiosos como Santo Agostinho, que busca indicar humildade diante do transcendente, refere-se a si mesmo como "servidor de Deus"); além disso, há também os romances autobiográficos. Assim, segundo este autor, é impossível se apresentar uma definição textual do gênero. Somente informações para-textuais poderiam atestar a relação entre um narrador de primeira pessoa e o autor que assina uma obra dita auto-biográfica e permitir seu reconhecimento pelo leitor.

Para explicar essa relação, Lejeune (1975) propõe a noção de pacto autobiográfico: ele indica o estabelecimento de um contrato entre autor/leitor cujo fiador seria o nome próprio do autor (estampado na capa ou no prefácio, por exemplo); marca inequívoca que envia à pessoa real do autor, a quem se atribui a responsabilidade pela enunciação.

Mesmo apresentando essa solução para se abordar a questão da identidade entre autor-narrador-personagem, Lejeune (1975) não deixa de levantar hipóteses que poderiam tornar indecidível a identidade: por exemplo, quando o autor identifica-se na capa ou no prefácio, estabelece o pacto; entretanto, não dá nome à personagem principal. Na visão deste pesquisador, as autobiografias e biografias propõem, também, um pacto referencial ao leitor: espera-se que elas tragam informações verdadeiras sobre o autor; não se trata somente de "eu assino embaixo", mas "eu digo a verdade"; e Lejeune ressalva: uma verdade tal qual ela aparece. Mesmo na ausência de uma semelhança exata, o valor referencial do pacto não desaparece, ressalta o autor.

Nos estudos sobre a autobiografia e biografia, deparamo-nos com uma série de questionamentos a esse pacto referencial atribuído ao gênero. François Dosse (2009) e Arfuch (2010), por exemplo, comentam a obra *Roland Barthes por Roland Barthes*, na qual este autor não segue a forma clássica de uma autobiografia, que, a princípio, tem a pretensão de dar um sentido coeso aos eventos de uma vida, por meio de uma narrativa linear, que recobre o espaço-tempo de uma trajetória de vida.

Arfuch (2010) salienta que se os gêneros canônicos são obrigados a respeitar uma verossimilhança (não veracidade), outras formas variantes do espaço biográfico[6] podem produzir efeitos desestabilizadores (como um protesto contra o excesso de referencialidade testemunhal, sempre associado ao gênero). Cita exemplos de obras que buscam dissolver a ideia de autobiografia, apostando na confusão identitária: um autor que dá seu nome a um personagem faz um relato fictício com dados verdadeiros, escreve com outros nomes. Essas obras, segundo a autora, assumem o nome de auto-ficção. Supõem um relato de si que é consciente de seu caráter ficcional, desligam-se, assim, do pacto de referencialidade biográfica.

Bakhtin, em seu ensaio escrito na década de 1920, A Estética da Criação Verbal, já defendia a ideia de que arte e vida não coincidem. O autor, diante da multiplicidade de vozes sociais, de pontos de vista, de ideologias, que se entrecruzam na sociedade, diante da multiplicidade dos diversos gêneros que os sujeitos utilizam nas interações verbais, busca recriar artisticamente esses elementos, dar-lhes um acabamento, uma "enformação", diz o filósofo. O romance, a obra artística, representa, então, uma totalidade. Bakhtin (2006) mostra que é o autor quem constitui o centro axiológico do processo artístico, é ele, a partir de sua visão de mundo e de suas avaliações, quem dá acabamento aos personagens, atribui a eles vozes[7], acentos valorativos.

---

[6] A autora usa esse termo para se referir à profusão de formas que compõem a escrita biográfica e autobiográfica na contemporaneidade. Segundo Arfuch (2010), o biográfico além de abarcar as formas canônicas (autobiografias, biografias, correspondências, diários íntimos) pode irromper em diversas situações de comunicação tanto na mídia quanto nas ciências sociais: na entrevista e nos blogs, por exemplo. Com essa noção, a autora propõe pensar não em formas fixas, discerníveis, mas em interações, mesclas de registros, sobreposições, fronteiras. A formação desse espaço é considerado, nessa abordagem, um fenômeno de civilização, aponta para uma redefinição da subjetividade, que implica um resgate do sujeito, sua valorização. Manifesta também uma interdependência entre as esferas pública e privada. A mídia e a Internet, para a autora, produziram alterações nas formas de manifestação dos gêneros biográficos. Essa pesquisadora dialoga com Bakhtin, Ricoeur, Benveniste e outros a fim de mostrar o caráter eminentemente dialógico do texto (auto) biográfico e seu caráter de auto-representação.

[7] Mantenho os termos em itálico porque são conceitos de Bakhtin. O conceito de vozes é definido pelo autor em sua obra Problemas da poética de Dostoiévsky. Referem-se às visões de mundo, aos pontos de vista plenivalentes e equiipolentes que o autor encena em um romance, sem que um domine o outro. Essa encenação caracteriza a obra literária polifônica em contraposição à obra monofônica que apresenta somente um ponto de vista, silenciando os demais, característica dos discursos autoritários.

Na autobiografia, defende Bakhtin (2006), também não há possibilidade de coincidência entre autor, vida e narrador. Nesse gênero, a consciência se desdobra, torna-se auto-reflexiva e auto-crítica, como diz o filósofo:

> O autor de biografia é aquele outro possível, pelo qual somos mais facilmente possuídos na vida, que está conosco quando nos olhamos no espelho, quando sonhamos com a fama, fazemos planos externos para a vida; é o outro possível, que se infiltrou em nossa consciência e frequentemente dirige nossos atos, apreciações e visão de nós mesmos ao lado do nosso eu-para-si; é o outro na consciência (...) (BAKHTIN, 2006, p. 140).

Uma questão direciona o processo de escrita da autobiografia, salienta o filósofo russo: como eu represento a mim mesmo?

Para além do nome próprio, o narrador não coincide com aquele que protagonizou os acontecimentos que serão relatados na escrita de si. Tanto Starobinski quanto Lejeune, como afirma Arfuch (2010), inspiram-se no adágio de Rimbaud: "eu sou um outro", no texto autobiográfico. Diz a autora: "Efetivamente, para além do nome próprio, da coincidência ´empírica´, o narrador é outro, diferente daquele que protagonizou o que vai narrar: como se reconhecer nessa história, assumir faltas, se responsabilizar por essa outridade?" (ARFUCH, 2010, p. 54).

Para essa autora, é uma vantagem considerar essa visão do sujeito desdobrado: ela permite confrontar o que era com o estado atual a que se chegou – uma construção imaginária de si. Nessa construção, o sujeito precisa gerenciar recursos linguísticos, discursivos e retóricos de auto-representação.

Como se observa, no ato de narrar uma vida, são indissociáveis, então, ato estético, "enformador", "configurador" da experiência, e ato ético, que implica avaliação, apreciação de atos e de discursos, próprios e alheios.

1. Ato ético e estético: duas facetas configuradoras das narrativas de si

O sujeito, ao contar suas memórias, ao representar a si mesmo e os outros que o determinaram e o constituem, realiza gestos de avaliação segundo os valores atuais que determinam sua visão de mundo, seu agir. O valor biográfico, pensado por Bakhtin, constitui-se de uma ordem narrativa e de uma orientação ética. Vejamos como o próprio autor reflete sobre esse valor:

> (...) só a familiarização axiológica estreita e orgânica com o mundo dos outros torna produtiva a auto-objetivação biográfica da vida e a reveste de autoridade, fortalece e torna não fortuita em mim a posição do outro, possível autor da minha vida (torna firme o ponto de distância de mim mesmo, que tem como sustentáculo o querido mundo dos outros, de quem não me separo e ao qual não me contraponho; a força e o poder do ser axiológico da alteridade, da natureza humana estão em mim, não de uma natureza bruta e indiferente e sim sancionada axiologicamente e enformada por mim mesmo; ademais, ela não é desprovida de certa espontaneidade). (BAKHTIN, 2006, p. 142).

Como podemos ver, segundo o filósofo, o eu que narra sua vida, suas experiências, relaciona-se organicamente com os outros, liga-se à sociedade em que vive, aos seus valores, a certas representações sociais (ideologias, crenças, senso comum), poderíamos dizer, se nos baseamos na Psicologia Social; essa determinação lhe é inescapável; o sujeito "sanciona axiologicamente" essa alteridade, "familiariza-se" com ela. Ela passa a se constituir em uma evidência para o sujeito, as lentes pelas quais ele enxerga a si e ao mundo, realiza gestos de avaliação de si e de outrem.

De maneira breve, podemos dizer, a partir de Moscovici (2005), que as representações sociais são explicações, descrições e classificações de coisas, pessoas, sentimentos, ações e acontecimentos. Elas são erigidas a partir das atividades de simbolização dos sujeitos em suas interações sociais. Surgem de uma necessidade de entendimento, de formação de convenções. Elas constituem uma "teia", metáfora do autor, que enreda os sujeitos, tornam-se uma atmosfera social e cultural em uma sociedade. Apresentam-se sob a forma de crenças, ideologias, senso comum, teorias[8]. Possuem caráter prescritivo, pois impõem aos sujeitos modelos

[8] Lembremos que Charaudeau (2006) apresenta um detalhamento dessas representações. Contudo não me ocuparei aqui em estabelecer tais distinções como o fiz em outros momentos, cf. LESSA (2009).

de comportamento, de ser, parecer e formam uma tradição. Classificam os seres e acontecimentos em categorias. Para representar o processo de escrita do texto autobiográfico, proponho o seguinte quadro:

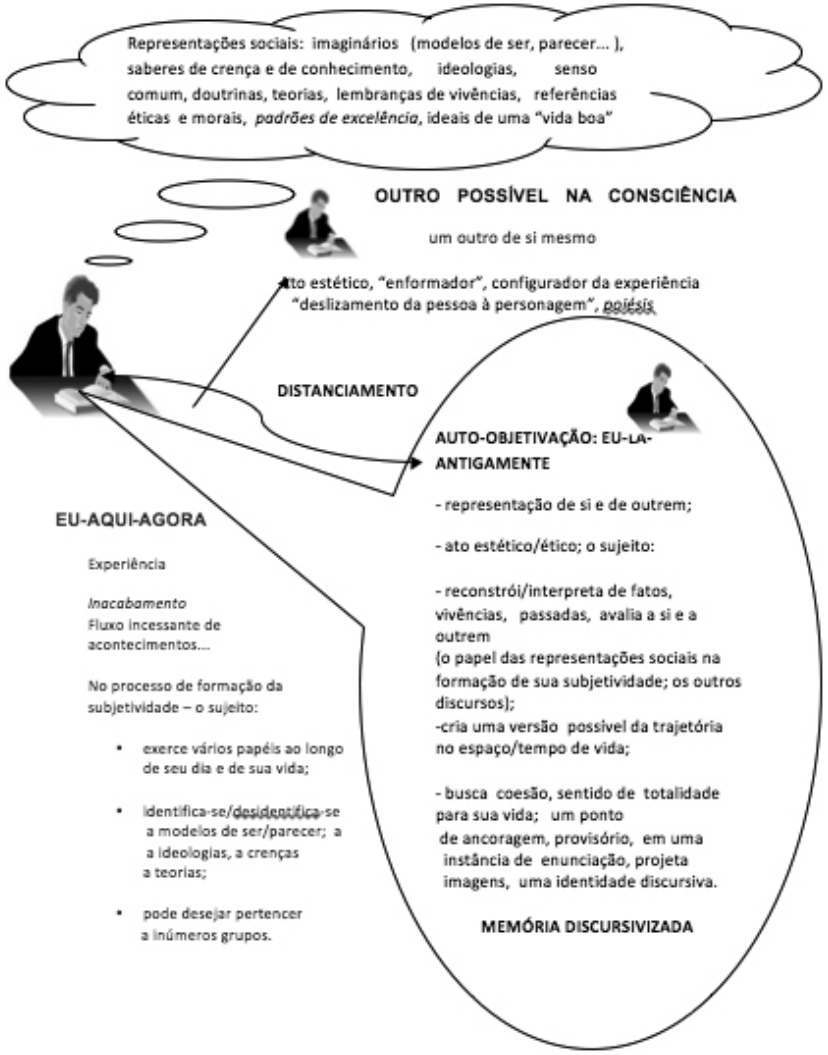


Fig. 1- Representação do processo de escrita do texto autobiográfico

O sujeito, ao escrever, discursivizar suas memórias, tenta, pela trama narrativa, dar um sentido coeso para sua vida, encenar uma totalidade para sua trajetória. Trata-se de uma encenação na qual e pela qual ocorre um gesto "enformador" (BAKHTIN, 2006), "configurador" da experiência, no qual ocorre um "deslizamento da pessoa à personagem", como diz Arfuch (2010). Ato pelo qual o sujeito (o eu-aqui-agora), diante do fluxo incessante dos acontecimentos, da multiplicidade de experiências passadas e presentes, realiza uma ancoragem em uma instância de enunciação (em um espaço, tempo), diante de um interlocutor; realiza uma poiésis, no sentido aristotélico, uma criação artística[9]. Realiza uma auto-objetivação, fala de si como um eu-lá-antigamente.

Nesse ato, o sujeito deixa rastros no seu dizer, explícitos ou implícitos, da alteridade que o constitui, reconstrói/interpreta fatos, vivências, realiza avaliações éticas, sinaliza se entretém relações de adesão, admiração, identificação em relação às representações sociais, a modelos de ser, a pontos de vista, ou relações de denegação, de refutação. Vejamos como esse processo se dá em alguns excertos das narrativas autobiográficas dos jovens e adultos.

Dimensões éticas em autobiografias de alunos da EJA, da Profa Isaura Santos

Nas narrativas dos alunos da EJA, a alteridade que marcou a primeira etapa de sua socialização irrompe no fio do discurso, quebrando sua ilusória unidade:

> (1) Minhas memórias de leitura começam com uma frase bem incentivadora: "você tem que aprender a escrever seu nome hoje ou vai apanhar" Eu tinha 4 anos, aprendi a escrever antes de aprender a ler. Com seis anos, fui matriculado no jar-

[9] Para uma reflexão mais ampla sobre esse processo e sua relação com a mimese aristotélica, conferir Arfuch (2010).

dim que chamava Instituto Educacional Sementinha de Jesus, minha professora se chamava Keila, eu me formei em 2001. Com 7 anos, fui matriculado na Escola Estadual Alvaro Laureano Pimentel, na qual eu não lia muito, pois gostava de desenhar os personagens do Dragon Ball Z, as professoras acharam que eu tinha problemas psiquiátricos, porque achavam que eu desenhava o demônio, para eu não desenhar, elas me davam lápis de cor, canetinha e etc. Minha mãe todo dia era chamada na escola, todo dia era um problema, contudo, apesar disso todos acreditavam em mim, minhas notas eram boas. Fiquei até a terceira série nesta escola. (Memórias, Fragmentos de Memórias de vida e leitura..., V. 6, Gleidson, 2010).

(2) Na verdade, não tinha muito tempo e nem incentivo à leitura, meu pai sempre achou besteira: já que tínhamos que estudar, era sair mais cedo da escola, que casaríamos e os estudos não serviriam de nada. Com tudo isso, não tinha muito interesse com a leitura até que cheguei na 5a. Chegou uma professora para substituir a que estava doente e foi a melhor professora de português que tive naquela época, ela percebeu que não tinha interesse pela matéria, então ela começou a levar livros diferentes para incentivar a leitura, começou a perceber o que nos interessava, um dia levou um livro de 3D, daí em diante foi buscando outros tipos de livros. Foi muito bom porque nós fazíamos o que gostávamos sem nos sentirmos obrigados. (Memórias, Fragmentos de Memórias de vida e leitura..., V. 6, Ana Maria, 2010).

(3) Na sexta série, eu estava indo muito bem na escola, estava aprendendo tudo. Estava muito feliz, e sempre dizia para minha mãe: "Mãe, este ano eu não vou ficar de recuperação como nos outros anos, tenho certeza de que vou passar de ano com notas boas." Ela dizia: "Oh, minha filha, que coisa boa que você está me dizendo." Mas no dia primeiro de julho de 1992, por volta de 13h30min, minha mãe saiu para ir ao dentista, para nunca mais voltar. Minha mãe tomou uma anestesia e deu uma parada cardíaca fulminante na hora. E ela veio a falecer. Minha vida iria parar naquele momento. Um dia, meu pai, chegando do serviço me disse: "Andreza, a partir de hoje, você não estuda mais, porque você irá cuidar da casa." A tristeza que tomava conta do meu coração inteiro, não me dava vontade de fazer nada, então eu achei maravilhoso meu pai me tirar da escola. (Memórias, Fragmentos de Memórias de vida e leitura..., V. 6, Andreza, 2010).

Chamo atenção para o fato de que nos três trechos, a fala e o acento valorativo do outro irrompe no texto através do discurso direto, trechos

(1) (3), discurso indireto livre (2), ou discurso indireto (1). Saliento, primeiramente, que os alunos lembraram-se e selecionaram (consciente ou inconscientemente) discursos que os marcaram durante a primeira etapa de socialização.

Através das vozes relatadas, podemos observar índices das representações sociais, de seu valor prescritivo e coercitivo a determinar as visões de mundo, os acentos valorativos incorporados pelos enunciadores cujas falas/pensamentos são relatados: em (1), o enunciador sinaliza a valorização da aprendizagem da leitura pela sociedade e pela família, talvez através da fala/ponto de vista paterna ou materna. O enunciador, ao reconstituir a fala do outro, atribui a esse outro o uso do verbo "ter que", o que indica a força deôntica, prescritiva do ato de fala então realizado e reproduzido na instância de enunciação presente.

Em (2) e em (3), a fala paterna e a relação de poder que ela exerce no espaço doméstico, bem como sua força de naturalização é relatada, dessa vez, sinalizando uma indexação a, ou (uma aceitação de) representações sociais que prescrevem quais são as funções que devem ser desempenhadas por homens e mulheres, quais os papéis sociais eles devem assumir: em (2), é considerado natural que as mulheres não necessitam de estudar, pois sua vocação natural é o casamento; esse enunciado parece subentender a ideia de que as mulheres devem executar os trabalhos domésticos, criar os filhos; em (3), na ausência da mãe, o pai determina que cabe à filha mulher assumir o cuidado da casa.

No excerto (1), saliento o relato da fala professoral e seu acento valorativo sobre os desenhos feitos pelo aluno: essas falas/pontos de vista sinalizam uma indexação a representações veiculadas pelos discursos clínico e religioso. O enunciador afirma que foi, então, classificado pelo discurso das professoras como aluno "com problemas psiquiátricos", que desenha "o demônio".

É interessante observar como esses enunciadores recontextualizam o discurso do outro em seus relatos de vida; baseando-se em suas visões de mundo atuais, eles avaliam, positiva ou negativamente, esses outros que os atravessaram (atravessam). Em (1), Gleidson ironiza o discurso do outro: "uma frase bem incentivadora", parece, assim, denunciar o quanto foi desestimulador o processo de alfabetização. Em (2), a enunciadora por meio do conectivo "Com tudo isso", atribui o seu não inte-

resse pela leitura (algo esperado socialmente e valorizado como positivo no imaginário) ao pai.

Nas autobiografias dos jovens e adultos, são recorrentes avaliações ligadas a preceitos de um bem-fazer ou qualificações éticas de preceitos, o que MacIntyre, segundo Ricoeur (1991), chama de padrões de excelência, os quais permitem qualificar o que seja um bom médico, um bom arquiteto, etc. Diz o filósofo: "são regras de comparação aplicadas aos resultados diferentes, em função de ideais de perfeição comuns a uma certa coletividade de executantes, e interiorizados pelos mestres e virtuosos da prática considerada." (RICOEUR, 1991, p. 207).

Nas narrativas de si, geralmente, o sujeito busca construir uma imagem de si como alguém que persegue o ideal de uma vida conforme, de uma "vida boa". Ricoeur, baseando-se em Aristóteles, afirma que o termo "vida boa":

> é para cada um, a nebulosa de ideais e de sonhos de cumprimento com respeito à qual uma vida é considerada mais ou menos realizada ou irrealizada. É o plano do tempo perdido e do tempo reencontrado. Nesse sentido, é o ´em vista de que´ tendem essas ações das quais dissemos, todavia, que tinham um fim em si mesmas." (RICOEUR, 1991, p. 210).

Vejamos mais um exemplo de uma narrativa que apresenta esse gesto ético por meio do qual o enunciador busca projetar uma imagem de si como a de um sujeito coerente e avalia a si e os outros segundo padrões de excelência, ideais, imaginários do que constitui uma vida boa, ética:

> (4) Minha primeira escola não foi uma das melhores, sofri muito preconceito por ser gordo, eu tinha as orelhas de taioba para as outras pessoas isso era motivo de chacota. Quando eu ia para a escola as pessoas só ficavam me zuando isso contribuiu muito para o desenvolvimento escolar eu mal aprendia as coisas por causa dessas brincadeira. Minha infância não foi uma das melhores eu passava muito tempo sozinho sem ninguém.
> Muita coisa eu fui aprender depois de velho, fiz amizade com pessoas inadeguadas. Minha vida mudou mesmo guando eu comecei a estudar na Escola Estadual Cecília Meireles, lá eu sofri mais preconceito, ainda mais lá no teixeira dias as pessoas são de classe media eles desprezam muito que é pobre. Lá nessa escola eu conheci Bebida e ciguarro e dizem porai que as escolas é um lugar para aprender coisas boas. Eu discordo disso. Fui vivendo minha vida tomando bombas e entrando em conflito familiar ainda mais com o pai ingnorante.
> Ao passar dos Anos eu fui para o Isaura lá eu conheci pessoas que usavam drogas, apesar de andar com eles eu não me envolvia demais com eles. Depois veio o arrependimento, não conseguia arrumar emprego, guando eu arrumava era so emprego ruim. Hoje estou desempregado mas estou estudando e correndo atrás do prejuízo sozinho e sem ninguém.
> Muitas pessoas fizeram pouco caso de mim, mas um dia eu vou subir na vida e vou calar a boca de muitas pessoas, eu vivo de sonhos mas um sonho nunca é grande de mais e o céu é o limite um dia eu vou conquistar tudo que eu quero. E tudo que eu quero é casar e ter uma família e guanhar respeito de todos o resto é apenas conseguencias. Nessa tragetoria eu aprendi como que são as pessoas, elas são traisueiras, interresseiras agente deve confiar apenas em Deus e mal mal na família. Dizem que a família é tudo não é bem porai, existem coisas que agente tenque ficar com um pe atrás. As pessoas são cegas e inguinorantes. Mas não devo me preocupar muito com isso guando eu forma eu vou calar a boca de muitas pessoas. (Memórias, Fragmentos de Memórias de vida e leitura..., V. 6, Rafael Alexandre, 2010).

No texto do aluno, percebe-se que na (re) construção de flashes de sua vida, ele selecionou alguns fatos que foram significativos para a formação de sua subjetividade: o preconceito devido à compleição física e à condição econômica, a sua solidão, as companhias da adolescência, flashes das relações familiares e da figura parental do pai, a falta de emprego, as exigências do mercado de trabalho. Nessa seleção, o enunciador interpreta/avalia seu passado e as alteridades que o constituíram, que atravessaram e determinaram sua subjetividade, bem como as consequências que essa relação teve em sua vida, em sua trajetória escolar.

O aluno reitera o fato de que sua escola e sua infância não foram "das melhores"; reitera também o fato de ter sofrido muito de solidão: "passava muito tempo sozinho sem ninguém"; "hoje estou estudando e correndo atrás do prejuízo sozinho e sem ninguém." Ele projeta uma imagem de si de um sujeito que foi vítima do sistema e que lutou e luta contra ele a fim de superá-lo e conquistar seu espaço na sociedade. Essa luta parece constituir a razão da vida do enunciador, de seu agir ético; resulta daí a projeção de uma integridade narrativa. Freeman e Brockmeier (2001) a

definem como: uma tentativa de dar coerência e profundidade aos compromissos éticos que moldam uma vida.

Na progressão do seu dizer, o aluno marca fronteiras tensas com as alteridades que o impactaram e o constituíram, avalia e rejeita o caráter prescritivo/normativo de representações sociais estereotípicas mobilizadas por essas alteridades e todo o seu sistema de nomeação/avaliação que formava uma imagem do adolescente constituída por traços negativos, caricaturais: "(...) eu tinha as orelhas de taioba para as outras pessoas isso era motivo de chacota"; "(...) as pessoas só ficavam me zuando."; "(...) ainda mais lá no teixeira dias, as pessoas são de classe média, eles desprezam muito quem é pobre."; "Muitas pessoas fizeram pouco caso de mim (...)"

O enunciador projeta imagens negativas desses outros e de seu agir ético, busca mostrar o quanto suas ações e palavras trouxeram más consequências para sua formação escolar e para seu estado psicológico. Ele atribui às pessoas traços de caráter que, no imaginário social, são altamente negativos: "traiçoeiras"; "interesseiras"; "cegas"; "ignorantes"

A tensão com a alteridade também se manifesta intensamente quando o enunciador refuta pontos de vista plenamente aceitos, que constituem o senso comum: "(...) e dizem porai que as escolas é um lugar para aprender coisas boas. Eu discordo disso"; "Dizem que a família é tudo não é bem por aí (...)" O discurso do aluno parece revelar uma subjetividade de alguém que se recusou e se recusa a aceitar as classificações, as designações e os discursos discriminadores: "orelha de taioba"; "gordo", refuta também representações que sinalizam pontos de vista plenamente aceitos pela maioria: a ideia do papel edificante da escola e da família na formação do sujeito.

No enunciado "Minha infância não foi uma das melhores (...)", parece estar subentendida a crença de que a infância, no imaginário social, é considerada um período que deve ser bom, feliz. Por meio dessa negação, o enunciador parece denunciar e enfatizar que sua formação fugiu aos parâmetros ditos "normais", desejáveis de desenvolvimento para uma criança, considerados um padrão de excelência, como afirma MacIntyre, citado por Ricoeur (1991).

Contudo, contraditoriamente, esse aluno afirma que sua felicidade, sua dignidade e sua possibilidade de superação dependem dos modelos socialmente aceitos, por isso diz: "E tudo o que eu quero é casar e ter uma família e guanhar respeito de todos (...)"; "com isso guando eu forma eu vou calar a boca de muitas pessoas." O aluno parece mobilizar, assim, o imaginário contemporâneo do valor do curso superior, da exigência da qualificação para obter um bom emprego e para obter status. Nessa perspectiva, ele constrói uma identidade-discursiva, uma auto-imagem de um sujeito que se identifica com esse padrão de excelência contemporâneo, com esse ideal de "vida boa", como diz Ricoeur (1991), ideal valorizado, considerado condição para a felicidade, para uma vida realizada. Rafael Alexandre parece desejar ser reconhecido por traços de caráter de um sujeito lutador, que mesmo tendo vivido sozinho, tendo sido humilhado, fará de tudo para vencer na vida, mostrar que é capaz e que superou todos os obstáculos.

Conclusão

Como vimos, Lejeune (1975) define a autobiografia como um relato em prosa que "uma pessoa real faz da sua própria existência", no qual "acentua sua vida individual", a história de sua personalidade. Creio que as análises realizadas na pequena amostragem do corpus que constitui minha pesquisa mostram-nos que esse ato de acentuar/avaliar a própria vida, em uma perspectiva dialógica, é indissociável de uma incorporação/acentuação/avaliação do discurso do outro. O individual e o social inter-relacionam-se dinamicamente na trama discursiva. Na autobiografia, o sujeito da enunciação representa a si e os outros, podendo com eles identificar-se, ou, então, refutá-los.

Nas narrativas dos alunos, é possível ouvir as ressonâncias das vozes dos outros que marcaram indelevelmente a sua primeira etapa de socialização. No plano de enunciação presente, esses sujeitos desdobram-se em uma consciência crítica, auto-reflexiva e avaliam as representações sociais que constituíram e constituem sua subjetividade: o senso comum, as crenças e os imaginários. Nesse rememorar, nessa reconstituição de enunciações passadas, os enunciadores recontextualizam os discursos dos outros e imprimem neles acentos valorativos, ironizam esses discur-

sos, como o aluno Gleidson, ou, então, os refutam veementemente, como o aluno Rafael Alexandre, por exemplo.

Nesse sentido, esperamos ter contribuído para mostrar como os atos estético e ético estruturam as narrativas auto-biográficas em tela: diante do fluxo inexorável da existência, da multiplicidade das experiências, do redemoinho das lembranças fragmentárias, esparsas, incertas, o sujeito, por meio da trama narrativa, do artifício da linguagem, busca atribuir um sentido, uma coerência para sua vida, reunir em um todo coeso sua trajetória de vida; como diz Bakhtin, busca dar um acabamento a si mesmo e aos outros, "enformar" sua experiência; projeta, assim, uma identidade discursiva, narrativa provisória, ligada ao ato de enunciação presente; nesse mesmo ato estético, vimos, os sujeitos avaliam eticamente a si e aos outros, aprovam ou desaprovam, censuram ou elogiam, segundo padrões de excelência, segundo as representações sociais que prescrevem modelos de ser/parecer conformes.

Apresento aqui resultados parciais da pesquisa de pós-doutorado em andamento. Tenho consciência de que os relatos autobiográficos dos alunos constituem apenas flashes, fragmentos, sinais de subjetividades sempre em formação, transformação, sempre consideradas em um devir e passíveis de diversas "enformações".

Referências Bibliográficas

ARROYO, Miguel, G. Reiventando a EJA: Projeto de Educação de Trabalhadores – PET In.: Nunes, Adrilene M.; Cunha, Charles M. (Orgs). *Projeto de Educação de Trabalhadores: pontos, vírgulas e reticências – um olhar de alguns elementos da EJA através do ensimesmo do PET.* Belo Horizonte: Adrilene Marize Muradas Nunes, 2009.

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Trad. Paloma vida. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2010.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1998.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal.* Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e estética: a teoria do romance*. São Paulo: Hucitec/UNESP, 1988.

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski* (1929). 2 ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

CHARAUDEAU, Patrick. *O discurso político*. Tradução de Fabiana Komesu; Dílson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006.

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. Trad. Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FREEMAN Mark; BROCKMEIER, Jens. Narrative integrity: autobiographical identity and the meaning of the "good life". In: *Narrative and Identity: studies in autobiography, self and culture*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2001. p. 74-99.

LEJEUNE, Phillipe. *Le pacte autobiographique*. Paris: Éditions du Seuil, 1975.

LESSA, Cláudio H. *A função dos índices de polifonia na construção e descontrução de imagens em textos opinativos*. 2001. 117 f. Dissertação de mestrado em Estudos Lingüísticos. Programa de pós-graduação em lingüística – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

LESSA, Cláudio Humberto. *Marcação e destituição de identidade político-discursiva em ensaios de intelectuais de esquerda: valores, imaginários e a projeção de auto e hetero-imagens*. 255 f. 2009. Tese de doutorado em Estudos Linguísticos.

Programa de pós-graduação – Faculdade de Letras. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Trad. Freda Indursky. Campinas: Pontes, 1987.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: Investigações em psicologia social.* Tradução do inglês por Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2005.

RICOEUR, Paul. *O si-mesmo como um outro*. Trad. Lucy Moreira César. Campinas: Papirus, 1991.

Do significado lexical à ação discursiva[1]

Hugo Mari
PUC Minas

Objetivos

O tema da presente reflexão coloca em questão três categorias - DISCURSO, LINGUÍSTICA E SEMÂNTICA LEXICAL – que representam lugares privilegiados da discussão sobre a significação. A minha proposta para essa discussão contém três momentos: (a) fazer um percurso da questão do sentido que possa responder por dúvidas, dificuldades e avanços colocados pela Semântica Lexical, em sua versão a partir do Estruturalismo; (b) retomar aspectos da discussão sobre a significação linguística desenvolvida a partir da Gramática Gerativa; (c) por último, avaliar as algumas repercussões desse trajeto sobre as questões discursivas. Assim, espero poder atender algumas implicações sobre a questão do sentido que se fazem presentes no tema sugerido para a mesa-redonda, integrante desse Colóquio e, em especial, a sua repercussão no campo dos processos discursivos.

Preliminares

Os três objetivos apontados vêm acoplados a questões fundamentais sobre o real papel que devemos atribuir a uma semântica lexical, isto é, à importância a ser atribuída à significação de itens lexicais para a compreensão de um texto. Acrescente-se a esse fato, a extensão da significação

[1] Texto integrando a MESA-REDONDA: Discurso, linguística e semântica lexical, do Colóquio Internacional em homenagem a Jean Peytard : um precursor no domínio da análise do discurso e da didática, UFOP/2012.

lexical para níveis do enunciado, propiciada pela discussão de teorias semânticas, desenvolvidas a partir da sintaxe gerativa.

Quando se projetam essas duas dimensões no campo discursivo, seria preciso reconhecer, ao menos, duas repercussões fundamentais: uma circunscrita ao valor seminal - mas incipiente - para a análise do discurso que poderíamos delas nos valer; outra dos limites - resultantes da ausência dos fenômenos enunciativos - que elas nos imporiam na operação com fatos discursivos.

A partir de uma avaliação mais aprofundada das duas repercussões acima, já podemos antever as dificuldades que cercam uma avaliação das questões de sentido no plano discursivo: o discurso é o centro de atração dos respingos de significação que advêm de quaisquer planos da estruturação linguística. Nada nos estágios mais primitivos da expressão linguística – seja no plano dos morfemas que compõem o sistema verbal, seja na modulação de voz ao proferir um cumprimento – pode ser indiferente para o discurso. Só o discurso tipifica a integração do homem à linguagem: analisar discurso é analisar como é que as pessoas se valem da linguagem para se fazerem sujeitos que agem no mundo onde atuam. O discurso é a totalidade das significâncias que estão impressas nas nossas práticas de linguagem: nada deveria ser desconsiderado e só o fazemos por razões circunstanciais, por preferências conceituais e por limites temporais, quando analisamos discursos.

Muitas das dificuldades que enfrentamos com as questões de sentido no campo da análise do discurso foram detectadas, mutatis mutandis, no interior dessas abordagens, outras motivadas por interpelações a elas e outras por interfaces mantidas com elas. Seria importante, todavia, salientar que nenhuma dessas abordagens, nem outras subsequentes, estariam aptas a atender as demandas sobre uma estruturação mínima da significação linguística que representasse uma trilha segura para a análise do sentido numa dimensão discursiva. Embora existam lampejos nessa direção – Ducrot, por exemplo, apontou aspectos da questão: teoria dos *topoï*, semântica argumentativa -, esse deve ser um desafio a ser feito para a própria análise do discurso.

As dificuldades com as questões de sentido são amplamente reconhecidas e discutidas pelos autores que refletiram sobre o tema no interior das teorias. Que estatuto, então, devemos atribuir a essa

discussão em termos dos avanços de uma concepção teórica, de padrões descritivos e de valores pragmáticos que se buscou alcançar nessas reflexões?

Reporto, inicialmente, a comentários de alguns autores que integraram esse cenário de discussões: todos, em geral, apontando dificuldades, mas reconhecendo o valor de uma discussão sistemática da significação linguística.

> Greimas (1975) – Sobre o sentido
> Quer se situe o sentido imediatamente atrás das palavras, antes das palavras ou depois das palavras, a questão do sentido permanece.

> Katz (1982) – Escopo da Semântica
> O único argumento convincente é mostrar que o conceito de significado fornece a base para uma teoria que consegue explicar fatos semânticos e mostrar que sem esse conceito não existe tal base.

Greimas reafirma a importância sobre a questão do sentido, mesmo lançando dúvidas sobre certa topografia que nos possibilitasse mapear um lugar preciso para significação. Embora em seu comentário o sentido ronde o território da palavra, a sua cartografia não está completamente decidida: existem padrões de categorização que situariam o sentido antes das palavras, como certas práticas de fazer do sentido algo emergente tenderiam a situá-lo depois das palavras – se estas ainda guardarem alguma importância nessas práticas.

A afirmação de Katz contracena com a de Greimas, dentro de uma orientação de fazer do significado a base fundamental para quaisquer discussões ulteriores sobre a questão do sentido. No fundo, uma resposta direta para muitas ideias disseminadas no campo da semântica de que uma definição rigorosa sobre alguns dos seus objetos (o significado, por exemplo) possibilitaria um avanço maior do conhecimento.

Retomo dois outros autores que, com opiniões também diferenciadas, apontaram dificuldades nesse território:

Putnam (1977) - Is semantics possible?
O desafio para uma teoria semântica é escapar da configuração do significado de uma palavra como algo que lembre uma lista de conceitos e não formalizar essa configuração errônea.

BERG, J (2002): Is semantics still possible?
Onde residem, pois, os problemas reais? O problema real reside em simultaneamente desenvolver não só uma teoria sobre aquilo que as palavras significam – independentemente de qualquer contexto particular – bem como uma teoria daquilo que pode ser transmitido em um contexto particular.

O comentário de Putnam representa uma das baterias armadas contra a semântica lexical, preconizando a inviabilidade de se definir o significado das palavras, através de processos de decomposição lexical – padrão largamente difundido pela semântica lexical. O argumento que se pretende decisivo contra esse procedimento ressalta o fato de nenhuma coletânea de traços, ou semas poder ser validado como condições necessárias e suficientes para definir significado, como se a única instância de formatação do significado devesse ser o plano da palavra. O texto em análise, juntamente com *The meaning of meaning* (Putnam (1977), do mesmo autor, desenvolve uma vasta argumentação de críticas à decomposição lexical e apresenta uma proposta alternativa – baseada em estereotipias e em fatos centrais – da qual não se conhece nenhuma extensão levada a uma padronização de análise, a não ser, incipientemente, nas versões do próprio autor.

O texto de Berg, mesmo com um intervalo temporal de mais de duas décadas e alheio a tecnicidades, resgata a importância do significado lexical e aponta as perspectivas de sua extensão a partir de usos contextuais.

As controvérsias poderiam ser indefinidamente repassadas em outros textos desses autores como também de tantos outros; essa discussão prepara certo território para avaliar as questões de sentido, numa perspectiva que não seja um formalismo técnico exacerbado e nem o emergencionismo do senso comum. Para o início dessa discussão, podemos supor um esquema geral em que nada do que já foi construído sobre a

significação linguística seja descartado, mas antes integrado em processos de análise e de reconhecimento de sentido, de forma mais ampla. Mas o esquema mostra também muito a ser construído. Vejamos o esquema:

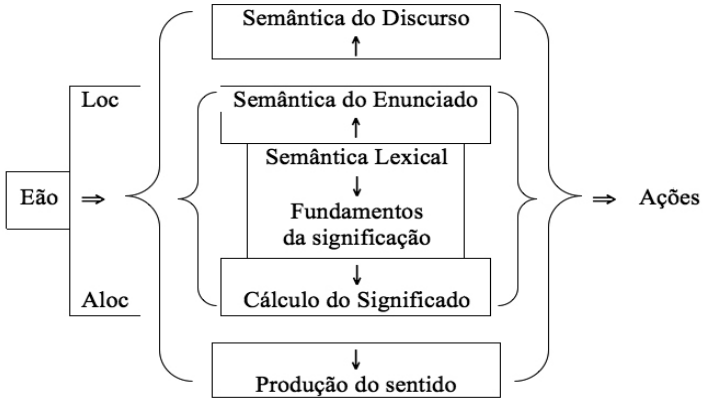


Fig. 1

O esquema proposto diz respeito à perspectiva conceitual de uma forma de integrar abordagens e concepções, mas não de ser um reflexo da atividade dos falantes e nem de um programa de procedimentos que deve servir de pauta para os usuários produzirem sentido. A experienciação com o significado, por requerer outros detalhes do processamento da fala (e da significação), provavelmente, precisa ter outro formato que não aquele que seja mais apropriado para expressar sua metalinguagem. Destaco alguns comentários sobre as articulações contidas no esquema em análise.

Começo pela semântica lexical por ser ela, em termos de significação linguística, o ponto de partida para toda integração, daí a indicação de Fundamentos da Significação. Aqui ressaltaria o léxico como portador de significação básica – o significado mínimo, como tem sido hoje propagado[2] -, que não é uma questão de registro de dicionário (literal-

[2] Para ARIEL, Mira (The demise of a unique concept of literal meaning. In: Journal of Pragmatics, 34 (2002), p. 362), um significado é mínimo, quando: (a) codifica o significado linguístico de forma composicional e independente de contexto; (b) psicolinguísticamente tem uma ocorrência destacada em nossa mente; (c) é interativamente interpretado nas comunicações.

mente falando), mas uma questão de domínio amplo de uso por parte dos falantes, de memória lexical, de representação de padrões do conhecimento humano que se acham estruturados na linguagem. Todos esses padrões estão disponíveis para falantes de um modo geral e são dotados de uma plasticidade necessária aos ajustes contingenciais, resultantes de movimentos contínuos do léxico (deslocamento da relação Se/So: novas polissemias, estilizações de uso, ressignificações, transferência de sentido etc.). Se considerarmos o conjunto desses fatores, podemos avaliar a pouca relevância que as críticas às condições de necessidade e de suficiência representam. O léxico não é um sistema fechado – qualquer necessidade/suficiente seria precocemente provisória -, pois o teor complexo de suas interações intra e intersistêmicas passa por ajustes constantes em razão da própria natureza do seu uso. Dadas essas informações iniciais, não veria a semântica lexical como algo menos importante para uma abordagem da significação linguística; antes a veria como um estágio seminal que nos possibilita recursos essenciais à discussão do sentido. O léxico pode nos dizer muito, quando somos capazes de acompanhar os seus movimentos pelos discursos, pelas práticas de linguagem.

Uma extensão desse processo levou àquilo que seria um primeiro passo de integração: isto é, uma descrição lexical que começa a fazer parte de um universo de combinações, ordenadas no campo das relações sintagmáticas. É claro que essa fusão entre descrições lexicais e relações sintagmáticas propiciou mais do que uma compreensão global sobre a significação linguística, resultante da integração de propriedades de níveis diferenciados. Essa fusão resultou também no surgimento de novos objetos no campo da semântica: cálculo do significado, leituras lexicais e leituras derivadas, desambiguização semântica no plano do enunciado (mais tarde completada por especificidade pragmática no plano da enunciação). Cabe apontar ainda que os processos de decomposição lexical passam agora a integrar-se a um princípio geral de composicionalidade do significado, mediante a sua incorporação em padrões combinatórios de nível diferenciado na estrutura do enunciado.

O estágio seguinte do esquema constroi-se a partir de outra dimensão dos fatos linguísticos, ou seja, aquela dimensão marcada pela inserção de fatores de ordem enunciativa no processo da significação. Nessa instância, validamos tudo aquilo que ronda os lugares enunciativos: identidade dos interlocutores, sua função social/enunciativa, o tempo/espaço da enunciação e a orientação pragmática. Todos esses ingredientes se juntam agora às dimensões linguísticas, descritas anteriormente, para constituir condições fundamentais para práticas de linguagem. É possível que a grande riqueza que vemos em todo esse processo decorra de uma integração que perpassa os três níveis que estamos apontando: não agimos a partir de um conteúdo lexical, nem de combinações desse significado com estruturas sintagmáticas. Valemo-nos, porém, de tudo isso enquanto uma funcionalidade que orienta ações e compreensões dos interlocutores. Recupero parte dessas etapas no texto seguinte, indagando o que o leitor experiencia discursivamente, com essa chamada de capa, representada na senha do Facebook?

Seleciono, da capa da revista para um comentário exemplificatório, apenas a senha do Facebook, destacando os três níveis de significação nela comprimidos e essenciais à sua compreensão.

Fig. 2

Plano do Léxico	→	So1: preparar (x,y) ∧ substância (y) ∧ buscar efeito adequado (x, para y) ...		
		So2: experimentar (x,y) ∧ ser incômodo (y, para x) ∧ físico/mental (y)...		
		So3: experimentar (x,y) ∧ dar prazer (y, para x) ∧ físico/mental (y)...		
Plano do Enunciado	→	Forma linguística		*-iu:* [pretérito perfeito] *?*: [interrogação]
Plano do Discurso	→	Tempo/espaço: redes sociais Orientação pragmática: $f_{\wedge}$ **curtir** Ação: desafio/convite		

Fig. 3

O plano do léxico disponibiliza um leque de alternativas virtuais que os falantes do português experienciam em diversas circunstâncias de uso do item curtir – outras podem existir. O uso em questão se vale do So3[3], assumindo as duas funções proposicionais – [experimentar (x, y) dar prazer (y, para x)] e a função predicativa [físico/mental (y)]; em outras palavras, o usuário se vale de curtir para 'experienciar um prazer físico/mental'.

O plano do enunciado qualifica, de forma mais específica, essa experiência ao determiná-la pelo uso do morfema verbal cumulativo [-iu] – enfocando um tipo de objeto discursivo que se torne viável para essa temporalidade -, associado à forma interrogativa [...?], que implica uma interpelação de interlocutores indeterminados.

O plano do discurso apresenta outros aspectos do engajamento interlocutivo e por tabela uma especificação maior do significado da expressão. Se a presença de um morfema verbal e do traço interrogativo já possibilitava uma transformação do processo de significação, a dimensão discursiva se vale de recursos poderosos da enunciação – aqueles que foram apontados na descrição - para ratificar uma experiência que supõe sujeitos integrados na rede e propensos a viver novos episódios patrocinados pelo seu criador, ou sujeitos curiosos incitados para essa perspectiva de integração e a se tornarem aptos a reverter uma experiência virtual para uma experiência vivida. Aqui, pelo processo de orientação pragmática, assinalado, sobretudo, pelo acoplamento dos signos [f<] a curtir, passamos a ter objetos discursivos que emergem dessa nova dimensão do processo de significação: trata-se dos objetos discursivos como desafio e convite que emergem das duas situações acima descritas.

Semântica Lexical: alguns recortes

A Semântica Lexical, ainda que restrita à organização do significado em itens lexicais isolados, não é uma abordagem ingênua sobre a natureza da significação. Os temas centrais de que se ocuparam seus principais teóricos demonstram uma preocupação ampla e diversificada com a questão do léxico. Nela podemos enquadrar (a) estudos sobre os fundamentos da significação (Saussure (1977) que se estruturou através da decomposição lexical (Potier (1977), Greimas (1973), Baldinger (1970), Bendix (1977)); (b) estudos sobre a organização do léxico, sustentada pela análise de relações lexicais – polissemia, homonínia, sinonímia (Bréal (1992), Ullmann (1977)); (c) estudos sobre os campos/esferas conceituais (Baldinger (1970)), fundamentados na reorganização de léxicos em razão de fatores de ordem social e cultural, bem como sobre movimentos e mudanças lexicais (Bréal (1992), Ullmann (1977), Lyons (1980)).

Esses temas refletem a base dessa abordagem, mas no interior de cada um delas existem muitas outras preocupações analíticas. Seleciono, para um comentário mais específico, aquilo que, na minha percepção, foi o centro dessa abordagem, em razão de sua repercussão na discussão de uma teoria semântica pós-estruturalista. Trata-se da decomposição lexical, uma novidade radical introduzida pelas abordagens estruturalistas – análise sêmica[4] e análise componencial[5] - que representou uma perspectiva diferente de avaliar a questão do significado lexical. Começo por duas citações de Greimas, um autor exponencial para a análise sêmica:

> Greimas (1973) – Semântica estrutural
> É com conhecimento de causa que nos propomos a considerar a percepção como o lugar não linguístico onde se situa a apreensão da significação. (p.15)
> De fato, uma vez que se convencionou que os termos-objetos sozinhos não comportam significação, é ao nível das estruturas que é necessário procurar as unidades significativas elementares, e não ao nível dos elementos. (30)

Esses trechos foram extraídos do capítulo Estrutura Elementar da Significação, que integra a obra Semântica Estrutural. Neles o autor discute duas dimensões que compõem uma estrutura, a saber, diferenças e semelhanças. Precisamos ressaltar, nessa formulação de Greimas, a sua

[3] Justifico essa interpretação no teor da matéria divulgada pela revista; mas, certamente, existem outras interpretações possíveis.

[4] Vertente predominantemente francesa da decomposição lexical, desenvolvida por autores como Greimas e Pottier.

[5] Vertente predominantemente norte-americana, desenvolvida por Bendix (1977).

importância para o estudo do léxico: (a) o estudo do significado lexical é uma questão estrutural, isto é, os elementos só se definem no interior de uma estrutura; (b) quaisquer itens lexicais situados numa estrutura implicam simultaneamente diferenças e semelhanças de significado (c) não se define um item lexical por ele mesmo, mas somente na sua relação com outros itens do sistema em que estiver integrado.

Há muitos outros aspectos importantes que a abordagem de Greimas introduz, em termos da análise dos fatos de sentido. Um deles está refletido no primeiro trecho citado que fundamenta a significação linguística com base na percepção sensível, uma dimensão ainda não linguística, mas que determina operações circunscritas ao aparelho perceptivo e representa um critério fundamental de categorização. É possível que se possa dizer que o homem estaria irremediavelmente excluído do mundo da significação se não estivesse apto a operar dessa forma.

A abordagem de Greimas traz como novidade o fato de ressaltar a utilização de padrões fonológicos para a análise lexical[6], mas é o resultado dessa análise que, de forma mais evidente, destaca sua marca especifica também em outros autores, ou seja, todo o empreendimento voltado para a decomposicionalidade do significado, critério amplamente reutilizado pelas abordagens que marcaram vertentes da semântica para a gramática gerativa.

Esse modelo de análise lexical, não obstante a repercussão que teve, passou por inúmeras dificuldades do ponto de vista operacional. Se a concepção do modelo como técnica descritiva da significação linguística marcou certo tipo de direcionamento da pesquisa semântica, a sua execução nem sempre se fez acompanhar de entusiasmo proporcional. Daí muitas críticas ressaltadas em termos da ausência de critérios nos

[6] A adoção de padrões fonológicos para análise da significação já havia sido especulada por outros autores. Lyons afirmou: É hoje vulgarmente aceite pelos linguistas que uma aproximação estrutural do gênero por muito tempo praticado na análise fonológica e gramatical das línguas é requerida igualmente para a sua descrição semântica... (Lyons, (1974: 67), bem como Ullmann: Esta tendência (a disseminação do conceito de estrutura) produziu resultados espetaculares na fonologia e na morfologia e, num grau um tanto menor, na sintaxe; a questão vital que agora surge é saber se é aplicável ao vocabulário. (Ullmann, 1964: 495)

procedimentos de análise, da carência de um inventário global de traços (nos moldes da descrição fonológica), dos procedimentos quase sempre dotados de soluções ad hoc. Nada, entretanto, foi mais incisivo contra a decomposição lexical do que o critério das condições necessárias e suficientes; deficiência largamente apontada, mas sem alternativas mais representativas oriundas de seus críticos.

Em resumo, podemos agrupar em quatro princípios gerais o esforço de análise da semântica lexical, relativamente à decomposição lexical e à concepção de significado nela presente:

Decomposição lexical: princípios gerais

a) Todo So pode ser decomposto em um conjunto de traços semânticos primitivos;

b) O So de qualquer signo é o resultado do arranjo estrutural de traços semânticos em uma dada matriz conceitual;

c) O número de Sos de um signo é uma função direta dos arranjos estruturais possíveis de serem formulados;

d) É possível calcular o So de um conjunto específico de signos de uma dada língua.

Esse conjunto de princípios tem um valor metodológico, pois representa, de modo geral, todos os passos do processo de decomposição lexical, desenvolvido tanto no âmbito da análise sêmica como da análise componencial. Na sequência vamos apresentar alguns exemplos e para isso vamos sintetizar parte desses princípios em alguns procedimentos:

Procedimento básico:
O significado de itens lexicais podem ser calculados, em razão da matriz de traços estabelecidos e de sua correlação entre os componentes de um campo lexical

Campo Lexical: dimensionalidade								
Traços Semânticos	Itens lexicais							
	alto	baixo	largo	estreito	fundo	raso	grande	pequeno
dimensão	+	+	+	+	+	+	+	+
verticalidade	+	+	–	–	+	+	±	±
lateralidade	–	–	+	+	–	–	±	±
superfície>abaixo	–	–			+	+	±	±
superior	+	–	+	–	+	–	+	–

Fig. 4

O campo lexical acima especificado, muito mais amplo em termos de outros itens que poderiam ser nele incluídos, especifica um domínio do léxico, cuja estrutura pode ser organizada em termos de sua decomposição nos traços semânticos apontados. Com exceção do traço [superior] que expressa a um valor a ser atribuído ao um arranjo de traços específicos, todos os outros representam dimensões materiais dos objetos a que se aplicam e que podem ser reconhecidas do ponto de vista perceptivo. Existem redundâncias nesse conjunto de traços, pois [verticalidade] poderia ser eliminado em favor de [lateralidade] e vice-versa; todavia, a presença dos itens grande e pequeno, pelo seu teor polissêmico revelado pela análise desenvolvida, traria dificuldade para sua compreensão para alguns os itens incluídos nesse quadro. Assim, poderíamos criar um princípio complementar para captar esse fato com mais precisão:

Procedimento complementar:
O So de um item lexical equivale à matriz de traços, associados a valores, como por exemplo:

Se:	alto	≠	Se:	baixo
So:	[+dimensão] [+verticalidade] [–lateralidade] [–superíficie>abaixo] [+ superior]		So:	[+dimensão] [+verticalidade] [–lateralidade] [–superíficie>abaixo] [– superior]
Se:	fundo	≠	Se:	raso
So:	[+dimensão] [+verticalidade] [–lateralidade] [+superíficie>abaixo] [+ superior]			[+dimensão] [+verticalidade] [–lateralidade] [+superíficie>abaixo] [– superior]

Fig. 5

Operando com esses dois procedimentos, obtemos aquilo que seriam definições básicas de certos itens lexicais situados em alguma forma de organização do próprio léxico. Os princípios que fundamentam esses procedimentos asseguram às definições um teor não essencialista – preocupação fundamental que marcou a existência de todo estruturalismo – que não confere às relações definido/definidor um padrão de essência para o item lexical. Assim, [-lateralidade] ou [+lateralidade], como de resto os demais traços, não constituem essência de nenhum dos itens lexicais, mas apenas uma instância do arranjo estrutural desse campo lexical, assegurado por sua função operacional nesse quadro metalinguístico. Mesmo os termos que são descritos por seu valor [+lateralidade] – largo, estreito, por exemplo -, que supostamente deveriam assegurar algum vestígio de essencialidade, poderiam ser descritos por [-verticalidade].

Podemos operar com a análise componencial a partir dos mesmos princípios, acrescidos de procedimentos que fizeram dessa abordagem algo relativamente diferente da análise sêmica. Vamos partir do seguinte procedimento:

Procedimento complementar:
o So de um item lexical pode ser calculado, a partir das relações sintagmáticas que mantém com outros itens num dado enunciado

Exemplos para análise				
	(a) (vender (x, y)): Pedro (x) vendeu o relógio (y) (b) (comprar (x, y)): Maria (x) comprou um carro (y).			
Se:	vender	≠	Se:	comprar
So:	[x tem y em t_1] [x ~tem y em t_2] [x ~tem y → dinheiro] [t_1 anterior a t_2]		So:	[x ~tem y em t_1] [x tem y em t_2] [x tem y → dinheiro] [t_1 anterior a t_2]

Embora a análise componencial operasse também sobre itens lexicais – o propósito era determinar que componentes integram a sua definição -, o que deve ser ressaltado de diferencial é o fato de ela operar com

Fig. 6

base em funções proposicionais (ou predicativas), como evidenciamos nos dois exemplos acima. Assim, o significado de comprar e de vender é o resultado da combinação de uma lista de componentes, construídas a partir das relações pela função proposicional de cada um dos itens lexicais. Deve-se ressaltar, nesse exemplo, que as relações funcionais são determinadas a partir de um metapredicado de posse – TER – que opera num vasto campo lexical que inclui todos os termos relativos à transferência de posse. Esse metapredicado opera, a partir da função proposicional, agregando outros fatores necessários à descrição de itens lexicais específicos. Nos exemplos acima, ele mantém uma interface necessária com uma variável de tempo - [T1 e T2] - e com um parâmetro de qualificação da troca de posse – DINHEIRO. Componentes de outros campos lexicais podem ser definidos nesse padrão, com alguns ajustes devidos, conforme ilustramos nos exemplos seguintes:

Se:	(subir (x, y para z))	≠	Se:	(descer (x, y para z))
So:	[+movimento] [de y para z] [y, z = espaço] [z superior]		So:	[+movimento] [de z para y] [y, z = espaço] [z superior]
Se:	(entrar (x, y para z))	≠	Se:	(sair (x, y para z))
So:	[+movimento] [de y para z] [y, z = espaço] [z = interior]		So:	[+movimento] [de z para y] [y, z = espaço] [z = interior]

Fig. 7

A formatação da análise mantém o mesmo padrão da anterior e destaca o traço [+movimento], característico de um conjunto extenso de verbos em português – aqueles que implicam mudança de espaço (físico ou não). Deve ser frisada, nessas definições, a natureza do segundo argumento da proposição – [y para z] – que mostra um padrão mais complexo, mas que nos permite uma economia nos processos de descrição do significado.

Por fim, caberia explorar nessas definições, o teor de fundamentação que elas representam em termos da extensão do sentido a que esses verbos estão submetidos nos sistemas naturais. Tais verbos apresentam uma mobilidade de significação muito grande dentro do léxico do português, e por isso não apenas se prestam à modelagem de metáforas conceituais nos padrões [para cima/para baixo], [para dentro/para fora], como também a um grande número de expressões idiomáticas: subir na vida; descer a detalhes/pormenores; descer para a segundona; subir/descer a temperatura; entrar pelo cano; entrar numa fria; entrar numa enrascada; sair pela culatra; sair pela tangente; etc.

Não vejo nessas extensões nada que possa contradizer as definições propostas; ao contrário, no caso das metáforas, as definições de base são mesmo essenciais à sua concepção: se grande parte das metáforas que se valem do para cima representam um valor positivo é porque saímos de [y para z, sendo z superior]. No caso, porém, da metaforização de temperatura subir/descer, por exemplo, quando qualificando relações diplomáticas, parece estarmos diante de um efeito oposto: a subida da temperatura, nesse caso, implica uma piora das tensões políticas, quando um crédito positivo deve ser atribuído à descida da temperatura. Essa mudança de orientação para a metáfora conceitual se deve, certamente, à natureza semântica do termo temperatura, para o qual o aumento do calor implica maior acirramento e exaltação dos ânimos. O mesmo se pode dizer de descer a detalhes/pormenores que implica um valor positivo – riqueza de conhecimento -, apesar do descer. Aqui também poderíamos pensar na neutralização do valor negativo de descer para a metáfora conceitual em razão de um complemento para descer que implique sempre a ideia de conhecimento, sugerindo um rompimento a superfície (do texto, da teoria, da análise, dos fatos etc.).[7]

No caso das expressões idiomáticas citadas (metafóricas ou não) - descer para a segundona; entrar pelo cano/numa fria/numa enrascada; sair pela culatra/tangente -, existem emparalhamentos diferenciados com

[7] Embora a ideia de metáfora conceitual para relações espaciais para cima/para baixo possa assumir um valor global de positivo/negativo, é preciso avaliar em que dimensão esses valores podem ser neutralizados (ou invertidos) e que relações semânticas permitem essa inversão. Os exemplos apontados representam apenas uma ilustração das dificuldades, mas não uma análise efetiva dos fatos neles envolvidos.

as descrições propostas: no primeiro caso, segundona é apenas relativamente um espaço inferior de ranqueamento (de clubes); aqui a presença de descer é que elimina o seu teor relativo – tornando-o negativo -; o que aconteceria também com subir – tornando-o positivo. Os outros exemplos apresentam uma 'literalidade' mais explícita, embora nem todos representam dimensões espaciais que comportam as ações especificadas. Nesse caso, a ressignificação exigida pelo idiomatismo (ou pela metáfora) incide mais sobre os termos cano/fria/enrascada – situação adversa - e culatra/tangente – expectativa imprevista - e muito menos, se algum vestígio pode ser determinado, do que sobre as ações de entrar e sair.

Semântica do enunciado (sentencial)

A denominação de Semântica do Enunciado foi aqui adotada para tipificar o compromisso de algumas abordagens da semântica com o conceito de significado para além dos limites lexicais – certamente, outras denominações poderiam ser admitidas. Aspectos que ressaltam a importância dessa abordagem foram derivados, em parte, de alguns princípios gerais da própria Semântica Lexical. Mesmo nesses casos, os princípios foram ajustados de modo a acomodar configurações exigidas pela introdução da sintaxe, nos processos de análise da significação linguística. Mesmo como herdeira da decomposição lexical, a Semântica do Enunciado orienta-se pela composicionalidade (Katz (1977), Lakoff (1971), Bierwisch (1977), Weinreich (1977), Jackedoff (1999)), valendo-se das relações sintagmáticas estabelecidas em diversos níveis do enunciado como amálgama das propriedades lexicais.

Se Greimas e Baldinger já haviam apontado a estrutura conceitual como terreno apropriado a uma discussão da semântica léxica, ela agora se torna um elemento imprescindível à discussão da significação. É isso que podemos detectar no livro Semantics and Cognition, de Jackendoff (1999), principalmente nos capítulos 2 (Semantic Structure and conceptual strructure) e 6 (Semantic structure is conceptual structure).

Os avanços técnicos desenvolvidos no campo da descrição semântica possibilitaram resultados diferenciados, mas, no seu conjunto, aquém das expectativas críticas que vinham sendo alimentadas deste o estruturalismo. Apesar dos percalços, Katz tinha uma aposta alta na composicionalidade, conforme se comprova nos excertos abaixo.

> Katz (1977) – Teoria Semântica
> Já que os significados das palavras não são entidades indivisíveis mas, pelo contrário, são compostos por conceitos em certas relações uns com os outros, a tarefa do dicionário é representar a estrutura conceitual dos significados das palavras (p.62)
> Consequentemente, as regras semânticas terão de começar com os significados desses constituintes (palavras) para derivar os significados de outros constituintes composicionalmente.

Otimismos à parte, a abordagem encontrou muitas dificuldades e grande parte delas provém das mesmas dificuldades encontradas na abordagem lexical. Por exemplo, os procedimentos técnicos de descrição para entradas léxicas, mesclando traços do comportamento sintático com propriedades lexicais, tornaram-se muito complexos; as regras de projeção enfrentavam dificuldades na produção de leitura derivadas, tais as exigências que eram feita para uma descrição lexical que devia ser precisa em seus detalhes. Recompondo o conjunto dos seus procedimentos fundamentais, a semântica do enunciado operou com base em quatro princípios básicos.

> Composicionalidade semântica: princípios gerais
>
> a) Todo So pode ser decomposto em um conjunto de traços semânticos primitivos; (à semântica lexical)
>
> b) O So de um enunciado resulta da combinação do So de suas unidades componentes, associado a funcionalidades sintáticas dessas unidades;
>
> c) O número de Sos de um enunciado é uma função direta das possibilidades polissêmicas de seus itens lexicais e das relações sintagmáticas estabelecidas entre eles;
>
> d) Pode-se calcular o So de um enunciado, a partir das propriedades lexicais de seus itens lexicais associadas às relações sintagmáticas estabelecidas entre eles.

Uma semântica do enunciado, ao menos em sua versão mais difundida – semântica interpretativa[8] -, herda da semântica lexical, como fundamento inicial de sua análise, os princípios de decomposição lexical, conforme ilustrado no item (a) do quadro. A partir desse momento, todavia, a semântica do enunciado segue parâmetros específicos para análise do significado, à medida que introduz as relações sintagmáticas como condição necessária ao amalgamento progressivo de unidades menores em unidades cada vez maiores. Essa junção de relações sintáticas com propriedades lexicais possibilitou o mapeamento do potencial de significação que estruturas linguísticas poderiam comportar, através de um procedimento denominado cálculo do significado, conforme mostraremos nos esquemas seguintes.

Há duas etapas que a semântica interpretativa desenvolveu para caracterizar aquilo que poderíamos denominar de um procedimento de cálculo: (a) leituras primitivas que correspondem à descrição de itens lexicais isolados, conforme padrões formais estabelecidos para o funcionamento de operações ulteriores; (b) leituras derivadas, resultantes da combinação de leituras primitivas e relações sintagmáticas, através de mecanismos denominados de regras de projeção. Dado o fato de que as descrições lexicais não operam livremente, as regras de projeção têm a função de analisar/projetar somente as relações que possam ser formalmente adequadas. Vejamos, na sequência, cada uma das etapas.

[8] Para compreender o alcance dessa abordagem, as formulações de Katz foram, de fato, as mais representativas pelo teor estruturado que procurou apresentar para um conjunto geral de parâmetros para a análise do significado nas línguas naturais.

a) Leituras primitivas:

Enunciado básico: *A massa cedeu*	
Leituras primitivas (lexicais)	
Se: *a*/	So: {+Art., ([def.] / [gen.])}
Se: *massa*/	So1: {+N, [+comum, ...], [mistura de substâncias diversas...]}
	So2: {+N, [+comum, ...]. [grande quantidade de pessoas...]}
	SoN: {+N. [...]}
Se: *ceder*/	So1: {+V, ... [+ação, ...] [sofrer abalos]...}
	So2: {+V, ... [+ação, ...] [desistir]...}
	S03: {+V, ... [+ação, ...] [afrouxar]...}
	So4: {+V, ... [+ação, ...] [transferir posse]...}
	So5: {+V, ... [+ação, ...] [abrir mão dos direitos]...}
	SoN: {+V, ... [+ação, ...] ...]

Fig. 8

O esquema proposto aponta, através de regras de projeção, o conjunto de leituras que podem ser derivadas das combinações em potencial de todas as descrições formuladas. Vamos supor, no quadro seguinte, todas as combinações possíveis – no alcance das descrições propostas - e, a partir delas, determinar aquelas que seriam aceitas pelos falantes sem qualquer contextualização muito específica para a sua interpretação.

Leituras derivadas: A massa cedeu						
	Se:a	Se: massa	Se: ceder	Leituras	[+N]?	Contexto [+ ou – específico]?
1.	So1	So1	So1	L1	+N	
2.	So1	So1	So2	L2	¬N	
3.	So1	So1	So3	L3	±N	Com especificação contextual
4.	So1	So1	So4	L4	¬N	
5.	So1	So1	So5	L5	¬N	
6.	So1	So2	So1	L6	±N	Com especificação contextual
7.	So1	So2	So2	L7	+N	
8.	So1	So2	So3	L8	±N	Com especificação contextual
9.	So1	So2	So4	L9	±N	Com especificação contextual
10.	So1	So2	So5	L10	±N	Com especificação contextual

Fig. 9

Pelas leituras primitivas descritas, estaríamos diante da combinação potencial de dez leituras derivadas, se as combinações na língua fossem livres de contexto[9]. Como as unidades podem determinar restrições de combinações – isso pode ser especificado por uma regra de projeção -, as leituras derivadas por uma combinação livre estariam sujeitas a julgamentos sobre a sua naturalidade[10]. De fato, as dez leituras geradas não apresentam o mesmo grau de imediatez perceptiva: existem algumas que podem ser imediatamente reconhecidas como naturais – [+N]: L1 e L7 – e outras como imediatamente não-naturais – [¬N]: L2, L4 e L5 –; existem outras que, num estágio intermediário mais imediato, poderiam, através da especificação de um contexto, passar de [¬N] para [+N], daí a classificação [±N].[11]

Semântica do Discurso (da enunciação)

Se existe uma semântica do discurso, ela deve ser concebida como algo diferenciado daquilo que vimos para a descrição das duas abordagens anteriores. A concepção dessas abordagens mantém uma uniformidade sobre a natureza dos objetos que ela integra: trata-se de objetos linguísticos que traduzem dados da nossa experiência sensível nas interações com o ambiente, informações da estrutura conceitual de quaisquer objetos do mundo, relações entre objetos, relações interpessoais etc.

Toda essa complexidade de fatos e ações é traduzida na língua por coisas pequenas (mas não simples) como traços, morfemas, signos, sintagmas, enunciados. São eles, no seu conjunto, um desafio para a significação e, consequentemente, para a análise do discurso, já que é a partir

[9] A ideia de livre de contexto foi usada para determinar a suposta ausência de restrições contextuais (essencialmente linguísticas aqui) que as unidades da língua interpõem umas às outras no processo de sintagmatização.

[10] É importante ressaltar, todavia, que configurações enunciativas muito especializadas (um locutor, um gênero, uma orientação pragmática muito específica) podem tornar interpretáveis quaisquer das frases geradas. É difícil mesmo apontar, diante de um enquadre enunciativo com muitas especificações, o que resistiria à interpretação.

[11] Por uma questão de espaço, não incluo, nessa discussão, uma apresentação geral da semântica gerativa.

deles que alicerçamos todo processo interpretativo. Quando se muda, por exemplo, o morfema de infinitivo do CURTIR, que conduz ao partilhamento da comunidade do Facebook, para a forma do perfeito, alteramos muita coisa no plano discursivo: não se trata mais da senha genérica de inserção na comunidade, mas de um pedido de avaliação para algo de especial sobre a comunidade – no caso presente, o sucesso do seu criador. São coisas pequenas na língua, mas que se inflam na dimensão do discurso pela capacidade de agregação de fatores muito diversificados que a enunciação tem. Assim, se o CURTIR é a senha que abre o portal do Facebook para uma experienciação vasta sobre os fatos da vida, penso que a ENUNCIAÇÃO seria a senha para uma semântica do discurso, por ampliar o alcance de quaisquer dimensões do código.

O que vimos, então, nas duas abordagens semânticas discutidas, foi um alicerce, construído a partir de informações sistemáticas disponíveis nas línguas naturais. Na construção desse alicerce, interessa menos para a semântica do discurso as tecnicidades que caracterizaram cada uma das abordagens; mas interessa, de forma decisiva, os princípios gerais que foram apontados para uma e outra abordagem. Gostaria, seguindo o padrão das outras abordagens, esboçar alguns princípios gerais que poderiam nos guiar na reflexão sobre uma semântica do discurso.

Semântica do discurso: fundamentos

a) CONDIÇÃO BÁSICA: o domínio descritivo do significado do Edo, que incorpora todas as descrições possíveis do significado de seus itens lexicais, compatibilizadas pelas relações entre esses itens, é condição primeira para a construção do sentido discursivo;

b) ASSOCIAÇÃO NECESSÁRIA: o sentido discursivo é determinado pelo So do Edo, associando-se a este suas condições enunciativas;

c) VALORES PRAGMÁTICOS: pode-se determinar o sentido pragmático / discursivo, considerando as possibilidades semânticas associadas a características enunciativas (identidade dos interlocutores (ideológica, funcional...), orientação pragmática, tempo/espaço da enunciação, dimensão histórica dos objetos, gêneros ...).

Repasso, de forma resumida, os três primeiros critérios e me deterei de forma mais específica sobre o último.

1. O fundamento (a) está na base da nossa discussão, mas ele pressupõe um nível elementar de significação que é o significado lexical. Por domínio descritivo do enunciado, entendo a possibilidade de ele incorporar todas as descrições que forem possíveis para os seus itens lexicais. Assim, as diferentes leituras que um enunciado virtualizam condições para a produção de sentidos discursivos e as ações deles decorrentes. Esse fundamento justifica, portanto, a razão pela qual se pode afirmar que não agimos discursivamente a partir do significado de palavras isoladas, mas através de enunciados plenos que modelam ações.

Entretanto, muitas palavras isoladas podem assumir o estatuto de um enunciado por força das circunstâncias enunciativas que a elas são agregadas. Há casos de termos como SOCORRO, CUIDADO[12], dentre muitos outros, que já dispõem convencionalmente do estatuto de um enunciado e cuja definição, em geral, requer uma recuperação das suas condições enunciativas que são relativamente padronizadas.

Por outro lado, numa transmissão esportiva, termos como FALTA, ESCANTEIO, LATERAL figuram como enunciados que comprimem um conjunto complexo de ações. Em outras circunstâncias esses mesmos termos podem funcionar como representações de meros objetos, maneira pela qual os descreveríamos no âmbito de uma semântica lexical. Em quaisquer dessas circunstâncias, os atos validados pelos enunciados em questão não são indiferentes a aspectos lexicais que os termos incorporam em sua compreensão: SOCORRO E CUIDADO partilham o traço [perigo] que se faz presente nos atos implicados em seu uso.

Existem, todavia, certa assimetria no processo de descrição do significado desses termos: é possível que os termos referentes ao futebol possam ser definidos sem recorrer a uma dimensão enunciativa específica – a não ser o contexto geral do futebol. Por outro lado, SOCORRO E CUIDADO, ainda

[12] Embora a extensão de uso desses termos como enunciados seja disseminada no português, nada impede sua ocorrência como termos designativos em outras circunstâncias, às vezes com uma marcação linguística diferenciada: primeiros socorro-s, cuidado-s com a pele etc.

que implicando ambos o traço [perigo], a sua definição requer um apelo direto a condições enunciativas: no primeiro o traço [perigo] está orientado para o locutor, enquanto para o segundo essa orientação deve ser feita para o alocutário.

2. O fundamento (b) amplia o foco do anterior por lhe acrescentar as condições enunciativas. Enquanto (a) focaliza a questão sob a ótica das descrições lexicais possíveis incorporadas na estrutura do enunciado, (b) destaca a necessidade de que a funcionalidade final de um enunciado seja dada por lhe incorporar suas condições enunciativas. Nos comentários feitos acima tanto para SOCORRO como para CUIDADO, a descrição lexical nos fornece o essencial determinado pelo traço [perigo], mas isso é muito pouco para aquilo que fazemos com esses enunciados. Nem uma, nem outra categoria explicitam, em seu funcionamento interativo, uma orientação enunciativa, mas sabemos que SOCORRO tem um valor locutivo – é o locutor que corre perigo - e que CUIDADO tem um valor alocutivo – é o alocutário que corre perigo.

O teor dos aspectos que as condições enunciativas impõem aos enunciados é muito diverso e, por isso mesmo, tem um poder determinante de transformação, de enriquecimento, de ressignificação daquilo que o enunciado provê como matéria prima. Os parâmetros que estamos atribuindo às condições enunciativas – orientação pragmática, identidade dos interlocutores, tempo/espaço do evento – contemplam fatos amplos e, muitas vezes, estão circunscritos a dimensões específicas de uma prática.

3. O fundamento (c) apenas explicita um pouco mais a correlação entre os enunciados (textos etc.) e sua exploração discursivo-pragmática, quando tais enunciados se associam a condições específicas de uso. Como o procedimento aqui pretendido para esses princípios é o de um acúmulo, embora sem citar explicitamente, esse fundamento continua pressupondo aquilo que foi dito para (a) e para (b). Todavia, a aplicação de usos se estende indefinidamente para qualquer descrição possível de um enunciado, seja a partir do desdobramento de itens polissêmicos nele constantes, seja a partir de sua inscrição em aplicações determinadas pela especificação enunciativa. Isso implica dizer que resoluções sobre a especificidade de leituras para um enunciado resultarão em aplicações pragmáticas, em funções discursivas visadas, em argumentações orientadas, cujo limite teria no significado de seus itens lexicais ou do seu enunciado um parâmetro de orientação.

Os princípios acima apontados poderiam ser expressos, de forma mais operacional, em quatro etapas específicas. Essas etapas têm um valor genérico e, provavelmente, muitas podem ser suprimidas em função do material disponível para análise: enfim, nem todas as etapas seriam materialmente relevantes para a análise de certas práticas discursivas. Vejamos as etapas em questão:

Semântica do Discurso: etapas de descrição do processo

a) Etapa 1: descrição das unidades lexicais;
(Semântica lexical: leituras primitivas)

b) Estapa 2: descrição das possibilidades polissêmicas dos itens/expressões lexicais;
(Semântica lexical estendida: resoluções polissêmicas)

c) Etapa 3: determinação das interpretações sentenciais possíveis;
(Semântica do enunciado: leituras derivadas)

d) Etapa 4: determinação do contexto de uso do Edo/discurso ou simulação de contextos possíveis de uso.
(Semântica do discurso: produção do sentido)

Essas etapas poderiam ser operacionalizadas em função dos seguintes esquemas:

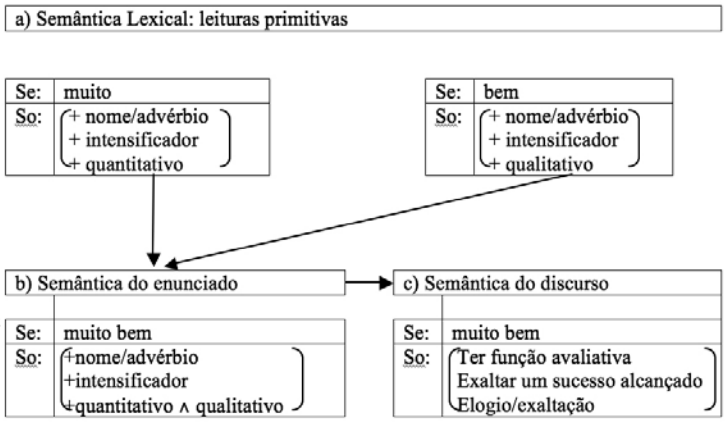


Fig. 10

O exemplo ilustra uma situação simples para todas as etapas com exceção de (b), uma vez que não existe aspectos polissêmicos mais acentuados a serem explorados nos itens lexicais em questão. Ressalte-se também o fato de a simplicidade do exemplo marcar uma diferença muito pequena, uma vez que são itens lexicais com especificação sintática e semântica muito próxima. No caso seguinte, poderíamos ver outras ilustrações das etapas, no exemplo que foi acima discutido:

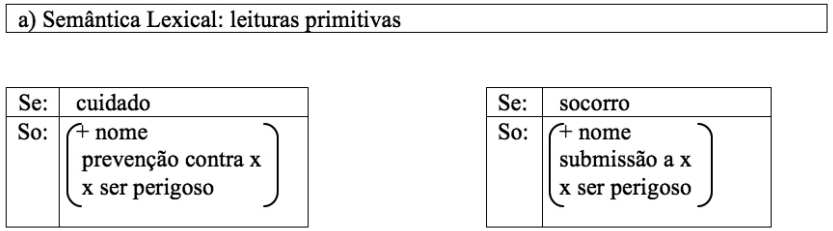


Fig. 11

É possível que, como leitura primitiva desses itens lexicais, venhamos a supor uma descrição com o teor apresentado nesses esquemas. Como se nota nas descrições, o segundo traço apontado nas definições já leva em conta uma dimensão enunciativa de cada um dos itens, pois [prevenção contra x] implica uma atitude do alocutário diante de um fato e [submissão a x] implica uma atitude do locutor. Podemos implementar a descrição em termos de uma aplicação, considerando os seguintes usos:

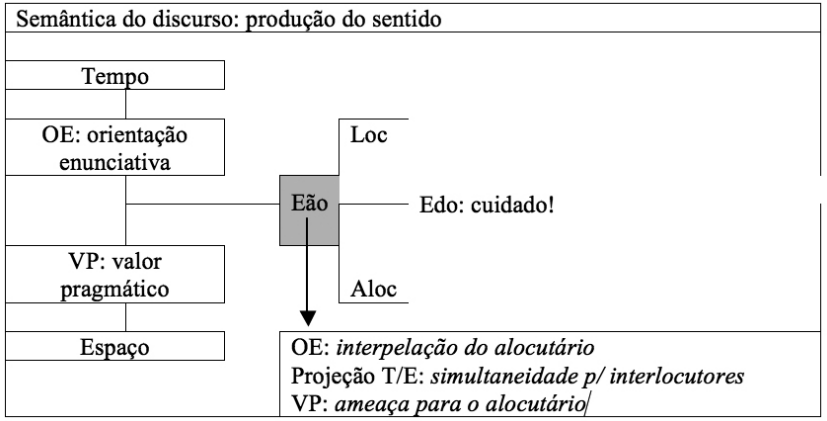


Fig. 12

Conclusão

Concluindo esse comentário, gostaria de formular uma hipótese sobre a correlação entre o que seja a dimensão de um trabalho linguístico sobre a interpretação – aquilo que se tenta construir no interior das teorias semânticas desde o Estruturalismo e extensões que delas foram feitas – e o que seja a dimensão de um trabalho discursivo associado a valores discursivo-pragmáticos, implementada a partir da análise do discurso e da pragmática.

Formulo minha hipótese, inicialmente, a partir de duas categorias para as quais convergem problemas, fatos, características, procedimentos, propriedades, associados a cada uma das dimensões. Aponto para a dimensão linguística o caráter de FUNDAMENTALIDADES da descrição semântica – como condição essencial para a linguagem – e para a dimensão discursiva o caráter de FUNCIONALIDADES da aplicação – como condição essencial para o uso. Complemento essa conclusão em termos de uma terceira categoria – COMPLEXIDADE – que reflete a natureza do trabalho de justificativa e de análise dos processos de significação. Apresento, inicialmente, o seguinte esquema:

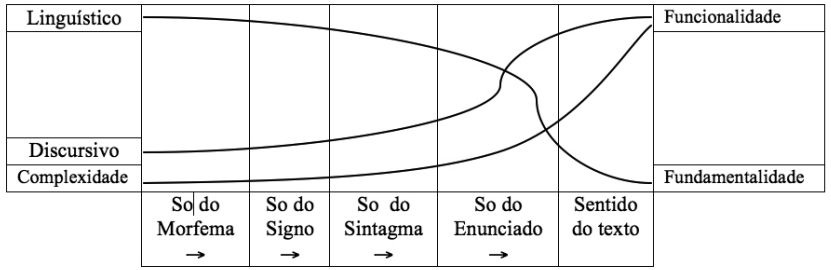


Fig. 13

Podemos destacar alguns aspectos mais proeminentes para uma interpretação desse gráfico.

(a) Na linha inferior do esquema, apresento diversos estágios do processo de significação linguística, expressos através da implementação de unidades elementares em outras cada vez mais complexas. No último estágio dessa linha, alterno significado com sentido para ressaltar, na dimensão textual, a presença de outros componentes, aqueles que, de modo mais direto, respondem pelo seu processo enunciativo, a saber: estrutura da narrativa, o gênero discursivo/textual, a identidade dos interlocutores envolvidos, valores pragmáticos implementados pela narrativa, entre outros. Considero esse conjunto de fatores a matéria prima com a qual operamos na produção do sentido.[13]

(b) Na coluna à esquerda, ressalto duas dimensões essenciais – a do linguístico e a do discursivo - a partir das quais arquitetamos todas as nossas práticas de linguagem. Essas duas dimensões representam o amálgama que comprime todos os elementos descritos em (a). Uma terceira dimensão – a complexidade – tem um teor metalinguístico e responde pelos nossos desafios de análise e de justificativa.

(c) Na coluna no extremo direito do esquema, destaco duas orientações para as quais todo o nosso empreendimento desenvolvido em (a) e (b) converge: com fundamentalidades qualifico uma escala de relevância constitutiva que devemos atribuir a cada momento desse processo; com funcionalidades dimensiono valores pragmáticos também escalares que devemos circunscrever a cada etapa desse processo nas práticas interlocutivas.

(d) Finalmente, as linhas que interligam as dimensões da coluna à esquerda com as orientações da coluna à direita mostram uma compensação entre fundamentalidades (o morfema teria o grau mais alto – ninguém fala sem morfemas – e o grau mais baixo de funcionalidade – realizamos mais com as unidades mais complexas para além do morfema). Por outro lado, à funcionalidade devemos atribuir um valor inverso: realizamos muito com o texto e com os estágios que estão mais próximos dele e pouco com o morfema. Em síntese, nenhum dos estágios é indiferente às práticas discursivas, embora tenham pesos distintos em sua realização.

Para concluir essa reflexão, espelhando-a de forma mais direta nos propósitos iniciais que a motivaram – da significação linguística à ação discursiva –, apresento o esquema seguinte com uma sobreposição de ca-

[13] No percurso que vai do significado do morfema ao sentido do texto, não incluí, de forma específica, uma dimensão da prosódia. Não haveria, no meu entendimento, um estágio específico que devesse ser considerado para abrigar os fenômenos prosódicos de significação. No fundo, eles se disseminam por todos os estágios que foram considerados nesse esquema, desde que a unidade linguística possa dispor para ser valer como um enunciado.

tegorias, destacando o território onde as 'batalhas' da análise se fazem de modo mais efetivo e de onde derivamos todas as nossas ações mediadas pela linguagem.

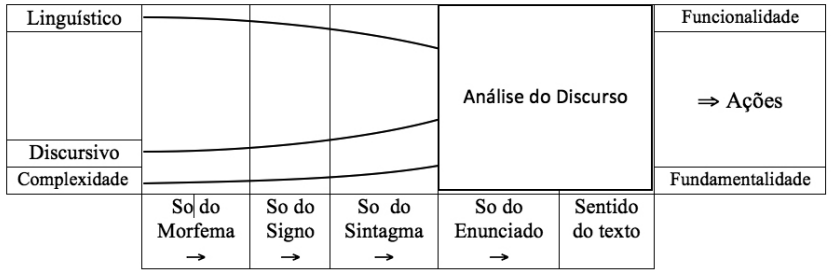


Fig. 14

Referências

ARIEL, M. The demise of a unique concept of literal meaning. In: *Journal of Pragmatics*, 34 (2002), p. 362-387.

BALDINGER, K. *Teoría semántica. Hacia una semántica moderna*. Madrid : Ediciones Alcalá, 1970.

BENDIX, E. H. Os dados da descrição semântica. In : LOBATO, L.M.P. (Org.) *A semântica na lingüística moderna*. O léxico. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977, p. 33-58.

BERG, Jonathan. Is semantics still possible ? In : *Journal of Pragmatics*, 32, Elsevier, 2002.

BIERWISCH, M. De certos problemas de representação semântica. In: LOBATO, L.M.P. (Org.) *A semântica na linguística moderna. O léxico*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977, p. 131-164.

BRÉAL, M. *Ensaio de semântica*. Campinas : Pontes/EDUC, 1992.

GREIMAS, A. J. *Semântica Estrutural*. São Paulo: Cultrix, 1973.

GREIMAS, A. J. *Sobre o sentido. Ensaios semióticos*. Petrópolis: Vozes, 1975.

JACKENDOFF, R. Semantic structure and conceptual structure. In: *Semantics and Cognition*. Cambridge, Mass. The MIT Press, 1999, p. 3-22.

JACKENDOFF, R. Semantic structure is conceptual structure. In: *Semantics and Cognition*. Cambridge, Mass. The MIT Press, 1999, p. 95-108.

KATZ, J. J. Escopo da Semântica. In: DASCAL, M. (Org.) *Fundamentos metodológicos da linguística. Semântica*. Campinas: UNICAMP, 1982, 43-62.

KATZ, J. J. Teoria Semântica. In: LOBATO, L.M.P. (Org.) *A semântica na lingüística moderna. O léxico*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977, p. 59-76.

LAKOFF, G. On generative semantics. In: STEINBERG, D. D. & JAKOBOVITS, L. A. (Eds.) *Semantics. An interdisciplinary reader in philosophy, linguistics and psychology*. Cambridge, Cambridge University Press, 1971, p. 232-295.

LYONS, J. *Semântica-I*. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1980.

LYONS, J. *Semântica Estrutural*. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1974.

MARI, Hugo. Possibilidades de representação formal da noção de quantidade através da decomposição lexical. In: Ensaios de Lingüística. *Cadernos de Lingüística e Teoria da Literatura*. N. 3, FALE/UFMG, dez. 1980, p. 35-55.

POTIER, B. A definição semântica do dicionário. In: LOBATO, L.M.P. (Org.) *A semântica na lingüística moderna*. O léxico. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977, p. 21-32.

PUTNAM, H. Is semantics possible? In: SCHWARTZ, S.P. (Ed.) *Naming, necessity and natural kinds*. Ithaca: Cornell University Press, 1977, p. 139-152.

PUTNAM, H. The meaning of 'meaning' In: SCHWARTZ, S.P. (Ed.) *Naming, necessity and natural kinds*. Ithaca: Cornell University Press, 1977, p. 215-271.

SAUSSURE, F. de. Natureza do signo linguístico. *Curso de linguística geral*. 8 ed. São Paulo: Cultrix, 1977, p. 79-84.

ULLMAN, S. *Semântica. Uma introdução à ciência do significado.* 4 ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian. 1977.

WEINREICH, U. Pesquisas em teoria semântica. In: LOBATO, L.M.P. (Org.) *A semântica na linguística moderna. O léxico*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977, p. 165-274.

Narrativa de vida como elemento de captação no discurso religioso

Mônica Santos de Souza Melo
UFVi

Nosso trabalho tem por objetivo analisar uma narrativa autobiográfica feita pelo padre Fábio de Melo no show *Eu e o Tempo,* que deu origem ao DVD do mesmo nome. Faremos algumas considerações sobre as narrativas de si e as narrativas de infância, para depois analisarmos como essa narrativa, que explora a construção de uma imagem positiva do falante (seu ethos) está a serviço do discurso religioso, cuja finalidade é doutrinar. Em nossa investigação nos apoiaremos, entre outros, nos trabalhos de Orofiamma (2008) e Gullestad, (2005), que tratam, respectivamente, das narrativas de si e das narrativas de infância. Adotaremos, ainda, as contribuições de Jean- Peytard e Patrick Charaudeau, no que se refere à perspectiva discursiva, associada a trabalhos que abordam o ethos discursivo, especificamente, as reflexões de Maingueneau (2005) e Charaudeau (2009).

Narrativas de vida numa perspectiva discursiva

As narrativas de si, narrativas de vida ou autobiografias são relatos centrados na experiência de vida do autor que possuem extrema importância nas ciências sociais, em geral. A adoção dessas narrativas como fonte de investigação abre uma brecha no ideal de cientificidade próprio da abordagem experimental, privilegiando um trabalho indutivo e exploratório e introduzindo uma ruptura com a lógica baseada em enquetes puramente estatísticas. Tal objeto é de extremo interesse para os estudos que se ocupam da linguagem, numa perspectiva que associa o linguístico ao aspecto social e histórico. No nosso caso, pretendemos

trabalhar as narrativas numa perspectiva discursiva, considerando que elas se inserem numa situação de comunicação e atendem a um projeto de fala do sujeito falante.

Nos anos 50, quando tiveram início os trabalhos em torno das narrativas de vida, predominavam estudos orientados por uma abordagem estrutural, com ênfase no funcionamento interno do texto e em sua lógica interna. Essa abordagem formal foi sendo progressivamente abandonada a favor de uma abordagem discursiva, que enfatiza a inscrição do sujeito no seu discurso, numa interação verbal que supõe a intervenção do leitor para interpretar a história contada.

Segundo Orofiamma (2008), o interesse em torno das narrativas de vida significa uma iniciativa de valorização do sujeito e se inscreve num movimento teórico mais geral:

> No plano teórico, esse interesse acompanha a descoberta do sentido, do sujeito e do autor; no plano metodológico, ele corresponde a uma abertura em direção a formas de reconhecimento mais flexíveis, menos dominadas pelo paradigma da demonstração científica. (Orofiamma, 2008, p.71. Trad. nossa)

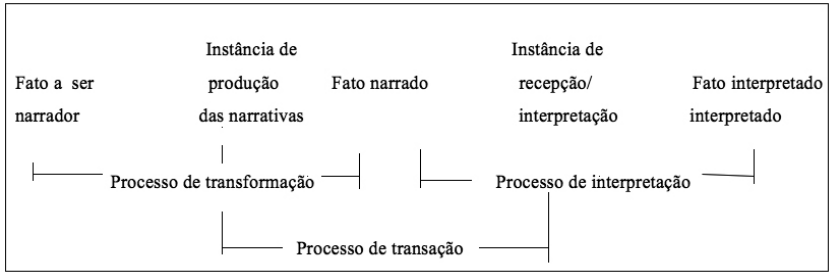
Assim, para a autora, os diferentes componentes da atividade narrativa devem ser reinterpretados como produtos de uma situação de comunicação. Segundo a autora: "A situação de enunciação intervém de forma relevante na forma e no conteúdo da história que é contada." (Orofiamma, 2008). A posição de Orofiamma deixa claro que o conteúdo e a forma das narrativas não são imutáveis, mas sofrem alterações conforme as circunstâncias. Elas não são meras atualizações de fatos passados, mas sim uma construção que se enuncia no momento presente, numa outra interação a partir da qual elas reconstroem sua significação.

Na perspectiva descrita, a narrativa é sempre um discurso que visa a produzir um efeito sobre o interlocutor. Ou seja, ao reconstituir os fatos vividos numa narrativa, o sujeito seleciona entre esses fatos aqueles que permitirão construir uma identidade do falante desejável para uma determinada situação. Trata-se, portanto, não de uma retransmissão exata do acontecido, mas de uma elaboração da experiência vivida, que é formatada pela subjetividade do falante e pela situação de comunicação.

Na tentativa de restituir os fatos vividos na forma de uma narrativa, o sujeito vai selecionar nos materiais factuais e imaginários da memória aquilo que lhes permitirá reconstituir sua história, se esforçando para dar uma certa apresentação de si, que vai provocar os efeitos desejados.

Sabe-se que o acontecimento relatado sofre, nas narrativas cotidianas, uma série de transformações, que estão subordinadas aos objetivos do falante. A sabedoria popular já diz "quem conta um conto aumenta um ponto...". Ao ser retomado numa narrativa, o fato passa a ser objeto de uma interpretação, passando por uma série de "filtros construtores do sentido" Orofiamma (2008) de modo que os relatos resultantes a partir de uma narrativa, assim como seu comentário, podem escapar à intencionalidade de seu autor primeiro. Como afirma Bouilloud, (2009), baseado em Paul Ricoeur, a narrativa de vida não é um espelho que reflete exatamente uma existência, mas é um exercício de reconfiguração de elementos que resistem na consciência de seu autor, reconstituídos através de uma encenação mais ou menos dramática.

Compreendendo essa proposta na perspectiva da Teoria Semiolinguística do Discurso, poderíamos dizer que essa construção narrativa da experiência pessoal se submete ao esquema de semiotização do mundo, proposto por Charaudeau (2006), que é típico das notícias e dos relatos em geral, e que foi por nós adaptado para contemplar as narrativas de vida.



Quadro 1 – processo de semiotização das narrativas de vida

Esse esquema se compõe de dois processos: o primeiro é um processo de transformação de um fato real em uma narrativa, que é de responsabilidade da instância de produção do discurso. Essa transformação é submetida a um segundo processo, de transação, entre a instância de

produção e a instância de recepção. Isto significa que, ao construir uma narrativa, o falante deve levar em consideração o interlocutor ao qual esta narrativa se destina.

A partir de agora nos aproximaremos do nosso objeto de estudo. Antes, contudo, é importante contextualizarmos o discurso que vamos analisar – o depoimento do Padre Fábio de Melo no show/DVD Eu e Tempo - abordando rapidamente o fenômeno da midiatização do discurso religioso.

A midiatização do discurso religioso

Sabe-se que a religião e a Igreja exercem sobre os indivíduos de um grupo uma relação de dominação, que se sustenta pelo controle, domínio e imposição sobre os fiéis de requisitos necessários à obtenção de um conjunto de bens simbólicos (espirituais), nos termos de Bourdieu (1998).

Para Bourdieu (1998), a religião é vista como veículo de um poder simbólico, que se manifesta por uma série de representações, tais como as alocuções entre outros símbolos específicos da religião, que proporcionam um domínio sobre os fiéis que devem se manter submissos e obedientes aos preceitos ditados pela igreja.

Na Igreja esse poder é exercido pelos seus representantes: padres, bispos, pastores e se concretiza por uma série de manifestações, tais como as alocuções em geral, dentre elas as pregações, homilias e documentos da igreja. Também se manifesta através de uma série de símbolos e de representações arquitetônicas e iconográficas que caracterizam o espaço sagrado. No entanto com a utilização da mídia, esse espaço tem se ampliado, inserindo-se nos lares e tornando a igreja cada vez mais próxima do fiel.

É sabido que o catolicismo vem sofrendo, ao longo das últimas décadas, um decréscimo do número de fiéis.

Carranza (2011, p. 97) apresenta dados que evidenciam o que ele denomina "desinstitucionalização" da igreja católica, que seria um processo de enfraquecimento da Igreja que a afetaria como instituição. De acordo com essa autora, em 1890, 98,8% da população brasileira era católica. Em 1980, esse percentual sofreu uma queda de 10 pontos e em 2000 caiu para 73,8%. Esses dados estatísticos apontariam para um processo de "descatolização da sociedade brasileira" (Carranza, 2011, p.99). Para a autora, as razões desse declínio ultrapassam a esfera religiosa, integrando processos de mudanças culturais mais amplos. Esse processo, que parece ser uma tendência mundial tem sido, no entanto, acompanhado pela Igreja Católica e tem levado a reações.

A tentativa de resgatar a hegemonia do catolicismo também se apoia na utilização da mídia. Uma das iniciativas mais representativas da Igreja Católica para tentar manter e/ou ampliar o número de católicos foi um decreto publicado por ocasião do Concílio Vaticano II, realizado de 1962 a 1965. Esse decreto, denominado Inter Mirifica - sobre os meios de comunicação social, dispõe a respeito do papel dos meios de comunicação na propagação da fé cristã.

Desde então, e até os dias de hoje, a igreja católica vem investindo nos meios de comunicação e nas novas tecnologias como forma de difundir e popularizar cada vez mais o catolicismo. Trata-se de um processo de "midiatização do discurso religioso". Para Verón, apud Gasparetto (2011, p. 83)

> (...) a midiatização envolve os meios de comunicação social como dispositivos tecnológicos, convertidos em meios de condições de produção e a determinadas modalidades de recepção de mensagens. A midiatização engloba os meios (instituições midiáticas), as instituições não midiáticas na sociedade e também os atores sociais.

Assim, no processo de midiatização são acionados recursos tecnológicos diversos de forma a favorecer a recepção e a aceitação do discurso. Esse processo tem sido amplamente utilizado pelo discurso religioso, não só católico, mas de outras religiões. No Brasil, um dos movimentos de reavivamento do catolicismo que mais recorre aos meios de comunicação é a Renovação Carismática, especialmente com a comunidade Canção Nova, que tem como um dos principais representantes o Padre Fábio de Melo. É uma das falas do Padre Fábio, publicadas no DVD *Eu e o Tempo*, que será o foco de nossa atenção a partir de agora.

Eu e o tempo...

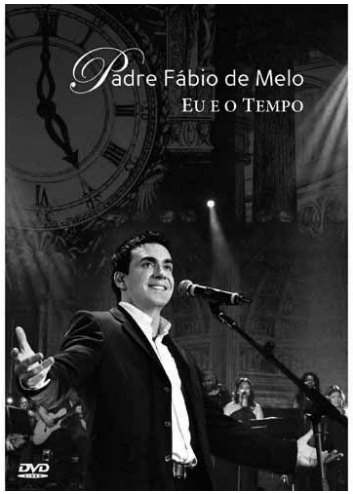


Figura 1- capa do DVD Eu e o Tempo

Considerando a questão da midiatização do discurso religioso, verificamos que esse discurso tem incorporado, de forma cada vez mais recorrente, o discurso midiático com a finalidade de doutrinar. Um dos melhores exemplos, na atualidade, desse processo é a atuação do Padre Fábio de Melo, cuja conversão em celebridade resulta dessa associação dos domínios religioso e midiático.

Fábio de Melo é um jovem padre católico, vinculado ao movimento de Renovação Carismática Católica, que é, atualmente, um fenômeno não apenas como sacerdote, mas como autor de livros e cantor, tendo se tornado uma celebridade nacional. "Eu e o Tempo" é o seu primeiro CD ao vivo e foi gravado durante o show de mesmo nome no Canecão, em janeiro de 2009. Esse show teve direção geral de Karla Sabah e Artística de Líber Gadelha e também deu origem a um DVD. Nesse show é abordada a temática do tempo e de como ele afeta nossas vidas.

Ao longo do show as canções são intercaladas por depoimentos que mantêm relação com a temática das canções e essas são sempre orientadas pelo tema central do show (o tempo) abordado sob o olhar da doutrina católica.

É um desses depoimentos que será nosso objeto de análise nesse estudo. Na narrativa em questão os fatos vividos pelo padre passam por um processo de semiotização, transformando-se em fatos narrados, sendo submetidos, pela ação do enunciador, a uma espécie de filtro que dota o texto de um efeito de patemização, que parece favorecer a captação do público ouvinte. O depoimento analisado se caracteriza como um tipo específico de narrativa: a narrativa de infância, que se adapta ao processo de semiotização dos fatos, que descrevemos acima. As narrativas de infância são estudadas por Gullestad (2005), que compartilha a visão de Orofiamma, considerando as narrativas como construtos. Adotando a visão dessa autora podemos dizer que o depoimento em questão consiste num fragmento de uma "infância textual", ou seja, uma infância contada, que pode não corresponder exatamente à infância vivida, que seria uma infância como ela foi experimentada.

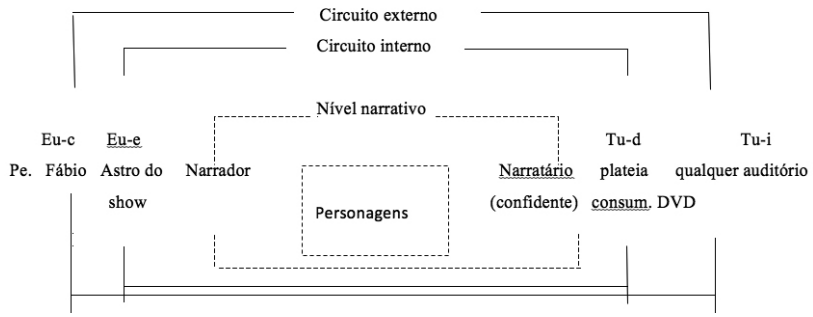
Vejamos como se constrói o esquema enunciativo da narrativa do Padre Fábio, para, em seguida, estudarmos como se dá a promoção do efeito patêmico a partir da construção de uma imagem positiva do falante e da instituição à qual pertence.

O esquema enunciativo da narrativa do Padre Fábio

Propor uma análise discursiva das narrativas de vida significa levar em conta os processos que envolvem as circunstâncias que circundam as instâncias de produção e de recepção do discurso. Essa visão encontra entre seus primeiros proponentes Jean Peytard (1983), que, ao tratar da "topografia das instâncias do campo literário", propõe a existência de três instâncias de comunicação: o nível mais amplo é a instância situacional, que possui um caráter sócio-discursivo, e do qual participam o autor (doador) e o público (receptor-beneficiário); a segunda, intermediária, é a instância ergo-textual, em que os envolvidos agem, respectivamente, como escritor (scriptor) e leitor. O terceiro é o nível textual propriamente dito, em que o escritor vai assumir diferentes papéis, por exemplo, o papel daquele que narra, enquanto o leitor vai se converter no alvo dessa narração: o narratário.

Essas categorias se aproximam da proposta de esquema enunciativo de Charaudeau, de acordo com a qual as instâncias envolvidas no discur-

so se compõem de seres que são sociais e discursivos. Na narrativa analisada, vemos que o Padre Fábio, ser social, que é sacerdote/celebridade/cantor, assume a posição de astro do show Eu e o Tempo e, no momento específico da narrativa, assume o papel daquele que narra um fato da sua infância, a um narratário, papel discursivo que poderá ser assumido pelo ouvinte/plateia/consumidor do DVD.



Quadro 2- esquema enunciativo da narrativa do Pe. Fábio

Adotando a visão de que o ato de narrar supõe um processo de semiotização do mundo, consideramos que as construções narrativas são estrategicamente planejadas e organizadas em prol de um certo objetivo. No caso da narrativa analisada, verificamos que a infância vivida passa por um processo de semiotização de forma que o discurso seja capaz de veicular um efeito de patemização e, consequentemente, uma imagem do padre e da igreja que vai favorecer a conversão do fiel. Portanto, para convencer o ouvinte, o enunciador adota duas estratégias principais: a construção do ethos e o uso da emoção (patemização), conforme veremos a seguir.

A narrativa gira em torno de um tema íntimo, o que nos leva a supor que o narratário projetado é uma espécie de confidente, aquele para quem o narrador tem coragem de contar os fatos e as impressões mais íntimos. Esse tom de confidência, associado a estratégias de natureza linguístico-discursivas, são responsáveis por favorecer uma reação de natureza emocional no ouvinte (um "efeito patêmico). Além disso, nesse depoimento, centrado na figura do narrador, chama a atenção a construção da imagem do falante, o seu ethos, construído através do discurso. Trataremos desses dois aspectos a seguir.

A promoção do efeito patêmico no depoimento do Padre Fábio

Na narrativa, o padre Fábio relata um episódio ocorrido em sua infância, quando ele, sua mãe e seu irmão mais velho foram buscar o pai, bêbado, na sarjeta. A narrativa se segue à canção Pai, de Fábio Jr., e recorre ao episódio e à figura paterna para sugerir que Deus não nos abandona, nem nos piores momentos. Defende também a tese de que a religião serve, justamente, para resgatar os indivíduos, devolvendo a eles a dignidade perdida.

Charaudeau (2000) propõe que a patemização seja tratada discursivamente como uma categoria de efeito que se opõe a outros efeitos como o efeito cognitivo, pragmático, etc. E como toda categoria de efeito, ela depende das circunstâncias em que aparece, ou seja, a organização do universo patêmico depende da situação social e socio-cultural na qual se inscreve a troca comunicativa. Assim, um mesmo enunciado pode produzir diferentes efeitos patêmicos e esses vão variar conforme o país e a cultura.

O efeito patêmico pode ser obtido pelo emprego de certas palavras que podem enviar ao universo emocional, mas também por enunciados em que essas palavras não são utilizadas. Ou seja, o efeito patêmico pode ser obtido por um discurso explícito e direto, na medida em que as próprias palavras dão uma tonalidade patêmica, ou de forma implícita e indireta.

O relato do Padre Fábio atende às três condições básicas propostas por Charaudeau para a obtenção do efeito patêmico:

i. que o discurso produzido se inscreva num dispositivo comunicativo cujos componentes (sua finalidade e os lugares que são atribuídos antecipadamente aos parceiros da troca), predisponham ao surgimento de efeitos patêmicos; o discurso tem como destinatário primeiro o fiel que comparece ao show. Este, podemos pressupor, compartilha uma crença e, também, uma admiração pelo padre/cantor, o que favorece a aceitação do que será dito.

ii. que o campo temático sobre o qual se apoia o dispositivo comunicativo preveja a existência de um universo de patemização e proponha uma certa organização dos tópicos (imaginários sócio-discursivos) susceptíveis de produzir tal efeito. O tema do alcoolismo e o modo como esse problema afeta as famílias pode provocar um efeito patêmico sobre os ouvintes. A descrição de uma mãe que vai, com os filhos ainda pequenos, buscar o marido na sarjeta e a imagem da degradação daquele que deve ser o chefe da família são extremamente fortes e encontram, normalmente, repercussão sobre as pessoas que vivem em seus lares o drama do alcoolismo.

iii. que no espaço da estratégias deixado disponível pelas restrições do dispositivo comunicativo, a instância de enunciação utilize uma encenação[1] discursiva com finalidade patemizante. Verificam-se várias ocorrências que confirmam a adequação a essa condição, tais como:

a) Uso da modalidade elocutiva:
O uso da primeira pessoa cria uma narrativa intimista, propensa a provocar um efeito patêmico sobre o ouvinte.
(1) Eu me recordo que eu era muito pequenininho, imediatamente eu já me levantei pronto pra resolver a situação, sabe. Fui eu, minha mãe e um irmão meu mais velho.
(2) E eu como padre hoje compreendo que o essencial da minha vida, da minha evangelização consiste justamente em descobrir e ficar indignado com as realidades que eu encontro quando vejo pessoas certas nas situações erradas.

b) Narrativa de um fato susceptível de provocar um efeito patêmico
A forma como o problema do alcoolismo é tratado reforça o potencial patêmico do discurso. Trata-se de uma descrição poetizada de um episódio deprimente, que é, no entanto, introduzido como "uma das histórias mais bonitas do meu pai..." Relacionados à organização descritiva do

[1] Tradução para a expressão *mise en scène.*

texto, identificamos alguns elementos que reforçam o caráter patêmico da narrativa. São eles: as descrições subjetiva e objetiva dos personagens, conforme exemplificados em (3) e (4), respectivamente:

(3) Eu era muito pequenininho, imediatamente eu já me levantei pronto pra resolver a situação, sabe.

(4) ... meu pai estava caído, na sarjeta mesmo, a bicicletinha dele, ele era pedreiro, né, tava caída assim de lado e ele na sarjeta. Tinha chovido e aquele barro que forma quando você tem uma enxurrada e ele ali misturado.

c) expressão do estado de espírito do enunciador
O enunciador relata seu estado emocional, na época do fato e atualmente. Como vimos, o sentimento expresso pode corresponder a uma emoção experimentada, que não corresponde fielmente ao sentimento vivido na época. Verificamos, no próprio relato, que o sentimento que a princípio é descrito como vergonha, em seguida é reavaliado, sendo interpretado agora como indignação.

(5) Eu me lembro que o primeiro sentimento que me veio foi de vergonha. Eu tinha medo que algum colega meu pudesse passar e pudesse ver o meu pai naquela situação.

(6) Depois de tanto tempo vivido eu identifico que o sentimento que me ocorre, que me ocorreu naquele momento não era de vergonha. Era de indignação. Porque a indignação é você ver a pessoa certa no lugar errado. E eu como padre hoje compreendo que o essencial da minha vida, da minha evangelização consiste justamente em descobrir e ficar indignado com as realidades que eu encontro quando vejo pessoas certas nas situações erradas.

d) Elementos "paratextuais"
Devemos acrescentar aos elementos responsáveis pela produção de um efeito patêmico o tom de voz suave no qual o relato é produzido, a música serena ao teclado que se ouve ao fundo, a expressão fisionômica tran-

quila e sorridente do falante e a articulação com a música Pai, de Fábio Jr., que antecede o relato.

Argumentação e ethos

O esquema enunciativo proposto acima nos ajuda a entender a imagem do falante veiculada nesta situação de comunicação, uma vez que essa imagem se compõe de uma articulação entre o circuito interno e o circuito externo da comunicação. Vejamos como é tratada essa articulação em Maingueneau, que adota a terminologia ethos prévio e ethos discursivo e em Charaudeau, que fala em identidade social e identidade discursiva.

Para Maingueneau (2005), o ethos está ligado ao processo mais geral de adesão dos sujeitos a uma certa posição discursiva: "Se o ethos está crucialmente ligado ao ato de enunciação, não se pode ignorar, entretanto, que o público constrói representações do ethos do enunciador antes mesmo que ele fale." (Maingueneau, 2005, p.69), A partir daí o autor propõe a distinção entre ethos discursivo e pré-discursivo. Para Maingueneau todo discurso possui um "tom", uma vocalidade específica que permite relacioná-lo a uma fonte enunciativa, uma "instância subjetiva encarnada que exerce o papel de fiador". Assim, adotando uma noção mais tradicional do ethos, Maingueneau considera que esta recobre não somente a dimensão vocal do enunciador, mas também "o conjunto das determinações físicas atribuídas pelas representações coletivas à personagem do orador." O chamado fiador é, portanto, investido de um caráter e de uma corporalidade. O caráter compõe-se de um conjunto de traços, enquanto a corporalidade está associada a uma compleição corporal, assim como a "uma forma de vestir-se e mover-se no espaço social."

Também Charaudeau (2009), ao tratar da questão da identidade, assume que esta possui um caráter social e um caráter linguístico. Para o autor, a identidade social (a rigor, psicossocial, pois está impregnada de traços psicológicos) é, pois, algo "atribuído-reconhecido", um "pré--construído": em nome de um saber reconhecido institucionalmente, de um saber-fazer reconhecido pela performance do indivíduo (experto), de uma posição de poder reconhecida por filiação (ser bem nascido) ou por atribuição (ser eleito/ ser condecorado), de uma posição de testemunha por ter vivido o acontecimento ou ter-se engajado (o militante/ o combatente). A identidade discursiva tem a particularidade de ser construída pelo sujeito falante para responder à questão : "Estou aqui para falar como ?" Assim sendo, depende de um duplo espaço de estratégias : de "credibilidade" e de "captação". A credibilidade está ligada à necessidade, para o sujeito falante, de que se acredite nele, tanto no valor de verdade de suas asserções, quanto no que ele pensa realmente, ou seja, em sua sinceridade. O sujeito falante deve pois defender uma imagem de si mesmo (um "ethos") que lhe permita, estrategicamente, responder à questão : "como fazer para ser levado a sério?"

Para Charaudeau, a questão da identidade do sujeito depende das representações que circulam num grupo e que se configuram como imaginários sociodiscursivos. Esses imaginários norteiam a construção do ethos, pois este se apoia num duplo imaginário: corporal e moral. Isto define a existência de um ethos coletivo, conforme afirma Charaudeau (2006):

> Na medida em que o ethos está relacionado à percepção das representações sociais que tendem a essencializar essa visão, ele pode dizer respeito tanto a indivíduos quanto a grupos. Em último caso, os grupos julgam os outros grupos com base em um traço de sua identidade. (CHARAUDEAU, 2006, p. 117)

Ainda para Charaudeau, todo ato de linguagem pressupõe a criação de uma imagem de si. Segundo este autor: "Não existe um ato de linguagem que não passe pela construção de uma imagem de si. Quer queiramos ou não, calculemos ou neguemos, a partir do momento em que falamos, aparece (transparece) uma imagem daquilo que somos por meio daquilo que dizermos." (Charaudeau, 2006, p. 86). Portanto, se o sujeito se inscreve de forma mais ou menos explícita em qualquer produção linguageira, esta inscrição é responsável pela construção da sua imagem.

Vejamos agora como a narrativa em questão interfere na construção da imagem do falante e, consequentemente, no teor persuasivo do discurso. Verificamos que a identidade discursiva se constrói no sentido de reforçar a imagem de pessoa idônea.

Na narrativa do Padre Fábio verifica-se a construção dos ethé de virtude, de caráter, de humanidade e santidade. Essa imagem positiva construída em torno do sujeito falante pode ser transferida, pelo ouvinte, para a instituição, neste caso, a Igreja Católica.

O ethos da virtude demonstra sinceridade e uma imagem de transparência e correção pessoal. A atitude de relatar um episódio dramático de sua infância, de revelar o problema de alcoolismo de seu pai – problema que muitos prefeririam esconder – ele passa uma imagem de transparência e sinceridade.

O ethos de caráter está ligado à demonstração de força associada a equilíbrio, tranquilidade e correção de comportamento. No relato, essa imagem pode ser depreendida da atitude do assumida pelo enunciador/personagem, que, mesmo sendo uma simples criança, teve a determinação de socorrer o seu pai, que se encontrava caído na sarjeta.

O ethos de humanidade é resultado de uma avaliação do ser humano em termos de sua capacidade de demonstrar sentimentos, compaixão para com aqueles que sofrem, mas o é também pela capacidade de confessar suas fraquezas, de mostrar quais são seus gostos, até os mais íntimos" (Charaudeau, 2006, p. 148). No depoimento, o padre teve coragem de relatar um fato que ele mesmo confessa ter sido motivo de vergonha, na sua infância, o que o aproxima de um cidadão "comum", não só por ter vivido uma situação deprimente, mas por ter tido coragem de assumir o sentimento de vergonha diante de tal situação. No entanto, o falante passa uma imagem de grandeza, por ter demonstrado amor por um indivíduo no momento em que ele está decadente ou em pecado. Curioso é verificar que o próprio padre assume tal atitude como passível de admiração, expressando um auto-elogio:

(7) É bonito você reconhecer o amor que você tem por uma pessoa no momento em que ela não está no pódium. É fácil amar a pessoa no momento da vitória. No momento em que há razões para ser amado. Mas no momento em que o outro faz tudo errado e mesmo assim o seu coração se mobiliza para continuar elegendo como seu.

Chega, ainda, a se comparar a Deus, numa atitude que colabora para a construção da imagem ambígua do falante, que o coloca como uma figura que incorpora humanidade e santidade:

(8) Mas no momento em que o outro faz tudo errado e mesmo assim o seu coração se mobiliza para continuar elegendo como seu. Eu aprendi que Deus é assim. Que mesmo no momento da nossa sarjeta a predileção Dele por nós não passa, não termina.

Por fim, verifica-se que o falante procura transferir a imagem positiva que constrói de si (um sacerdote que possui caráter, virtude e humanidade), para Deus -o ser em nome de quem ele fala – e para a Igreja Católica- a instituição que ele representa – conforme representamos no esquema abaixo, proposto a partir de afirmações.

Imagem do padre Padre Fábio

(9) E eu como padre hoje compreendo que o essencial da minha vida, da minha evangelização consiste justamente em descobrir e ficar indignado com as realidades que eu encontro quando vejo pessoas certas nas situações erradas.

Imagem de Deus:

(10) Eu aprendi que Deus é assim. Que mesmo no momento da nossa sarjeta a predileção Dele por nós não passa, não termina. Porque o amor que Deus tem por nós não passa pela lógica da utilidade, do mérito. Não. Passa pela lógica do significado. Não é mérito. Não precisa ter.

A Igreja:

(11) E para mim o processo religioso vale na vida justamente pra isso. Pra nos retirar da sarjeta. Pra lavar a nossa alma e nos devolver a dignidade perdida.

Assim, a imagem positiva criada em torno do enunciador e da figura divina é transferida para a instituição que o falante representa, isto é, a Igreja Católica, o que pode levar o ouvinte a um sentimento de empatia e de identificação com essa Igreja.

Considerações finais

Verificamos que as narrativas de vida podem ser analisadas sob uma perspectiva discursiva, considerando-se a situação de comunicação em que ela se insere. Nessa perspectiva, narrar um fato não significa apenas reproduzir um evento passado, mas também projetar comportamentos futuros, o que nos permite dizer que a inserção desses relatos pode possuir um caráter argumentativo. Especificamente no discurso religioso, essas narrativas são capazes de atribuir à fala um potencial patêmico que, associado a outros elementos, vão contribuir para a construção de um ethos individual e, em seguida, institucional, que vai favorecer a captação do ouvinte.

Referências

BOUILLOUD, Jean-Philippe. *Devenir sociologue. Histoires de vie et choix théoriques*, Toulouse, Erès, 2009, 422p.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CARRANZA, Brenda. *Catolicismo midiático*. SP: Ideias e Letras, 2011.

CHARAUDEAU, Patrick. La pathémisation à la télévision comme stratégie d'authenticité. In: *Les émotions dans les interactions*, Lyon: Presses universitaires de Lyon, 2000

CHARAUDEAU, *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional. In: PIETROLUONGO, Márcia. (Org.) *O trabalho da tradução*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009, p. 309-326.

GASPARETTO, Paulo Roque. *Midiatização da religião. Processos midiáticos e a construção de novas comunidades de pertencimento*. SP: Paulinas, 2011.

GULLESTAD, Marianne. Infâncias imaginadas: construções do eu e da sociedade nas histórias de vida. *Educ. Soc.* [online]. Campinas, vol.26, n.91, p. 509-534, maio/ago. 2005. Disponível em http://www.cedes.unicamp.br

PEYTARD, Jean. La place et le statut du « lecteur » dans l'ensemble « public ». *Semen* [En ligne], 1 | 1983. Disponível em: http://semen.revues.org/4231. Acesso em 09 fev. de 2012.

MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, R. (org.). *Imagens de si no discurso. A construção do ethos*. SP: Contexto, 2005.

OROFIAMMA, R. Les figures Du sujet dans le récit de vie. En *Sociologie et en formation*. Informations sociales. 2008/1. n. 145, p. 68-81.

Anexo - depoimento do padre Fábio

Uma das histórias mais bonitas do meu pai aconteceu numa tarde chuvosa, nós estávamos em casa quando alguém veio nos avisar: Dona Ana, a senhora vai ter que buscar o seu Natinho, porque ele tá bêbado demais e ele não consegue voltar pra casa. Tá caído lá na padaria, lá na frente, lá no centro. Eu me recordo que eu era muito pequenininho, imediatamente eu já me levantei pronto pra resolver a situação, sabe. Fui eu, minha mãe e um irmão meu mais velho. Eu me recordo, gente, que quando nós chegamos lá meu pai estava caído, na sarjeta mesmo, a bicicletinha dele, ele era pedreiro, né, tava caída assim de lado e ele na sarjeta. Tinha chovido e aquele barro que forma quando você tem uma enxurrada e ele ali misturado. Eu me lembro que o primeiro sentimento que me veio foi de vergonha. Eu tinha medo que algum colega meu pudesse passar e pudesse ver o meu pai naquela situação. Eu me lembro que nós tiramos ele ali com pressa, muita pressa, levamos ele pra casa, demos um banho nele pra que ele voltasse a ser o meu pai. Meu pai foi um homem muito trabalhador, muito justo, muito honesto, mas viveu num determinado momento na vida dele o problema do álcool. Superou, graças a Deus, morreu sem o problema, mas aquela tarde fica registrada na minha memória, de um jeito muito intenso porque ela representa pra mim uma das aulas de teologia que a faculdade não me deu. É bonito você reconhecer o amor que você tem por uma pessoa no momento em que ela não está no pódium. É fácil amar a pessoa no momento da vitória. No momento em que há razões para ser amado. Mas no momento em que o outro faz tudo errado e mesmo assim o seu coração se mobiliza para continuar elegendo como seu. Eu aprendi que Deus é assim. Que mesmo no momento da nossa sarjeta a predileção Dele por nós não passa, não termina. Porque o amor que Deus tem por nós não passa pela lógica da utilidade, do mérito. Não. Passa pela lógica do significado. Não é mérito. Não precisa ter. Depois de tanto tempo vivido eu identifico que o sentimento que me ocorre, que me ocorreu naquele momento não era de vergonha. Era de indignação. Porque a indignação é você ver a pessoa certa no lugar errado. E eu como padre hoje compreendo que o essencial da minha vida, da minha evangelização consiste justamente em descobrir e ficar indignado com as realidades que eu encontro quando vejo pessoas certas nas situações erradas. E para mim o processo religioso vale na vida justamente pra isso. Pra nos retirar da sarjeta. Pra lavar a nossa alma e nos devolver a dignidade perdida. É muito bom ser pai, é muito bom ser filho e hoje pra mim é um motivo de alegria imensa estar aqui com meu maestro Maurício Massarollo.

Ligações perigosas entre Lautréamont, seu texto, o narrador e o leitor

Renato de Mello
UFMG

O livro Os Cantos de Maldoror, de Lautréamont, chama a atenção pela importância que o narrador atribui ao leitor, sempre tratado como uma "presa" em seu texto. O narrador o seduz com sua astúcia para, em seguida, através de uma relação dialógica íntima (eu-tu), levá-lo a um turbilhão de imagens, de sentidos que compõem esse texto "armadilha". Entendendo que a leitura dessa obra e a reflexão a respeito de suas especificidades, de suas características tão peculiares, são uma construção progressiva, proponho analisar discursivamente a relação entre narrador e leitor existente nos Cantos de Maldoror, valendo-me, sobretudo, do contrato de comunicação proposto por Charaudeau (e adaptado, aqui, ao discurso/texto literário), e dos trabalhos de Peytard sobre leitura e leitor e também sobre sua própria leitura da obra de Lautréamont. Vemos que, para Lautréamont, seu narrador e seu leitor são instâncias discursivas criadas e explicitamente marcadas no ato da enunciação literária. Ambos são mais que uma previsibilidade, uma intencionalidade do autor, ambos são personagens, função indispensável na obra, em razão da capacidade de comunicação/interação entre si e das potencialidades significativas do texto.

As escolhas que fiz do corpus – *Os cantos de Maldoror*, de Lautréamont –, do tema – a relação entre as instâncias enunciativas, sobretudo, entre o narrador e o leitor –, e da abordagem teórica analítico-discursiva representam para mim uma possibilidade de reler, juntamente com Peytard, a obra de Lautréamont, e, de uma certa forma, prestar uma homenagem a Peytard, uma maneira de promover e divulgar sua obra e propor uma reflexão mais contemporânea de conceitos com os quais ele trabalhou.

Peytard é co-fundador, um dos organizadores e um dos colaboradores da Revista SEMEN que, em 1983, lançou seu primeiro número cujo título e temática é "Leitura e Leitor". Nesse primeiro número da revista, Peytard escreve o primeiro de seus seis artigos publicados na revista SEMEN: "La place et le statut du 'lecteur' dans l'ensemble 'public'", que o próprio autor resume no "avant-propos" dessa edição:

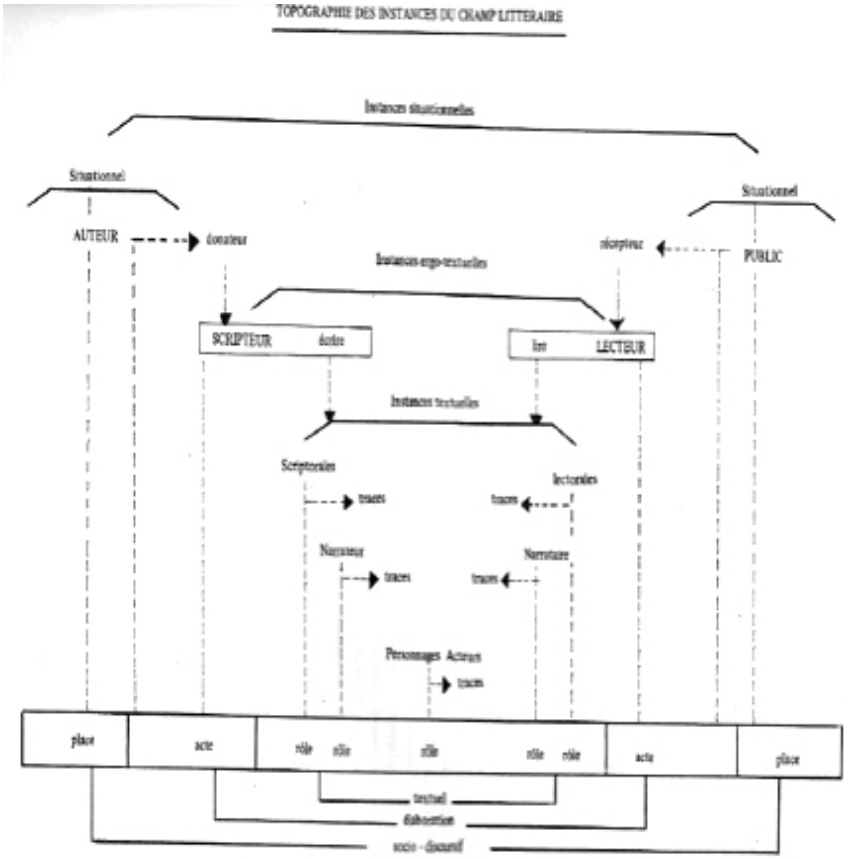
> 'La place et statut du lecteur dans l'ensemble public', où l'on envisage lecture/lecteur comme des points-repères, dont les coordonnées se définissent essentiellement par usage des travaux de P. Bourdier. Non qu'il s'agisse de jouer au sociologue, mais bien de demander au sociologue tout ce qu'il peut apporter au sémioticien. On n'aborde pas l'activité de lecture, comme telle, dans ses opérations spécifiques, mais on tente d'apercevoir ce qui rend possible ou retarde la saisie d'un livre par un lecteur à la place où l'instance socio-culturelle fixe celui-ci.

Cabe lembrar que esse artigo de Peytard trata das instâncias enunciativas autor/leitor específicas do texto ficcional numa abordagem que ele mesmo nomeia de Semiótica Literária.

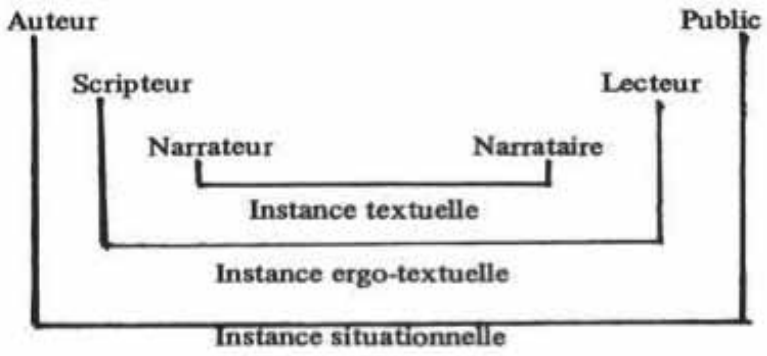
Ainda justificando minhas escolhas, Peytard também analisou os Cantos de Maldoror, de Lautréamont. Em 1977, ele publicou "Lautréamont et la cohérence de l'écriture", e em 1979, uma parte de sua obra intitulada "Syntagmes 2" é também dedicada à leitura da obra de Lautréamont. São três capítulos que compõem a parte intitulada "Lautréamont ou l'écriture variante": i) "Les Chants de Maldoror et l'Univers mythique de Lautréamont"; ii) "Les variantes de ponctuation dans le Chant Premier des Chants de Maldoror"; iii) "Inventaire des variantes de ponctuation". Numa abordagem essencialmente estruturalista, em voga na época, Peytard faz uma análise comparativa minuciosa de duas versões, ou melhor, de duas edições da obra de Lautréamont: uma edição de 1868 e a outra de 1869.

Os quadros

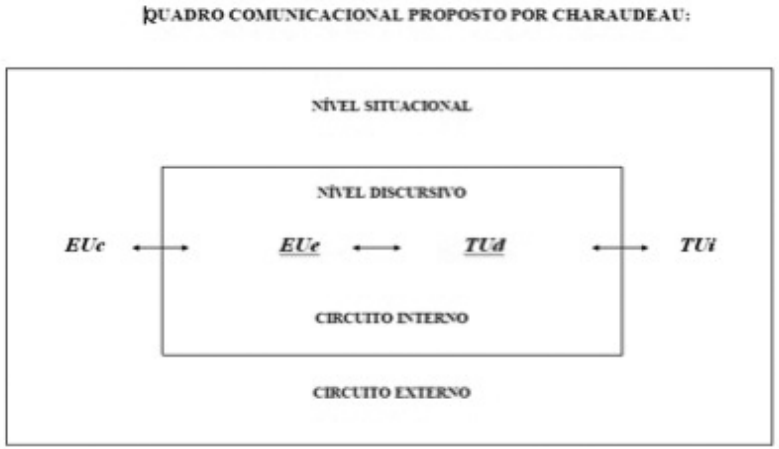
No que diz respeito ao arcabouço teórico de que me valho aqui, ressalto a proximidade, as semelhanças entre o quadro da tipografia das instâncias do campo literário proposto por Peytard (apresentado, aqui, em duas versões, a primeira, original, publicada no primeiro número da Revista SEMEN, e a segunda versão, mais sintética, um pouco mais "enxuta"), e o quadro comunicacional proposto por Charaudeau em sua Teoria Semiolinguística. Vejamos, ainda que superficialmente, os dois quadros.



Quadro original da tipografia das instâncias do campo literário de Peytard



Quadro sintético da tipografia das instâncias do campo literário de Jean Peytard



Para ficarmos somente com o que há de mais comum entre esses quadros, podemos citar os dois universos que os compõem. Para Peytard, temos a parte externa, a situacional, com as duas instâncias: autor e público, no universo sociodiscursivo. Para Charaudeau temos também a parte externa com duas instâncias: o eu-comunicante e o eu-interpretante. Para Peytard, a parte interna do quadro é composta de papéis, de instâncias textuais (narradores e personagens). Para Charaudeau, a parte interna do quadro conta com o eu-enunciador e o tu-destinatário. Tanto Peytard quanto Charaudeau preveem a instância que separa e une os dois universos: a instância do scripteur, daquele que vai colocar o discurso para funcionar e que prevê a recepção do texto e/ou do discurso. Vale remarcar que os quadros são vazados demonstrando que os limites entre os universos são tênues, porosos e que as instâncias enunciativas inter-agem como mostram as setas, as aberturas e os pontilhados dos quadros.

Cabe ressaltar também que Peytard produz o quadro específico para o campo literário e Charaudeau produz o quadro tendo em vista o processo de comunicação em geral. Buscando aplicar o quadro de Charaudeau ao campo literário, também tentei elaborar um quadro que cobrisse as especificidades do texto literário. Esse quadro foi publicado 2004, em um artigo intitulado "Teatro, Gênero e Análise do Discurso", no livro Gêneros: reflexões em Análise do Discurso, organizado pela Profa. Ida Lucia Machado e por mim:

Pretendi, nesse quadro, mostrar que é possível colocar o quadro dentro do quadro, numa espécie de mise em abîme, onde temos o universo da leitura, no mundo sociodiscursivo e dentro dela o universo das personagens, no mundo das palavras. Ainda que esse quadro traga consigo alguns problemas, algumas dificuldades de adaptação, ele se mostra, aqui

neste contexto, uma mistura, uma espécie de sobreposição dos quadros de Peytard e de Charaudeau. Mas, um trabalho mais meticuloso sobre esses quadros ficará para uma outra oportunidade, visto que não é esse o meu propósito aqui. Passemos, na sequência, à análise da obra Os Cantos de Maldoror, de Lautréamont, na qual busco entender, prioritariamente, os papéis e as relações entre as instâncias enunciativas.

Lautréamont – vida e obra

Aproveito os quadros acima para fazer uma breve apresentação da primeira instância, do eu-comunicante (segundo o quadro de Charaudeau), ou do autor Ducasse/Lautréamont e de sua obra (segundo o quadro de Peytard). Para desespero daqueles que buscam explicar a obra literária com a ajuda da biografia de seu autor, sabe-se muito pouco sobre o Conde de Lautréamont, pseudônimo de Isidore Lucien Ducasse. As informações sobre ele, muitas delas incertas e contestáveis, poderiam se resumir em: cidadão uruguaio, filho de um chanceler do Consulado da França em Montevidéu, nascido em 04 de abril de 1846 e que viveu uma grande parte de sua vida na França. Morreu aos 24 anos de idade, em 24 de novembro de 1870. Essa falta de dados biográficos faz com que seu nome (e/ou pseudônimo) e sua vida pareçam algo tão ficcional quanto sua obra, ou seja, um mito literário ou um fantasma distante desse universo externo, situacional, real. Ele parece pertencer muito mais ao universo interno dos quadros, no nível do dizer, das palavras. Além de sujeito comunicante, talvez Lautréamont se deixe vislumbrar mais como um donateur-scripteur (ou até mesmo um narrador/personagem), instâncias ergo-textuais e textuais, conforme o quadro de Peytard, ou de um sujeito-enunciador do circuito interno conforme o quadro de Charaudeau. Lautréamont constrói em seu texto um jogo polifônico no qual as vozes do autor, do scripteur, do narrador-personagem e do leitor-personagem se mesclam, se fundem e con(fundem).

Exceto pelos poucos dados biográficos, a vida de Ducasse/Lautréamont praticamente se restringe à sua produção literária. E sua obra é, assim como sua vida, hermética. Especula-se sobre sua vida e discute-se até hoje como classificar em gênero seus Cantos de Maldoror. A particularidade dessa obra faz com o autor seja tido por críticos literários como, simbolista, precursor do Surrealismo, anticanônico, enigmático, revoltado, maldito, demoníaco, satânico, louco, genial, cuja obra é composta por um ar insalubre de atmosferas pantanosas e sombrias, que prendem, perturbam e sufocam o leitor com o objetivo claro de incitá-lo, de levá-lo a refletir sobre sua condição de leitor e sobre o fazer literário.

Narrador x leitor

Instaurar um diálogo entre o narrador e o leitor é um procedimento através do qual Lautréamont constrói seus seis cantos; é o que Peytard chama de "teatralidade textual". A importância atribuída pelas instâncias de produção ao leitor é demonstrada pelo importante lugar que este ocupa nos *Cantos de Maldoror.* O leitor é tido como uma presa e o texto como uma arma e uma armadilha. Já o narrador-personagem compõe seu ethos dito apresentando ao leitor suas características, seu estilo e seu conhecimento a respeito dos Cantos, da Literatura e do próprio leitor. Ele faz questão de mostrar-se bem informado, mas, também, violento, maléfico, alienado, criminoso, ardiloso, que alerta o leitor para o seu papel, o amedronta e, ao mesmo tempo, o seduz com artifícios (sua arma) para, em seguida, jogá-lo em um turbilhão de imagens. Ele conhece o poder do veneno que constituem seus Cantos[1] e adverte o leitor do perigo que ele corre ao ler essa obra. Testemunhamos que, desde as primeiras linhas do Canto I, Lautréamont se dirige ao leitor de uma maneira peculiar:

> Praza ao céu que o leitor, afoito e momentaneamente feroz como isto que está lendo, encontre, sem se desorientar, seu caminho abrupto e selvagem, através de pântanos desolados destas páginas sombrias e cheias de veneno; pois a não ser que mantenha em sua leitura uma lógica rigorosa e uma tensão de espírito pelo menos igual à sustentada aqui, as emanações mortais deste livro lhe embeberão a alma como a

[1] Por questão de economia do texto, uma reflexão detalhada sobre o título Os cantos de Maldoror também ficará para uma próxima oportunidade.

água ao açúcar. Não convém que qualquer um leia as páginas que seguem; só alguns conseguirão saborear sem perigo este fruto amargo, sem maiores riscos. Por isso, alma tímida, antes de penetrares mais profundamente em semelhantes charnecas inexploradas, dirige teus passos para trás e não para frente. Escute bem o que te digo: dirige teus passos para trás e não para frente […] (Canto 1, p.73)[2]

Como se pode observar logo no início do canto I, o narrador adverte o leitor que a obra é para poucos, para iniciados, para os que sabem saborear sem perigo o fruto amargo que constitui os Cantos. O tratamento em segunda pessoa do singular marca uma relação de intimidade entre as duas instâncias. Todos os cantos são marcados por um "pseudo diálogo" que presentifica a enunciação. Ducasse/Lautréamont (ou será Maldoror? Ou, ainda, o narrador-personagem, além dos outros personagens?) se vale de verbos no modo imperativo, revelando, além da importância do leitor (TUd ou TUi?) como instância enunciativa presente no processo de enunciação, uma relação que parece oscilar entre recomendações e conselhos, ordens, ameaças e proibições. O ato de ler, como alerta o narrador, é visto como algo perigoso. O substantivo "perigo" e os adjetivos "sombrias" e "cheias de veneno" referem-se ao ato de ler e às paginas da obra de Lautréamont respectivamente. O verbo "desorientar-se" é expressamente enunciado, indicando que por ser a obra algo perigoso, o ato de ler implica uma "orientação", ou seja, uma direção, um sentido, uma continuidade que o leitor precisará encontrar através dos obstáculos. Há também substantivos tais como "charnecas" e "pântanos", ou seja, metáforas, alegorias e comparações que nos remetem à natureza desses

[2] No original: Plût au ciel que le lecteur, enhardi et devenu momentanément féroce comme ce qu'il lit, trouve, sans se désorienter, son chemin abrupt et sauvage, à travers les marécages désolés de ces pages sombres et pleines de poison ; car, à moins qu'il n'apporte dans sa lecture une logique rigoureuse et une tension d'esprit égale au moins à sa défiance, les émanations mortelles de ce livre imbiberont son âme comme l'eau le sucre. Il n'est pas bon que tout le monde lise les pages qui vont suivre; quelques-uns seuls savoureront ce fruit amer sans danger. Par conséquent, âme timide, avant de pénétrer plus loin dans de pareilles landes inexplorées, dirige tes talons en arrière et non en avant. Ecoute ben ce que je te dis : dirige tels talons en arrière et non en avant…

obstáculos, sugerem espaços densos, com obstáculos, de difícil acesso, de difícil penetração, e até então inexplorados, nos quais sua narrativa se insere, se instaura.

Já na primeira parte do canto I, o leitor, sobretudo o leitor que não mantém em sua leitura uma lógica rigorosa e uma tensão de espírito pelo menos igual à sustentada pela instância de produção, não consegue manter-se longe daquilo que lê. Ele se vê logo preso ao mal que se anuncia, além de também estar ligado aos segredos que lhe foram confiados. Se o leitor, ao abrir o livro de Lautréamont, pensa que pode desvencilhar-se desse contrato comunicacional, desse contrato de leitura estabelecido pelo narrador, está enganado, porque já é tarde demais, ele já caiu na armadilha, já se tornou presa fácil. O leitor é, então, manipulado, tomado como refém pelas instâncias de produção dos cantos, que o incluem na obra para servir a seus próprios fins. O leitor é um procedimento narrativo, procedimento este que dá mais vitalidade ao texto pela interatividade que o diálogo instaura.

Após advertir seu leitor, inicia-se o processo de sedução e manipulação. Aliás, a própria advertência já é uma forma de sedução. Na sequência, o leitor é induzido, levado a participar de uma construção suicida coletiva, feita por quem a escreve e por quem a lê. Isso porque o leitor torna-se momentaneamente feroz como aquilo que está lendo. Se ele é um leitor ingênuo, com uma "alma tímida", ele será contaminado por sua leitura, pelo narrador, pela obra, pelo seu autor. Ele assistirá, fascinado, ao seu próprio suicídio enquanto leitor. Mas, se ele é um leitor astuto, já iniciado, ele poderá tentar duas reações: a primeira, a mais provável, ele manterá uma certa distância do texto (do narrador e do autor) e, agindo assim, tentará conseguir antever as armadilhas sem se deixar cair nelas, ou, como segunda possibilidade de reação, a mais remota, ele fechará o livro, recusando-se a fazer o pacto de leitura. Na primeira hipótese, a de ler, de participar da viagem infernal prometida, ele estará assinando um pacto de leitura e um pacto de morte entre o narrador e o leitor e, consequentemente, a morte da Literatura, visto não haver Literatura sem narrador, sem leitor, sem leitura.

Os vazios, os buracos, os brancos, as rupturas, as elipses, os silêncios, enfim, os "hiatos do texto" como são chamados por Dällenbach (1982), formam as armadilhas para o leitor. E é responsabilidade do leitor preencher esses hiatos, suturá-los e lhes dar sentidos (ou pelo menos tentar).

Mas as circunstâncias são adversas, há uma violência, reivindicada pelas instâncias de produção, que contamina o leitor à medida que ele lê. Se ele não quis seguir a advertência de dirigir seus passos para trás e não para frente, ele precisa caminhar pela obra seguindo as constantes orientações de alguém que ele conhece pouco, por um terreno repleto de imagens surpreendentes, de palavras que conotam algo além delas e que, muito profundamente, nos diz respeito. O leitor se vê, assim, em um estado de desconforto, de mal estar. Ele é contaminado, violentado, cretinizado, submetido pelas instâncias de produção do texto e por suas imposições, em uma zona perturbadora onde reina o ódio, a astúcia, a malícia, a violência... "Leitor, talvez queiras que eu invoque o ódio no começo dessa obra! [...] Há quem escreva em busca dos aplausos humanos [...] quanto a mim, faço que meu gênio sirva para pintar as delícias da crueldade" (Canto I, p.74-75)[3]

A escrita arma(dilha)

Lautréamont demonstra querer atacar não só o leitor, mas tudo e todos:

> Raça estúpida e imbecil! Sou eu quem diz. Minha poesia só consistirá em atacar por todos os meios, o homem, essa besta-fera, e o criador, que jamais deveria ter engendrado semelhante verme. Volumes se amontoarão sobre volumes, até o fim da minha vida, e, no entanto, nada mais encontrarão neles, a não ser esta única idéia, sempre presente em minha consciência (p.53)[4]

Inicialmente, a violência se volta contra o homem e contra o seu criador, visto que foi ele quem criou essa "fera". Abre-se, assim, uma espécie de dilema. Lautréamont se dedica, com sua criação literária, a

[3] No original: Lecteur, c'est peut-être la haine que tu veux que j'invoque dans le commencement de cet ouvrage ? […] Il y en a qui écrivent pour rechercher les applaudissements humains […] Moi, je fais servir mon génie à peindre les délices de la cruauté !

[4] No original: Race stupide et idiote ! C'est moi qui te le dis. Ma poésie ne consistera qu'à attaquer par tous les moyens, l'homme, cette bête fauve, et le créateur, qui n'aurait pas d'engendrer une pareille vermine.

atacar um criador e o fruto de sua criação. Ele, sendo filho desse criador, também deve ser considerado uma "fera", logo ele estaria atacando a si próprio e a sua obra. Percebo, assim, uma concepção angustiante e paradoxal do mundo e da literatura por parte de Lautréamont. Sua declaração de guerra é um ato de hostilidade contra tudo e todos: "Com a guerra declarada você não poderia jamais vencer os homens, sobre os quais você tem vontade de apagar sua vontade..." (p.59)[5]. Trata-se de uma violência em estado puro, sem um alvo específico, visto que o todo o universo está na sua mira:

> Contra as estrelas do norte; contra as estrelas do leste; contra as estrelas do sul, contra as estrelas do oeste; contra a lua, contra as montanhas; contra o ar frio que enchem os pulmões; contra o silêncio da noite, contra as corujas; contra coelhos contra o ladrão; contra as serpentes, contra os sapos; contra as árvores cujas folhas, suavemente embaladas, são outros tantos mistérios que não compreendem que querem descobrir com os olhos fixos, inteligentes; contra as aranhas; contra os corvos, contra as rochas; contra os fogos, contra o som surdo das ondas; contra os peixes grandes, e contra o homem que fazem deles escravos. (p.11-12)[6]

O estranhamento provocado por alguns itens de sua enumeração poética e o excesso de itens diluem os alvos contra os quais ele ataca. De seus ataques restam, assim, somente as palavras. A violência contra "as estrelas... a lua... as montanhas..." torna-se a violência contra as palavras. Seu alvo sofre uma transmutação e deixa de ser todo o universo e passa a ser a linguagem poética. Sua arma é, assim, ao mesmo tempo, seu objeto de ataque. Lautréamont se vale da linguagem poética para destruir a Li-

[5] No original: A guerre ouverte, tu ne pourras jamais vaincre les hommes, sur lesquels tu es désireux d'étendre ta volonté...

[6] No original: Contre les étoiles au nord, contre les étoiles à l'est, contre les étoiles au sud, contre les étoiles à l'ouest; contre la lune; contre les montagnes... contre le silence de la nuit; contre les chouettes... contre les lièvres... contre les voleurs... contre les serpents... contre les arbres, dont les feuilles, mollement bercées, sont autant de mystères qu'ils ne comprennent pas, qu'ils veulent découvrir avec leurs yeux fixes, intelligents... contre les rochers du rivage... contre les feux... contre les grands poissons... et contre l'homme qui les rend esclaves.

teratura e, consequentemente, destruir sua obra e todas as instâncias da enunciação. Seu texto marca o fim da Literatura e deixa uma espécie de "fratura exposta". Mas, qual é estratégia, a arma específica dentre tantas outras que uma concepção angustiante da literatura permite? O próprio autor (narrador-personagem) responde:

> Mas o que acontece com meus dedos? As articulações continuam paralisadas, a partir do momento em que começo meu trabalho. Entretanto, preciso escrever. Não usarei as armas construídas com madeira ou ferro; empurrarei com os pés as camadas de minerais extraídos da terra: a sonoridade potente e seráfica da harpa será, em meus dedos, um talismã terrível. (p.251)[7]

Desse modo, a arma com a qual se funda a violência é seu texto. Sua escrita é sua luta. E, nessa luta, sua estratégia será a invenção e a inscrição de um significante na literatura: a astúcia [la ruse]: "Você ainda é muito jovem para ser o mais forte, mas, a partir de hoje, você pode usar a astúcia, o mais belo instrumento dos homens geniais" (p.107)[8]. Tendo a malícia, a astúcia, o artifício como arma, ele luta "sozinho contra a humanidade"[9] (p.250-1).

Mas a astúcia é um artifício, um procedimento perigoso. Lautréamont se vê encurralado, aprisionado pela linguagem que se fecha também sobre ele. O instrumento de luta se torna instrumento de morte. Para escrever ele precisa da astúcia para manipular as palavras, a linguagem, mas essa linguagem, sua arma, se volta contra ele. Desse modo, ele ataca a raiz desse mal, ele deseja destruir os prestígios da linguagem, sobretudo, da linguagem poética. Ele busca desmistificar a palavra, violentar a língua. Violação originária da desconfiança em relação à própria linguagem enquanto possibilidade de sentidos. Mas ele precisa da linguagem para que a astúcia

[7] No original: Mais, qu'ont-ils donc mes doigts? Les articulations demeurent paralysées, dès que je commence mon travail. Cependant, j'ai besoin d'écrire... (p.85) […] Je ne me servirai pas d'armes construites avec le bois ou le fer; Je repousserai du pied les conches de minéraux extraits de la terre: la sonorité puissante et séraphique de la harpe deviendra, sous mes doigts, un talisman redoutable.
[8] No original: Tu es encore trop jeune pour être le plus fort ; mais, dès aujourd'hui, tu peux employer la ruse, le plus bel instrument des homes de génie.
[9] No original: Seul contre l'humanité.

exista e cumpra sua função. Destruindo a linguagem ele mina a Literatura e, por conseguinte, renuncia à sua obra, tornando-se sua própria vítima. O poeta se dá conta de que cada vez mais torna-se difícil permanecer no centro do turbilhão de imagens, de sentidos.

Lautréamont se vê acuado em seu último artifício, aquele que permanecia estranho em sua obra. No final da estrofe do homem-palmípede, ele afirma que "... tudo era real naquilo que aconteceu naquela noite de verão" (p. 177)[10]. E, mais adiante, paralisado pelo sonho angustiante da aranha no grande espaço, ele diz: "Não estamos mais na narração... Hélas! Chegamos ao real..."[11]

Nesse sentido, Lautréamont se inscreve no projeto de modernidade. O fazer poético torna-se uma empreitada destrutiva, a promoção de uma ruptura radical que buscará culminar com o suicídio da Literatura: o silêncio. Lautréamont (assim como Mallarmé e Joyce) se vê na impossibilidade de continuar a produzir objetos literários, de continuar a fazer literatura. O real e a linguagem não se integram, não se harmonizam. Só parece possível afirmar a realidade do sonho, ou melhor, do pesadelo. Acordado, Maldoror precisa permanecer na Literatura. Quando Lautréamont diz "Acorde Maldoror! (p. 219)"[12], o turbilhão de imagem, de sentidos se desfaz: "... ele acorda como lhe foi ordenado" (p.219)[13]. Sua linguagem não tem mais a força do imaginário. As cenas são substituídas por uma escritura que não alcançará mais a ambivalência dos primeiros cantos. A literatura que age e faz re-agir se transforma em simples literatura, o artifício sem a astúcia. Ainda assim, Lautréamont espera que seu projeto poético seja viável:

> Esperando ver pronto, algum dia, que a consagração de minhas teorias seja aceita de uma ou outra forma literária, [visto que] creio ter encontrado, após algumas tentativas, minha fórmula definitiva. É a melhor, porque é o romance. (p.)[14]

[10] No original: Cependant, tout était réel dans ce qui s'était passé, pendant ce soir d'été.
[11] No original: Nous ne sommes plus dans le récit… Hélas ! On est arrivé au réel...
[12] No original: Réveille-toi, Maldoror !
[13] No original: Il se réveille comme il lui a été ordonné.
[14] No original: Voir promptement, un jour ou l'autre, la consécration des mes théories acceptée, par telle on telle forme littéraire, [car] je crois avoir enfin trouvé, après quelques tâtonnements, ma formule définitive. C'est la meilleure: puisque c'est le roman.

Sua obra contém, integralmente, sua própria crítica. Ao criticá-la, Lautréamont revela, explicita seu projeto de escritura. Ele adianta inclusive a recepção de seu texto, ao incluir o leitor como personagem. Assim, Lautréamont joga com o texto, no nível do enunciado e da enunciação, e com o leitor, através de sua própria recepção crítica. *Os Cantos de Maldoror* contém seu próprio comentário, é metalinguagem, metapoesia, uma crítica da crítica, uma autocrítica mise en abîme.

Sua ruptura com a linguagem é sua própria linguagem. Colocando em xeque a linguagem que ele utiliza, só lhe resta o silêncio. E nós, leitores de Lautréamont, tentando fugir ou suprir o silêncio que esse projeto impôs, continuamos a escrever sobre Lautréamont e sua obra. Mas, não fazemos nada além de repeti-lo, tarefa supérflua, visto que o próprio autor, ao escrever os cantos, o faz de maneira crítica, nos quais ele critica a Literatura, se critica e nos critica.

Considerações finais

É possível e interessante explicar o processo de constituição instâncias enunciativas e suas relações em um texto literário, se levamos em consideração o contrato comunicacional específico estabelecido, a situação de interlocução e a constituição e função dos parceiros responsáveis pela representação do ato linguageiro definido no contrato de palavra. Percebo que em Lautréamont o TUd, o leitor destinatário, deixa de ser uma visada ou uma simples inscrição linguística, para fazer parte ativa da obra, torna-se personagem inscrita discursivamente na enunciação, ajudando o narrador (e também o scripteur e o autor) a reconstruir as estratégias de leitura, a lutar, com as palavras, contra as palavras, para continuar eternamente a construir os sentidos possíveis da obra.

Leyla Perrone Moisés, em *Falência da Crítica* (1973), mais exatamente no capítulo "A autocrítica de Lautréamont" compara Os cantos de Maldoror a uma bula na qual se vê impresso formas e formulações, precauções e contra-indicações, efeitos colaterais ou reações adversas, a posologia, enfim, informações ao paciente leitor, que decidirá se usará o texto como remédio ou como veneno. Quanto a mim, tomei desse remédio amargo e gostei.

Referências

CHARAUDEAU, P. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.

DÄLLENBACH, L. La lecture comme suture. In: DÄLLENBACH, L. & RICARDOU, J. (dir.) *Problèmes actuels de la lecture*. Paris: Glancier-Guénandu, 1982. p. 35-47.

LAUTRÉAMONT. *Les chants de Maldoror*. Paris: Éditions Jean-Claude Lattès, 1987.

MOISES, L. P. *Falência da Crítica*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

PEYTARD, J. *Syntagmes 2*. Paris: Les Belles Lettres, 1979.

PEYTARD, J. *Semen 1*. Lecture et lecteur. Paris : Les Belles Lettres, 1983.

Considerações sobre as emoções e o discurso midiático: interlocuções entre psicanálise e análise do discurso

Cássio Eduardo Soares Miranda
UFPI

"Sou esse infeliz comparável aos espelhos
que podem refletir mas não podem ver
Como eles o meu olho está vazio e como eles habitado
pela ausência de ti que o torna cego."
Aragon

Introdução

Amor e sexo: dois significantes que circulam na sociedade e provocam emoções no espectador porque, de certo modo, têm um valor de experiência do vivido e apresentavam-se, seja na literatura, seja na filosofia ou nas artes, como uma etiqueta que, de certo modo, direcionava a existência dos sujeitos. Como se sabe, a literatura desempenhou um importante papel educativo na Antiguidade e tal função durou até finais do século XIX. De alguma maneira, os diversos manuais de amor e sexo circulantes em tempos passados influenciaram as concepções atuais de amor, com repercussões paralelas nos modos discursivos de se amar na contemporaneidade. Uma questão que se impõe é saber se a construção discursiva dos modernos manuais de amor e sexo aponta para o discurso da sedução, conforme ocorria nesses manuais (MIRANDA, 2008); ou se aponta para um discurso performativo, a partir da midiatização das relações humanas e, com isso, elabora modos de amar e de gozar que servem de modelos ideais produzidos em série para serem consumidos.

Esquematicamente, passamos de uma concepção do amor sublime na Idade Média para uma outra, a do Renascimento, que associa espírito e matéria, embora houvesse uma presença maciça de mulheres "idealizadas" naquele tempo. Em um momento seguinte, as prescrições do amor eram baseadas no pensamento médico e eclesiástico da época, com uma separação entre o público e o privado, tal como pôde ser visto na concepção burguesa de amor, sexo e casamento no século XIX. Se o romantismo associa o amor à morte, na contemporaneidade o amor assume a complexidade que tal tempo apresenta, com prescrições sobre o modo de amar e de ser homem e mulher.

Nossa questão é: será que tais prescrições se inserem em uma lógica de mercado e o amor passa a ser não mais objeto idealizado, mas torna-se objeto a ser consumido? Os aparatos tecnológicos que proliferam na atualidade promovem um modo diferenciado do homem lidar com a realidade e, mais ainda, elevaram a uma categoria de evidência as imagens contemporâneas. Assim, a formatação do olhar (SOULAGES, 2002) conduzida pela televisão - mas não exclusivamente por ela - circunscreveu o modo do homem perceber a realidade de uma maneira completamente diferente daquela vivenciada por seus antepassados. De fato, a sociedade contemporânea caracteriza-se por titânicos avanços no plano técnico e tais avanços geraram uma estagnação no plano cultural. As tecnologias, com todos os seus artefatos, não se constituíram como algo estranho ao homem, mas, antes, configuram-se como uma "prótese" e um artifício para se lidar com a realidade. Se o mundo é agora marcado por "máquinas de duplicar o real", como é o caso das máquinas de filmar e/ou de fotografar, a proliferação de imagens tende a fazer com que o homem substitua o evento por sua enunciação simbólica. Se não uma substituição, pelo menos uma confusão, o que implica no fato de que os eventos só são considerados como ocorridos quando circulam pelos meios de comunicação, sugerindo o que Charaudeau (2006) denominou de "efeito de realidade".

Os aparelhos midiáticos de enunciação promovem um "efeito totêmico" em função da espetacularização da sociedade, segundo as discussões propostas por Debord ([1967]/1997). É evidente que a fabricação de imagens é uma ação humana, mas, também é evidente o fato do homem não se contentar em fabricar imagens de tudo, mas possuir um

modo de usufruir dos efeitos que as mesmas exercem sobre ele. Tais efeitos são diversos e provocam reações diversas, de variadas maneiras, em pessoas diferentes.

Entendemos que tais efeitos são causados em função de uma relação de dependência que o homem estabelece com a imagem, por se constituir como um animal mimético por excelência. O que se extrai disso é que na sua relação com a imagem, o humano se localiza em uma posição de desvantagem, de um "descompassamento" em função de seu estado de pré-maturação específica do nascimento[1].

Para Lacan (1973) o sujeito é efeito do simbólico e constitui-se como uma rede de significantes que só adquirem sentido em suas relações mútuas, a ponto mesmo de sustentar que um sujeito é o que um significante representa para outro significante. Todavia, a relação do sujeito com o simbólico não se dá de modo imediato, uma vez que este escapa ao sujeito. É assim que as formações imaginárias passam a mediatizar a relação do homem com o simbólico, o que agencia o caráter irreal daquilo que costumeiramente se chama de realidade.

Entretanto, faz-se necessário que um contrato se estabeleça a fim de que tais imagens tenham um efeito e, de modo específico, causem emoção no espectador. De modo semelhante ao amor, a "emoção está na moda", na medida em que há uma proliferação de práticas e saberes discursivos que a privilegiam. Pode-se dizer que do lado do humano seu mundo é movido pelas emoções. Se, pelo viés do discurso midiático, a emoção é capaz de captar o espectador, do lado da ciência existe um crescente interesse em compreender sua lógica e sua participação em nossa vida.

Neste sentido, o presente texto pretende discutir, a partir de uma associação entre psicanálise e análise do discurso, certos aspectos da emoção. Como dissemos, a psicanálise é um campo de saber que tra-

[1] Ao contrário dos outros seres vivos, os seres humanos nascem "inacabados", "pré-maturos" do pontos de vista neurológico. A pré-maturação específica do nascimento proposta por Lacan, por exemplo, é a que fala do impedimento de uma criança de seis meses de idade de reconhecer o seu corpo de modo integrado e ainda de reconhecer-se diante de um espelho. Tal situação reflete-se na necessidade que a criança possui, até uma certa idade, de apoiar-se em determinadas coisas para manter-se em pé, pois, mesmo que a imagem refletida no espelho seja uma imagem coordenada, a experiência vivida pela criança é de uma descoordenação completa.

balha com os discursos. Se para ela o inconsciente é tomado como seu objeto de estudo, tal fato só se dá em função deste objeto ser constituído como uma linguagem. Sendo assim, aqui se privilegiará uma abordagem discursiva da emoção. Veremos que não é pertinente em AD tratar a emoção como uma sensação ou algo parecido e os "índices emocionais" podem se fazer presentes na fala, na escrita e nos acontecimentos linguísticos. Desse modo, pode-se detectar o pathos como lugar de marcas de ordem enunciativa e não apenas linguísticas percebidas através do contrato comunicacional, presente no imaginário psico-sócio-discursivo. Uma dificuldade que aparece é que não há conceitos prescritos para o estudo da emoção.

Estudar a emoção implica em verificar como ela se inscreve em diversos campos teóricos e, no caso específico desta tese, em uma linguística discursiva atual. Assim, é necessário discutir a categoria afetiva da emoção e também fazer um percurso pelas categorias axiológicas como unidades linguísticas[2] que remetem a um julgamento de valor e, assim, são capazes de suscitar afetos. De posse desses pontos iniciais de reflexão, o que intencionamos, nesta parte, é verificar a constituição do discurso midiático a partir de um elemento que lhe é constituinte – o contrato – associado a outro elemento que funciona no campo de suas estratégias – a emoção – com vistas à união de uma teoria semiolinguística das produções midiáticas a uma teoria das emoções, uma vez que na contemporaneidade permanece um caráter psicologizante dos conselhos apresentados pela mídia (MIRANDA, 2008) e, ainda, o modo como o discurso midiático é elaborado visando impactar o espectador com estratégias que causem emoção.

Sendo assim, discutiremos, inicialmente, algumas concepções teóricas a respeito da emoção para, em seguida, tratarmos do discurso midiático. Nosso objetivo aqui é o de demonstrar como os aparatos tecnológicos midiáticos se apropriam daquilo que é mais rudimentar no ser humano para fazer vale um discurso e construir modelos imaginários de identificação.

[2] A nosso ver, as unidades linguísticas que remetem a um juízo de valor, em um texto, são vistos como indutores da emoção, ou seja, elementos discursivos, unidades propriamente linguísticas, fenômenos sócio-discursivos ou representações mentais e sociais que provocam uma emoção no receptor.

1. Multiplicidade dos discursos sobre a emoção

Existe uma infinidade de possibilidades de se discutir a emoção. Podemos tratar do assunto a partir da filosofia, da sociologia, da psicologia, da psicolinguística da comunicação social e da Análise do Discurso. Em função dessa multiplicidade, recortaremos nossas discussões em torno de uma abordagem analítico-discursiva associada a uma perspectiva proveniente do campo psy, tendo em vista a possibilidade de articulação entre esses campos do saber, pois, ambos trabalham com a linguagem e com os modos de produção do pathos. O nosso interesse, nesse caso, localiza-se nas interações possíveis entre mídia e discurso "páthico" e, ainda, em como o amor é tomado pelo universo midiático como um importante fator de "ativação" da emoção em seu público.

1.1 A dimensão Psi das emoções

Processos psicológicos básicos, algo que está do lado dos afetos. É assim que a psicologia considera a emoção. Trata-se de uma reação global do organismo a certas situações internas ou externas; possui um caráter de transitoriedade e, de modo geral parte de uma causa imediata conhecida. Enquanto processo psicológico básico, a emoção é dividida em primárias e secundárias. As emoções primárias são respostas específicas a cada uma das classes de situações vitais relevantes e são categorizadas pela raiva, tristeza, medo, surpresa, alegria e interesse. São emoções vivenciadas por pessoas de qualquer lugar do mundo, independentemente da dimensão sociocultural. Por outro lado, as secundárias são desdobramentos das primárias e possuem uma gama extensa, porque cada uma se distende em várias outras. Assim, a alegria, por exemplo, se deriva em gozo, exultação, êxtase, felicidade, júbilo, regozijo, glória, graça, deleite, satisfação, jovialidade, dentre outros. O que interessa, em todo este leque, é que o fenômeno da emoção, em sua totalidade, é capaz de despertar nos sujeitos determinados sentimentos, em função da experiência subjetiva da emoção.

Um dado importante que aqui lembramos é o fato das emoções secundárias serem encontradas em uma ou mais culturas, mas não em todas. Por esse caminho, cada realidade aponta para uma emoção diferente (ARNOLD, 1968), uma vez que esta se torna uma consequência do sentido que o sujeito atribui à determinada situação. Para Hoschschild (1998), cada grupo social, cada cultura desenvolve sua "gramática" das emoções, com suas leis específicas, definindo o que a emoção é ou não é e, ainda, o que se deve ou não se deve sentir em um certo contexto. Do mesmo modo, Tomkins (1962, 1992) estuda os aspectos socioculturais presentes no desenvolvimento, manifestação e socialização das emoções. A partir das emoções primárias, a personalidade é formada por estruturas ideoafetivas que são constituídas pelas vivências e ideologias em que um sujeito é criado. Dessa forma, pode-se dizer que as emoções podem variar, uma vez que as estruturas ideoafetivas se modificam em função das alterações culturais, sociais e linguísticas.

Um ponto pertinente da teoria de Tomkins (1991, 1992) refere-se à noção de Script. Proveniente do discurso teatral, tal concepção lança mão dos termos cena e roteiro. A unidade básica para a compreensão da vida psicológica de uma pessoa é a cena, que é qualquer evento experiencial específico, marcado por início, meio e fim, com alta intensidade emocional. Assim, uma mãe que perde seu filho recém-nascido em um acidente aéreo possui uma cena gravada, uma espécie de representação mental da situação ocorrida juntamente com a emoção provocada por tal cena. Cada sujeito possui uma memória de cenas vividas e organizadas de acordo com regras e estratégias que são mais ou menos fixas e formam o script (roteiro). Segundo Tomkins (1991, 1992), os scripts são formados para que o sujeito lide com as regularidades e mudanças do mundo e possa desenvolver estratégias para organizar, avaliar, interpretar e controlar as cenas. Desse modo, a mãe que perdeu o filho recém-nascido em um acidente aéreo, ao se deparar com notícias - ainda que tempos depois - sobre um acidente desse tipo, terá despertado em si uma cena de dor, marcada por um script que a fará entristecer-se e, de certo modo, desenvolver estratégias de controle ou gerenciamento das emoções.

Segundo Maturana (2001), as emoções são disposições corporais dinâmicas que especificam domínios de ações nos quais os animais e humanos operam. A partir desta constatação, esse autor defende que qualquer que seja a ação humana, ela é realizada em algum domínio emocional: "[...] é a emoção que define o que fazemos naquele momento como uma ação de um tipo particular naquele domínio operacional" (p. 133). Isso quer dizer que os movimentos humanos são guiados pelas emoções e que as emoções, por sua vez, interferem nos domínios das ações humanas e a compreensão da atividade humana passa necessariamente pela compreensão da emoção, que define o domínio das ações. Maturana sustenta que as emoções entram na consecução de um domínio em função da linguagem e é exatamente na articulação entre o linguajar e a emoção é que o humano se constitui.

Para os cognitivistas (Maturana, 1998, Varela, 1992), os processos emocionais possuem um evento indutor em função de sua previsibilidade e cálculo de consequências, respostas emocionais somáticas e psicológicas, normalmente não-conscientes, uma vivência afetiva consciente e verbalizável, que pode ser comunicada e expressa por aquele que a viveu e, por fim, uma manifestação comportamental em resposta à emoção, que faz com que o sujeito fuja, aproxime-se, agrida, se defenda etc. Isto posto, o caráter substancialista dessa teoria levanta contestações de uma abordagem que leva em consideração os fatores socioculturais presentes na emoção, como é o caso das teorias provenientes da Psicologia Social.

Em um caminho semelhante, a psicologia cognitiva sustenta que a experiência emocional depende da percepção que a pessoa tem de uma dada situação. Assim, cada circunstância fornece pistas ao sujeito de como ele deve interpretar seu estado de estimulação. No entanto, um ponto discutível nesta teoria é o fato de que nem todos os sentimentos provêm das cognições, pois as pessoas são capazes de reagir instantaneamente a situações sem interpretá-las e avaliá-las. Em muitos casos, a avaliação e a interpretação só aparecem em período posterior à ação propriamente dita. Com aproximações cada vez maiores com o campo das neurociências, a Psicologia Cognitiva, ao lado daquela, buscou analisar o cérebro dos enamorados através de ressonância magnética funcional, um procedimento que possibilita visualizar a atividade de múltiplas áreas cerebrais em um determinado momento. Tal mapeamento aconteceu quando os pesquisadores mostraram aos pesquisados imagens fotográficas da pessoa amada e solicitaram que estes relaxassem e pensassem no seu objeto de amor. Paralelamente, foram mostradas fotos de pessoas

do mesmo sexo e idade dos "amores" dos sujeitos objetos da experiência: o observador externo não recebeu nenhum índice para ajudá-lo a diferenciar as fotografias, a fim de se garantir qualquer interferência na observação por parte do observador. Por fim, foram observadas as atividades cerebrais e as mesmas foram comparadas. Segundo os cientistas, quatro áreas localizadas no sistema límbico – sistema responsável pelo controle das emoções - se iluminavam na ressonância quando os participantes pensavam carinhosamente em seus parceiros. De acordo com os pesquisadores, tais áreas distinguem o amor da pura excitação sexual. Como conclusão, os cientistas verificaram que a emoção amorosa não se apresenta apenas como um fenômeno psicológico, mas também como um fenômeno neuronal[3].

É evidente que o campo das neurociências trouxe um significativo progresso para o estudo das emoções e das paixões. No entanto, é oportuno pensar também no discurso constitutivo desse campo, uma vez que esse enfoque tende a reduzir o homem a um conjunto de neurônios e neurotransmissores, ao centrar-se na configuração orgânica do ser humano como fator determinante de suas emoções e comportamentos. A questão que se coloca, nesses casos, é como pensar algo que pode ser universalizável – aquilo que é da ordem do orgânico – em relação aquilo que é da ordem do particular – o modo como cada sujeito "se emociona" e se implica no seu "emocionar". Trata-se de um posicionamento ético, pois, se de um lado é oportuno pensar que os avanços das neurociências apresentam progressos admiráveis na atualidade, do mesmo modo, é oportuno pensar que existe um risco nesse campo, que é o de subtrair a responsabilidade de um sujeito diante de seus atos e daquilo que o emociona.

1.2 Paixão, emoção e psicanálise

Na teorização freudiana, a emoção permanece na consciência e é despertada por fatores da ordem da superfície do aparelho psíquico. Para o pai da Psicanálise, lidar apenas com lembranças e ideias é permanecer na superfície e somente o afeto tem valor na vida mental. Assim, a emoção só o é de fato quando o sujeito está cônscio dela, ou seja, ela é reconhecida pela consciência. Não existe uma emoção inconsciente, e, se um impulso emocional é sentido de forma inadequada, uma repressão (o recalque) recai sobre a ideia e a separa do afeto. É oportuno esclarecer que, em Psicanálise, o afeto não é recalcado, mas sim sua representação. O que é recalcado são os significantes que se enlaçam ao afeto. De todo modo, existe uma racionalidade das paixões, que aparece de modo paradoxal, como uma dor, um evento infeliz, um sofrimento, mas, segue também uma lógica baseada em uma racionalidade, que faz com que daí surja a subjetividade.

Freud (1918) denomina a paixão de enamoramento e sustenta que esta só é possível a partir de uma supervalorização – uma idealização – do objeto amado, o que promove um empobrecimento do Eu e da libido em favor desse objeto. No entanto, assim como no amor, a paixão é o ideal substituto de um objeto perdido na infância e define os contornos do objeto da paixão. Em Tristão e Isolda encontramos esse determinismo inconsciente na história de Tristão, que carrega em seu nome sua condição existencial: alguém marcado para ser triste, para viver sob "o sol negro da melancolia", sob o signo da paixão–tristeza. Uma criança que vive a perda desde o seu início: o pai acaba de morrer e a mãe não sobrevive ao parto. É a partir desses elementos de sua vida que ele construirá os contornos de sua paixão, ou seja, a partir da imagem de seus pais mortos e que constituíram para sua existência, uma perda irreparável.

Na perspectiva freudiana, teríamos, então, o enamoramento como um modo de paixão, o que implica em uma diminuição na capacidade de comando do Eu, uma vez que a sombra do objeto idealizado recai sobre o mesmo e assume o controle. Neste caso, há uma intensificação dos valores do objeto em detrimento aos valores do Eu e o objeto da paixão ocupa o lugar de ideal. A esse respeito, diz Freud:

> O ego se torna cada vez mais despretensioso e modesto e o objeto cada vez mais sublime e precioso, até obter finalmente a posse de todo auto amor do ego, cujo auto sacrifício decorre, assim como consequência natural. O objeto, por assim dizer, consumiu o ego. Traços de humildade, de limitação do narcisismo e de danos causados a si próprio ocorrem em todos os casos de estar amando" (FREUD, 1921, p. 143).

Isso posto, em Freud, os movimentos de massa – e aqui podemos inserir os fenômenos de comunicação de massa - representam a resposta

[3] Os dados mais detalhados e discussões mais amplas sobre o assunto podem ser encontrados em www.vislab.ucl.ac.uk.

de um sujeito apaixonado pelo líder que, identificado especularmente a seus semelhantes, entra no circuito dos ideais.

Em seu Seminário X, Lacan (1962, p. 20) busca a etimologia da palavra "emoção" para colocá-la como uma forma de movimento e, de modo mais específico, um lançar para fora, "[...] fora da linha do movimento – é o movimento que se desagrega, a reação a que chamamos catastrófica". Este "fora da linha do movimento" de Lacan representa uma ideia de Aristóteles e articula isso à dimensão do trágico, do agir e do padecer. Na concepção aristotélica, os dois conceitos – agir e padecer - são inseparáveis, embora designem uma potência distinta. Padecer é, potencialmente, inferior a agir, tendo em vista que o paciente busca alguma coisa que cause modificação fora de si, em um objeto externo, enquanto que o agente possui em si mesmo o poder de mudança. Em outros termos, padecer é ser movido: movimento que vem de fora. Desse modo, a paixão é sempre provocada por uma configuração imagética que afeta o sujeito e o faz reagir, normalmente de improviso e constitui-se como sinal de que o sujeito vive na dependência do outro (LÉBRUN, 2002).

Aristóteles (2000), em seu livro Retórica das paixões, destaca que somente sujeitos imperfeitos podem apaixonar-se e os deuses, por sua posição hierárquica, não possuem paixões. É a imperfeição, fonte de impotência, que funciona também como fonte inventiva de um modo discursivo em que o sujeito, no caso específico de Aristóteles, o orador, irá utilizar-se de estratégias para suscitar – ou apaziguar – as paixões em um dado auditório. Assim, saber jogar com as emoções e os seus efeitos sobre um dado público é o que fará com que a técnica da oratória se desenvolva e ao Pathos seja atribuído um caráter oratório.

Por esse caminho, uma mudança se faz necessária: o Pathos não se encontra tão somente do lado da passividade. Em razão de seus efeitos em um dado auditório, por sua configuração discursiva, pelos modos em que o orador desperta determinadas reações no ouvinte é que o pathos será colocado na perspectiva de uma ferramenta que faz movimentar a alma do auditório. Nesse sentido, cabe ao sujeito-comunicante convencer não somente pelo uso dos argumentos racionais, mas, antes, cabe-lhe tocar as emoções do sujeito-destinatário. É neste caminho que Aristóteles define a paixão como "[...] tudo que faz variar os juízos, e de que se seguem sofrimento e prazer". Sim, é na ambivalência que a paixão se instala, na lógica do sofrimento e do prazer. O que se coloca, nestes termos, é que no sujeito da paixão amorosa, por exemplo, o prazer da presença do objeto amado – quando esta ocorre – se mistura à ameaça constante da perda do objeto.

Amar e odiar, sofrer e sentir prazer, movimentos contrários, mas que fazem parte da existência humana. Para Aristóteles (2000), tais situações não devem ser extraídas do sujeito, não devem ser condenadas e também não devem ser "ortopedicalizadas". Sua existência no psiquismo implica que o apaixonado não escolheu a paixão e, portanto, não é responsável por ela. Responsável ele é pelo uso que faz da mesma. Isso posto, o homem virtuoso é aquele que possui a boa medida de suas paixões.

Durante muito tempo o Pathos foi tido como um fenômeno irracional e deveria contrapor-se à organização lógica, ao logos, ainda que em Aristóteles não seja questão de se declarar uma guerra às paixões. É com Descartes ([1648]/2007), sobretudo, que o Pathos será compreendido como algo da ordem do indesejável no sujeito. Esse autor sugere que o homem aprenda a adestrar suas paixões (p. 59). No entanto, por mais paradoxal que possa parecer, Descartes declara que "[...] somente das paixões é que depende todo o bem e todo mal desta vida" (p. 141) e cabe ao homem manejá-la com destreza, a fim de que ele não seja pelas paixões dominado.

De modo geral, de um lado, temos a paixão como algo de passional, de outro, como algo patológico. O passional implica em uma categoria ética e o patológico em uma categoria psiquiátrica. Para Lebrun (2002, p.31), a contemporaneidade assiste ao deslocamento do passional para o patológico, o que implica o deslocamento das condutas do campo da ética para o campo da terapêutica. Quais as consequências disso? É que, de um lado, tem-se a des-responsabilização do sujeito, com sua retirada de cena daquilo que o torna mais peculiar – e o faz sujeito – que é a capacidade de responder pelo seu destino; de outro, tem-se um excesso de "medicalização das condutas" e o retorno de uma forma de controle baseado na microbiologia e no poder do especialista. Se os estóicos apregoavam que era necessário exorcizar a paixão, porque a mesma é estranha ao sujeito, os "[...] atuais médicos da paixão não têm mais como objetivo tornar o indivíduo sábio ou virtuoso, mas simplesmente adaptá-lo à vida, libertando-o de suas inibições e angústias. Resta-nos apenas curar

os doentes e tratar deles..." (ibid.), o que configura uma antropologia que considera a paixão como patológica.

Como se vê, a Psicanálise trata a paixão tanto como um estado amoroso, quanto como um estado da alma. A doutrina freudiana nos permite dizer que a oposição entre o afetivo e o intelectual é caduca. Do mesmo modo, a paixão aqui não é vista como um efeito que invade o corpo de um sujeito passivo, mas um efeito que toma o corpo a partir da ação de um significante. Com isso, a psicanálise demonstra que as paixões são capazes de fazer adoecer o sujeito, mas também são capazes de fazer o sujeito. Desse modo, as elas estão colocadas do lado do ser, e não do objeto que poderia causar a paixão.

Se em Freud, conforme visto, o afeto se opõe ao pensamento, com Lacan, a partir do termo "paixão", pensamento e afeto estão enodados. O que a paixão nos ensina é que não há representação sem a presença de um afeto. Para fazer isso, Lacan recorre à tradição filosófica das paixões da alma, conforme visto acima, e trabalha com as paixões do ser, pois elas tratam das relações do sujeito com o Outro. Assim, a paixão é uma ação, mas é, ao mesmo tempo, algo que se impõe ao sujeito sendo, portanto, uma "escolha forçada". Forçada por qual coisa? Pela falta-a-ser que é o sujeito que, por ser barrado, jamais encontrará uma representação última e completa, o que o faz buscar no Outro o que vai acalmar e preencher esta falta-a-ser.

Em um texto denominado Televisão, Lacan (1974) lista seis formas de paixão, a saber: a tristeza, o gaio saber, a felicidade, a beatitude, o tédio e o mau humor. Para esse autor, a tristeza é a paixão central na modernidade e ela é um saber, pois revela a condição de desamparo que é inerente ao humano. Por outro lado, o gaio saber é um saber que implica o sujeito no campo do desejo e o leva a querer convencer o outro do interesse daquilo que se pensa, pois há um pulsar de vida nessa paixão. Em consonância a essa paixão, há uma terceira a ser ressaltada: a felicidade. Segundo Lacan (1974, p.525), "O sujeito é feliz", pois o sujeito é tomado por uma paixão sem contrários. E Lacan interroga: "[...] onde está o que traz felicidade? Exatamente em toda parte" (id; ibid.).

A quarta paixão citada por Lacan, a beatitude, refere-se a um modo específico de se gozar de Deus, pois se trata de um gozo que busca a unidade total do sujeito com o objeto de gozo; ora, tal unidade promove o tédio. Portanto, gozar de Deus é sempre um gozo que provoca um tédio, uma vez que é um tipo de gozo que o sujeito busca repetir. Finalmente, Lacan fala do mau humor como um tipo de paixão particular, um modo de o sujeito lidar com a insuportabilidade do Real.

Se, na Psicanálise, encontramos a conceituação das paixões do ser, ela nos faz pensar também nas paixões amorosas como um modo da paixão do ser, que pode estar do lado da felicidade ou do lado da tristeza, mas também do lado do gaio saber. De qualquer maneira, a paixão amorosa é uma emoção veemente que toma conta do sujeito e que, na maior parte das vezes, o deixa sem qualquer possibilidade de controle pela razão.

1.2.1 Pathos e Aparelho Psíquico

Como se sabe, a palavra "patologia" pertence ao campo semântico da medicina, embora seja estendido a outros campos, como podemos ver na palavra "psicopatologia" ou "sociopatologia". Seja em um campo ou em outro, a palavra conota sofrimento, desordem, perda de harmonia, disfunção (somática, social ou psíquica). Do ponto de vista psicanalítico, somos conduzidos a interrogar como Pathos e psiquismo se articulam.

De início, para a Psicanálise, o psiquismo refere-se a uma organização desenvolvida nos humanos para protegê-los contra ataques internos e externos pelos quais ele passa. É como se o psiquismo fizesse parte do sistema imunológico, garantindo ao sujeito meios para se defender dos "ataques" passionais e pulsionais (internos) e, ainda, dos ataques provenientes do ambiente (externos). Tal modificação é proveniente do sofrimento causado pelas vicissitudes da vida e, com isso, o pathos constitui-se como ingrediente central da constituição humana. Cada sujeito precisará encontrar um modo de responder ao excesso que lhe é constitutivo e, com isso, obter uma resposta particular ao excesso, e que formará sua subjetividade.

Assim, temos um excesso que causa dor, mas temos, também, um excesso que cria a subjetividade. Cada sujeito inventará uma forma para lidar com a duplicidade do pathos, mas, em psicanálise, o que importa é o modo como o sujeito extrai do excesso uma experiência e responde por ela. Mas, trata-se, sobretudo, da concepção psicanalítica de que ser humano é ser patológico, pois, uma vez habitado pela

linguagem, ele é extraído da ordem da natureza e tem sua existência constituída no campo do Outro, que o faz ascender à cultura. Freud, em O mal estar na civilização (1930) afirma que o preço a ser pago pela cultura é a neurose, o que podemos traduzir que o ser humano paga um preço – a "anormalidade" – para fazer parte de uma norma cultural. Nesse sentido, o normal é ser "anormal".

Quando o sujeito é tomado por uma ideia incompatível à sua condição moral, por exemplo, um afeto vem associado a essa ideia e o aparelho psíquico retira da consciência e lança no inconsciente, através da operação de recalcamento, a ideia incompatível. Se a ideia é recalcada, o que acontece com o afeto? Três vicissitudes são possíveis: "[...] ou o afeto permanece, no todo ou em parte, como é; ou é transformado numa quota de afeto qualitativamente diferente, sobretudo em ansiedade; ou é suprimido, isto é, impedido de se desenvolver" Freud (1915, p. 157). Se o afeto sofre as vicissitudes acima, a ideia (representação) permanece no inconsciente e passa a existir como estrutura real nessa instância. É possível que haja emoções inconscientes, mas estas não são do campo da representação. Elas estão do lado da descarga, que possui uma conotação mais orgânica. A ideia torna-se, ao fazer parte da estrutura inconsciente, um investimento que busca ligar-se, em um outro momento, a uma outra ideia compatível. Se o afeto sofre uma das vicissitudes ditas anteriormente por Freud, a ideia é capaz de gerar novos afetos, o que nos permite dizer que a emoção só é possível de ser "gerada" quando uma ideia, vinda do exterior ou do interior, atinge a consciência e mobiliza uma rede de afetos no sujeito "[...] cujas manifestações finais são percebidas como sentimentos" (ibid.).

Para algumas pessoas, o afeto assume caminhos diferentes: nelas, ele é esquecido, mas um símbolo mnêmico se aloja na consciência, fazendo com que, em algum momento, a representação que ficou enfraquecida seja suprida por um afeto renovado. Em outras pessoas, permanece na esfera psíquica e, presente na consciência, estabelece novas conexões com outras representações que gerem um caráter pathêmico de menor intensidade. Com essas considerações, sustentamos que as emoções podem ser despertadas por elementos que tocam tanto a consciência quanto o inconsciente do sujeito que, sem o saber, é "arrastado" pela ideia que o gerou.

1.2.2 Uma arquitetônica dos afetos

O caráter de desmedida que o pathos encerra faz-nos pensar nas narrativas que tratam da impossibilidade, dos erros, da insaciabilidade, do prazer, do desejo e do sofrimento. De um certo modo, encontramos nas narrativas literárias determinados atos que constroem uma concepção de paixão associada a sentimentos intensos, reclusão ao mundo da fantasia, morte, dor, brigas, encontros arrebatados, etc. Em tais narrativas temos, de um lado, uma desmedida e, de outro, um sujeito capaz de transformar o pathos em experiência.

Pensemos em uma Antígona, de Sófocles: uma mulher que desafia, sozinha, a tirania de Creonte em uma sociedade em que a vida pública pertencia somente aos homens. Como se sabe, na intenção de garantir um sepultamento digno à Polinice, seu irmão, Antígona mostra-se insubmissa às leis humanas por acreditar que eram contrárias às leis divinas. Assim, atravessa a zona que o raio do desejo reflete e coloca-se ao lado daquilo que acredita ser o justo e paga o preço por isso: ser sepultada viva.

Interessa-nos aqui, ainda que rapidamente, é a paixão pela qual Antígona é tomada e que a transforma em "herói" na tragédia. Antígona é a heroína, pois é tomada por uma paixão motivada muito mais pelo amor que pelo ódio. Como aquela que se diz gerada para partilhar o amor e não o ódio (Sófocles, [400]/2007; p.41), Antígona apresenta-se à sua irmã Ismênia com a palavra "inimizade", exatamente porque Ismênia não quis ajudá-la na empreitada do sepultamento do irmão.

Localizada em um ponto insuportável na vida, Antígona não encontra mais razões para viver, pois "Ela vive na memória do drama intolerável daquele a partir do qual surgiu essa linhagem que acaba de se aniquilar sob a figura de seus dois irmãos. Ela vive no lar de Creonte, submetida à sua lei, e é isso que ela não pode suportar" (Lacan, 1960; p. 318). Assim, ela se mostra inflexível, ultrapassando, talvez, os limites humanos para sustentar o seu desejo. Movida por um pathos transformado em experiência, Antígona coloca-se como guardiã de uma insuportabilidade familiar em torno da qual circula essa tragédia. Opondo-se a um corpo social que não perdoa o "erro" de Édipo e Jocasta é que a heroína faz o sacrifício de seu ser para a manutenção de um (des)limite insuportável que marca a sua família.

Com tais considerações, podemos dizer que o pathos coincide com o sujeito trágico: um sujeito que, ao ser tocado por uma "representação pathêmica", reage de algum modo a esse "toque" e daí extrai uma experiência. Assim, em uma arquitetônica do pathos, temos de início, um sujeito que transforma seu padecer em agir; o discurso pathêmico é aquele que provoca algum tipo de movimento em um sujeito que, antes, encontrava-se paralisado. Sendo assim, tal discurso abre novas possibilidades de ser.

As tragédias apontam para a dimensão de um sujeito trágico, mas, na contemporaneidade, há um uso do pathos capaz de forjar sujeitos trágicos que, tocados pela paixão, sairiam da imobilidade provocada pelos discursos massificados? Que o pathos é um tema presente nos estudos contemporâneos, nós sabemos. O que interrogamos é se o uso do pathos na contemporaneidade ultrapassa o campo dos ideais propostos pelo individualismo de massa no qual vivemos.

Tomemos como exemplo o caso das mulheres. Elas são submetidas a exigentes imperativos propostos pela cultura de massas para alcançar os ideais femininos. Essas mulheres precisam - segundo o discurso dessa cultura - fazer regimes, assumir uma bela imagem estética, realizar cirurgias plásticas, moldar um corpo sem gorduras, dominar a linguagem do mercado e, principalmente, ser verdadeiras gestoras competentes do gozo sexual, além de serem mães. No entanto, a cultura de massa que oferta tais ideais às mulheres do cotidiano, lança mão de uma lógica baseada em "representações pathêmicas".

Em uma associação discursivo-psicanalítica[4], podemos elaborar uma arquitetônica dos afetos com os seguintes itens:

i) As emoções são irredutíveis às sensações: defendemos a concepção de que a emoção não se reduz a um estado sensorial, mas liga-se, essencialmente, a um "estado mental". O que nos permite dizer isso é que há uma diversidade de emoções e elas podem conviver, simultaneamente, umas com as outras, além de provocar um mesmo estado qualitativo vago ou, ainda, uma mesma emoção pode provocar estados qualitativos diferentes. Para Lacan (1962), qualquer movimento no sujeito só pode ser causado por algo que vem de fora. Aquilo que é de mais íntimo em um sujeito, na verdade é uma "extimidade". O afeto não é recalcado, mas os significantes que o amarram. Assim, as emoções não podem possuir uma base essencialmente neuronal. Embora sentida no real do corpo, somente o significante é capaz de despertar uma emoção.

ii) As emoções são da ordem dos julgamentos e crenças: uma dada situação só desperta emoção em razão de uma atribuição de valores por parte de um sujeito ou grupo. Conforme encontramos em Parret (1986), as emoções são julgamentos avaliativos racionais, uma vez que certos sentimentos necessitam de uma avaliação do objeto gerador, baseado em critérios provenientes das crenças e dos valores. Tomemos como exemplo as emissões televisivas sobre o assassinato de crianças. Determinadas imagens e situações envolvendo este crime causam emoção no espectador em função das crenças circulantes em nossa sociedade no que diz respeito à relação pais-filhos (uma relação baseada no amor, na proteção por parte dos pais, etc.), bem como a ideia circulante em torno da fragilidade infantil. A partir disso, a nosso ver, o "assassinato" de crianças promove uma paixão no espectador em função das crenças que são suscitadas.

iii) As emoções são mais ou menos controladas em seus efeitos: o modo como uma emoção aparece em um dado sujeito é muito particular. No entanto, existe, em função de determinadas representações socialmente partilhadas, que circulam em determinados grupos sociais, certos padrões de ideais comuns a uma dada organização social, elementos comuns, massificados, geradores de emoção. O sujeito comunicante, sabedor de tal situação, utiliza-se desses elementos detonadores da emoção para alcançar um número cada vez maior de pessoas. Assim, O discurso publicitário é um exemplo de que as emoções podem ser mais ou menos controladas em seus efeitos. Ao verificar a prevalência de determinados modelos e ritos sociais, o sujeito-comunicante-publicitário apropria-se de certos discursos e, revestido de uma intencionalidade, constrói a peça publicitária visando alcançar a adesão de um número cada vez maior de sujeitos interpretantes. Assim, uma peça publicitária de um hospital que trata de crianças com câncer busca, em seus efeitos, emocionar o telespectador de tal forma que ele contribua financeiramente com a entidade. Para tanto, utiliza os elementos comuns (mostrar uma criança sem cabelos como efeito do tratamento, o depoimento engajado e "emocionado" de uma bela atriz, uma música com uma melodia cadente, etc.) para despertar emoções no espectador. Os efeitos da emoção são mais ou menos controlados, pois, apesar do discurso massificado promover uma sedução em um número significativo de pessoas – efeito esperado

[4] Construímos tal arquitetônica através da associação de elementos provenientes da Análise do Discurso e da Psicanálise. Essa construção se deu pensando na aplicação da mesma na futura análise do corpus.

-, seus efeitos não são totalmente controlados, pois podem não despertar emoção alguma no espectador, ou, até mesmo, gerar um efeito contrário ao esperado.

Desse modo, o edifício construído com base em uma articulação psicanalítico-discursiva nos permite dizer que existe uma dimensão pulsional das emoções que gera uma alteração no estado de espírito da pessoa. Entretanto, a partir dessa mesma articulação, podemos dizer que se faz necessário uma situação indutora para a geração da emoção, ou seja, uma representação qualquer que "toque" o sujeito e o faça emocionar-se.

É aqui que, do ponto de vista discursivo, encontramos um problema: como pensar em uma perspectiva da emoção que não se centre no estado psico-fisiológico? Como tratar da emoção em uma abordagem discursiva que não assuma como primazia a desordem do corpo, do descontrole, da desmedida? A nosso ver, uma saída possível é tratar da problemática da emoção como um fenômeno psicossocial, pois, em Charaudeau (2000, p. 127), a Análise do Discurso "[...] tem por objeto de estudo a linguagem enquanto algo que faz sentido em uma relação de troca comunicativa, a linguagem como signo de algo que não se encontra nela mesma e dela é, contudo, portadora". É isso que nos autoriza a sustentar que há uma participação - ainda que não percebida - do sujeito naquilo que o emociona e, ainda, que a emoção se insere na troca comunicativa entre parceiros da interação que reconhecem os elementos dessa troca que são, pois, aptos a emocionar.

A participação do sujeito só se faz possível porque existe também, além da representação, uma interiorização da emoção, ou seja, uma internalização que acontece no decorrer da história de vida do sujeito e faz com que ele interiorize certas emoções. Um exemplo disso são as ações destrutivas. Elas são normalmente, reprimidas, mas, encontram-se "submersas" no "interior" do homem; em função de uma ideia, uma representação, uma imagem ou uma situação, elas podem "eclodir". É nesse sentido que as emoções são pensadas como uma participação do sujeito, na medida em que ele se "permite" ser tocado pelas representações socialmente partilhadas, pelos saberes e pelas crenças. Por esse viés, é possível pensar no aspecto comunicacional da emoção como algo que se inscreve em uma problemática discursiva associada a uma ideia de interiorização da emoção.

1.3 O aspecto comunicacional das emoções: emoção e discurso

Se, no tópico anterior, pensamos em uma multiplicidade dos discursos sobre a emoção, com ênfase na dimensão psi, neste tópico pensaremos de um outro modo: as emoções podem ser tratadas a partir de uma abordagem discursiva. É o que sustentamos, com Charaudeau (2000), ao problematizar se, de fato, as emoções podem ser tomadas como um objeto de estudo linguageiro. Aqui, de modo específico, não trataremos da dimensão psy[5] das emoções, mas, seguindo o rastro da teoria semiolinguística, buscaremos tratar das emoções em uma perspectiva enunciativa.

Para Charaudeau (2000; p. 131), o signo linguístico, por si só, não garante a construção da emoção, uma vez que a significação não se encontra puramente no signo. Para esse autor, a emoção é construída a partir de marcas de ordem enunciativa, e não apenas linguísticas, percebidas através do contrato comunicacional, presente no imaginário sócio discursivo. Ao falar de "efeitos pathêmicos do discurso", Charaudeau (2000; p. 131) apresenta três pontos que se constituem como essenciais aos estudos discursivos da emoção: "As emoções são de ordem intencional, elas são ligadas aos saberes de crenças e se inscrevem em uma problemática da representação psicossocial".

As emoções se inscrevem em um quadro de racionalidade, e esta se situa em uma intencionalidade mais ou menos controlada. Ademais, a emoção, discursivamente falando, deve ser compreendida também a partir do universo de crenças dos sujeitos comunicantes. Não somente o sujeito percebe algo, mas este algo se acompanha de um saber, de uma posição do sujeito perante tal saber, que vem permeado por valores construídos nas experiências deste sujeito.

A emoção está, desse modo, associada aos valores socialmente partilhados e "... toda modificação de uma crença acarreta uma modificação

[5] É oportuno esclarecer que a teoria proposta por P. Charaudeau não desconsidera a dimensão psíquica, mas a insere em uma perspectiva das representações psicossociais. Assim, ao dizermos que não trataremos da dimensão psi das emoções, referimo-nos ao uso estrito do termo, pois, como demonstraremos, as emoções, do ponto de vista discursivo, inserem-se em uma problemática da representação, que aciona saberes de crença e aspectos de um sujeito psico-linguageiro-social.

da emoção (por exemplo, a humilhação); toda modificação da emoção desencadeia uma crença (por exemplo, a indignação)" (op. Cit. p.131). Sendo assim, acreditamos que as crenças são constituídas por um saber polarizado em torno de valores socialmente partilhados. Isso mostra que os saberes partilhados são elementos importantes, uma vez que as emoções que são provocadas por certos estados de crenças, mas estão necessariamente ligadas a um consenso social, circunscrito a um dado grupo.

Para Charaudeau (2000), o efeito de pathemização só surge a partir de uma combinação de imagens. Para tanto, o sujeito comunicante pode lançar mão de tipificações, de comportamentos baseados em estereótipos ou ainda, pela evocação de imaginários sócio-discursivos presentes em uma dada cultura. Por esse viés, o teórico nos permite dizer que a pathemização deve ser pensada em termos de efeito visado e que o estudo da mesma se centra no espaço das estratégias.

No campo das emoções, conforme já anunciado, há um crescente interesse por parte da Análise do Discurso em investigar os aspectos do funcionamento discursivo presentes naquilo que pode ser denominado de pathemização. Assim, há um retorno da emoção, conforme aponta Mattelart (1998, p 139). Principalmente, no campo televisivo, onde um conjunto de imagens, ilusões e sentimentalismos captura o telespectador através da utilização do universo de desejos amorosos e "[...] das paixões que desenha o horizonte psíquico sobre o qual pairam..." as produções midiáticas.

Em síntese, a emoção é percebida através do contrato comunicacional, através de representações provenientes do imaginário sócio discursivo. Além disso, há elementos que "garantem" a emoção, a saber: a) figuras e imagens, combinadas; b) comportamentos baseados em estereótipos (as tipificações); c) imaginário sócio discursivo (emoção evocada pelo mundo de crenças).

Segundo Amossy (2000), o pensamento é passional e a racionalidade se apoia em uma base afetiva, o que nos faz necessariamente pensar na coexistência da razão e da emoção. Para sustentar suas ideias, Amossy se associa a Parret (1986) na defesa da tese de que as emoções apresentam-se como julgamentos avaliativos racionais, o que faz com que o sujeito avalie um dado objeto a partir da articulação dos valores, das crenças e da razão. Nesse caminho, essa autora acredita que o discurso pathêmico

segue uma lógica das consequências, fundamentada em um princípio de finalidade, o que significa dizer que a tentativa não é a da construção de uma demonstração do que é verdadeiro, mas sim de uma busca de resultados práticos que norteiam um resultado desejado. Guardando semelhanças com o pensamento de Charaudeau, a tese dessa autora é a de que a emoção se deixa guiar por conhecimentos, crenças, opiniões e convicções.

Com base em uma hipótese de que as emoções se "[...] originam de uma 'racionalidade subjetiva' porque (...) emanam de um sujeito do qual se supõe ser fundado de 'intencionalidade'", Charaudeau (op. Cit. 2007, p. 240- 241) sustenta que existe uma orientação em direção a um objeto que não necessariamente encontra-se no real "nu e cru", mas no que é mediado pelas representações. Se existe uma mediação por parte das representações, pode-se dizer que as emoções são modos de avaliação de situações que o sujeito aprende a modular através das relações sociais e dos elementos culturais que uma dada sociedade constrói. São estas avaliações que permitem ao sujeito construir categorias emocionais que são forjadas culturalmente.

De modo geral, a questão central do pathos refere-se à melhor estratégia para tocar o interlocutor sem que este tenha tempo para pensar e refletir e se coloque a serviço de seus afetos. Para Charaudeau (2007, p 245), "[...] o sujeito falante então recorre a estratégias discursivas que tendem a tocar a emoção e os sentimentos do interlocutor (...) de maneira a seduzir ou, ao contrário, lhe fazer medo". Como se sabe, trata-se de um processo de pathemização que tem como fundamento provocar a adesão passional do sujeito interpretante e, consequentemente, atingir suas emoções.

No que diz respeito ao discurso midiático, a situação de comunicação em jogo leva à formação de um dispositivo situacional e implica na dimensão Éthica, na situação de comunicação e no dispositivo da troca e, ainda, no objetivo da comunicação, com suas respectivas visadas de captação e credibilidade, que só tem efeito enquanto ação pedagógica, quando existe uma identificação dos valores comuns entre a instância produtora e a instância receptora. A título de exemplificação, vimos que as revistas masculinas e femininas se apropriam dos valores que circulam no social e o divulgam de forma espetacularizada a partir de um logos

estruturado segundo uma lógica própria às mídias de gênero e, tendo ainda em vista uma adesão emocional do sujeito a valores nos quais ele possa se espelhar.

Assim, com as discussões desenvolvidas acima, pelo viés discursivo, afirmamos que é a situação global de comunicação que promove a pathemização. De modo geral, podemos dizer que o Pathos aparece a partir três elementos: a) As crenças; b) a materialidade linguística; c) o Ethos do enunciador.

Pensemos, rapidamente, em cada um deles.

O primeiro componente refere-se aos elementos presentes nos saberes comuns, nos saberes de crenças e nas elaborações feitas por uma dada comunidade de falantes. São nessas elaborações que encontramos as crenças culturais e podemos inserir também os estereótipos, as representações socialmente partilhadas, a opinião comum, ou seja, a doxa. Trata-se do sentido comum, cuja verdade é incerta, não-verificada, mas que tem um poder de persuasão talvez tão forte quanto à episteme. Cada comunidade construirá, inconscientemente, representações sobre homens e mulheres, representações em torno do sexo e da sexualidade, saberes e opiniões em torno da maternidade. A presença de elementos da doxa no discurso poderá suscitar emoções específicas no receptor, em função de uma identificação que esse receptor faz com tal discurso.

É importante destacar ainda que a presença dos valores oriundos da doxa – representações, crenças, valores, conhecimentos partilhados – viabilizam a presença da emoção no discurso e esses fatores possuem nuances diferenciadas em função do modo como a adesão pela emoção é construída. Entendemos que a emoção, nesse caso, é gerada por uma espécie de holófrase do par de significantes: aqueles que colocam o objeto no discurso – que pode ser uma ideia, um ethos, um raciocínio, uma pessoa, etc. – e certos saberes, representações e crenças provenientes do auditório.

Assim, as emoções surgem a partir de uma junção dos julgamentos feitos pelo auditório baseados em suas opiniões, saberes, vontades, "tendências" afetivas e morais, com as estratégias utilizadas pelo orador, seja em termo de modalidade de emoções (raiva, medo, ódio, alegria, compaixão, remorso, surpresa...), seja em termo de visão de mundo, seja em termos de valores que o orador manifesta em sua enunciação. Com isso,

a estratégia do sujeito comunicante é a de realizar um grau mínimo de identificação com o auditório e isso se dá pelo uso dos lugares-comuns.

No que se trata da materialidade linguística - o que a retórica clássica convencionou denominar logos - encontramos índices e materiais linguísticos elaborados textualmente que, associados a elementos extralinguísticos, são aptos a emocionar. Na verdade, trata-se, a nosso ver, de um arranjo da estrutura linguístico-textual que aparece no repertório lexical, nos procedimentos sintáticos, nos pressupostos e subentendidos e nos tradicionais elementos estilísticos. Poderíamos, também, localizar os seguintes pontos que possibilitam o surgimento do pathos no logos:

a) Vocabulário empregado: há determinados elementos do vocabulário, a utilização de certas expressões e termos utilizados que contribuem para a emoção do receptor. É comum encontrarmos em revistas femininas, por exemplo, utilização de jargões particulares a um grupo de mulheres, a utilização de um vocabulário que mostra a tentativa, por parte do sujeito-comunicante, em estabelecer uma relação "intimista" com sua leitora buscando uma identificação entre as partes. Encontramos, como exemplo, os seguintes enunciados presentes no editorial da revista Nova Cosmopolitan, de maio de 2002: 1. "Finalmente você encontrou o candidato perfeito: bonito, inteligente, bem-sucedido, normal.", 2. "Quando seu amor é capaz de confessar as fantasias dele é porque ele confia em você", 3. "Existem situações igualmente excitantes, como: agarrar o seu amado no banheiro unissex de um restaurante; usar um vestido soltinho (e de fácil acesso) para namorar num cantinho discreto de uma praia, fazer amor sob as estrelas em um quarto de motel com solário, no topo do seu prédio, na piscina ou na cobertura de um amigo...".

b) Relações interdiscursivas: se, de um lado, as relações interdiscursivas podem ser incluídas no procedimento de construção dos saberes de crenças, elas podem também ser incluída no logos, pois tratam da manifestação do "saber - comum", refletido em uma materialidade que se manifesta linguisticamente. Tomemos, mais uma vez, o exemplo das revistas femininas. A revista Nova, do grupo Abril Cultural, por exemplo, apresenta certas matérias que fazem parte de um conjunto de textos que estão presentes em revistas femininas diversas, voltadas para o aconselhamento da mulher quanto ao seu comportamento sexual. O discurso implícito nestes tipos de artigos é o discurso de como a mulher deve

proceder face às exigências de seu parceiro, o que fazer para que ele obtenha maiores prazeres e o que fazer para melhor satisfazê-lo na cama. No interdiscurso, é possível verificar quais as intenções, os implícitos e onde o enunciador se situa.

c) Código de linguagem: o tipo de código de linguagem pode ser um fator determinante para a construção de uma "razão páthica". A escolha por uma linguagem "culta", o uso da linguagem coloquial, da presença da linguagem oral na escrita, o uso de testemunhos, a presença constante de diminutivos marcam um tipo de leitura instituída pelo enunciador.

No entanto, é importante que precisemos que o uso de vocábulos, elementos lexicais, estruturais gramaticais, código de linguagem e tantas outras operações linguísticas não são suficientes para operar a emoção. De fato, o gérmen cristalizado da emoção só efetivamente eclode a partir do "[...] território comum do locutor e do interlocutor" Bakhtin (1999, p.113). Melhor dizendo: faz-se necessário que haja uma pertinência do ponto de vista contratual e dos elementos presentes no circuito psicossocial. Ainda com Bakhtin (2003, p. 292):

> [...] a emoção, o juízo de valor, a expressão são estranhos à palavra da língua e surgem unicamente no processo do seu emprego vivo em um enunciado concreto. Em si mesmo, o significado de uma palavra (sem referência à realidade concreta) é extra-emocional. Há palavras que significam especialmente emoções, juízos de valor: 'alegria', 'sofrimento', 'belo', 'alegre', 'triste', etc. Mas também esses significados são igualmente neutros como todos os demais. O colorido expressivo só se obtém no enunciado, e esse colorido independe do significado de tais palavras, isoladamente tomado de forma abstrata.

Isso posto, sustentamos, com Charaudeau (2000) e Bakhtin (2003) que do ponto de vista linguístico, a emoção só é de fato acionada em função da troca comunicativa que se estabelece entre os sujeitos da comunicação.

Por fim, pensemos no Ethos. O peso do ethos na construção de um discurso pathêmico reside na possibilidade de contágio estabelecido pelas estratégias desenvolvidas pelo orador, estratégias estas aptas a causar empatia, identificação ou transferência. Tais elementos levam à criação de um discurso pathêmico partilhado pelos parceiros da troca comunicativa, o que gera um efeito que poderíamos denominar de efeito de massa e, aí, temos, uma massa de sujeitos em torno de uma espécie de "amor" pela figura do líder, o que geraria uma comunidade em torno das paixões massificadas. Com base no que foi dito, o fenômeno das emoções só se dá a partir de elaborações discursivas assentadas em elementos construídos em torno da vida do orador – o ethos prévio – e pelo discurso próprio discurso do orador – ethos discursivo. É claro que o formador do discurso se dá através daquilo que o orador – cônscio ou não – utiliza dos aspectos morais, valorativos e dos ideais "adotados" pela "recepção", mas, também, do julgamento que essa instância faz daquilo que é produzido pela instância de recepção.

Conforme orienta-nos Charaudeau (2007, p. 245), não existe, quando se trata do pathos, uma especificidade linguística que o engendra. Trata-se, nesses casos, de se pensar o pathos como uma configuração pathêmica que tem como finalidade principal alcançar o outro:

> A questão "Como tocar o outro" é o objetivo que o sujeito falante pode ter para fazer com que este outro não faça reflexões sobre a fala em questão e se deixe levar pelos movimentos de seus afetos. O sujeito falante então recorre a estratégias discursivas que tendem a tocar a emoção e os sentimentos do interlocutor – ou do público – de maneira a seduzir ou, ao contrário, lhe fazer medo. Trata-se de um processo de dramatização que consiste em provocar a adesão passional do outro atingindo suas pulsões emocionais. Estamos em plena problemática do pathos, embora esta última possa se estender às outras atitudes.

Como tocar o outro, estratégias discursivas, adesão. Os três elementos por nós destacados a partir da citação acima nos conduzem à proposição geral feita pela teoria semiolinguística e se inserem em uma problemática da influência. Segundo o criador dessa teoria, tal problemática recai sobre quatro princípios: princípio da alteridade, princípio da influência propriamente dita, princípio da regulação e princípio da pertinência. Tais princípios encontram-se articulados entre si e estabelecem o quadro geral de uma teoria "comunicacional" que tem na relação com o outro, com todas as implicações, seu fundamento.

Segundo Charaudeau (1996, 2007), o contato com o outro ocorre pelo viés de um processo de enunciação que implica em construir justificativas pelas quais se toma a palavra; qual o tipo de relação será estabelecida com o outro, de tal forma que o sujeito falante assegure seu lugar,

através de um constante processo de regulação; ou ainda o sujeito falante deverá pensar em como se impor ao outro, qual postura assumirá (que seja ethicamente mais favorável) para atrair o auditório.

Outro aspecto refere-se aos meios que esse sujeito buscará encontrar para tocar o outro, a fim de seduzi-lo e, por fim, em como descrever o mundo ao interlocutor, através de um processo de racionalização, que dê conta de explicar (ou narrar) os fatos, acontecimentos e dados do mundo. Em síntese, acreditamos que todos os aspectos relacionados ao estabelecimento do contato com o outro se referem a uma busca de adesão do outro ao discurso do orador ou em outros termos, ao nosso discurso.

É a partir dessa problemática que pensamos o discurso midiático como aquele que toma o amor como um dos importantes discursos causadores da emoção na contemporaneidade. Como procuramos demonstrar na parte I desta tese, o amor sempre esteve em causa como um dos motores da produção literária, colocando assim o discurso amoroso como "formador" de um modo de pensar e agir, no passado. Assim, nossa proposta é a de pensar como o discurso midiático "assumiu", de certo modo, o lugar ocupado pela literatura e que o amor (sempre na moda) continua a ser, talvez, o modo discursivo mais significativo na contemporaneidade como "causador da emoção" e estratégia de captação no jogo locutor X interlocutor.

Considerações finais

Neste artigo, quisemos apontar, ainda que brevemente, a possibilidade do estabelecimento de uma interface – uma interdisciplinaridade – entre a Análise do Discurso e a Psicanálise. Para tanto, evocamos aspectos da teoria semiolinguística e buscamos associá-los a aspectos da teoria psicanalítica, sobretudo a de orientação lacaniana. A possibilidade de uma interface não implica em uma teoria subsumir a outra, mas, antes, na possibilidade de pontos de encontro, de contribuição, de coparticipação. A Análise do Discurso nasce daí, da interlocução entre uma teoria da língua, a linguística, uma do sujeito, a psicanálise, e uma teoria da sociedade, o marxismo. Com um início tão rico e profícuo, uma teoria desse tipo só tem a ganhar ao manter tais aspectos que, ainda hoje, lhes são subjacentes. Assim, abrir espaço para uma psicanálise de orientação lacaniana, é pensar nas possibilidades de se ver o sujeito contemporâneo a partir de uma lógica que considera que seu inconsciente, por ser estruturado como linguagem, encontra-se em situação de porosidade frente ao mundo, absorvendo-o, filtrando-o, a partir dos significantes que lhes são oferecidos para se identificar.

Referências

ARNOLD, M. (ed.). *The nature of emotion*. Baltimore: Penguin, 1968.

AMOSSY, Ruth. *As imagens de si no discurso*. São Paulo: Contexto, 2000.

ARISTÓTELES. *Retórica das paixões*. Prefácio: Michael MEYER. Introdução, notas e tradução do grego: Isis Borges B. da FONSECA. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Edição Bilíngue Grego-Português.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1999.

BAKHTIN, Mikail. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. Pp. 277 – 326.

CHARAUDEAU, Patrick. Para uma nova análise do discurso. In: CARNEIRO, Agostinho Dias (org.) *O discurso da mídia*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996. p. 5- 43.

CHARAUDEAU, Patrick. Une problématisation discursive de l'émotion: À propos des effets de pathémisation à la télévision. in: C. PLANTIN, M. DOURY, V. TRAVERSO (Eds.).*Les Émotions dans les Interactions*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon (Collection "Ethologie et Psycholologie des Communications), 2000. p 125- 155.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. Trad. Ângela Correa. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. Analyse du discours et communication. L'un dans l'autre ou l'autre dans l'un ?, *Semen, 23*, Sémiotique et communication. Etat des lieux et perspectives d'un dialogue, [En ligne], mis en ligne le 22 août 2007.

CHARAUDEAU, Patrick. Pathos e discurso politico. In: MACHADO, Ida Lucia; MENEZES, William; MENDES, Emília. *As emoções no discurso*. São Paulo: Lucerna, 2007. Pp. 240- 251.

FREUD, S. (1915). Emoções inconscientes. Vol. XV. In : _____. *Edição standard das Obras completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro : Imago, 1972. p. 157 – 168.

FREUD, S. (1921). Psicologia das massas e análise do eu. Vol XVIII. In ; _____. *Edição standard das Obras completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro : Imago, 1972. p. 99- 152.

FREUD, S. (1923). O eu e o isso. In : _____. *Edição standard das obras completas de Sigmund Freud*. Vol. XIX. Rio de Janeiro : Imago, 1972.

FREUD, S. (1929/1930). Mal-estar na civilização. In : _____. *Edição standard das obras completas de Sigmund Freud*. Vol. XXI. Rio de Janeiro : Imago, 1972.

HORCHSCHILD, A. R. The sociology of emotion as a way of seeing. In: BENDELOW, G. & WILLIAMS, S. J. (eds.). *Emotions in social life: critical themes and contemporary issues*. London: Routledge, 1998.

LACAN, Jacques (1959- 1960). *O seminário, livro 7: A ética da Psicanálise*. Tradução: Antônio Quinet. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

LACAN, J. remarque sur le raport de Daniel Lagache. In: _____. *Écrits*. Paris: Ed. Du Seuil, 1966.

LACAN, Jacques (1953- 1954). *O seminário, livro 1: Os escritos técnicos de Freud*. Rio de janeiro: Zahar, 1979.

LACAN, Jacques. (1972- 1973). *O seminário, livro 20: Mais, ainda*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

LACAN, Jacques. (1973). *O seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

LACAN, Jacques. (1974). Televisão. In: _____. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. pp. 508- 543.

LACAN, Jacques. (1962- 1963). *O Seminário, livro 10: A angústia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

LÉBRUN, Gerard. O conceito de paixão. In: NOVAES, Adauto (org.). *Os sentidos da paixão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. pp. 17 – 33.

MATTERLAT, Michèle; MATTERLAT, Armand. *O carnaval das imagens: a ficção na TV*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

MATURANA, Humberto. *Cognição, ciência e vida cotidiana*. Tradução e organização: Cristina Magro e Victor Paredes. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

MIRANDA, Cássio Eduardo Soares. *Abordagem do discurso amoroso na ótica da análise do discurso e da psicanálise*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras – Universidade Federal de Minas Gerais. Tese de doutorado. 2008. 406f.

PARRET, Herman. *Les passions: essays sur la mise en discours de la subjectivité*. Bruxelles: Pierre Mardaga, 1986.

TOMKINS, S. *affect, imagery, consciousness. Vol. I: the positive affects*. New York: Springer, 1962.

TOMKINS, S. *Affect, imagery, consciousness. Vol. III: the negatives affects: anger and fear*. New York: Springer, 1991.

TOMKINS, S. *affect, imagery, consciousness. Vol. IV: Cognition: duplication and transformation of information*. New York: Springer, 1992.

Nuances discursivas da entrevista: um diálogo com Peytard e Moirand

Sônia Caldas Pessoa[1]
Doutoranda UFMG

O lugar da entrevista

O encontro dos professores franceses Jean Peytard e Sophie Moirand com o gênero discursivo entrevista é abordado, no presente artigo, a partir do livro Discours et enseignement du français, Les lieux d'une reencontre, publicado em 1992, em Francês e sem tradução para o Português. A didática do ensino do idioma Francês é uma das temáticas principais do trabalho de Peytard e a entrevista surge como uma das exemplificações do quadro teórico apresentado na obra sobre o tema. Apesar de não ser o foco do livro, a discussão aborda pontos centrais na problemática da entrevista: a tensão entre a aproximação e o distanciamento da conversação cotidiana e as restrições impostas pelo dispositivo midiático, bem como a presença virtual da audiência.

O que nos intriga são exatamente as fronteiras tênues entre a espontaneidade e a artificialidade deste gênero discursivo. E ainda: diante das novas tecnologias, podemos teorizar e avaliar pragmaticamente a entrevista de acordo com os pressupostos clássicos estabelecidos por analistas do discurso ou faz-se necessária uma nova leitura? Outros componentes relacionado à preparação dos entrevistados, os chamados media training, ou cursos para garantir uma boa performance dos entrevistados coloca o convidado em uma posição mais confortável para o jogo com o entrevistador?

---

[1] Bolsista Capes (Poslin / UFMG) e Bolsista CNPQ (Doutorado Sanduíche UFMG / Paris Est-Creteil Université).

Abordaremos aqui as reflexões de Peytard e Moirand (1992) acerca da entrevista, considerada por eles como um gênero que revela nuances discursivas privilegiadas. Propomos um percurso que conduz ao estudo dos autores sobre o tema: inicia-se com as características da entrevista, percorre pela situação de enunciação particular, pelas formas de diálogo e pelos fenômenos de narrativização para, finalmente, abordar a tensão que marca a entrevista – espontaneidade e oralidade - produzida em uma interação com disputa de espaço, poder, status e credibilidade. Nossa proposta é apresentar as reflexões dos autores, pouco conhecidas no Brasil, estabelecendo um diálogo entre as mesmas.

Antes, porém, esclarecemos que os escritos de Peytard e Moirand apresentam, na obra citada, uma abordagem genérica da entrevista, na qual é sutil a diferenciação entre a entrevista radiofônica e a impressa. Não poderia ser diferente, pois se trata de um estudo em âmbito geral sobre os postulados da entrevista, com alguns exemplos úteis ao ensino do idioma Francês, os quais contribuem com pistas para análises mais detalhadas. Neste espaço, preferimos nos ater à entrevista radiofônica, a que, a nosso ver, dispõe de muitas características semelhantes à conversação espontânea. Inevitavelmente mencionaremos, en passant, a entrevista impressa.

A quarta parte de Discours et enseignement du français aborda a linguagem verbal e destaca três grandes áreas que salientam a atenção dos pesquisadores: a comunicação profissional, a comunicação midiática e a comunicação literária. Na comunicação midiática, por sua vez, o olhar de Peytard e Moirand recai sobre três gêneros: a entrevista, a reportagem esportiva e a crítica literária.

Breve percurso pelas origens?

A entrevista é considerada, por Peytard e Moirand, um gênero do discurso surgido na França, em 1884, no *Le Petit journal*[2] e que teria se desenvolvido no rádio na década de 1950. Retomemos aqui a etimologia da palavra: no Francês, entrevue ou ato de ver um ao outro, uma breve visita; no Latim, inter ou entre e videre ou ver. Em sua concepção clássica, a entrevista seria um encontro entre dois interlocutores, em princípio realizado face a face, para abordarem determinado assunto. No caso da entrevista midiática, o entrevistador se ocupa de perguntas sobre projetos, opiniões, trabalho e vida pessoal do entrevistado, dependendo do tema e do convidado em questão. O desenvolvimento da comunicação midiática, no entanto, apresenta novos desafios à entrevista, que não está mais restrita à interação face a face, mas sujeita à inovação tecnológica, o que impõe ainda maior complexidade a este gênero discursivo.

Se no *Le Petit Journal*, do século XIX, a entrevista era presencial, na contemporaneidade pode ser realizada de diversas outras maneiras. A mais conhecida, sem dúvida, é a entrevista por telefone, inserida na rotina produtiva midiática, especialmente no rádio, ocupando lugar de destaque tanto nos bastidores - cujo objetivo é a apuração de notícias - quanto no ar, quando gravada ou veiculada ao vivo. Por se tratar de uma produção de baixo custo, evitando os custos de deslocamento de entrevistadores, ocupa, no Brasil, amplo espaço na programação radiofônica. Além do telefone, outras tecnologias são utilizadas na relação entrevistador/entrevistado: e-mail, chat, fórum, aplicativos de áudio e de vídeo. Estas novas tecnologias podem sugerir um reconfigurar da situação de enunciação e da própria produção discursiva.

Peytard e Moirand reconhecem a onipresença da entrevista nos suportes rádio, televisão e meio impresso, não contemplando a internet, que ainda se iniciava enquanto canal de comunicação quando se publicou a referida obra (1992).

Uma situação particular de enunciação

Ao delimitar a complexidade da situação de enunciação da entrevista, Peytard e Moirand indicam a proposta de sua abordagem: o limiar entre a conversação rotineira e a midiatização do discurso, direcionado a um terceiro, ausente da cena de enunciação, mas presente na intenção e no endereçamento do discurso pelos interlocutores. Neste sentido,

[2] A Bibliothèque Nationalle de France dispõe de 29.518 edições do *Le Petit journal*. São 82 anos de arquivo, de 18863 a 1944, que podem ser consultados em http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb32895690j/date.

para os autores, a entrevista é uma produção de duas situações bastante distintas de enunciação. Há um diálogo que se co-constrói entre dois interlocutores, mas direcionado, também a um terceiro virtualmente presente (a audiência e/ou os leitores).

De acordo com Charaudeau (2005), lembramos que a instância de enunciação é um dos quatro componentes que se interpõem na constituição do gênero midiático informativo. Os outros três são o tipo de modo discursivo, o tipo de conteúdo temático e o tipo de dispositivo. A origem dos sujeitos falantes e o seus graus de implicação caracterizam as instâncias enunciativas, as quais podem ser, entre outras: jornalistas, entrevistadores, ocupantes de cargos públicos, especialistas e celebridades.

Se tomarmos por base o suporte impresso ou a internet, este diálogo pode ser refeito por um dos dois protagonistas: o escritor-jornalista, que, ao escrever a entrevista para publicação, se posicionaria na função de um potencial leitor. Neste caso, a participação do entrevistador ocorre em dois momentos bastante distintos: no primeiro, está diante do interlocutor e estabelece com ele uma troca linguageira, com vistas a obter as respostas que interessam ao jornal, ao público ou ao próprio entrevistador. Em um segundo momento, defronta-se à fala do entrevistado, que já não está mais presente e tampouco está autorizado a participar da narrativização. Estes ajustes, por suposto, são da estrita competência e do âmbito profissional do entrevistador.

Ainda que, no meio impresso, a entrevista seja publicada na modalidade "pingue-pongue" (jargão jornalístico), com perguntas e respostas escritas na página, simulando a reprodução literal da fala, a publicação é antecedida por modificações em relação ao que ocorreu na cena de enunciação. Exige-se, normalmente, narrativas que apresentem não só o entrevistado ou o tema sobre o qual vai relatar, como também o espaço ou contexto no qual sucedeu a entrevista. Há, ainda, edição nas respostas para que ocupem posições determinadas na página e até pequenas correções e/ou adequações que objetivam corrigir erros gramaticais ou de informação. E é neste nível local (Maingueneau, 2008, p.195) da problemática relacionada à enunciação, que se encontrariam "as marcações de discurso citado, de reformulações, de modalidades etc, que permitem confrontar diversos posicionamentos ou caracterizar gêneros do discurso".

Quanto ao terceiro participante da conversação?, virtualmente presente, estaria bem distante do tempo, do espaço e da cena de enunciação no momento da entrevista. A leitura, própria de cada um, se concretizaria em momentos outros que não o da interação, surgindo assim os possíveis interpretativos (Charaudeau, 2007), que ocorreriam em cenas bastante diferenciadas daquelas nas quais a entrevista aconteceu.

O rádio, por seu turno, permite outras possibilidades, além da narrativização e da entrevista editada. Podemos recortar, para efeitos comparativos, dois momentos de entrevista, considerando a situação das instâncias enunciativas e a relação entre as mesmas e o público, o terceiro participante virtualmente presente. Para isso, restringir-no-emos às entrevistas nas quais os dois protagonistas estão presentes fisicamente. Assim, podemos definir pelo menos três cenas enunciativas: no estúdio da emissora de rádio, no ambiente do entrevistado (casa, escritório, local de trabalho) ou em um acontecimento factual em local não definido a priori. Além da cena enunciativa, vamos considerar as peculiaridades de transmissão do suporte rádio, que são bem distintas das características do impresso. Neste sentido, recordamos ao leitor as alternativas de transmissão de uma entrevista presencial: 1) ao vivo (transmissão simultânea à realização da entrevista, portanto sem edição); 2) gravada como se fosse ao vivo (é corriqueiro as emissoras de rádio gravarem programas com duração previamente estipulada, simulando estar ao vivo com vistas a economizar produção e custo de edição; 3) gravada, a fim de sofrer pequenas edições, conservando a interação comunicativa no formato perguntas e respostas; e 4) gravada, para se retirar falas curtas que preencham ou ilustrem uma reportagem – estes trechos de fala são denominados "sonora".

As duas primeiras situações de entrevista – ao vivo real ou ao vivo simulada – são as que mais se aproximam da conversação espontânea, além de permitirem uma maior relação de proximidade com o terceiro participante da interação – o público. Ausente da cena enunciativa, como já afirmamos, está por perto, como a "espiar" o que dizem os outros e se o dizem para ele.

A entrevista, grosso modo, é a voz do outro, a voz diferente em meio a tantas vozes conhecidas na programação radiofônica. Pode ser a voz que informa, que explica, que orienta, que opina, que diverte, sendo, por-

tanto, capaz de estabelecer diversas relações com o ouvinte, bem como efeitos de sentido. É o espaço do ser de fala que não pertence ao quadro interno da emissora. Ela preenche vazios do programa, quebra a monotonia de uma voz única e pode despertar sensações outras para o receptor, distintas das sensações habituais já experimentadas na audição da voz do locutor do programa. Além destas características, garante credibilidade à emissora e prestígio ao programa radiofônico.

Do ponto de vista da produção jornalística, a entrevista é um instrumento para garantir a ideia de que há pluralidade de vozes, ou seja, vários interlocutores desfilam em uma arena supostamente democrática, o que permite, pelo menos em tese, a manifestação livre do pensamento e a liberdade de expressão. E a entrevista radiofônica, pelas próprias peculiaridades do suporte, parece-nos um gênero propício à aproximação e ao envolvimento deste terceiro participante virtualmente presente. No Brasil, assim como em diversos países, o rádio é considerado, no quesito afetividade, o suporte midiático mais próximo ao público. Uma metáfora antiga, rádio é companheiro, resiste ao tempo e às significativas mudanças pelas quais o suporte comunicativo passou ao longo dos seus mais de 90 anos de presença no país.

Charaudeau atribui à voz o sucesso do relacionamento mágico capaz de ser desencadeado entre rádio e público. O autor destaca a afinidade, muito particular que une o rádio e o ouvinte, como a principal tipicidade deste suporte, não existente nem no impresso e sequer na televisão. "Intimidade, para o melhor ou para o pior, na qual a voz revela a escuta, atenta ou inconsciente, os movimentos de afeto, sentimentos favoráveis ou desfavoráveis, tremor de emoção, paixão ou frio, as vibrações do espírito, sinceridade ou mentira"[3] (Charaudeau, 2005, p.178).

Esta aproximação possível entre o rádio e o público torna-se ainda mais importante durante a realização da entrevista ao vivo real ou ao vivo simulada. Nestes casos, o ouvinte tem a oportunidade de se sentir

[3] Minha tradução para: "Intimité, pour le meilleur ou pour le pire, en ce que la voix révèle à l'écoute, attentive ou inconsciente, les mouvements de l'affect, sentiments favorables ou défavorables, le tremblement des émotions, froider ou passion, les vibrations de l'esprit, sincérité ou mesonge".

participante da interação, como se falassem para ele e com ele. Dois interlocutores presentes na cena enunciativa se esforçam por captar a atenção de um terceiro, virtualmente presente no momento da enunciação.

A mise en scène da entrevista radiofônica pode envolver, por vezes, uma referência direta ao ouvinte da emissora ou de determinado programa. É convidado a participar da conversa, por intermédio de intervenções tais como "você que nos ouve", "o ouvinte da rádio", "você que acompanha o caso", "você que está ligado na rádio", "você que participa conosco", dentre outros apelos.

Cada protagonista no seu papel?

O papel de cada interlocutor é o argumento central na tese de Peytard e Moirand para a distinção entre a conversa cotidiana e a entrevista. O fato de não haver possibilidade de inversão de papéis aponta para alguns limites discursivos da entrevista. O entrevistador tem o dever de interrogar, prevalecendo o seu direito a certa liberdade em um território do outro; já o entrevistado tem o dever de se curvar a este gênero. Caso se recuse a participar, terá que assumir as consequências, as quais poderão incluir abalos em sua credibilidade e notoriedade.

Charaudeau (2007) lembra que, no suporte rádio, cada participante está legitimado pelo papel que exerce neste tipo de interação. Podemos elencar, também de acordo com o autor, três participantes principais, dois deles presentes na cena de enunciação – entrevistador e entrevistado. E o terceiro, visado pelos dois primeiros, talvez como o interessado principal na interação.

Neste sentido, Peytard e Moirand afirmam que não poderíamos considerar a entrevista somente como a troca verbal no momento de sua produção, de vez que haveria um segundo produto, resultado de um texto construído, seja em uma emissão de rádio gravada e editada ou em um artigo para um jornal impresso, inscrito num tempo e num espaço.

A entrevista no rádio exige que seja evitada a sobreposição de falas – o que a distingue do debate e da conversação – e ainda que a distribuição da fala seja mais ou menos organizada. No entanto, pode haver momentos ou espaços nos quais os interlocutores não respeitem estas regras.

Por isso, em alguns momentos, a espontaneidade pode ser "ludibriada". Tem-se a impressão de que a conversa flui espontaneamente, mas na realidade há intervenções do entrevistador no sentido de tentar controlar a conversação e manter certa ordem nos turnos de fala. A própria dinâmica e a exigência do ritmo sonoro das emissoras impõem restrições à entrevista. Como lembra Charaudeau (1984), a entrevista exige que sejam evitados o silêncio e os tempos mortos. Garantiria, então, um contínuo sonoro, característica que é própria das rádios.

Uma análise elaborada por Peytard e Moirand, em um corpus exploratório de mídias, revelou que as entrevistas se utilizam de diversas formas discursivas. Elas se situam a meio caminho entre a oralidade espontânea de uma conversação face a face e o oral construído de uma exposição destinada a um público específico, visto que um jornalista reformula, recapitula e explicita para o seu público a proposta do especialista. Aproximam-se também da escrita literária, de um certo cotidiano, que se desvia da forma de diálogo para deslizar em direção à narrativa, um retrato narrado e uma descrição quase romantizada.

A pesquisa exploratória incluiu rádios nacionais francesas, periféricas e livres, além de uma diversidade de magazines. O resultado desta averiguação mostrou que as entrevistas são reveladoras das sociedades nas quais são produzidas, do espírito dos tempos e de um projeto editorial de mídia, bem como das potencialidades do sistema linguístico que atualizam.

As formas do diálogo

Peytard e Moirand relacionam dois tipos de perguntas elaboradas pelos entrevistadores. O primeiro grupo reúne aquelas intervenções do jornalista, formuladas de maneira a fornecer informação ao público. Por isso, estas intervenções são parcialmente destinadas ao interlocutor na troca comunicativa, isto é, a questão foi dirigida ao entrevistado, será respondida por ele, mas visa atender a uma suposta necessidade ou curiosidade do público. O segundo grupo de intervenções aglutina as questões destinadas mais diretamente ao interlocutor e nem sempre são do locutor. Muitas vezes os questionamentos são elaborados de acordo com a representação que o entrevistador faz da audiência ou dos leitores a partir dos conhecimentos compartilhados com o entrevistado. O entrevistador idealiza um ouvinte modelo e conduz a interação a partir desta pressuposição. Ressalve-se que nem sempre há este compartilhamento de informação e de conhecimentos, como é o caso de entrevistas científicas. E que é impossível prever a interpretação que o público fará de determinado diálogo.

As marcas pessoais dos interlocutores revelam toda a complexidade enunciativa da fala e da estrutura polifônica das mensagens. Peytard e Moirand destacam que, por meio destas marcas, estabelece-se a relação enunciativa, tornando nítidas as nuances de uma troca discursiva, como a distinção entre os outros e si, bem como a ambiguidade de determinadas palavras ou expressões, como o "On", pronome do idioma francês muito utilizado na linguagem coloquial para substituir "Nous" (ou nós), mas aplicado também como pronome indefinido ou indicativo de mais de uma pessoa.

As diferenças e similaridades

O rádio e a televisão inserem, cada vez em maior frequência, entrevistas em suas programações. O repertório inclui uma gama variada de entrevistados: personalidades científicas, político-administrativas e até mesmo anônimas. Mas Peytard e Moirand explicam que as entrevistas orais, por vezes, são cuidadosamente preparadas pelos parceiros comunicativos anteriormente à gravação ou até mesmo antes de serem realizadas ao vivo. A edição é uma preocupação especial dos autores, que lembram as consequências de uma montagem, como o corte de determinadas falas, a recomposição de respostas e até mesmo a reelaboração de intervenções ou questões do jornalista para tornar a entrevista mais didática.

A combinação entre entrevistador e entrevistado sobre o tema a ser tratado é inevitável, bem como a discussão sobre o enfoque ou o tipo de abordagem a ser realizada no ar, durante a entrevista. No rádio, no entanto, trabalha-se muito com o improviso e a agilidade, o que inviabilizaria ou pelo menos atenuaria entrevistas cuja pre-produção tenha muita interferência no produto final.

A entrevista oral está sujeita a alterações múltiplas quando transcodificada para a forma escrita. Ao transcrever a interação, o jornalista pode alterar tanto a compreensão, quanto a organização do conteúdo. Peytard e Moirand concluem ainda que todos os tipos de cortes realizados na entrevista são manifestações de um escritor (ou produtor) em direção aos leitores. Alguns exemplos são o uso de negrito em algumas palavras ou de informações em itálico, parênteses, entre outros recursos gráficos.

Peytard e Moirand acreditam que a entrevista tem como objetivo maior facilitar a escuta ou a leitura de documentos particulares:

> Orais ou escritas, espontâneas, preparadas ou reformuladas, as entrevistas dialogadas (ou mostradas na forma de diálogo) geralmente seguem as regras conversacionais habituais: as perguntas abrem e encerram as diferentes sequências, elas avançam a partir do geral para o particular ou até ao mais íntimo, combinam enunciados preparatórios e atos diretores que se inscrevem em um encadeamento dialogal destinado a facilitar a escuta e a leitura de documentos particulares (Peytard e Moirand, 1992, p. 182-183)[4].

De acordo com os autores, a entrevista narrativizada se utiliza de alguns processos do discurso relatado. Entre estes processos estão o enquadramento das falas aspeadas e os verbos introdutores do dito, além do jogo dos planos de enunciação: os indicadores temporais e espaciais e toda a gama de tempos verbais franceses.

A operação para transformar uma interação oral em um texto escrito requer, ainda segundo os autores, algumas adaptações. As entrevistas são geralmente precedidas por uma descrição, como no romance. Há casos, nos quais também é precedida por um pequeno texto capaz de recriar uma atmosfera, descrevendo a paisagem, a aparência física do entrevistado, seus gestos e as características prosódicas da voz distante.

[4] Tradução minha para "Orales ou écrites, "spontanées", préparées ou reformulées dans leur totatilé, les interviews dialoguées (celles qui se montrent sous forme de dialogue) suivent généralement les règles conversationelles habituelles: les questions ouvrent et ferment les différentes séquences, elles progressent du général au particulier ou au plus intime, combinent des énoncés préparatoires et des actes directeurs et s'inscrivent dans un enchaînement dialogal destiné à faciliter l'ecoute ou la lecture de ces documents particuliers".

Apontamentos finais

Faz-se necessário refletir sobre que tipo de entrevista estamos relatando. Podemos considerar uma multiplicidade de critérios para tratar do tema em questão. Do ponto de vista da Análise do Discurso, em especial da Teoria Semiolinguística, as interações na entrevista podem variar de acordo com o dispositivo, a identidade dos sujeitos comunicantes, as estratégias adotadas por eles e ainda de acordo com um segundo papel exercido por cada interlocutor durante a interação. O papel primeiro, evidenciado pela própria condição da entrevista, é o de entrevistador e de entrevistado. Contudo, cada interlocutor assume papéis outros, que vão sendo construídos durante a mise en scène.

Estes papéis variam de acordo com a identidade dos parceiros e com as próprias dinâmicas estabelecidas na cena enunciativa. Esta variação pode acontecer, tanto no decorrer de uma mesma entrevista, quanto de uma entrevista para outra. Cada entrevistado, seja ele político, suspeito de crime, autoridade, vítima, especialista ou celebridade, dentre tantos outros, representa, simultaneamente, um aliado e um antagonista para o entrevistador. No que se refere a ser aliado, trata-se de um parceiro que, na troca comunicativa, é capaz de garantir o sucesso da interação e do programa; por vezes tornam-se cúmplices. Quanto a ser antagonista, ainda que o entrevistador detenha algum controle técnico sobre a entrevista, cada interação apresentará condições linguageiras próprias, o que exigirá deste entrevistador, responsável pela interação, um constante esforço adaptativo.

Apesar de ter o poder de abrir, conduzir e encerrar a entrevista, o entrevistador não consegue controlar o comportamento discursivo do entrevistado. Portanto, mesmo com toda a mise en scène, de certa forma previsível, ainda há espaço para surpresas e imprevistos.

"O rádio é, por excelência, a mídia da transmissão direta e do tempo presente", conforme qualifica Charaudeau (2007). A espontaneidade e a oralidade construídas obedecem às nuances sugeridas pelas peculiaridades próprias do suporte. Tanto uma, quanto outra são constantemente refeitas durante a interação, constituindo assim o rádio em um espaço diferenciado para as entrevistas.

A midiatização da entrevista radiofônica impõe limites e restrições, mas não impede a transgressão (termo usado aqui no sentido positivo), conforme a definição desenvolvida por Machado (1998) durante seu pós-doutoramento, realizado na Universidade Paris XIII, sob orientação do professor Patrick Charaudeau. Em outras palavras, os parâmetros do gênero podem ser subvertidos, mesclados a outros e até mesmo os papéis estão sujeitos à reestruturação no movimento constante e imprevisível da interação oral.

Em nome da busca pela audiência – tomado aqui o termo como o terceiro ao qual o discurso é endereçado e não apenas como referência aos números que indicam ouvintes ligados no programa – os interlocutores adaptam seu discurso e podem surpreender tanto o interlocutor, quanto o próprio público. A técnica da entrevista guia, mas não garante o controle nem o sucesso da interação.

A própria flexibilização pela qual está passando a produção jornalística nos últimos anos, especialmente no rádio e na televisão, com a incorporação de novas propostas e de técnicas oriundas da internet e do entretenimento, abrem espaço para uma reformulação do gênero entrevista.

As mudanças ocorrem também no universo linguageiro dos entrevistados. Tem se tornado cada vez mais comum, no Brasil e em diversos outros países, o treinamento para discursar na mídia. Políticos, executivos, gestores, artistas, esportistas e diversos outros profissionais frequentam cursos com vistas a este objetivo. Tal treinamento pressupõe a escolha de enunciados e de informações, um "comportamento linguístico adequado" à mídia ou a determinado público, trabalhando habilidades como tranquilidade, naturalidade e espontaneidade ao falar.

Por outro lado, a possibilidade de a entrevista radiofônica ser ouvida novamente por um ouvinte ou ser acessada em época distante do momento no qual foi veiculada pode acarretar diferentes interpretações por parte do destinatário imaginado pelos interlocutores. Cada escuta será vivenciada de maneira ainda mais particular em um tempo e um espaço distantes, ainda que a estética da escuta, se assim podemos dizê-lo, seja própria de uma sociedade, grupo social ou época.

Se, do ponto de vista da escuta, as mudanças se constituem neste novo cenário; do ponto de vista das instâncias enunciativas, o tipo de discurso, de conteúdo temático e de dispositivo podem estar afetos a adaptações que garantem certo "ar contemporâneo" a gêneros tradicionais e ritualmente consagrados.

CHARAUDEAU, Patrick. Description d'un genre: L'interview. IN: Patrick Charaudeau (org). *Aspects du discours radiophonique*. Paris: Didier Erudition, 1984, p. 111-115.

CHARAUDEAU, Patrick. *Les médias et l'information – L'impossible transparence du discours*. Bruxeles: De Boeck & Lacier S.A., Institut National de L'audiovisuel, 2005.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das Mídias*; tradução Ângela S. M. Corrêa. 1. ed., São Paulo: Contexto, 2007.

MACHADO, Ida Lucia. Notas tomadas durante realização Pós-Doutorado com o Professor Charaudeau em Paris XIII. Paris, 1998.

MAINGUENEAU, Dominique. Enunciação. In: CHARAUDEAU, Patrick, MAINGUENEAU, Dominique, coordenação da tradução Fabiana Komesu. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 193-195.

PEYTARD, Jean, MOIRAND, Sophie. *Discours et enseignement du français – Les lieux d'une reencontre*. Editora Hachette, 1992.

Três estereótipos de formadores

João Bôsco Cabral dos Santos
UFU

Considerações Gerais

Este capítulo tem por objetivo problematizar, tomando por base teórica uma reflexão de natureza discursiva, três estereótipos de professores-formadores, com o intuito de explicitar as condições de produção que perpassam a constituição de uma instância-sujeito formador. Focalizarei esses estereótipos em três lugares discursivos, a saber: i) o formador fenomenológico; ii) o formador relativista e iii) o formador estruturalista.

Quando pensei esta reflexão, inicialmente estou me dirigindo aos formadores de professores de línguas estrangeiras, no entanto, muito do que aqui será posto em discussão pode, também, se remeter aos formadores de professores de língua materna, pela contiguidade de posturas que se confrontam na emergência da instância-sujeito-formador.

No escopo dessa abordagem pretendo evidenciar as inscrições discursivas que subjazem à constituição sujeitudinal de cada projeção estereotípica. Ao examinar essas inscrições discursivas tenciono, também, discorrer sobre os elementos de dispersão que transpassam essas projeções de instância-sujeito. Dessa forma, quero colocar em discussão elementos como os processos de denegação, contradição, opacidade, equivocidade e silenciamento.

A denegação diz respeito, principalmente, a negação de um lugar discursivo no qual uma instância-sujeito afirma não está inscrita, no en-

tanto, suas ações remetem a tal inscrição, cotejadas por uma pseudo--inscrição em outros lugares de enunciação.

A contradição se refere a um conjunto de crenças sobre as quais uma instância-sujeito fabula e produz enganos. Essas crenças se relacionam com as inscrições discursivas constituintes da instância-sujeito que se contradiz. Quando essa instância fabula suas crenças, o faz por um crivo de suas referências de mundo (filosóficas, históricas, políticas, sociais, culturais, psicológicas e linguísticas). A produção do engano se dá, portanto, pela convicção instaurada a partir desse crivo referencial fabulado, o qual produz uma tomada de posição dessa instância sobre o lugar discursivo que ocupa na enunciação acadêmica.

A opacidade está relacionada aos processos de apagamento e de esquecimento que uma instância-sujeito se deixa vincular, inconsciente ou conscientemente, para asseverar elementos que deseja sobrepor em nível de valores, ou para descaracterizar determinadas tomadas-de-posição, que possam comprometer/favorecer uma inscrição enunciativa em um dado lugar discursivo.

A equivocidade trata dos níveis de ilusão de completude das instâncias-sujeito no processo de enunciação acadêmica. Uma ilusão que se funda em uma não-coincidência entre as inscrições das instâncias--sujeito e as condições de produção do acontecimento formação docente. Tal ilusão coloca em interseção linguageira os desejos e as projeções imaginárias em confronto/clivagem com as condições de produção de um dado acontecimento – o processo de formação, por exemplo.

Na equivocidade, elementos da memória discursiva de um acontecimento se colocam em distanciamento da inscrição sujeitudinal, ou ainda, sentidos de uma historicidade desse acontecimento entram em conflito com as referências de mundo das instâncias-sujeitos nele envolvidas. Trata-se, pois, de uma anterioridade discursiva do acontecimento que não coincide com as inscrições, projeções e desejos da instância-sujeito formadora.

O silenciamento será tomado, aqui, nos moldes concebidos por Villarta-Neder (2002), seja em sua ausência de dizer, seja em seu excesso de dizer. Em outras palavras, o silêncio prescreve uma condição ideológica que coloca a instância-sujeito em estado de interpelação acerca do acontecimento acadêmico frente às suas inscrições discursivas.

A seguir, farei algumas considerações teóricas sobre a AD Francesa, considerando seus aspectos de fundamentos e de extensões decorrentes de sua própria metadiscursividade.

Análise do Discurso Francesa – fundamentos e extensões

Pêcheux (1997), ao discorrer sobre a noção de sujeito, no campo teórico da Análise do Discurso, problematiza a noção de sujeito discursivo. Este sujeito funciona como uma resultante que abarca a forma-sujeito (lugar do sujeito na classe social), o lugar social (a posição que o sujeito ocupa na classe) e o lugar discursivo (a tomada de posição do sujeito em um acontecimento).

Ao extensionar a noção de sujeito discursivo, a partir de Pêcheux (op. cit.), penso esse sujeito no interior de um funcionamento linguageiro, como uma instância de enunciação em um acontecimento. Trata-se, pois, de uma instância-sujeito que transmuta, oscila e se coloca em alteridade nessa tríade de manifestações sujeitudinais.

Pêcheux (2006) discute sobre a noção de acontecimento como uma enunciação que conjuga a constituição dos sujeitos por meio da produção de sentidos, crivados pelos efeitos decorrentes da influência histórica de uma memória discursiva. Além disso, ressalta-se, também, os elementos que incomodam, chamam a atenção, inquietam e impelem os sujeitos a se envolverem num acontecimento, o que chamo de interpelação. Essa interpelação tanto ocorre em relação a um objeto discursivo, quanto à presença, interferência ou ação de outros sujeitos no acontecimento.

Nessa perspectiva, há que se considerar, também, os efeitos do tempo e do espaço na emergência da enunciação. Esse acontecimento, portanto, agrega instâncias-sujeito e objetos discursivos, expostos sob uma condição ideológica que os impele a produzir sentidos, transformando, assim, esse acontecimento em discurso pela força semiológica dos efeitos sobre as significações produzidos.

O acontecimento é considerado, pois, um ato linguageiro porque envolve sujeitos, sentidos, atravessamento de outros discursos, o crivo da memória, o recorte da história e a referência de tempos e espaços constituintes da e na forma de encaminhamento da enunciação. No

acontecimento o sujeito lança um olhar sobre a conjuntura de significações pela qual emerge a enunciação e filtra as formas de significar, segundo suas referências acerca de como ver o mundo. A esse lançar um olhar chamo de clivagem porque o que vai ocorrer é uma filtragem de sentidos, delineados pelas condições de produção pelas quais a enunciação vai se configurando.

Nessa operação de clivagem, digo que o sujeito constrói esse olhar, balizado pelo crivo das maneiras como ele vê o mundo. Digo, ainda, que as malhas desse olhar que crivam os sentidos que emergem na enunciação, derivam, também, de referências filosóficas, históricas, políticas, sociais, culturais, psicológicas e linguísticas que constituem uma espécie de amálgama de sentidos e discursos nos quais esse sujeito se inscreve para olhar para o mundo e filtrar as formas de enxergá-lo. A esse fenômeno de filtração de sentidos, discursos, significações e referências chamo de referencialidade polifônica do sujeito. Referencialidade pela tessitura heterogênea dos campos de referência. Polifônica pela dialogia, nos moldes bakhtinianos, pela qual essas referências se tornam vozes equipolentes e plenivalentes na composição desse olhar pelo sujeito.

Quando digo vozes equipolentes, remonto o pensamento bakhtiniano (BAKHTIN, 2008) ao afirmar que na polifonia existe uma intensidade paritária, uma proporção relativa na conjuntura de vozes que compõem um dizer, uma forma de ver, de significar, de agir. Assim, a equipolência das vozes funciona como um continuum de significações, acionado numa proporção enunciativa que baliza a produção de um sentido no interior de uma enunciação.

Da mesma forma, quando digo vozes plenivalentes, quero significar a visão de Bakhtin (op. cit.) na percepção de compreender que existe uma correlação, uma correspondência, uma valoração semelhante entre as significações que enunciam e integram essas vozes. A exemplo do que acontece em uma orquestra, cada instrumento possui uma intensidade harmônica, uma proporção sonora, uma fração de ritmo e tempo de execução, o que configura a estética melódica de uma sinfonia.

É, pois, pela referencialidade polifônica do sujeito que se instauram, no encaminhamento da enunciação, as formas de significar, as tensões, os esquecimentos, os apagamentos, os silêncios e a constante alteridade das formas de se (re) constituir das próprias referências que perpassam

a constituição do sujeito. Essa referencialidade é, portanto, descontínua, porque se configura de acordo com as condições histórico-ideológicas em que se produzem o acontecimento da enunciação.

Tais formas de significar, a força da tensão enunciativa e as decorrências dessa oscilação, (re) configuração, (re) significação, clivagem e remonte desse continuum linguageiro, produzem efeitos que alteram e alternam a configuração da instância-sujeito no interior da própria enunciação, desencadeando movências, deslocamentos, rupturas, resistências, fissuras, fendas, furos, dispersão, contradições, equívocos, opacidades, denegação, entre outros entremeios que resultam dessa forma de constituição do sujeito. Eis aí, então, a evanescência dos sujeitos e dos sentidos na instauração de uma discursividade.

Para melhor compreender essa manifestação de evanescência na instauração de uma discursividade, remonto a ideia de casualidade estética, preconizada por Bakhtin (2010), quando afirma que essa casualidade diz respeito às formas de organização natural, para cada enunciação, do tempo, do espaço, dos objetos, das formas de movimentação e das posições desses elementos entre si e da relação dos sujeitos com eles na interação verbal. A estética se dá, pois, pela conjuntura de significação que tal organização proporciona, ou seja, como esses elementos dialogam entre si e como essa representação singular, pontual e irrepetível traduz um signo ideológico, dotado de um legado cultural, social e psicológico.

Nessa perspectiva, duas extensões derivam dessa noção de acontecimento: a primeira que denomino de IHDS – Intervalo Histórico de Dispersão dos Sentidos e a segunda que conceituo como primado das outricidades.

Considero o IHDS como o entremeio do acontecimento discursivo. Um lugar de descontinuidade em que exterioridade e interioridade sujeitudinal fazem interseção numa alteridade de produção de sentidos e de articulação de inscrições linguageiras. Nessa exterioridade situam-se o interdiscurso, a história e a memória. Na interioridade, a clivagem, a referencialidade polifônica e a evanescência da constituição do sujeito.

Quando digo intervalo, é porque se define um espaço de enunciação, configurando um plano material linguístico, um plano imaginário de constituição do sujeito e um plano de significação que se instaura pelo transpassar de uma instância-sujeito que criva objetos discursivos ou outricidades na interpelação de uma historicidade.

Quando digo histórico, quero evidenciar o seu caráter de unicidade, de acontecimento único, irrepetível, enquanto manifestação singular – a enunciação.

Quando digo disperso, é porque se trata de um acontecimento que se instaura por meio de uma alteridade descontínua entre forma, referência e sentido.

A produção de sentidos, nessa perspectiva, acontece pela interpelação enunciativa de uma instância-sujeito, na evanescência de uma clivagem de objetos discursivos e de outricidades que atravessam a historicidade e a memória do acontecimento linguageiro.

Para falar de um primado das outricidades, parto da ideia pecheutiana de condições ideológicas. Assim, em princípio, afirmo que uma instância-sujeito se constitui a partir da clivagem que se instaura pela interpelação que a transpassa pela ação de outro. Esse outro pode se manifestar enquanto instância-sujeito, mas, pode, também, se configurar pela força sentidural de um objeto discursivo.

A relação de outricidade, portanto, se esboça pela forma como uma instância-sujeito outra interpela uma instância-sujeito um, mas, também, acerca de como uma instância-sujeito é interpelada por um objeto discursivo que interpõe um lugar no acontecimento enunciativo. Esse objeto discursivo se torna uma outricidade na medida em que atravessa, compõe ou configura o cenário da enunciação, sob a custódia de um tempo em historicidade e de um espaço em causalidade estética.

Um atravessamento que criva a referencialidade polifônica da instância enunciativa. Uma composição que significa na estética de ocupação de um dado lugar, em certo tempo. Por fim, uma configuração, cuja condição ideológica instaurada, determina a natureza política da interpelação enunciativa.

É, pois, na perspectiva desses fundamentos e extensões, que passo a descrever, interpretar e relacionar três estereótipos de formadores, tais sejam: o fenomenológico, o relativista e o estruturalista, a título de uma reflexão diagnóstica, cujo objetivo é interpelar o próprio processo de formação de professores de línguas.

Quero dizer, também, que separei esses estereótipos, como forma de evidenciar representações de instâncias-sujeito que concebo, se manifestando de forma heterogênea. Isso significa dizer que, na representação almejada de problematizar a instância enunciativa sujeitudinal formadora de professores de línguas, existem características de cada estereótipo, que se manifestam de acordo com a singularidade histórico-ideológico-política que configura as inscrições discursivas de cada instância-sujeito formador.

Formador Fenomenológico – um militante da/na formação

O Formador Fenomenológico possui uma inscrição discursiva em uma política linguística que defende os processos de identificação do aprendente com a língua, por acreditar que a relação que esse aprendente constrói com uma Língua Estrangeira é uma prática política de constituição do sujeito.

Dessa forma, ele se inscreve em um lugar discursivo que entende a aquisição de outra língua como a construção de um processo de identificação que fará o sujeito se constituir nessa outra língua como algo que o interpela e que fará parte de sua referencialidade polifônica.

A esse lugar discursivo, parafraseando as concepções filosófico-educacionais do Linguista Aplicado e Educador Hilário Bohn, denomino de Processo de Ensinância e Aprendência, lugar em que o professor de torna uma instância enunciativa sujeitudinal ensinante e o aprendiz se configura como uma instância enunciativa sujeitudinal aprendente. Esta terminologia, utilizada para singularizar a constituição discursiva do formador fenomenológico, se distingue da terminologia cognitivo-comportamentalista vigente que considera o professor como um transmissor de conhecimento e o aluno, por conseguinte, um receptor passivo de saberes canônicos e cristalizados como valores de verdade irrefutáveis.

Nesse sentido, o formador fenomenológico trabalha com a interpelação de que uma língua não é ensinada, que seu papel enquanto sujeito ensinante é fomentar uma sensibilização comunicacional, cultural e linguística, de modo que a língua em aprendência se torne uma possibilidade de constituir-se sujeito, por parte do aprendente, fomentando, assim, um processo de identificação dessa instância-sujeito com essa língua.

Ele acredita que a prática acadêmica é um exercício pleno de uma prática política. Por essa razão, o formador fenomenológico entende a

gramática como uma ferramenta de trabalho eficaz nessa tarefa de sensibilização, integração e construção de práticas discursivas nas práticas de linguagem em ensinância-aprendência. Esse formador tem por premissa de ação o contexto, a situação, a historicidade, a memória e a interpelação dos acontecimentos.

Nessa perspectiva, suas práticas de formação sempre estarão voltadas para um 'ethos pedagógico' que considerará, sempre, em um primeiro plano de abordagem, um conhecimento local, um logus de vigência que se funda pela geograficalidade de um pathos de cultura, tomando como referência inicial monumentos e acontecimentos-referência, balizadores de um athos social, econômico, cultural e antropológico.

Esse ethos pedagógico diz respeito às representações de ensinar e aprender que o professor toma como referência, ao longo de sua constituição enquanto instância-sujeito na sala de aula. Já esse logus de vigência parte de um conhecimento de si, a constituição de uma auto-consciência da instância-sujeito no processo de ensinância-aprendência de uma língua. Quando me refiro à geograficalidade desse logus, quero afirmar, principalmente, que, primeiramente, uma instância-sujeito estaria apta a dizer de si, para que, se constituindo nesse já-dito de si, sinta-se interpelado nas outricidades que o cercam.

Essa geograficalidade, portanto, enxerga a instância-sujeito de aprendência como uma territorialidade primeira das representações de si, do espaço que ocupa no seio familiar, no espaço de convivência parental, no logradouro que habita, na regionalização de sua naturalidade, na sua configuração de urbanidade, de referência política em nível de nacionalidade e visões acerca de outros lugares no mundo.

Outro aspecto relevante dessa constituição sujeitudinal na estereotipia fenomenológica, diz respeito ao pathos de cultura. Quero relacionar esse pathos de cultura a uma abordagem em torno das reações no comportamento dos sujeitos diante dos acontecimentos, o que denominamos de jogo de regulações nas trocas sociais. Esse jogo é constituído de figuras, denotadoras de sentidos, de saberes e de visões de mundo que são partilhadas em suas particularidades e tipificações.

Trata-se, pois, de evidenciar comportamentos baseados em estereótipos, modelos ou padrões pré-estabelecidos ou reconhecidos por sua cristalização social, como as formas de expressão das emoções, gestos de apelo, demonstração de carinho, de raiva, de medo, de rejeição, de falsidade, de dissimulação, de hipocrisia, de pena, de solidariedade, de dor, de perda, de contentamento, de alegria, de tristeza, de ódio, de amor, de indiferença, de competição, de sedução, de desejo, de ansiedade, de solidão, de tormento, de luxúria, de vingança, de crueldade, de maldade, de desumanidade, de insanidade, entre outras formas de expressão das emoções.

A meu ver, é por esse pathos de cultura que se instauram e se manifestam os processos de identificação de uma instância-sujeito em estado de ensinância-aprendência. Certamente que esse pathos de cultura é perpassado por uma historicidade determinante da referencialidade polifônica de uma instância-sujeito. Além disso, não posso deixar de mencionar o processo de monumentalização de mundo, processo decorrente dos recortes de memória dessa instância-sujeito, no decurso de sua história.

Nessa perspectiva, o athos social revela esse legado de cultura e práticas individuais e coletivas que se tornam um habitus, numa perspectiva bourdieuniana (BOURDIEU, 1987). Trata-se de saberes que emergem de uma descontinuidade entre sujeitos em suas formas de desejar, sentir, perceber, agir, produzir, construir e criar práticas culturais, marcadas pela cristalização de experiências vividas ao longo de um tempo cronológico que se esboça na tessitura de um tempo psicológico.

No que se refere ao athos econômico, este baliza as relações de valoração dos bens culturais, numa singularidade de escolhas vinculadas a esses valores. Exemplifico, o que faz um sujeito valorizar a sua formação acadêmica, em detrimento de um sujeito que valoriza a vivência de empiricidades de um cotidiano inusitado? O que faz um sujeito priorizar a aquisição-acúmulo de bens materiais, em detrimento de um sujeito que prioriza o engajamento-militância por causas sociais? O athos econômico, portanto, faz emergir saberes que revelam uma vinculação política do sujeito na sociedade.

Quando me refiro a um athos cultural quero me referir ao status da cultura enquanto ideologia, conjunto de saberes que determina crivos de uma inserção social para os sujeitos. Saberes esses, que se configuram pela natureza das ações desses sujeitos em sociedade e pelas formas como essas ações se difundem pelas gerações que sucedem. Quero falar,

pois, de saberes que influenciam, integram, direcionam, regulam, deformam ou interpelam uma sociedade a agir politicamente.

Por último, neste momento, quero aludir o athos antropológico que cumulariza as essências dos legados culturais, outorgando-lhes o status de devir social e referência de evanescência política dos tempos nas sociedades e nas práticas políticas. Uma conjuntura de saberes que atravessam os tempos e os espaços, numa descontínua alteridade de re-constituição, re-configuração, re-significação e re-historificação. É com essas premissas que dou continuidade a asserção que defendo quando tomo a prática acadêmica de formação como uma prática política de ação de uma instância-sujeito formador.

Dessa maneira, o acontecimento da formação será uma ação política, voltada para as características singulares das formas de ensinar e aprender, na contingência de um saber local, que vislumbra um saber globalizado. Esse saber local se instaura, concomitantemente, com a constituição das instâncias-sujeito ensinante e aprendente.

Na voragem dos acontecimentos de formação, esse saber local deriva saberes outros, regionais, nacionais, continentais, globais e universais, sempre em consonância com os processos de identificação dos sujeitos em seu processo de formação e na relação sujeito-formador/sujeito-em-formação. Trata-se, pois, de fundar diretrizes que norteiem o sujeito-em-formação a identificar, identificar-se, promover processos de identificação, sempre numa perspectiva dos tempos vividos do acontecimento da formação.

Uma prática política que se funda por uma prática pedagógico-educacional em formar sujeitos da, na e pela linguagem. Tal inscrição em um ethos acadêmico que considera as formas de constituição do sujeito procura produzir espaços patêmicos de identificação dos sujeitos em sua formação, com o intuito de construir uma interpelação que intersecciona teoria e prática educacional, considerando as necessidades sócio-econômico-culturais de uma comunidade em formação.

Esse ethos acadêmico diz respeito às diferentes fronteiras em uma mesma abordagem de um conhecimento científico. Refiro-me, então, a um discurso metacientífico de caráter racionalista que demarca diferentes espaços acadêmicos, conferindo-lhe um status de singularidade epistemológica. Assim, um formador fenomenológico atua na articulação de aspectos definidores de uma racionalidade científica, pelos quais a validade de suas pesquisas esteja vinculada às necessidades intrínsecas da geograficalidade em que atua. Tal racionalidade, no entanto, está circunscrita em um cânone político, filiado ou não a um espaço institucional.

Quando esse cânone político se configura no espaço institucional, estou diante de um projeto pedagógico integrado que reflete os anseios de um ethos social. Caso contrário, o formador fenomenológico se vê diante de um processo de resistência que se manifesta na célula de sua atuação em sala de aula como agente construtor do processo de identificação do sujeito com a língua.

Nesse sentido, a produção de espaços patêmicos pelo formador fenomenológico representa lugares de transposição, alteridade e tensão na configuração de uma interpelação que produzirá uma tomada de posição por parte do aprendente. Essa tomada de posição, por sua vez, caminha rumo a uma identificação/desidentificação, por parte do aprendente, com o próprio processo de formação, que reflete, também, no processo de identificação desse sujeito com a língua que se expõe para posteriormente ensinar.

O formador fenomenológico, portanto, instaura questionamentos que interpelam o docente pré-serviço a construir esses processos de identificação/desidentificação, com e pelos quais derivarão saberes que corresponderão a um processo de culturalização, que demarcará sua formação.

Formador Relativista – a formação dissimulada

O Formador Relativista se caracteriza, principalmente, por ter as seguintes características em sua constituição enquanto sujeito: i) um pensamento dito inovador, via de regra, filiado a referenciais teóricos considerados singulares na contemporaneidade epistemológica dos estudos da linguagem; ii) práticas de formação ainda vinculadas a um cânone epistemológico estruturalista e positivista, acreditam poder controlar e monitorar a natureza teórica dos processos de formação e das práticas acadêmicas, alimentando a convicção de que existe um perfil de formação que deriva dessas práticas e iii) se apresenta como cultura de uma imagem acadêmica dissonante, muitas vezes, das práticas políticas decorrentes do lugar teórico que diz filiar-se, dissimulando práticas ditas contemporâneas, vinculadas a um status quo canônico vigente, fomenta-

do enquanto elemento de manutenção de um empoderamento político-fisiologista e acadêmico-teórico-metodológico. Em suma, para os relativistas, a prática acadêmica, quase sempre dissimulada em seus interesses político-institucionais, nem sempre precisa corresponder à prática política dessa instância-sujeito-formador.

Esse formador vive uma alteridade descontínua entre práticas estruturais de ilusão de controle e monitoramento do saber, além da necessidade de aparentar uma inscrição teórica em correntes de prestígio que lhe cause a impressão de uma postura diferenciada e singular frente às suas práticas acadêmico-pedagógicas e político-institucionais.

Um relativista sempre acredita que práticas consagradas de aquisição de uma língua podem ser adaptadas para dar uma aparência de inovação tecno-metodológicas. Ele por vezes alimenta a convicção de que sua prática pedagógica reflete sempre uma inovação que alia uma prática política de centralização, controle e gerenciamento às possibilidades de prover um dado encaminhamento, dito singular e nunca antes utilizado, ao processo de formação ao qual se filia.

Nessa perspectiva, o formador relativista procura, na maioria das vezes, tentar construir, encaixar as teorias as quais se filia, com práticas de hegemonia, dominação e controle de saberes. Assim, as práticas relativistas de formação de professores são rotineiramente dotadas de uma denegação da constituição do sujeito aprendente, perpassadas pela contradição de um recente com o qual afirmam identificar-se, revestido de um recorrente com o intuito de docilizar corpos. Trata-se, pois, de opacizar um caráter autoritário de práticas de formação, marcadas pela equivocidade de se pensar que práticas identitárias podem ser pensadas a partir de crenças manipulativas, nas quais se fabulam identificações marcadas por enganos.

O relativista preconiza que a prática acadêmica é uma prática política na medida em que se torna um exercício de poder pelo controle, a partir de práticas fisiológicas em uma relação, via de regra, autoritária. Sua constante atitude em relativizar as práticas pedagógicas parece simular práticas políticas de cunho democrático, com o intuito de mascarar suas atitudes autoritárias de controle e influência. Um exemplo disso é quando teoriza a necessidade de práticas discursivas no ensino de línguas e em sua prática pedagógica em sala de aula, no processo de formação de professores pré-serviço, utiliza técnicas audiolingualistas de gramaticalização e treinamento exaustivo de pronúncia e uso de estruturas, a ponto de, muitas vezes, constranger os alunos e os colocarem numa estratégia de resistência a esse tipo de exposição à língua.

O formador relativista quase sempre assume uma posição de que tudo é relativizável na medida de um contexto, seguindo sempre uma posição de antagonismo ou indiferença a outras posições que porventura venham a ser expostas. Trata-se, pois, de um questionamento, na maioria das vezes proposital, com o intuito de direcionar ou redizer já-ditos contestados, desta feita, re-significados para sua forma de entrever os objetos, as teorias, as práticas acadêmicas e, principalmente, suas posições políticas no ethos pedagógico.

Além disso, esse formador, via de regra, costuma construir uma convicção teórico-política de supremacia acerca das posições teóricas que defende. Nesse processo de relativização de teorias e de práticas pedagógicas de formação, o relativista procura sempre uma forma de desconstruir qualquer pensamento-outro proposto, para depois se apropriar desse pensamento, a posteriori, relativizando-o segundo suas formas de concepção. Ele constrói uma clivagem segundo seus referenciais, no sentido de fazer-se autoria de um pensamento que, por vezes, desautorizou em outros enunciadores, re-significando-o segundo seus pressupostos de filiação teórica.

Formador Estruturalista – a ilusão de uma linguística das formas

O Formador Estruturalista possui um vínculo linguístico de fundação com o ensino de gramática. Além disso, esta instância-sujeito, via de regra, também se inscreve em um cânone de acuidade fonológica – uma necessidade, por vezes anômica[1], de treinar sons de uma língua; uma necessidade de poder e controle pela aquisição e pelo domínio de um acen-

[1] A anomia linguística se caracteriza, principalmente, por uma postura obsessivo-compulsiva de identificação e expressão em uma determinada língua, em detrimento da língua materna do sujeito falante que chega a se tornar um código obsolescente por uma perda de identificação linguística e de elementos culturais referentes à língua pátria, para uma inscrição linguístico-identitária do sujeito em outra língua.

to linguístico (no caso da língua inglesa, por exemplo, me refiro a uma obstinação em uma quasinativização em torno de um acento linguístico britânico, americano, australiano, received pronunciation[2], entre outros acentos considerados prestigiosos por determinadas comunidades acadêmicas formadoras de professores).

Existe, ainda, uma vinculação positivista por uma necessidade de promover uma absorção de estruturas linguísticas, além de uma aquisição numérico-quantitativa de vocabulário por uma metrificação da capacidade de memorização e de conhecimento sinonímico de um dado número de itens lexicais.

Em nível de práticas pedagógicas, registra-se, da mesma forma, um vínculo ao cânone das metodologias de controle de aprendizagem com rotinas de apresentação, prática e produção e exercícios de repetição, substituição e transferência.

O formador estruturalista parece desconhecer (apagar ou esquecer) conceitos como interlíngua, identificação ou interpelação. Ele acredita numa gradação de conteúdos, no que se refere aos níveis de conhecimentos linguísticos. Um exemplo dessa gradação é a forte crença entre formadores estruturalistas que preconiza o ensino das regras de formação do plural dos substantivos como um conhecimento que antecede ao ensino da conjugação de verbos na terceira pessoa do singular do Presente Simples.

Ele trabalha com a convicção cognitivista de gradação gramatical. Essa convicção cognitivista, por vezes, prescreve uma prática pedagógica de normativização, sistematicidade e decodificação de estruturas esquematizadas, associadas a modos de falar, de se expressar e de escrever, materializando, dessa maneira, a língua. Uma das razões pela qual formadores estruturalistas apreciam tanto a utilização de séries didáticas é, justamente, essa gradação gramatical, que prescreve uma ordem psico-cognitiva de apreensão das estruturas da língua, obedecendo a uma lógica de aquisição, vinculada a regras normativas de absorção das estruturas de uma língua.

Esse formador parece crer, também, que o conteúdo introduzido para o aprendiz não pode mais ser esquecido, pois, existe uma crença cognitiva de internalização pela qual, quando as estruturas são praticadas (repetidas, substituídas, transferidas) de forma exaustiva, são absorvidas pela memória de longo prazo do aprendiz e, consequentemente, ficarão gravadas para sempre em sua memória de aprendizagem. Não posso deixar de pontuar que, tal crença alimentada pelo formador estruturalista, aos olhos teóricos do campo da análise do discurso, trata-se de uma ilusão de completude, a mesma que preconiza uma possível, provável divisão de níveis de conhecimento, tais como Básico, Intermediário e Avançado. A questão aqui é que, o formador estruturalista tem uma forte ilusão de que pode controlar os níveis de vocabulário, de absorção de estruturas linguísticas e de conhecimento estrutural-sintático de seus aprendizes.

Nessa perspectiva, o formador estruturalista, também, alimenta a ilusão de que seu aprendiz, por seu intermédio, será capaz de adquirir uma pronúncia fonológica padrão, desejável nos cânones audiolingualistas. Além disso, esse aprendiz também deverá ser capaz de desenvolver, tecnicamente, uma acuidade de fluência e uma proficiência linguística que se assemelhe um máximo possível à pronúncia, fluência e proficiência de um falante nativo da língua que estuda. Assim, esse formador acredita ser detentor de um conhecimento linguístico, fonológico, sintático e estrutural que o credencia a ser considerado como um transmissor de estruturas gramaticais para internalização entre seus aprendizes.

Ele acredita que a prática acadêmica é uma prática de controle do conhecimento, a partir de uma ideologia de poder absoluto, daí sua inscrição epistemológica incondicional no paradigma positivista. Para este formador, existe uma forte crença de que a aprendizagem se dá em um determinado momento e pode se concretizar sem a necessidade interativa de uma construção cumulativo-transformacional. Tal crença nos remete, mais uma vez, à ideologia de que os conhecimentos linguísticos podem ser ensinados, transmitidos, absorvidos e, uma vez praticados, ficarão internalizados para sempre na memória do aprendiz.

[2] RP – *Received Pronunciation*; uma espécie de pronúncia padrão, desprovida de quaisquer vícios de linguagem, pensada como a pronúncia ideal para se comunicar com os membros da família real ou membros do parlamento inglês, ou ainda, em instâncias de natureza jurídico-formais no Reino Unido, adotada como pronúncia padrão das/nas emissões da British Broadcasting Company (BBC).

Essa ideia de internalização para o formador estruturalista é um princípio fundador de uma inscrição epistemológica cognitivo-comportamentalista. É pela internalização que ele acredita na efetivação da aprendizagem, na eficiência linguístico-estrutural e normativo-gramatical de seus aprendizes. Ele crê, também, na eficácia das práticas de repetição, reprodução, recorrência, substituição, sistematização, sequenciamento, transferência, transmissão e taxionomização. Trata-se de um formador que é, sobremaneira, um adepto dos processos de memorização, esforços repetidos e rotinizações.

Considerações Finais

Nesta reflexão, trabalho com a noção de estereótipo como significações, representações imaginárias, clivagens e inscrições, interpeladas em sentidos de uma enunciação que traduz tomadas-de-posição de instâncias-sujeito acerca de acontecimentos. Por trabalhar com esta noção é que me inscrevo num lugar discursivo em que não existe uma manifestação distinta de cada estereótipo apresentado. A constituição da instância enunciativa sujeitudinal formador carrega consigo um amálgama dos estereótipos acima apresentados. O que fará a diferença será a tomada-de-posição que uma instância-sujeito faz quando se inscreve politicamente em um lugar discursivo.

Se na inscrição política de uma instância-sujeito predomina as características de um estereótipo fenomenológico, por sua identificação discursivo-histórico-ideológica com essa postura, suas ações, mesmo inscritas em outro estereótipo, terá o crivo da atitude estereotípica predominante. É isso que explica, por exemplo, a construção de uma visão linguística da gramática sem o caráter de adição normativa, geralmente presente enquanto modus operandum em uma inscrição política de caráter cognitivo-estruturalista. O mesmo acontece com a atitude de relativização epistemológica que um formador fenomenológico exerce com correntes teóricas que se pautam por uma necessidade de controle e cerceamento linguístico e pedagógico.

Os estereótipos são elementos que interpelam instâncias-sujeito formadores e em-formação em sua intra-pessoalidade, inter-pessoalidade e exterioridade espacio-temporal e estética, confrontando-a, conflitando-a, contrastando-a, compelindo-a ou cooptando-a. Tal interpelação revela a natureza político-ideológica da forma-sujeito professor universitário e o lugar social de formador de futuros professores. Assim, os estereótipos relacionam as condições reais de existência e os modos de produção de lugares sociais como: uma postura política perante o ensino de línguas; uma postura cultural que define micropoderes subjacentes ao conhecimento e uso de uma língua e uma postura social que traduz valores morais e econômicos na relação com a língua que ensina. Dessa forma, os estereótipos revelam características de instâncias-sujeito na relação desigualdade-contradição-sobredeterminação aplicada às chamadas "condições reais de existência".

Nessa perspectiva, quis, por meio dos estereótipos, simular uma clivagem de conceitos, construídos em situações singulares de formação, envolvendo a postura de indivíduos sociais diante de processos de significação no acontecimento da formação. Espero, com esta reflexão, tê-los abordado, portanto, como dispositivos que podem funcionar como efeitos de expansão, transferência, ou interseção entre conceitos que transpassam o processo de formação de professores.

BAKHTIN, M. M. *Questões de Literatura e de Estética: a teoria do romance*. 6 ed. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini et al. São Paulo: Hucitec, 2010.

BAKHTIN, M. M./VOLOCHINOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem*: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 13 ed. São Paulo, SP: Hucitec, 2009.

BAKHTIN, M. M. *Problemas da poética de Dostoiévski*. 4 ed. revista e ampliada. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro, RJ: Forense-Universitária. 2008.

BAKHTIN, *Estética da criação verbal*. Tradução direta do russo de Paulo Bezerra. 4 ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2006.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, SP:Perspectiva. 1987.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. 4 ed. Campinas: Pontes, 2006.

PÊCHEUX, *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3 ed. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

SANTOS, J. B. C. A instância enunciativa sujeitudinal. In: _____. *Sujeito e Subjetividade – discursividades contemporâneas*. Uberlândia, MG:EDUFU. 2009. p. 79-96.

SANTOS, Entremeios da Análise do Discurso com a Lingüística Aplicada. In: FERNANDES, C. A. & SANTOS, J. B. C. *Percursos de Análise do Discurso no Brasil*. São Carlos, SP: Claraluz. 2007. p. 187-206.

VILLARTA-NEDER, M. A. *Os movimentos do silêncio: espelhos em Jorge Luis Borges*. Araraquara, SP:UNESP. Tese de doutoramento. 2002.

Sobre autores e organizadores

Cássio Eduardo Soares Miranda. Psicanalista, doutor em Estudos Linguísticos pela UFMG e professor Adjunto do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal do Piauí. autor de numerosos artigos sobre Psicanálise, AD, Mídias e Educação.Da junção "psicanálise & Análise do Discurso & Mídias" lançou recentemente um livro (2013). Tem um pós-doutorado Júnior, realizado no Programa de Estudos Linguísticos da FALE/UFMG, sobre AD e Psicanálise, realizado com bolsa da FAPEMIG/MG.

Cláudio Humberto Lessa. Possui graduação em Letras Português e Inglês pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1993), mestrado e doutorado em Estudos Lingüísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais. Tem se dedicado ao estudo do discurso político, das ideologias políticas, da argumentação. Atualmente, desenvolve pesquisa sobre a relação entre as representações sociais e a constituição de identidades em relatos autobiográficos de alunos do ensino noturno na qualidade de pós-doutor na UFMG. É professor da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, onde atua, há 16 anos, no ensino de Jovens e Adultos no terceiro turno.

Emília Mendes Lopes possui mestrado (2000) e doutorado em Estudos Lingüísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (2004) e pela Universidade de Paris XIII (dout. sanduíche). Tem experiência de pesquisa/ensino na área de Estudos da Linguagem, com ênfase em Análise do Discurso, atuando principalmente nos seguintes domínios: Análise do Discurso franco-brasileira, Teoria da Ficcionalidade, Teoria Semiolingüística, Retórica & Argumentação e metodologia de análise de imagens (fixas e cinéticas). É também tradutora de francês/português. Coordena, ao lado da profa. Ida Lucia Machado, o Núcleo de Estudos sobre Transgressões, Imagens e Imaginários - NETII/FALE-UFMG, desde 2013. sites: http://www.letras.ufmg.br/profs/emilia/ - http://http//www.letras.ufmg.br/netii/

Hugo Mari possui doutorado em Estudos Lingüísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais e realizou, em 2001, estágio de pós-doutorado na Université Paris XIII. Atualmente, é professor do Programa de Pós-graduação em Letras da PUC Minas e sua atividade de pesquisa e de docência está voltada para as áreas de semântica, pragmática, cognição e análise do discurso.

Ida Lucia Machado é Doutora ès Lettres pela Université de Toulouse II; tem dois pós-doutorados em análise do discurso realizados em Paris XIII e Paris III . Docente na FALE/UFMG de 1992 a 2012. Atualmente é professora voluntária do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos na FALE/UFMG. Suas pesquisas em Análise do Discurso centram-se sobre narrativas de vida, sujeitos do discurso, ironia e paródia. É pesquisadora 2 do CNPq.

Jerônimo Coura Sobrinho é graduado em Letras (Inglês, Francês e Português); mestre em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais (1998) e doutor em Estudos Linguísticos (UFMG, 2004). É professor do Depto. de Linguagem e Tecnologia do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG. Atua nas áreas: Lingüística Aplicada e Análise do Discurso. Temas de pesquisa: avaliação de proficiência linguística (exame Celpe-Bras), ensino e aprendizagem de Português como língua estrangeira.

João Bôsco Cabral dos Santos é Professor Associado no Instituto de Letras e Linguística (ILEEL) da Universidade Federal de Uberlândia. Atua no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos do ILEEL/UFU na Linha de Pesquisa Linguagem, Texto e Discurso. Desenvolve pesquisas na área de Linguística, com ênfase em Análise do Discurso, orientando nos seguintes temas: funcionamentos discursivos, formação de professores, memória como prática de leitura, estudos polifônicos e discurso universitário institucional. Coordena o Grupo de Pesquisa Laboratório de Estudos Polifônicos. É Pós-Doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Doutor em Estudos Linguísticos pela mesma instituição. É mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas e Licenciado em Letras pela Universidade Federal da Paraíba.

Luiz Antônio Prazeres é Graduado em Letras (Português/Inglês) pela Universidade Federal de Ouro Preto; Mestre em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais; e Doutor em Letras pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é professor do curso de letras do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto. Publicou 07 livros ou capítulos de livros; 03 trabalhos em anais de eventos; 07 resumos em anais de eventos; apresentou 28 trabalhos; possui 53 itens de produção técnica, orientou 76 estagiários em ensino de língua materna, orientou 03 trabalhos de especialização. Atualmente participa de 02 trabalhos de pesquisa, atua na área de ensino de língua materna na Educação Básica e na formação de professores via cursos a distância, com ênfase em leitura e avaliação. Atua, principalmente, nas seguintes áreas: avaliação sistêmica nos níveis fundamental, médio, superior, concurso público, ensino de língua portuguesa, língua portuguesa para estrangeiros, vestibular, edição, preparação e revisão de textos, e ensino fundamental, coordenação de projetos de pesquisa em linguística aplicada, possui projeto de extensão: Biblioteca Benvinda, na divulgação de literatura e formação de leitores, na cidade de Ouro Preto, MG.

Marcelo Cordeiro é profissional na área de Artes Cênicas (desde 1994) com ênfase em atuação, direção e pesquisa principalmente nos seguintes temas: Teatro, Dança, Ópera, Vídeo,TV e Análise do Discurso. Doutorado Sanduiche Université Paris XII (2009/2010). Doutor em Estudos Linguísticos pela UFMG (2012). Professor de Critica Especializada em Artes Cênicas no curso de Pós-graduação da PUC / IEC - M.G (2012, 2013). Professor de História do Teatro no curso de Pós-graduação da PUC / IEC - M.G (2010). Professor de História do Teatro e Literatura Dramática na escola Teatro Universitário UFMG (2007/2009). Mestre em Estudos Linguísticos pela UFMG (2005). Graduado em Letras, Licenciatura Plena em Português/Inglês pela PUC-MG (1999). Bailarino da Companhia de Dança Palácio das Artes - MG (1995-2003).

Maria Carmen Aires Gomes é doutora em Estudos Linguísticos – Análise do Discurso pela UFMG, tendo realizado os estudos em nível de pós-doutorado na PUCSP, em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, em 2011. É membro da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso e da Associação de Linguística Sistêmico-Funcional da América Latina. Tem publicado artigos em periódicos nacionais e capítulos de livros lançados no Brasil. Pesquisa os seguintes temas: discursos midiáticos, gêneros multimodais, identidade, corpo/sexualidade/gênero.

Mônica Santos de Souza Melo possui graduação em Licenciatura Em Letras pela Universidade Federal de Viçosa (1987), Mestrado em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (1991), Doutorado em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (2003) e Pós-Doutorado em Estudos Linguísticos (2011). Atualmente é Professora Asso-

ciada da Universidade Federal de Viçosa. Tem experiência na área de Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: discurso, semiolinguística e mídia.

Patrick Charaudeau é Professor Emérito pela Universidade de Paris XIII onde fundou e dirigiu o Centre d'Analyse du Discours. Orientador de várias teses sobre estudos discursivos. Autor de inúmeros artigos e livros sobre a Análise do Discurso, sua contribuição para esta disciplina é notável, tendo em vista que foi ele quem criou a Teoria Semiolinguística (1977/1983) que tem largo alcance no Brasil e no mundo. Com a Professora Ida Lucia Machado, em 1992, lançou as bases do que viria a ser o futuro Núcleo de Análise do Discurso da FALE/UFMG.

Regina Lúcia Péret Del' Isola é graduada em Letras e em Educação, tem mestrado em Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Minas Gerais, doutorado em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais, tendo realizado sua tese na Université de Montreal/Canada e pós doutorado pela UFPE. Atualmente, é Professor Associado nível III da Universidade Federal de Minas Gerais. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Linguística do Texto e do Discurso, atuando principalmente nos seguintes temas: leitura, gêneros textuais, produção de textos e português língua estrangeira.

Renato de Mello possui graduação em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais (1990), mestrado em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais (1994) e doutorado em Estudos Lingüísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (2002) e dois Pós-doutorados, um pela Université de Paris XIII (2004) e outro pela Université Paris IV Sorbonne (2012-2013). Renato de Mello é professor Associado II da Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente é membro do conselho editorial da Faculdade de Letras, representante suplente dos Professores na Congressão, na Câmara de Pesquisa e representante da Linha de Pesquisa em Análise do Discurso junto ao Colegiado de Pós-Graduação em Linguística da UFMG. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literaturas Estrangeiras Modernas, atuando principalmente nos seguintes temas: análise do discurso, Nathalie Sarraute, língua francesa, semiolingüística e discurso. Atualmente administra disciplinas de língua e literatura francesa na gradução, de Análise do Discurso e do Texto na pós-graduação, além de disciplinas no curso de especialização em Ensino de Línguas mediado por computador. O professor é avaliador institucional e de curso do INEP/MEC.

Sônia Caldas Pessoa é doutoranda em Estudos Linguísticos na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde concluiu em 2005 o mestrado na mesma área. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) Doutorado-Sanduíche na Université Paris-Est, em Paris. É jornalista há 20 anos, com passagem por emissoras do Sistema Globo de Rádio e pela Rádio Itatiaia. É professora de Jornalismo há dez anos, tendo trabalhado em instituições de ensino superior como o Centro Universitário Newton Paiva, o Centro Universitário de Belo Horizonte ((UNIBH)) e a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). É autora de diversos artigos publicados em livros, tais como Goffman: a fronteira sutil entre a fala cotidiana e a locução no rádio, capítulo do livro Teorias do Rádio II: textos e contextos, organizado por Eduardo Meditsch e Valci Zuculoto (2008). É idealizadora do blog www.tudobemserdiferente.com sobre educação inclusiva.

Wander Emediato possui graduação em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais (1992), mestrado em Estudos Lingüísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (1996) e doutorado em Ciências da Linguagem pela Universidade de Paris XIIII (Paris-Nord) (2000), sob orientação do prof. Patrick Charaudeau, e pós-doutor (2010-2011) pela Universidade de Lyon II (Laboratoire ICAR/CNRS). Professor Associado da Universidade Federal de Minas Gerais, na área de Língua Portuguesa, Estudos Textuais e Discursivos. Foi coordenador do curso de Letras em 2005/2006 e vice-diretor da Faculdade (gestão 2005/2010). Credenciado no Programa de Pós-graduação em Estudos Lingüísticos da Fale-UFMG, área de concentração Linguística do texto e do discurso, atuando nos seguintes projetos e temas (Gêneros, comunicação e sociedade; Emoções, Ethos e Argumentação; Argumentação e Discurso das mídias de informação; Discurso e Ensino). Líder do Grupo de Pesquisa em Análise do Discurso do CNPq, projeto Emoções, ethos e argumentação. Tem experiência na área de Linguística (teorias do discurso, teorias da enun-

ciação, argumentação e pragmática), Língua Portuguesa e Língua Francesa, com ênfase em Estudos Textuais e Discursivos. É o atual coordenador do Núcleo de Análise do Discurso da UFMG e o atual delegado regional da ALED no Brasil (Associação latino-americana de Estudos do Discurso).

Sobre os tradutores

Renata Aiala de Mello possui graduação em Letras (2005-2010) com habilitação em Licenciatura em Francês/ Português/Inglês pela Universidade Federal de Minas Gerais e mestrado (2011-2012) em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente é doutoranda em Análise do Discurso junto ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Análise do Discurso, atuando principalmente nos seguintes temas: análise do discurso de orientação francesa, teoria semiolinguística, literatura francesa, ensino de língua portuguesa, francesa e inglesa e tradução. Participa do Núcleo de Análise do Discurso - NAD - FALE/UFMG.

Renato de Mello possui graduação em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais (1990), mestrado em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais (1994) e doutorado em Estudos Lingüísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (2002) e dois Pós-doutorados, um pela Université de Paris XIII (2004) e outro pela Université Paris IV Sorbonne (2012-2013). Renato de Mello é professor Associado II da Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente é membro do conselho editorial da Faculdade de Letras, representante suplente dos Professores na Congressão, na Câmara de Pesquisa e representante da Linha de Pesquisa em Análise do Discurso junto ao Colegiado de Pós-Graduação em Linguística da UFMG. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literaturas Estrangeiras Modernas, atuando principalmente nos seguintes temas: análise do discurso, Nathalie Sarraute, língua francesa, semiolingüística e discurso. Atualmente administra disciplinas de língua e literatura francesa na gradução, de Análise do Discurso e do Texto na pós-graduação, além de disciplinas no curso de especialização em Ensino de Línguas mediado por computador. O professor é avaliador institucional e de curso do INEP/MEC.

Sobre a revisão dos capítulos

A revisão foi feita pelos próprios autores e o conteúdo dos capítulos é de sua inteira responsabilidade.

Este livro foi impresso em Belo Horizonte, em dezembro de 2013,
pela Formato Artes Gráficas.

Visite nosso site: www.letras.ufmg.br/nucleos/netii